

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

HENRIQUE PONS AGNELLI

A economia do algodão no Brasil, 1930-1945:  
industrialização, crise cambial e política externa

São Paulo  
2022

HENRIQUE PONS AGNELLI

A economia do algodão no Brasil, 1930-1945:  
industrialização, crise cambial e política externa

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes

São Paulo  
2022

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a): Henrique Pons Agnelli**

**Data da defesa: 14/12/2022**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Alexandre Macchione Saes**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/02/2023



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A271e Agnelli, Henrique Pons  
A economia do algodão no Brasil, 1930-1945:  
industrialização, crise cambial e política externa /  
Henrique Pons Agnelli; orientador Alexandre Macchione  
Saes - São Paulo, 2022.  
230 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de História. Área de  
concentração: História Econômica.

1. História Econômica. 2. História do Brasil. 3.  
Algodão. 4. Crise Econômica. 5. Industrialização. I.  
Saes, Alexandre Macchione, orient. II. Título.

Nome: AGNELLI, Henrique Pons

Título: A economia do algodão no Brasil, 1930-1945: industrialização, crise cambial e política externa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes - Orientador  
Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa  
Instituição: Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi  
Instituição: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Luiz Felipe Bruzzi Curi  
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Alexandre Macchione Saes pela rica orientação e pelo incansável suporte. Pelo privilégio de tê-lo como orientador, muito obrigado.

Agradeço também ao professor Alexandre pela oportunidade de participar de seu grupo de estudos, a cujos notáveis colegas, que muito colaboraram com fundamentais reflexões em diferentes etapas da execução deste trabalho, estendo o agradecimento.

Agradeço aos professores Alexandre de Freitas Barbosa e Luiz Felipe Bruzzi Curi pela leitura minuciosa e pelas valiosas contribuições feitas a partir do Exame de Qualificação. Mais uma vez, esta dissertação deve muito a suas análises.

Agradeço à minha mãe, ao meu pai e à minha irmã pelo incondicional amor e apoio, pelos cuidados desde o primeiro instante, por desejarem sempre o melhor para mim.

Agradeço à querida Nora por todo o carinho e pelo incentivo a todas as minhas escolhas.

Agradeço ao André, ao João, ao Moro e ao Oscar pela farta amizade e imenso companheirismo.

Agradeço ao Eduardo, ao Francisco, ao Marco, ao Ramon, ao Thiago e ao Victor pelo fertilíssimo convívio e pela franca e longeva amizade, cujas lembranças precedem quaisquer outras que eu tenha.

Agradeço aos amigos da FEA-USP Bruno, Daniel, Eduardo, Gabriel e Gustavo pela alegria em meio aos desafios da graduação que, no fim, me instigaria neste caminho.

Agradeço aos amigos do PPGHE que pude fazer nos estranhos tempos de pandemia, quando os meios digitais reinaram absolutos, Leandro e Matheus. Os primeiros semestres do mestrado foram uma experiência menos onírica compartilhando com vocês cada passo da pesquisa.

Agradeço à FAPESP, processo n. 2020/ 09515-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de mestrado que me permitiu dar o máximo de mim nesta pesquisa.

Agradeço enormemente, enfim, ao contribuinte paulista, que financia a Universidade de São Paulo e a FAPESP e, assim, investiu na minha formação superior e no mestrado que deu origem a esta dissertação.

*Não é raro que justamente o previsível, que o é por ser o remate mais plausível duma sequência, ou porque, simplesmente, havia sido já anunciado antes, não é raro, dizíamos, que o previsível, levado por razões que só ele conhece, acabe por escolher, para enfim revelar-se, uma conclusão por assim dizer aberrante, quer quanto ao lugar, quer quanto à circunstância.*

*(José Saramago)*

## **RESUMO**

Esta dissertação investiga o desenvolvimento da economia do algodão no Brasil durante a Era Vargas, relacionando a ascensão do cultivo à crise do setor externo, ao processo de industrialização nacional e aos interesses estrangeiros e articulações internacionais associadas ao esforço de desenvolvimento econômico após a Crise de 1929. Tendo em vista que o algodão se torna o principal produto agrícola do país como resultado de sua expansão em meio à crise da cafeicultura, seguindo uma dinâmica regional oposta a seu plantio tradicional e respondendo a estímulos de naturezas diversas em função de seu caráter industrial, o trabalho recupera os fatores que determinaram o movimento e esclarece o papel desempenhado pelo produto em um período de transformações da economia brasileira e do comércio internacional como resultado da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Com base na análise de fontes documentais, bem como de literatura historiográfica relevante, esta dissertação oferece uma reconstituição multifatorial das determinantes e consequências desse fenômeno.

## **ABSTRACT**

This dissertation investigates the development of cotton economy in Brazil during the Vargas Era, relating the rise of cotton farming to the external sector crisis, to Brazilian industrialization process and to foreign interests and international agreements related to economic development efforts after the 1929 Crisis. Considering that cotton became Brazil's main agricultural product as a result of its expansion amid the downfall of coffee production, following a regional dynamic contrary to its traditional planting and responding to stimuli of multiple natures due to its industrial character, this work recovers the factors that determined the movement and clarifies the role played by the product in a period of transformation of Brazilian economy and international trade as a result of the Great Depression and the Second World War. Based on the analysis of documentary sources, as well as of relevant historiographic literature, this dissertation offers a multifactorial reconstruction of the determinants and consequences of this phenomenon.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Exportações brasileiras de algodão (1855-1879).....	12
<b>Gráfico 2</b> – Exportações e importações totais, exportações de café e comércio com os EUA (1925-1934).....	26
<b>Gráfico 3</b> – Representatividade dos principais produtos no valor total da produção agrícola (média 1927/1931-1946).....	33
<b>Gráfico 4</b> – Área de cultivo dos principais gêneros agrícolas (1932-1946).....	35
<b>Gráfico 5</b> – Destinação da pluma de algodão produzida (1925-1945).....	39
<b>Gráfico 6</b> – Área de cultivo do algodão em São Paulo e no Nordeste (1931-1945).....	44
<b>Gráfico 7</b> – Porcentagem correspondente dos principais produtos agropecuários na pauta de exportação brasileira (1928-1945).....	45
<b>Gráfico 8</b> – Porcentagem correspondente do café e do algodão em pluma no total da pauta de exportação brasileira (1928-1945).....	46
<b>Gráfico 9</b> – Participação dos principais parceiros comerciais no conjunto de importações e exportações brasileiras (1928-1945).....	62
<b>Gráfico 10</b> – Principais importações alemãs de matérias primas (1933-1936).....	75
<b>Gráfico 11</b> – Produção anual de tecidos e artefatos de algodão (1920-1929).....	114
<b>Gráfico 12</b> – Importações e exportações brasileiras de tecidos de algodão por destino (1937-1945).....	127
<b>Gráfico 13</b> – Produção anual de tecidos e artefatos de algodão (1929-1944).....	130
<b>Gráfico 14</b> – Produção e exportação de tecidos de algodão (1930-1945).....	131
<b>Gráfico 15</b> – Variação da renda nacional real bruta e da produção de tecidos subtraída das exportações (1932-1944).....	133
<b>Gráfico 16</b> – Produção paulista de algodão e importação do Nordeste (1916-1925).....	156
<b>Gráfico 17</b> – Comércio de cabotagem pelo porto de Santos, importação de algodão, tecidos e demais produtos (1916-1928).....	157
<b>Gráfico 18</b> – Rendimento do algodão por área de cultivo em São Paulo e no Nordeste (1931-1945).....	165
<b>Gráfico 19</b> – Evolução dos preços obtidos no comércio exterior de café e algodão (média 1925/1928-1939).....	160
<b>Gráfico 20</b> – Áreas de cultivo dos principais gêneros agrícolas de São Paulo (1931-1945).....	174
<b>Gráfico 21</b> – Áreas de cultivo de café, algodão e demais culturas por região no estado de São Paulo em 1930/1931 e 1937/1938.....	175
<b>Gráfico 22</b> – Exportações de algodão por estado de origem (1930-1945).....	187
<b>Gráfico 23</b> – Produção de algodão no Nordeste distribuída por destinação e principais estados de origem (1931-1945).....	190
<b>Gráfico 24</b> – Saldo do comércio de cabotagem de tecidos de algodão (vendas subtraídas de compras) dos principais estados comercializadores do Sudeste e do Nordeste (1936-1945).....	195

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Importações totais por tipo de produto em contos de réis (1928-1934).....	28
<b>Tabela 2</b> – Sementes distribuídas pelo Ministério da Agricultura em toneladas (1932-1943).....	43
<b>Tabela 3</b> – Proporção do algodão no conjunto das exportações por estado (1937-1939).....	48
<b>Tabela 4</b> – Empréstimos do Banco do Brasil por setor em mil cruzeiros (1940-1945).....	54
<b>Tabela 5</b> – Balança comercial, serviço da dívida e exportações de algodão (1928-1945).....	57
<b>Tabela 6</b> – Participação alemã nas importações de alguns produtos selecionados (1936-1939).....	64
<b>Tabela 7</b> – Exportações brasileiras de algodão por destino em toneladas (1929-1945).....	84
<b>Tabela 8</b> – Balança comercial e exportações de algodão, café e tecidos e fios de algodão em milhões de cruzeiros (1940-1945).....	128
<b>Tabela 9</b> – Crescimento populacional, renda por habitante e oferta doméstica de tecidos de algodão (1931-1944).....	134
<b>Tabela 10</b> – Proporção de fibras de algodão entre 26mm e 30mm do total produzido por estado (1926-1938).....	163
<b>Tabela 11</b> – Distribuição das produções por comprimento de fibra em 1932 por geografia.....	167
<b>Tabela 12</b> – Toneladas de algodão produzido e comercializado em São Paulo de 1931 a 1945.....	185

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1</b> – Principais municípios da cafeicultura paulista em 1937/1938.....	49
<b>Mapa 2</b> – Principais municípios da cotonicultura paulista em 1937/1938.....	49
<b>Mapa 3</b> – Distribuição da cotonicultura paulista em 1931.....	169
<b>Mapa 4</b> – Distribuição da cotonicultura paulista em 1937.....	169
<b>Mapa 5</b> – Divisão das zonas produtoras do Estado de São Paulo.....	176

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – Crise cambial e o algodão de exportação.....</b>	<b>20</b>
1.1 – Crise do café e florescimento da cotonicultura.....	20
1.2 – Dinâmica das exportações, políticas de governo e aperfeiçoamento do algodão.....	38
1.3 – Interesse estrangeiro e conveniência das exportações brasileiras de algodão.....	60
<b>Capítulo 2 – Indústria e o uso doméstico do algodão.....</b>	<b>94</b>
2.1 – Golpe de 1930, Estado Novo e compromisso industrial.....	94
2.2 – Indústria têxtil, industrialização, soberania e urbanização.....	110
<b>Capítulo 3 - Dinâmica regional da expansão algodoeira.....</b>	<b>138</b>
3.1 – Desigualdade e desenvolvimento regional durante a Era Vargas.....	138
3.2 – Desenvolvimento da cotonicultura em São Paulo.....	155
3.3 – Implicações interestaduais do surto algodoeiro.....	184
<b>Conclusão.....</b>	<b>198</b>
<b>Referências.....</b>	<b>203</b>
Fontes.....	203
Bibliografia.....	206
<b>Apêndice.....</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

As navegações que conectaram a Europa a regiões do globo até então inalcançáveis pelos europeus ou desconhecidas pelo continente, da China da dinastia Ming às ilhas do Caribe, inauguraram uma era de disputas interimperialistas por fronteiras que distavam milhares de quilômetros dos limites ocidentais do Velho Mundo. No intuito de garantir o controle e a apropriação de riquezas nos novos territórios, o jugo colonial moldou estruturas sociais e econômicas duradouras, amiúde herdadas por nações independentes modernas com dificuldades para superar antigos vínculos de dependência.

O caráter primário-exportador da economia brasileira remonta ao início da exploração colonial do território, a partir da organização da atividade nacional em torno da produção de gêneros agrícolas de exportação e da exploração extrativista como eixos econômicos centrais, que por séculos lhe conferiram sentido. Já no século XX, um novo candidato a expoente do modelo agroexportador aflora na agricultura brasileira, o algodão, atingindo a liderança, no entanto, em um momento distinto dos cultivos que o antecederam, de crise econômica internacional, de reestruturação política do país e de mudanças fundamentais de sua estrutura econômica. Nessas circunstâncias, o algodão não assume centralidade semelhante à de seus predecessores na atividade econômica, associando-se, ao contrário, ao processo de industrialização que passava a comandar o ritmo de desenvolvimento econômico do Brasil, simbolizando o inédito conjunto de relações intersetoriais que marcava a dinâmica de diversificação econômica do país.

Trata-se de um produto que, explorado em pequena escala desde a época colonial para fabricação de tecidos simples, além de já conhecido e utilizado pelos índios<sup>1</sup>, atinge a condição de principal insumo industrial com o advento do tear mecânico, chave da revolução industrial, sendo exportado pela primeira vez pelo Brasil já em 1767<sup>2</sup>. Diferente de espécies arbóreas nativas da América, a variedade herbácea de algodão, de cultivo anual e maior emprego na indústria, é introduzida no país a partir da quebra do abastecimento das fábricas britânicas, relacionada à Guerra Civil dos Estados Unidos em 1860, tendo a maioria das

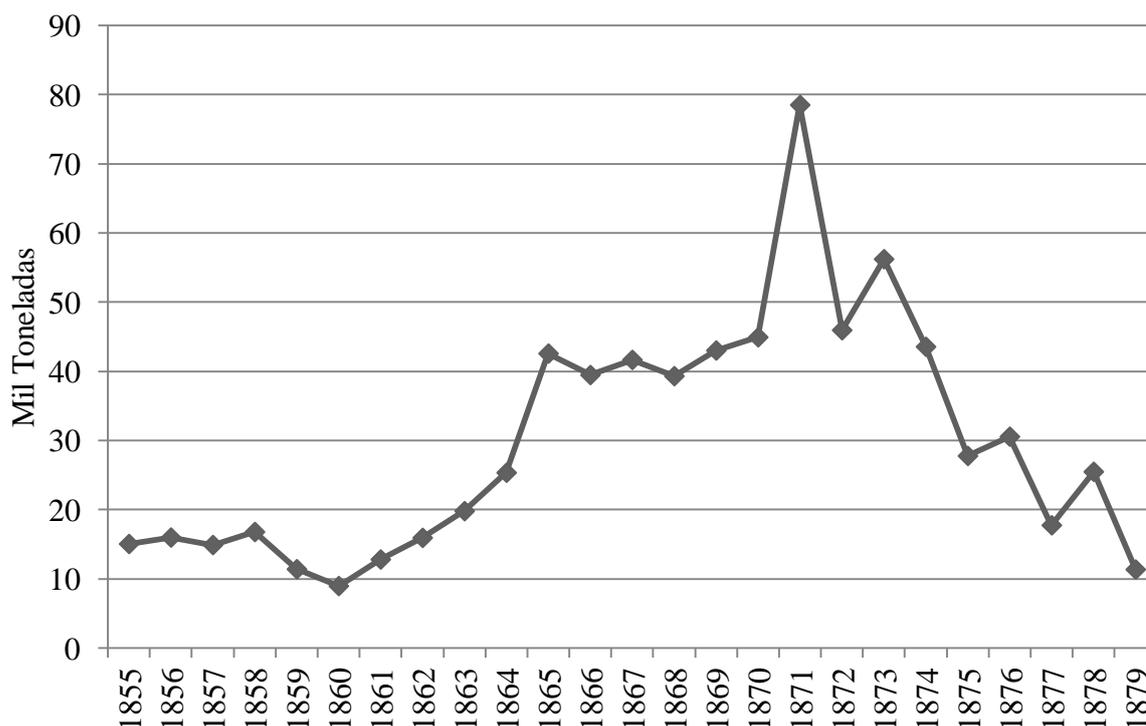
---

<sup>1</sup> “O algodão é produto nativo da América, inclusive do Brasil, e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus. Com a colonização o seu cultivo se difundiu. Fiado e tecido em panos grosseiros, servia para vestimenta dos escravos e classes mais pobres da população. Exportou-se mesmo, ocasionalmente, em pequenas quantidades; e na falta da moeda, os novelos de fio e panos de algodão chegaram a circular em certas regiões como tal”. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 81.

<sup>2</sup> DE ALMEIDA, Rômulo Barreto. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de desenvolvimento econômico*, n. 19, 2009, p. 83.

províncias imperiais experimentado a cultura algodoeira no período<sup>3</sup>. Dependente de menos recursos que o café, as plantações de algodão se difundiram em São Paulo como cultura subsidiária e opção de renda suplementar, não se generalizando nem tomando demasiados recursos: “se mantiveram sempre como lavouras de área restrita, tratadas com os braços disponíveis da família ou com o auxílio de alguns camaradas e agregados”<sup>4</sup>.

**Gráfico 1** – Exportações brasileiras de algodão (1855-1879)



Fonte: BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1939/1940*. Rio de Janeiro, 1941, p. 1376.

O reestabelecimento das exportações norte-americanas ao final da guerra implicou na quebra das exportações brasileiras, reduzidas a níveis semelhantes aos anteriores a 1860. O fim do primeiro ciclo de crescimento do algodão resultou, ainda assim, de limitações próprias do cultivo no país<sup>5</sup>, reconhecidas tanto por agricultores e industriais, responsáveis pela oferta e pela demanda no mercado doméstico, quanto por autoridades governamentais, que anos depois se interessariam por melhorias que permitissem que o produto disputasse também no mercado internacional. Relatórios do Ministério da Agricultura de 1918 e 1919 evidenciam

<sup>3</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

<sup>4</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Associação Nacional de História, 2011, p. 157.

<sup>5</sup> “As condições sob as quais havia se processado o desenvolvimento da cultura algodoeira, ou seja, o empirismo das técnicas adotadas quanto ao cultivo, ao beneficiamento e ao enfardamento do algodão, juntamente com as condições gerais da economia paulista da época, não lhe permitiram assegurar condição vantajosa no mercado internacional após o reestabelecimento da paz nos Estados Unidos”. *Ibidem*, p. 71.

essas preocupações, apontando como razão para a baixa qualidade da fibra o atrasado processo de beneficiamento empregado:

As usinas centraes de beneficiamento serão o complemento da industria agricola que se procura aperfeiçoar, e dellas muito depende a valorização desse producto. [...] O Brasil é o unico paiz que ainda emprega descaroçadores de serra para o beneficiamento de algodão de fibra longa e sementes nuas e lisas, os quaes reduzem o comprimento da fibra prejudicando a excellencia do producto fornecido pelas regiões do Nordeste brasileiro<sup>6</sup>.

Registrado ao final da Primeira Guerra Mundial, esse interesse pelo produto remonta a um período de aumento da demanda internacional por algodão e elevação de preços<sup>7</sup> já pressionados pela imposição de bloqueios marítimos, que dificultavam o acesso de inimigos a materiais estrangeiros<sup>8</sup>. O algodão era necessário para a construção de aeroplanos, balões e dirigíveis e para a fabricação de fardas, tendas, bandagens, máscaras de gás, proteção de cabos elétricos, calças de montaria, lenços de rosto para os desertos do teatro de guerra africano, entre outros produtos<sup>9</sup>. Do lado doméstico, as tecelagens brasileiras seguiam crescendo: os anos de guerra registrariam uma expansão da produção industrial em geral da ordem de 109%<sup>10</sup> e, ao final da guerra, a indústria têxtil constituía 24% do valor adicionado pelas indústrias, provendo 83% dos tecidos vendidos no país<sup>11</sup>.

Apesar do aumento dos preços internacionais e da ampliação da demanda interna durante a Primeira Guerra, a produção e a exportação de algodão não apresentaram aumentos significativos no Brasil. No caso das exportações, ao contrário, o pico de 37,4 mil toneladas de algodão exportado em 1913, logo antes da Guerra, seria superado apenas no final da década seguinte, sendo o volume total exportado no quinquênio de 1915 a 1919 de apenas 14,8 mil toneladas<sup>12</sup>, inferior à média anual observada durante a Guerra Civil dos EUA de

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatorio*. Rio de Janeiro, 1920, p. 25.

<sup>7</sup> A elevação dos preços internacionais do algodão decorrente da Primeira Guerra Mundial seria da ordem de 47%, comparando as médias de preço de 1910-1914 e de 1915-1918. Vale destacar que parte do efeito sobre os preços derivou das oscilações nos tamanhos das safras estadunidenses, sendo a colheita de 1915 23% maior que a média do quinquênio anterior e as colheitas de 1916, 1917 e 1918 em média 13% menor. COOPER, Maurice Royce. *Some Effects of the World War on Cotton*. United States Department of Agriculture, Bureau of Agricultural Economics, Washington, 1937, p. 6-11.

<sup>8</sup> “A única arma tecnológica que teve um efeito importante na guerra em 1914-18 foi o submarino, pois os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário”. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 36.

<sup>9</sup> SINGLETON, John. The cotton industry and the British war effort: 1914-1918. *Economic History Review*, 1994, p. 606.

<sup>10</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p. 26.

<sup>11</sup> FISHLOW, Albert. Origens e Consequências da Substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2 n. 6, 1972, p. 21.

<sup>12</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1377.

23,2 mil toneladas. A produção estadunidense, enfim, seguia abastecendo a demanda britânica por algodão<sup>13</sup> e o mercado interno não demandava montantes que justificassem expansão comparável à observada décadas antes, motivada pelo setor externo.

A década de 1920 seria o período final de relativa estagnação do cultivo, sem aprimoramento das técnicas rústicas de processamento do algodão introduzidas no século XIX, cultivadas variantes predominantemente de pequeno comprimento de fibra em São Paulo e encerrada a demanda extraordinária decorrente da guerra na Europa, que pouco afetou a produção brasileira de qualquer modo. Embora um aumento dos preços do algodão associado à expansão da produção nacional de tecidos tenha motivado certa expansão da cultura em São Paulo nos anos finais da década de 1910 e iniciais da seguinte, a reduzida tonelagem demandada pela indústria limitou esse crescimento ao pico de 38 mil toneladas em 1925. A crise têxtil seguinte rapidamente reverteu essa dinâmica, reduzido o volume cultivado no estado a um décimo do pico ainda na década de 1920<sup>14</sup>. O sucesso da cafeicultura no período seria elemento final de contenção da cotonicultura, ao menos em São Paulo: o comportamento do câmbio, desvalorizado no início da década e razoavelmente estável até 1929, o elevado preço externo do café e as políticas de defesa elevariam a receita de exportação do produto em 76% nos dez anos entre 1919 e 1929, de 2.187,7 mil contos de réis para 3.860,5 mil contos de réis<sup>15</sup>, reduzindo incentivos para investir em outras culturas<sup>16</sup>. O cenário dos quinze anos seguintes seria, entretanto, muito diferente.

A Crise de 1929 colocaria de joelhos as economias mais vigorosas do globo, convulsionadas as sociedades pelo desemprego em massa sem precedentes. O comércio internacional, que desde os primórdios da colonização deu sentido à ocupação do território

---

<sup>13</sup> Em anos imediatamente anteriores à guerra, os Estados Unidos abasteciam 80% da demanda britânica por algodão, cifra que cairia a 50% até meados da década de 1930. COOPER, Op. Cit., p. 3. Vale destacar que a Índia e o Egito, importantes produtores de algodão no período, sendo a Índia detentora da maior lavoura após os Estados Unidos, continuariam como colônias britânicas até 1947 e 1952 respectivamente, de modo que suas produções eram destinadas majoritariamente ao mercado inglês.

<sup>14</sup> ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital comercial, indústria têxtil e relações de produção na cotonicultura paulista (1920 – 1950)*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Campinas, 1981, p. 132.

<sup>15</sup> SILBER, Simão Davi. *Política econômica: Defesa do nível de renda e industrialização no período 1929/1939*. Rio de Janeiro, 1973, p. 33.

<sup>16</sup> “Tendo um mercado interno (a indústria têxtil paulista) que ainda consumia baixa tonelagem de algodão, e convivendo ao lado da cultura de maior rendimento e produtividade do país (a cafeeira), a agricultura paulista não tinha porque competir com a atrasada cotonicultura nordestina nessa produção”. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5 ed. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2007, p. 74.

brasileiro e guiou os passos de sua economia, colapsaria, tornando insustentável o modelo de desenvolvimento através da exportação de poucos gêneros agrícolas<sup>17</sup>.

Numa época em que o comércio mundial caiu 60% em quatro anos (1929-32), os Estados se viram erguendo barreiras cada vez mais altas para proteger seus mercados e moedas nacionais contra os furacões econômicos mundiais, sabendo muito bem que isso significava o dismantelamento do sistema mundial de comércio multilateral sobre o qual, acreditavam, devia repousar a prosperidade do mundo<sup>18</sup>.

Trata-se de uma catástrofe que destruiu toda a esperança de restaurar a economia, e a sociedade, do longo século XIX. O período de 1929-33 foi um abismo a partir do qual o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava morto<sup>19</sup>.

A repentina redução da renda estrangeira levaria a economia cafeeira à ruína, mergulhando o Brasil em grave crise cambial, com sérias implicações sobre o financiamento do Estado e sobre os investimentos privados. A redução da renda nacional em termos de moeda estrangeira seria, entretanto, contraditoriamente responsável por um ambiente propício para o desenvolvimento industrial, encarecidas as importações e sustentada parte da renda doméstica pelas políticas de defesa do café: o poder de compra represado dentro do país direcionaria demandas tradicionalmente satisfeitas pelo comércio exterior à produção doméstica, estimulada também a diversificação econômica pela queda da lucratividade da cafeicultura. Finalmente, processos políticos de ampla envergadura transformaram o país a partir de 1930, reconfigurando a composição de forças políticas, a forma de governo, as relações entre classes sociais e as relações entre capital privado e Estado. É nesse contexto que o algodão passa por seu segundo e mais significativo surto de produção, não mais decorrente exclusivamente de fatores externos, localizado em uma região diferente de seu plantio original e atendendo a novos padrões de demanda nacional e internacional, assim como respondendo a novos estímulos de políticas públicas.

Superando a cafeicultura em valor da produção em 1939 e em área de cultivo em 1941, o algodão desponta como principal produto agrícola brasileiro em meio a fenômenos inéditos que, além de determinarem sua expansão, reconfiguram a própria economia brasileira: a indústria atravessa um ciclo de desenvolvimento que, objeto de amplo debate historiográfico, coloca em questão o caráter agroexportador do Brasil; o grave déficit de divisas redefine a política econômica, reestabelecendo limites e mobilizando buscas por formas alternativas de desenvolvimento; multiplicam-se as relações políticas e comerciais

---

<sup>17</sup> PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 287-288.

<sup>18</sup> HOBSBAWM, Op. Cit., p. 98.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 111.

com as potências que formariam o Eixo no desfecho da década, rearranjando as relações internacionais e as visões sobre o comércio exterior do país. A elucidação das múltiplas razões que levaram ao desenvolvimento da cotonicultura e a compreensão de seus efeitos sobre uma economia em transformação são, portanto, as questões que motivam este trabalho, dedicado ao estudo da expansão algodoeira durante a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial como fenômeno multifatorial.

A notável dinâmica regional da expansão, lócus objetivo dos fenômenos estudados, constitui elemento final do conjunto de circunstâncias a determinar o desenvolvimento da economia algodoeira no Brasil durante a Era Vargas, encerrando o leque de questões norteadoras do estudo: o algodão foi um insumo industrial indispensável para o desenvolvimento têxtil, principal setor da indústria brasileira no período; foi um artigo de exportação capaz de incorporar recursos da cafeicultura em crise e gerar receitas em moeda estrangeira, úteis para a manutenção das importações e para o pagamento da dívida externa, sujeito, portanto, a desígnios políticos; despertou o interesse de novos importantes parceiros comerciais do Brasil, constituindo matéria-prima essencial para os preparativos militares alemães e japoneses; e se desenvolveu de maneira assimétrica, divergindo da tradicional produção nordestina em direção a São Paulo.

No contexto do processo de industrialização, da crise do café e das dinâmicas que antecedem a Segunda Guerra Mundial, a expansão da cotonicultura circunda duas hipóteses fundamentais: da condição de insumo industrial da fibra e da perspectiva de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira na década de 1930 segue a hipótese de um desenvolvimento algodoeiro resultante de novas necessidades da indústria nacional; da crise cambial e do benefício a potências estrangeiras das exportações de algodão segue a hipótese de um crescimento vinculado a determinantes do setor externo, alinhada ao histórico caráter agroexportador da economia brasileira.

A apreciação dessas hipóteses pressupõe o esclarecimento de importantes dúvidas acerca do desenvolvimento do cultivo: qual foi o peso relativo da exportação e da demanda interna no conjunto da economia algodoeira? Se o setor externo efetivamente desencadeou a expansão, foi ela simples consequência de decisões individuais tomadas por agricultores em busca de maior rentabilidade? Ou decorreu de políticas públicas deliberadamente benéficas à atividade algodoeira? Seriam essas políticas fruto do interesse do Estado em encontrar substitutos para a cafeicultura de modo a favorecer as importações e a arrecadação? Ou seriam parte de uma estratégia mais ampla de incentivo à diversificação econômica, associada

à busca do regime varguista por sustentação política nos estados? Alternativamente, teria a expansão resultado do arbítrio de potências estrangeiras destituídas de colônias produtoras de algodão e que precisavam garantir insumos para suas indústrias têxteis?

Reflexos isolados dessas questões podem ser encontrados em diversos trabalhos dedicados ao processo de industrialização, à crise cambial, aos movimentos políticos que encerraram a Primeira República, à questão trabalhista ou ao retorno ao autoritarismo. Contudo, apresentando apenas superficialmente o fenômeno da expansão da cotonicultura no país, a literatura recorre a vínculos insuficientemente explicados entre o desenvolvimento algodoeiro e os eventos de ampla repercussão historiográfica em questão. Nesse sentido, tendo em vista a hipótese de uma expansão decorrente de dinâmicas internas, a dúvida adicional que se coloca é de que maneira o algodão, que toma espaço da cafeicultura e se torna o principal produto agrícola do país atendendo também a necessidades da indústria, serve ao processo que subverte o histórico caráter agroexportador do Brasil, subordinando o campo, tradicionalmente principal setor da economia do país, à expansão industrial?

A multiplicidade de processos em curso requer que a análise da economia do algodão no Brasil não circunstancie uma hipótese à outra, reduzindo o potencial explicativo de cada uma à negação de seu aparente inverso. Ao invés disso, a investigação das questões elencadas deve abarcar interações complexas entre determinantes do desenvolvimento algodoeiro, sendo a própria pluralidade importante particularidade do objeto. Dito de outro modo, a apreciação da hipótese de uma expansão determinada pelo rearranjo econômico do país oriundo do processo de industrialização não pressupõe a rejeição de efeitos de políticas associadas a interesses do Estado, de reajustes produtivos associados às lucratividades relativas ou de consequências de ações estrangeiras, sendo o oposto também verdadeiro. É nesse sentido que a dualidade de um insumo industrial de origem agrícola em um país primário-exportador não deve ser reduzida a uma contradição inerte, incapaz de explicar o fenômeno em questão ao contrapor, como dicotômicos, fundamentos complementares.

Assim, em uma situação na qual o desenvolvimento industrial encontra respaldo nas antigas formas produtivas ainda em vigor, na qual áreas atrasadas “têm desempenhado muitas vezes o papel de fornecedoras de força de trabalho barata, de matérias-primas, e têm servido de mercado para as mercadorias produzidas pelas regiões mais adiantadas”<sup>20</sup>, o algodão ascende precisamente na região de maior vigor capitalista, próximo aos centros industriais que abastece e a partir de recursos produtivos tradicionalmente orientados à economia de

---

<sup>20</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 117.

exportação, seja terra, capital ou trabalho. Entre o passado agrário e a ascensão da burguesia industrial, a fibra produzida pela economia agroexportadora nutre a ascensão da indústria ao se tornar uma das “matérias-primas demandadas pela acumulação industrial-urbana”<sup>21</sup>, reafirmando-a. O algodão seria, nesse sentido, expressão do conflito sem contradição entre o capital mercantil e o capital industrial, historicamente complementares, seguindo uma dinâmica representativa do “processo que culmina com a dominação do capital industrial e financeiro”<sup>22</sup>, que subordina frações antes hegemônicas do capital e confere à agricultura um novo propósito, alinhado aos interesses nacionais, particulares da burguesia, porém manifestos pelo Estado como gerais, da industrialização garantidora da soberania.

O estudo pretende, enfim, buscar os fundamentos do desenvolvimento da economia do algodão na reestruturação do Estado brasileiro, no processo de industrialização, na crise cambial e nas relações com as potências estrangeiras, entendendo o algodão como consequência e expressão de mudanças fundamentais da estrutura econômica do Brasil sob nova ordem geopolítica mundial. Simultaneamente expoente da agroexportação e símbolo de sua superação, o trabalho se atentará à dualidade de um cultivo responsável tanto pelo principal artigo agrícola de um país historicamente primário-exportador quanto por um insumo fundamental para o principal ramo industrial de um país em meio a acelerado processo de industrialização, compreendendo, em síntese, se a transferência de recursos da cafeicultura ao algodão se dá dentro dos limites da lógica agroexportadora, rematando, não obstante, em uma transfiguração do histórico papel da agricultura nacional associada ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira.

Nessa busca, o trabalho identificará um caráter verdadeiramente multifatorial do surto algodoeiro, associado a fundamentais dinâmicas regionais entre cultivos de naturezas diversas e sujeitos a condicionantes distintas nas diferentes geografias. Aos efeitos regionalmente desiguais de fenômenos nacionais e internacionais somam-se importantes complexidades observadas no tempo, conforme variações no ritmo do desenvolvimento industrial que estimula a cotonicultura, mudanças nas estratégias de um Estado que se volta à ação direta sobre a economia do país, condições cambiais e fiscais, composição demográfica e da renda brasileira, necessidades e ambições de potências estrangeiras, vigências de acordos internacionais e conjuntura do comércio internacional.

---

<sup>21</sup> DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004, p. 12.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 13.

Para além desta introdução, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro é dedicado ao estudo do algodão vinculado ao setor externo, às consequências da crise da cafeicultura sobre a cotonicultura, às políticas públicas relacionadas ao algodão e ao interesse e influência estrangeiros sobre a produção de maneira a examinar hipóteses de um desenvolvimento algodoeiro em resposta à crise cambial e aos esforços econômicos das nações que comporiam o Eixo. O segundo capítulo é dedicado à investigação das relações entre a expansão do algodão e o processo de industrialização nacional e à investigação do significado desse desenvolvimento em um período de transformações fundamentais da economia brasileira no intuito de sopesar a hipótese do crescimento do algodão determinado por fatores domésticos. O terceiro capítulo, finalmente, é dedicado à análise da dinâmica regional do desenvolvimento do algodão que permeia as discussões anteriores, esclarecendo a multiplicação do cultivo no estado de São Paulo, a relativa estagnação da produção no Nordeste, a evolução das relações inter-regionais tecidas a partir do comércio de algodão e os vínculos desse rearranjo com a exportação e o uso doméstico da fibra no intuito de delinear os contornos objetivos das questões investigadas nos primeiros capítulos.

## **CAPÍTULO 1 – CRISE CAMBIAL E O ALGODÃO DE EXPORTAÇÃO**

Em um país orientado à exportação de produtos primários para garantir o abastecimento interno e o próprio financiamento do Estado, a quebra de 1929 e a reversão protecionista internacional rapidamente evoluem para problemas urgentes no Brasil, com a retração da cafeicultura e o encarecimento das volumosas dívidas externas se traduzindo em grave crise. Com um desenvolvimento agrícola já historicamente associado à agroexportação, os desequilíbrios que marcaram a economia brasileira da década de 1930 reforçam a relevância do setor externo em uma análise da economia do algodão no Brasil na medida em que a expansão do cultivo não responde apenas a flutuações do mercado internacional, mas também à ação intencional de autoridades preocupadas com a solvência do país e o financiamento do Estado, dependentes dos movimentos da agricultura. Nesse sentido, o Capítulo 1 discute como se dá a expansão algodoeira em meio à crise externa, apresenta diferentes leituras acerca dessa dinâmica e a insere no contexto de um Estado interessado no produto, investigando seu discurso e atuação, além dos efeitos práticos de suas políticas.

Tratando-se, ademais, de uma situação decorrente de abalos internacionais, reconstituir o panorama externo que motivou a evolução da economia algodoeira pressupõe uma compreensão das aspirações de um país periférico confrontado com o aumento das tensões e da hostilidade internacional e uma compreensão dos motivos e influências de nações envolvidas no comércio do produto, apontadas por importante literatura como responsáveis pelo próprio desenvolvimento da cotonicultura brasileira. Dessa forma, se o histórico caráter agroexportador da economia brasileira determina que uma interpretação do desenvolvimento da cotonicultura dependa do estudo da conjuntura internacional e do comércio exterior, requisito reforçado por interesses agroexportadores de um Estado em crise, desafios característicos da Grande Depressão, como a necessidade de firmar acordos e assumir compromissos com nações estrangeiras para a persecução de objetivos comerciais, conduzem essa leitura à análise de intenções e relações de poder em novas e antigas parcerias.

### **1.1 – Crise do café e florescimento da cotonicultura**

No início do século XIX “o sonho do ouro transformara-se, já então, em pesadelos”<sup>23</sup>. O Brasil, com escassos capitais próprios ou possibilidades de financiamento estrangeiro, tinha como única opção de desenvolvimento a sempiterna saída do comércio internacional de

---

<sup>23</sup> MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 25, 1941, p. 13.

produtos primários, fazendo uso de seu fator de produção mais abundante: terra. O algodão, que figurava em segundo colocado na pauta de exportações do país, atrás do açúcar, não era uma alternativa viável pela desproporcional competição com o produto estadunidense<sup>24</sup>, que na década de 1830 derrubara os preços internacionais à terça parte dos originais na medida em que transformava o produto na principal matéria-prima do mercado mundial<sup>25</sup>. A expansão da produção de algodão brasileira durante a Guerra Civil dos EUA não passaria de um afortunado intervalo.

O café, introduzido no Brasil no início do século XVIII e difundido para fins de consumo local, despontaria como a alternativa que os produtores buscavam. Inicialmente entre agricultores fluminenses, mas em especial para os agricultores paulistas na medida em que a cafeicultura se consolida, o café desponta como principal produto de exportação do país em meados do XIX, século no qual o produto deixaria o legado de uma multiplicação da renda gerada pelo setor exportador de quase quatro vezes, ultrapassando significativamente seus principais adversários da pauta de exportação, o açúcar e o algodão, que juntos proporcionariam um aumento da renda real de 54% no período<sup>26</sup>. Ampliado em mais de quatro vezes o montante total produzido nas últimas duas décadas do século, a pressão negativa sobre os preços, decorrente também das crises externas, amadureceria a ideia de estabelecer mecanismos de defesa do produto. Efetivamente implementados a partir de 1906, a defesa dos preços sustentaria a lucratividade do café e incentivaria a continuidade da

---

<sup>24</sup> Apesar da incomparável escala de produção da cotonicultura dos Estados Unidos, o produto brasileiro era em certa medida temido pelos agricultores estadunidenses, que o tinham como argumento em meados do XIX para reivindicação da reabertura do comércio escravista, sem o qual diziam não poder concorrer com a produção do Brasil e da Índia. BRANDIS, Royall. Cotton competition, U.S. and Brazil: 1929-1948. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 34, 1952.

<sup>25</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [1959], p. 114.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 143-144. Furtado discute também os efeitos da assimetria entre o café produzido no Sudeste e as culturas tradicionalmente nordestinas no desenvolvimento das diferentes regiões, com resultados relevantes inclusive em economias locais de subsistência próximas aos centros agroexportadores, que tiveram maior ou menor crescimento demográfico e de renda per capita pelo potencial de monetizar suas produções dependendo do ritmo de crescimento dos centros a elas relacionadas.

expansão da cafeicultura<sup>27</sup>, que chegaria a representar 48% do produto agrícola agregado na segunda metade da década de 1920<sup>28</sup>.

Respondendo por mais de 70% do valor de exportação do país<sup>29</sup> e responsável já no início do século XX por 75% da produção global de café<sup>30</sup>, a cafeicultura brasileira dependia cada vez mais das políticas de defesa que limitavam o volume do produto a chegar aos mercados internacionais, sustentando os preços externos e acumulando no interior do país grandes estoques de café<sup>31</sup>. A falta de controles sobre a expansão da oferta levaria, entretanto, a safras sucessivamente maiores e a um estoque total de café, cujo valor em 1929 “sobrepassou 10 por cento do produto territorial bruto do ano”<sup>32</sup>, que se tornaria rapidamente invendável<sup>33</sup>. Ao desequilíbrio estabelecido entre oferta e demanda do produto, incapazes os Estados Unidos e a Europa de absorver quantias maiores de café mesmo no caso de uma eventual baixa dos preços devido ao caráter inelástico de sua demanda<sup>34</sup>, somavam-se os custos impostos sobre os assalariados urbanos, onerados pela política de desvalorização cambial, e o crescimento da dívida pública externa<sup>35</sup>, cujos pagamentos também eram

---

<sup>27</sup> “O próprio Governo Federal, a princípio hesitante, tirara boas vantagens das operações. Estes fatos, que pareciam contraditar toda a ortodoxia econômica (dizia-se frequentemente que as operações, apesar de condenáveis do ponto de vista teórico, eram recomendáveis do ponto de vista prático!), fortaleceram de tal maneira a posição dos chamados “valorizadores” que dificilmente haveria qualquer titubeio por parte do Governo para intervir em outras dificuldades. A oposição havia sido esmagada pelo peso dos fatos e não ousava mais falar. Infelizmente, esses aspectos positivos estavam sendo solapados pelo completo abandono às restrições de crescimento da oferta”. DELFIM NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. In: PELÁEZ, Carlos Manuel (org.). *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 104, 105.

<sup>28</sup> VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas, série monográfica n. 10, Rio de Janeiro, 1973, p. 189.

<sup>29</sup> PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 167.

<sup>30</sup> PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café, 1906-1945: teoria, política e medição. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, 1971, p. 48.

<sup>31</sup> A escolha de manter os estoques dentro do país, ainda que o destino certamente fosse o exterior, era deliberada. Os centros consumidores eram contrários às políticas de defesa do café e “a disponibilidade de estoques nos mercados consumidores constituía ameaça iminente aos preços do café”. Ibidem, p. 73.

<sup>32</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 181.

<sup>33</sup> “Era perfeitamente óbvio que os estoques que se estavam acumulando não tinham nenhuma possibilidade de ser utilizados economicamente num futuro previsível. Mesmo que a economia mundial lograsse evitar nova depressão, após a grande expansão dos anos vinte, não havia nenhuma porta pela qual se pudesse antever a saída daqueles estoques, pois a capacidade produtiva continuava a aumentar. A situação que se criara era, destarte, absolutamente insustentável”. Ibidem, p. 179.

<sup>34</sup> Este ponto é objeto de análise de diversos autores que se dedicam a estudar a delicada situação do café nesse período, por exemplo: FURTADO, Op. Cit., p. 186, que entende os movimentos de preços do café como decorrentes de fatores pelo lado da oferta; PELÁEZ, Op. Cit., p. 117, que atribui a impossibilidade de compensar a queda da receita em moeda estrangeira através do aumento das exportações à inelasticidade da demanda; SILBER, Op. Cit., p. 18, que relaciona a inelasticidade da demanda à oneração do imposto de exportação sobre o comprador estrangeiro de café; e ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 45 que explica a eficácia da política restritiva da oferta para maximização da receita de exportação graças a essa inelasticidade.

<sup>35</sup> ABREU, Op. cit., 1999, Loc. Cit.

dificultados pelo câmbio baixo. A cafeicultura nacional, por suas próprias circunstâncias, chegava ao final da década de 1920 em uma situação arriscada.

No cenário econômico internacional, estagnados os salários estadunidenses no decorrer da década de 1920, perdendo em enorme desvantagem para os lucros que cresciam desproporcionalmente, o aumento da produtividade e a especulação desmedida ampliaram a produção muito além dos níveis de renda, consumidos os novos produtos e estilos de vida em larga medida com base na expansão do crédito<sup>36</sup>, fruto de uma confiança ilusória no futuro. Esse cenário de fins da década de 1920 era completado, ademais, pela instabilidade financeira na Europa oriunda da destruição da Primeira Guerra e das indenizações impostas à Alemanha, pela tendência à deflação decorrente da reinstitucionalização do padrão ouro, associada à queda da produção do metal, e pela migração para a bolsa de valores de volumosos capitais estadunidenses e europeus antes imobilizados em títulos do governo dos Estados Unidos<sup>37</sup>.

A Crise que eclode em 1929 colapsa o comércio internacional e coloca os países centrais do capitalismo em um ciclo vicioso de protecionismo, uma espiral de aumento de barreiras, redução do comércio, da renda e dos empregos. Em menos de 3 anos, as 30 principais ações dos Estados Unidos medidas pelo *Dow Jones Industrial Average* perdem 89% de seu valor e o desemprego atinge 27% da população, taxa que, por maior que fosse, apequenava-se frente às observadas na Áustria, na Noruega, na Dinamarca e na Alemanha, de 29%, 31%, 32% e 44% respectivamente<sup>38</sup>. Alastrada rapidamente da maior economia do mundo para a Europa, a crise não deixa de atingir violentamente os países atrasados e com economias subordinadas ao centro do capitalismo.

Com a crise e o fechamento dos países para dentro de si, revertendo bruscamente a tendência histórica à abertura econômica e ao multilateralismo, os empréstimos internacionais declinaram 90% durante a década<sup>39</sup>, lesando especialmente as economias mais frágeis de países dependentes. O fracasso do modelo, enfim, agravava a incerteza em relação ao futuro encetada pela ascensão do nazismo e do fascismo na Alemanha, na Itália e na Espanha, pela expansão do império japonês no oriente e pelo sucesso soviético, todos representantes de modelos que se contrapunham à hegemonia do liberalismo clássico ocidental. O

---

<sup>36</sup> HOBBSAWM, Op. Cit., p. 104-105.

<sup>37</sup> CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 125-126.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>39</sup> CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 221.

protecionismo ao qual as potências europeias e os Estados Unidos se voltavam, enfim, significava um rompimento com todas as crenças que orientavam o desenvolvimento econômico sob esse sistema.

O Brasil chega à Quinta-feira Negra da Bolsa de Nova Iorque como responsável por 60% das exportações mundiais de café<sup>40</sup>, sendo os Estados Unidos comprador de mais da metade da oferta mundial<sup>41</sup>. Junto aos países mais pobres e dependentes de exportações de matérias-primas e produtos básicos ao centro do capitalismo mundial, a Europa e os Estados Unidos, o Brasil veria uma rápida queda no preço de seus produtos voltados ao mercado externo. Ainda que o consumo total de café não sofresse uma baixa significativa nos países de elevada renda em crise, a larga acumulação de estoques e as “precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro” teriam um efeito devastador sobre os preços que, em consonância com toda sorte de produtos básicos nos mercados internacionais, cairiam, em 1931, à terça parte do que haviam sido no último quinquênio da década anterior<sup>42</sup>. O aumento do volume exportado da ordem de 25%, associado aos preços menores, estaria aquém do necessário para a manutenção das receitas de exportação e até mesmo da possibilidade de venda de toda a produção<sup>43</sup>, estimados para as dez safras seguintes volumes superiores à capacidade prevista de absorção nos mercados consumidores<sup>44</sup>.

Correspondendo o café à maior parte da pauta de exportação do país, a receita de exportação do produto cairia de £69,7 milhões em 1928 a £41,2 milhões em 1930 e £26,2 milhões em 1932, quedas de 40,9% e 62,4% nos intervalos de 2 e 4 anos. As exportações totais aos Estados Unidos, por sua vez, exibiriam quedas de £44,3 milhões para £26,5 milhões e £16,8 milhões nos mesmos períodos, virtualmente idênticas às observadas na receita de exportação do café, de 40,2% e 62,1<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> Caio Prado Jr. fala em uma preferência estadunidense por produtores livres da dominação britânica, recebendo o café brasileiro prioridade em detrimento das Índias Ocidentais, sob controle direto ou indireto britânico, e de Java e Sumatra, colônias holandesas, que tornavam Londres e, subalternamente, Amsterdam os centros controladores do comércio internacional do produto. PRADO JUNIOR, Op. Cit., p. 160.

<sup>41</sup> TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FALEIROS, Rogério Naques. *O Café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na primeira metade do século XX*. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017, p.18-21.

<sup>42</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 179.

<sup>43</sup> Vale notar que o volume produzido seguiria crescendo nos anos de crise devido à expansão em áreas de produtividade superior à média geral e devido ao tempo de amadurecimento dos pés plantados antes da quebra, que tardam entre 4 e 5 anos desde o plantio para começar a produzir e 8 anos até a maturidade. Ibidem, p. 189-193.

<sup>44</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 184-186.

<sup>45</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1368-1375.

A redução das exportações e a intensa fuga de capitais rapidamente se traduziriam em uma significativa redução da capacidade de importar e em grave deterioração das condições fiscais do governo. As importações totais da ordem de £90,7 milhões em 1928 cairiam a £53,6 em 1930 e £21,7 em 1932, quedas de 40,9% e 59,5%<sup>46</sup>, em linha com a redução das exportações e, coincidentemente, com a contração mundial do comércio internacional no mesmo período<sup>47</sup>. Vale notar que a queda das importações resultaria em uma preservação dos saldos positivos da balança comercial brasileira durante os anos de crise, ainda que reduzida em grande medida a entrada total de divisas<sup>48</sup>.

O Gráfico 2 organizado abaixo demonstra a sincronia da queda das exportações e importações decorrente da Crise de 1929 que mantém o saldo da balança comercial positivo, além de revelar a magnitude da redução da receita de exportação de café e a importância do comércio com os Estados Unidos no conjunto das contas do setor externo. Vale notar que, mesmo após a estabilização das exportações e o ligeiro restabelecimento das importações em 1933, o café seguiria em crise, perdendo 18% adicionais de sua receita entre 1932 e 1934.

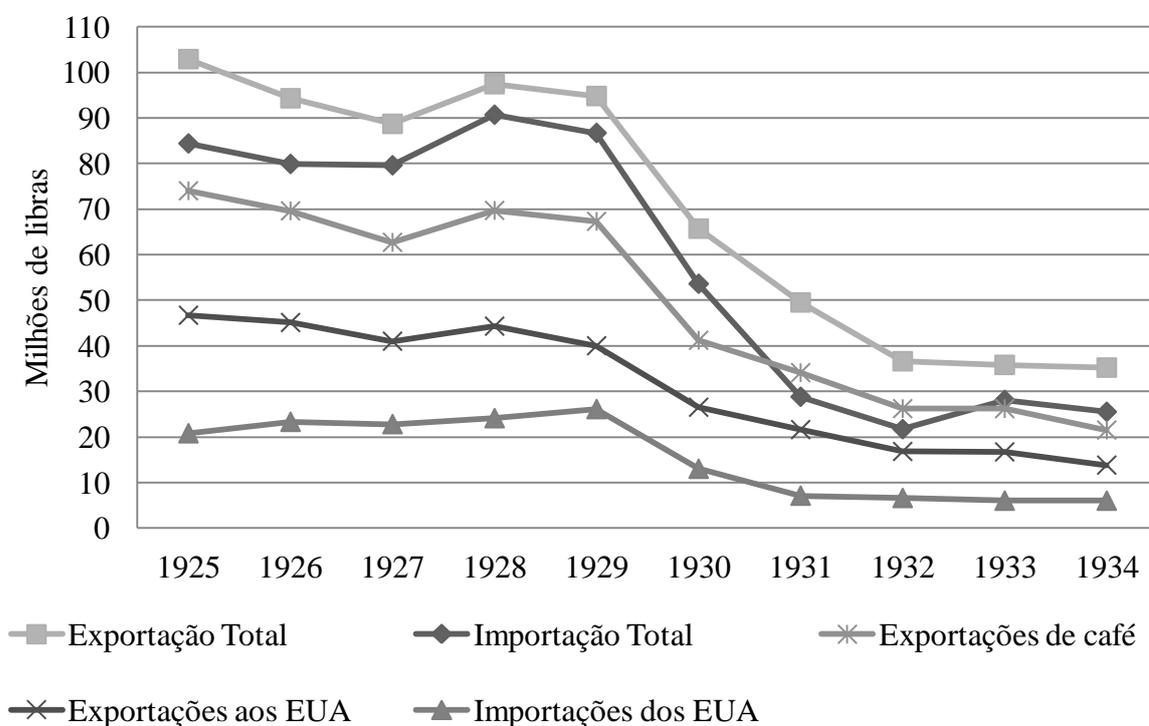
---

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 1365.

<sup>47</sup> Hobsbawm afirma que o comércio mundial teria uma retração de 60% entre 1929 e 1932. HOBBSAWM, *Op. Cit.*, p. 98.

<sup>48</sup> Há uma diferença significativa nos valores de importação e de exportação totais do Brasil, e portanto nos saldos da balança comercial, em 1931 e 1932 registrados por ABREU, *Op. Cit.*, 1999, p. 46, que tem como fonte o anuário estatístico de 1947 e apresenta os dados como exportações FOB e importações CIF, e os valores registrados em BRASIL, *op. Cit.*, 1941a, p. 1365-1375. Os valores dos seis anos entre 1925 e 1930 são idênticos entre as fontes, no entanto, Abreu apresenta exportações de £53,8 e £51,2 para 1931 e 1932 e importações de £30,1 e £30,5, enquanto o anuário estatístico de 1939/1940 apresenta exportações de £49,5 e £36,6 e importações de £28,8 e £21,7. Vale notar que os dados observados no anuário estatístico de 1947 estão registrados em Cruzeiros, tendo sido provavelmente convertidos para libras pelo autor, ao passo que os dados do anuário estatístico de 1939/1940 já estavam registrados em libras.

**Gráfico 2** – Exportações e importações totais, exportações de café e comércio com os EUA (1925-1934)



Fonte: BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1360.

Certamente a moeda nacional não sairia impune das violentas restrições ao setor externo decorrentes da crise internacional. A queda das exportações e a fuga de capitais acarretariam em uma forte pressão negativa sobre o câmbio e, sendo a intenção do governo republicano impedir a desvalorização do mil-réis, a determinação de reinstaurar o controle cambial levaria a um rápido esgotamento das reservas:

A queda vertiginosa dos preços do café, em conjunção tanto com a decisão de Washington Luís de manter a paridade do mil-réis quanto com a quase total interrupção da entrada de capitais estrangeiros, deflagrou um processo de perda muito rápida de reservas em ouro e levou à instituição, no apagar das luzes da República Velha, do monopólio cambial do Banco do Brasil. [...] as reservas cambiais, que eram de £31,1 milhões em setembro de 1929, caíram para £14,1 milhões em agosto de 1930 e haviam desaparecido no início de 1931<sup>49</sup>.

A difícil situação dos estoques de café piorava com a safra recordista que encerrava a década de 1920 e, junto à implosão dos mercados internacionais, seu financiamento se tornava impossível. A inacessibilidade a novos empréstimos em moeda estrangeira reduzia as

<sup>49</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 75.

possibilidades de negociação e de rolagem das dívidas contraídas<sup>50</sup>, ao mesmo tempo que a desvalorização monetária encarecia os encargos financeiros e a redução das exportações prejudicava a obtenção de divisas com as quais realizar os pagamentos. Com taxas de juros fixas, imunes os valores nominais dos pagamentos em moeda estrangeira a oscilações de qualquer natureza, “o pagamento integral do serviço da dívida pública chegaria a exceder o considerável superávit comercial que resultava de uma forte compressão de importações”<sup>51</sup>. O saneamento da dívida externa de mais de £250 milhões se tornava impraticável<sup>52</sup> e, efetivamente, o novo governo passaria a decretar sucessivas moratórias a partir de fins de 1930, reintroduzindo também o monopólio cambial do Banco do Brasil em 1931<sup>53</sup>.

Em 1931 seriam suspensos os pagamentos de todos os empréstimos tomados pelo Brasil, com poucas exceções<sup>54</sup>. Os juros suspensos seriam consolidados em novos bônus, emitidos em duas series com taxa de juros de 5% e prazos de resgate previstos em 20 e 40 anos, contrariando as recomendações estrangeiras e colocando à prova a alegação de Otto Niemeyer de que “o homem que afunda três vezes em geral se afoga”<sup>55</sup>. Novos atritos internacionais relacionados ao endividamento externo ocorreriam em 1934 e 1937, o primeiro deles em negociações com a Inglaterra e os Estados Unidos, apelidado “esquema Aranha”, que reduziria pagamentos da ordem de £24 milhões anuais “para entre £ 7,3 milhões e £ 9 milhões nos quatro anos previstos para o acordo”<sup>56</sup>, ao passo que o segundo suspenderia

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 81-96, fala sobre a influência britânica na formulação de políticas públicas como pré-condição para novos financiamentos.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 235. Informação semelhante pode ser vista na Tabela 5, no próximo subcapítulo.

<sup>52</sup> Apesar das restrições, negociações e suspensões, Marcelo de Paiva Abreu descreveria que os pagamentos do serviço da dívida geralmente avultavam 50% dos saldos comerciais anuais. Ibidem, Loc. Cit. Novamente, detalhes semelhantes podem ser encontrados na Tabela 5.

<sup>53</sup> O monopólio reinstituído no ano anterior vigorara apenas durante o último mês da República Velha, revogado então pela Revolução de 1930.

<sup>54</sup> Seriam exceções as renegociações de 1898 e 1914, além de atrasados relativos a empréstimos franceses anteriores a 1914. Vale ressaltar que Inglaterra e França seriam beneficiadas pela decisão por serem credoras de dívidas mais antigas, pertencendo as mais recentes aos Estados Unidos, em geral de prazos mais curtos e juros mais elevados. Ibidem, p. 233, 239-240.

<sup>55</sup> Referindo-se aos dois *funding loans* anteriores e à eventualidade de um terceiro durante a Missão Niemeyer de 1931 no Brasil. ABREU, Marcelo de Paiva. *Os funding loans brasileiros: 1898-1931*. Pesquisa e planejamento econômico, v. 32, n. 3, 2002, p. 529.

<sup>56</sup> A significativa redução do serviço da dívida não significava que o Brasil seria capaz de arcar facilmente com os pagamentos: “Apesar de ter havido entre 1933 e 1937 uma recuperação no volume tanto das importações como das exportações, na verdade esse foi o período em que o comércio exterior sofreu sua crise mais pronunciada. Assim, com a piora contínua das relações de trocas (que, em 1939 e 1940, chegaram a níveis bem inferiores aos observados durante a depressão) devido à constante queda do preço do café, o saldo da balança comercial ficou reduzido à média anual de pouco mais de 8 milhões de libras em 1934-1936, enquanto que só com o pagamento da dívida externa, de acordo com o novo esquema (Esquema Oswaldo Aranha), o País dispendeu cerca de 7,5 milhões de libras esterlinas anualmente”. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 211.

integral e unilateralmente os pagamentos do serviço da dívida por dois anos, até que tivessem início negociações de retomada<sup>57</sup>.

Além das dificuldades relativas ao endividamento externo, reduzidas as importações totais de 14% para 8% da renda territorial bruta nos anos de crise<sup>58</sup>, a escassez de divisas e a piora nos termos de troca preocupariam as autoridades atentas também às limitações da produção doméstica<sup>59</sup> uma vez que, tratando-se de um país exportador de produtos básicos, parte relevante dos produtos estrangeiros não encontrava equivalentes imediatos no mercado interno.

As mudanças observadas na estrutura da pauta de importação simbolizam as dificuldades relativas à demanda nacional por produtos estrangeiros. Os deslocamentos ocorriam não apenas em decorrência das políticas que estabeleciam prioridades nos gastos de divisas através dos controles cambiais<sup>60</sup>, mas também como consequência da capacidade de diferentes setores da produção doméstica de ofertar produtos tradicionalmente importados, além da elasticidade da demanda pelos diferentes produtos, de maneira que distintas categorias ofereciam naturalmente maior ou menor resistência à contração das importações.

**Tabela 1** – Importações totais por tipo de produto em contos de réis (1928-1934)

Ano	Importações totais	Matérias-primas		Artigos manufaturados	
		Importações	% do total	Importações	% do total
1928	3.694.990	764.518	21%	2.141.654	58%
1929	3.527.738	707.250	20%	2.118.482	60%
1930	2.343.705	518.723	22%	1.229.184	52%
1931	1.880.934	701.859	37%	695.350	37%
1932	1.518.694	523.843	34%	592.620	39%
1933	2.165.254	716.947	33%	978.719	45%
1934	2.502.785	801.729	32%	1.207.847	48%

Fonte: BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1360.

<sup>57</sup> ABREU, Op. Cit., 2002, p. 531-532.

<sup>58</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 194.

<sup>59</sup> Na discussão sobre o desequilíbrio externo decorrente da política de defesa do café, Celso Furtado escreveria que “as divisas proporcionadas pelas exportações eram insuficientes, durante os anos da depressão, para cobrir sequer as importações induzidas pela renda criada direta e indiretamente por aquelas mesmas exportações. Isto porque as partidas rígidas da balança de pagamentos constituíam agora, com baixa de preços, uma carga muito maior, e a fuga de capitais agravava a situação cambial”. Ibidem, p. 193.

<sup>60</sup> Em 1931, as importações essenciais eram preteridas em função dos pagamentos do serviço da dívida: “Concedeu-se ao Banco do Brasil o monopólio das compras de câmbio de exportadores, e as vendas de câmbio seriam reguladas por um sistema de prioridades. A lista de prioridades era a seguinte: (a) serviço da dívida e compras oficiais; (b) importações essenciais (com pagamento vinculado aos conhecimentos de embarque originais); (c) outros”. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 116

Discriminados os bens de consumo duráveis pelos controles cambiais, e inflexíveis as importações de suprimentos essenciais como combustíveis e lubrificantes<sup>61</sup>, as matérias-primas, equivalentes antes da crise a um quinto das importações totais em valor, chegariam a superar as importações de artigos manufaturados em 1931, tradicionalmente correspondentes a mais de metade das importações.

As importações restringir-se-ão aos pouco e já antes da II Guerra Mundial, a certas mercadorias muito particulares: combustíveis (de que o Brasil é pobre, salvo em petróleo que somente começa a se produzir entre nós depois da II Guerra Mundial), o trigo (cuja produção no país também só muito recentemente começou a se desenvolver, e ainda é muito insuficiente), matérias-primas industriais, produtos químicos e manufaturas semiprocessadas que se destinam à elaboração no país, drogas e medicamentos, algumas manufaturas de metal, motores, máquinas e veículos, aparelhos e utensílios especializados de certa complexidade<sup>62</sup>.

Parece geral o entendimento de que o choque externo levaria a um processo substitutivo de importações, progressivamente sanadas domesticamente certas demandas por produtos tradicionalmente estrangeiros. Entretanto, o fato de que “cada indústria [nasceria] pelo acaso de circunstâncias fortuitas e objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação”, “tinha de dar, como efetivamente deu, num crescimento industrial desordenado, desconexo, mal estruturado e fundamentado”, de maneira que as indústrias “dependiam de fontes externas de abastecimento para todas as suas necessidades, desde a maquinaria até a matéria-prima ou materiais semiprocessados que empregavam”<sup>63</sup>. Assim, as importações substituídas geravam novas demandas que perpetuavam as carências de importações, dessa vez, as que viabilizassem a substituição. As novas demandas por insumos e bens de capital se somavam às demandas tradicionais por produtos importados e o déficit crônico de divisas teimava.

Apesar da dimensão do endividamento externo e dos atritos políticos internacionais que ele gerava, as dificuldades de importação tornavam-se elemento central do problema cambial no período, de maneira que o “esquema Aranha” de renegociação de dívidas de 1934 já antecipava uma provável moratória em 1935, impelida por membros do governo como solução para a escassez de cobertura cambial para fins comerciais<sup>64</sup>. Na segunda metade da década, as importações essenciais não apenas integravam o discurso oficial de Vargas como

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 190-191.

<sup>62</sup> PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 290.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 299.

<sup>64</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 246-247.

se tornavam prioritárias em relação aos pagamentos do serviço da dívida externa e justificavam a suspensão dos pagamentos de 1937<sup>65</sup>.

Ocorria que, enquanto a Grande Depressão implicava em uma “tendência mundial de nacionalização de decisões e fluxos econômicos”, com Estados que “se aparelhavam para um ativismo inaudito na regulação de taxas de juros, câmbio, preços, salários, condições de concorrência, gasto público, políticas sociais, programas de investimentos e modernização produtiva”, prejudicando “interesses tradicionalmente vinculados ao internacionalismo comercial e financeiro”<sup>66</sup>, o Brasil daria um passo além, com implicações adicionais sobre o déficit de divisas, a retomada dos pagamentos das dívidas, as necessidades de importação e a busca por financiamentos:

Em países periféricos como o Brasil, (a) em que parcela significativa da infraestrutura básica fora constituída sob propriedade estrangeira, (b) que eram endividados junto ao sistema financeiro internacional em crise, (c) dependiam de reservas cambiais escassas para importação de insumos essenciais e (d) experimentavam quedas acentuadas das receitas de exportação, o esforço de recuperação econômica envolveu não apenas nacionalização de decisões, mas também algum nacionalismo econômico, ou seja, a defesa de interesses nacionais contra corporações e credores estrangeiros, localizados ou não dentro do território nacional. [...] Mas nem todas as economias periféricas desenvolveram ideologias de desenvolvimento econômico e intervenção estatal tão elaboradas quanto o nacional-desenvolvimentismo brasileiro, sob o impulso de Vargas. Nesse caso, não se tratava apenas de defender interesses nacionais contra reivindicações de corporações e credores estrangeiros, mas de orientar a intervenção estatal para estimular o desenvolvimento de novas atividades produtivas, sobretudo industriais, reduzindo a dependência tradicional do comércio exterior<sup>67</sup>.

Por fim, um terceiro problema decorrente da crise do setor externo a afligir as autoridades governamentais se juntava às questões das dívidas e das importações, amplificadas pelas prioridades resultantes da nova ideologia que guiava a política econômica: a deterioração das finanças públicas. Sendo o imposto sobre importações a principal fonte de financiamento da União, equivalente a um terço das arrecadações<sup>68</sup>, a queda das importações rapidamente se traduziria em uma diminuição da receita total, que permaneceria abaixo dos

---

<sup>65</sup> Vargas defende a suspensão afirmando que os pagamentos impossibilitariam as importações de reequipamento do sistema ferroviário e das forças armadas. ABREU, Op. Cit., 2002, p. 531-532.

<sup>66</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 263.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 264.

<sup>68</sup> Dados disponíveis em BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1936*. Rio de Janeiro, 1936, p. 395 revelam que os impostos vinculados ao setor externo, “Importação, entrada, saída e estadia de navios” equivaleram a 31,1% (527.275:000\$000) da receita arrecadada em 1932, 36,3% (944.507:000\$000) em 1933 (incluindo primeiro trimestre de 1934), 33% (649.653:000\$000) em 1934 (excluindo primeiro trimestre) e 35,8% (975.082:000\$000 em 1935). Até a década anterior, o imposto sobre importações era ainda mais importante, alcançando 50% da arrecadação total segundo VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 156.

valores orçados em 29%, 34% e 24% nos três primeiros anos da década de 1930<sup>69</sup>. A crise influenciaria a decisão de, progressivamente, reduzir o imposto sobre importações, que daria lugar aos impostos sobre consumo e renda na composição do financiamento. Não obstante, a redução da arrecadação fustigaria a execução orçamentária durante toda a década, prejudicando também o relacionamento do governo federal com os estados. Nas palavras de Vargas em dezembro de 1930 e de 1932:

Rio Grande, São Paulo e Minas assediam o governo com insistentes pedidos de recursos de numerário, para atender a pagamentos urgentes, externos e internos, que montam a mais de 300 mil contos [18% da arrecadação de 1930]. Prometo examinar o assunto. A União não tem dinheiro. Continuo evitando despesas, mas isto não basta. A arrecadação desce a menos da metade relativamente ao ano anterior<sup>70</sup>.

Os interventores se esforçam para fazer alguma coisa, mas, como não têm dinheiro, procuram por todos os meios arrancar dinheiro à União, ao magro Tesouro federal, à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil<sup>71</sup>.

A impossibilidade política de reduzir os gastos na mesma magnitude acarretaria numa sequência ininterrupta de déficits, com destaque para o ano de 1932 no qual as custosas respostas governamentais à Revolução Constitucionalista e à seca no Nordeste<sup>72</sup> levariam as despesas a superar as receitas em quase 70%.

Apesar da rápida recuperação do ritmo de crescimento após a Crise de 1929 relativamente a outros países, registrado um aumento da renda nacional já em 1933<sup>73</sup>, os preços do café não se recuperariam<sup>74</sup> e a situação cambial não seria solucionada, pressionando a dívida externa, as importações e as contas públicas durante toda a década de 1930<sup>75</sup>. Nessas circunstâncias, as preocupações do governo girariam em torno do pagamento da dívida

---

<sup>69</sup> Receitas executadas de Cr\$ 1,67, 1,75 e 1,7 milhões frente a receitas orçadas de Cr\$ 2,36, 2,67 e 2,24 milhões segundo *ibidem*, p. 186. Cabe destacar que as unidades parecem equivocadas, provavelmente se tratando de Cr\$ bilhões.

<sup>70</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário*: Volume I, 1930-1936. PEIXOTO, C. V. A.; SOARES, L. (org.). 1 ed. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a, p. 31.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>72</sup> “Os créditos abertos até o presente pelo Governo Provisório para atender às secas do Norte atingem cerca de 150 mil contos”. Esse valor, relatado por Vargas em fins de dezembro de 1932, equivaleria a 9% da arrecadação total da União no ano, representando pouco mais de 5% dos gastos dado o descompasso entre receitas e despesas. *Ibidem*, p. 166.

<sup>73</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 190.

<sup>74</sup> “O preço do café atravessou o decênio dos anos trinta totalmente indiferente à recuperação que, a partir de 1934, se operava nos países industrializados. Após alcançar seu ponto mais baixo em 1933, a cotação internacional desse produto se mantém quase sem alteração até 1937, para em seguida cair ainda mais nos dois últimos anos do decênio. É muito significativa essa grande estabilidade do preço do café, assim deprimido, durante todo o decênio dos trinta. Como é sabido, a recuperação compreendida entre 1934 e 1935 trouxe consigo uma elevação geral dos preços dos produtos primários”. FURTADO, Op. Cit., p. 186.

<sup>75</sup> “A alta da taxa cambial reduziu praticamente à metade o poder aquisitivo externo da moeda brasileira e, se bem houve flutuações durante o decênio nesse poder aquisitivo, a situação em 1938-1939 era praticamente idêntica à do ponto mais agudo da crise”. *Ibidem*, p. 199

externa, da retomada do nível de importações (ou ao menos da preservação das importações essenciais) e do financiamento das contas públicas. De qualquer alternativa, enfim, para obter divisas:

Com a interrupção dos influxos de capital e a queda dos preços do café após 1929-30, o principal problema enfrentado pelos formuladores de política passou a ser como obter divisas suficientes para atender aos compromissos comerciais e financeiros do Brasil<sup>76</sup>.

A expansão da produção de gêneros agrícolas de exportação alternativos ao café era uma saída para a crise do setor externo que não exigia adaptações fundamentais na economia, fazendo uso do único recurso que, mais de um século após a opção pela cafeicultura, ainda abundava no país: terra. Apesar da maior complexidade de interesses e de relações de poder comparativamente àquele período, já encerrados o Segundo Reinado e a Primeira República, além de mais urbanizado e industrializado o país, perduravam as estruturas que viabilizavam e que tornavam vantajosas alternativas que reafirmassem o caráter agroexportador da economia brasileira:

Uma análise atenta da organização econômica do país nos mostra que o essencial nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, a rede de transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, se dispõe sobretudo para atender aos objetivos que desde os remotos tempos de sua formação até nossos dias, a ela essencialmente se impôs: a produção de gêneros exportáveis<sup>77</sup>.

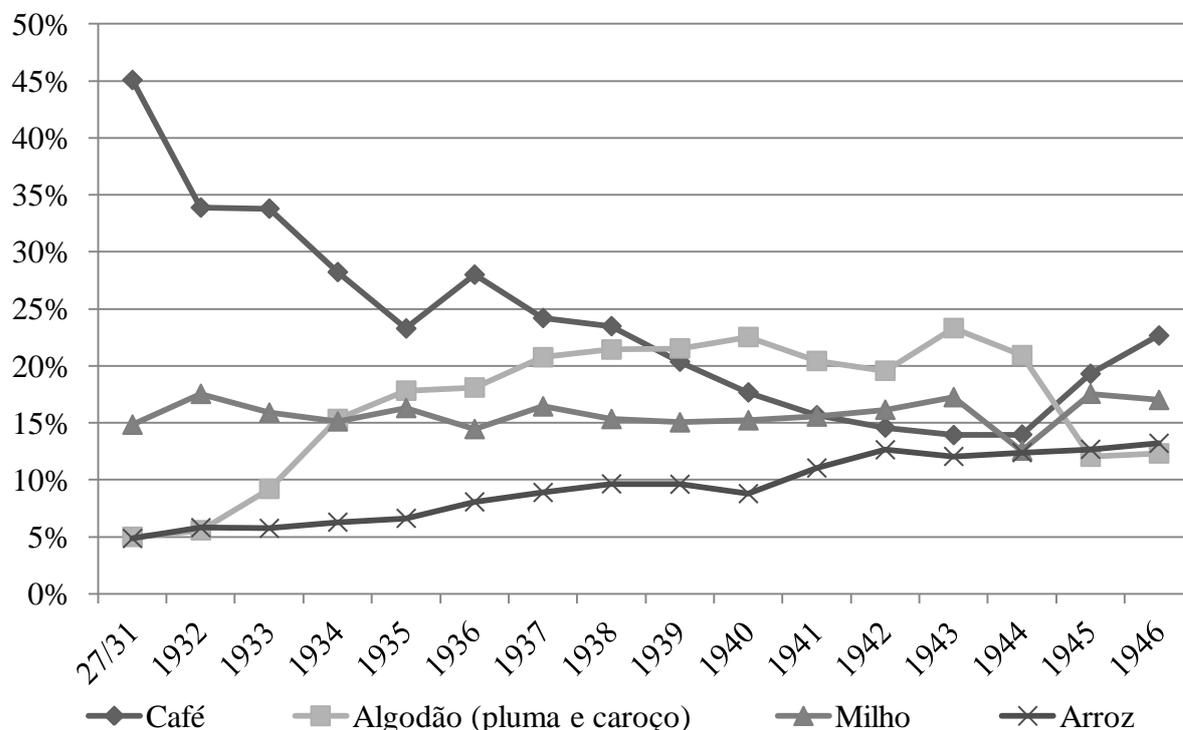
Seria nesse contexto que o algodão despontaria como gênero agrícola de maior sucesso nos dois terrenos antes ocupados pela cafeicultura: a pauta de exportação nacional e a lavoura paulista. Evoluindo de 5% do produto agrícola nos anos entre 1927 e 1932 para mais de 20% em 1937, o algodão se tornaria o principal produto em valor da produção em 1939 e, potencialmente, uma égide frente à crise do setor externo, interessante para uma solução dos graves problemas nacionais associados ao câmbio.

---

<sup>76</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 31.

<sup>77</sup> PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 298.

**Gráfico 3** – Representatividade dos principais produtos no valor total da produção agrícola (média 1927/1931-1946)



Fontes: BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1937*. Rio de Janeiro, 1937 (Média 1927/1931 até 1936); BRASIL, 1941a (1937 e 1938); BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1941/45*. Rio de Janeiro, 1946 (1939 até 1943); BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1947*. Rio de Janeiro, 1948 (1944 até 1946).

Evoluindo de 5,6% do valor da produção agrícola em 1932 para 15,3% em 1934, a produção de algodão superaria a secular campeã, a cafeicultura, em 1939, atingindo 21,5% do valor da agricultura, posição em que se manteria por seis anos. Tendo caído de 45,1% na média entre 1927 e 1931 à mínima de 13,9% em 1943, a cafeicultura seria também superada pela produção de milho em 1942 e 1943. O arroz, direcionado ao consumo interno como o milho, também cresceria significativamente no período, multiplicado por nove o valor da produção e quase triplicada sua participação entre a média de 1927 a 1931 e o ano de 1946.

É importante destacar que nem todos os anos nos quais o algodão vigorou como principal produto agrícola brasileiro ele ocupou posição equivalente em área plantada no país. De fato, nenhuma das produções sequer se aproximaria da área plantada de milho na maior parte do período em análise, voltado à demanda doméstica e de reduzido valor. Dependente da flutuação de preços, o valor da produção de café sofreria quedas mais vertiginosas que a área plantada até 1935, ocorrendo o contrário entre 1938 e 1940. Tendo em vista o conjunto do período de 1932 a 1940, o valor da produção teria uma queda de 25% enquanto a área

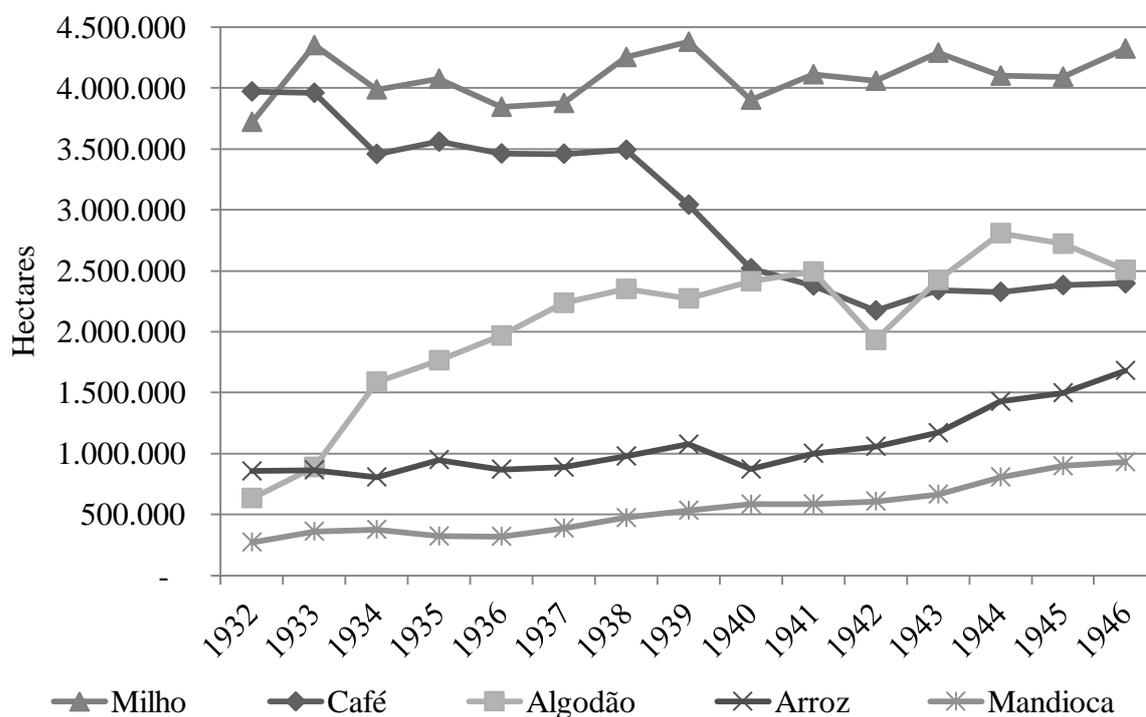
cultivada cairia 37%, acompanhando com defasagem, e em menor medida, a queda de 42% entre a produção de 1932 e a média do quinquênio anterior. Ainda que as mesmas variáveis de preços e de rendimento da área plantada afetassem a relação entre espaço ocupado e valor da produção de algodão, a cotonicultura exibia maior equilíbrio entre essas variáveis, circunstância decorrente do caráter anual de parcela significativa dos algodoeiros do país<sup>78</sup>. O descompasso entre produto e plantio determinaria que, enquanto o algodão superaria o café em valor da produção entre 1939 e 1944, a área de plantio da cotonicultura seria superior à da cafeicultura a partir de 1941, vantagem que manteria por boa parte da década<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> O algodão herbáceo colhido provinha do algodoeiro plantado na mesma safra, no último trimestre do ano anterior, ao passo que o café colhido provinha de cafezais plantados anos antes, sendo os novos infrutíferos por alguns anos. Boa parte da produção da fibra no Nordeste, no entanto, advinha de algodões arbóreos, com ciclos mais longos que algodões herbáceos cultivados em São Paulo, sendo as diferenças entre essas culturas objeto do subcapítulo 3.2.

<sup>79</sup> Entre 1941 e 1950, os anos de 1942, 1948 e 1949 seriam os únicos nos quais a área de cultivo de café superaria a área de cultivo de algodão, conforme SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Estatísticas da Agricultura Brasileira*. São Paulo, 1990. Cabe destacar que a desproporcional queda da produção de algodão em 1945, não acompanhada por redução equivalente da área de plantio, correspondeu a uma quebra da produção paulista associada a fatores ambientais, reconhecida já durante a safra: “Não são muito otimistas as perspectivas da safra algodoeira em curso no Estado de S. Paulo. As irregularidades do tempo prejudicaram sensivelmente o volume esperado, de sorte que o volume total não corresponderá às estimativas”. DE SOUZA, William Coelho. Presente algodoeiro. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 114, 1945, p. 65. Dados apresentados por Villela e Suzigan, por fim, corroboram dados apresentados nos gráficos. Segundo os autores, o café, representante de 48% do produto agrícola agregado em 1925/1929, teria sua participação reduzida para 16,1% em 1939/1943, restrita também a área de cultivo de 35,8% em 1931/1932 a 18,7% em 1940/1941. O algodão, por sua vez, passaria de 5,9% do produto agrícola agregado para 21,6% nos mesmos intervalos, passando a corresponder de 6,5% das terras cultivadas no início dos anos 1930 para 18,7% no início dos 1940, quando já figurava como o principal produto agrícola do país em valor de produção. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 189-190.

**Gráfico 4 – Área de cultivo dos principais gêneros agrícolas (1932-1946)**



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1937 (1932 até 1936); BRASIL, Op. Cit., 1948 (1937 até 1946).

Sendo “o principal problema enfrentado pelos formuladores de política” a dificuldade de “obter divisas suficientes para atender aos compromissos comerciais e financeiros do Brasil”<sup>80</sup>, a expansão do algodão justamente nos anos mais severos da crise dá origem à hipótese de um desenvolvimento resultante das ações e intenções de autoridades governamentais. Impedindo o pagamento das dívidas externas e a manutenção de importações em níveis razoáveis, além de prejudicando as relações internacionais do país, as possibilidades futuras de financiamento estrangeiro, as relações internas do governo central com os estados carentes de recursos, os investimentos públicos politicamente importantes e a crescente população urbana pressionada pelo aumento do custo de vida, as evidências de um movimento da cotonicultura arquitetado por políticas públicas interessadas na contenção da crise são estudadas em maior detalhe na próxima seção deste capítulo.

Desempenhando papel secundário, embora consistente, na pauta de exportação brasileira há mais de um século, com destaque para as vendas decorrentes da Guerra Civil dos Estados Unidos, parece razoável imaginar que o algodão tenha recebido atenção especial dos governantes como alternativa à cafeicultura enfraquecida e à sôfrega situação do setor externo. De fato, o aumento das exportações de algodão levaria diversos autores a interpretar

<sup>80</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 31.

o crescimento da cotonicultura como decorrência direta das novas condicionantes do setor externo ou como resultado de políticas públicas interessadas em um substituto para o café.

Atento ao deslocamento dos capitais decorrente da crise do café e interessado em apresentar o mercado interno como novo principal fator de dinamismo na economia nacional, Celso Furtado apresenta o crescimento da cultura algodoeira como um desvio dos capitais essencialmente destinados à indústria que ainda seriam absorvidos pela agricultura de exportação:

A capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida a cerca da metade, nos quinze anos que seguiram à crise. Restringida a reposição, parte dos capitais que haviam sido imobilizados em plantações de café foi desinvertida. Boa parte desses capitais, não há dúvida, a própria agricultura de exportação se encarregou de absorver em outros setores, particularmente o do algodão. O preço mundial desse produto havia sido mantido, durante a depressão, em benefício dos produtores e exportadores norte-americanos. Os produtores brasileiros não deixaram passar essa oportunidade, pois já em 1934 o valor da produção algodoeira (preços pagos ao produtor) correspondia a 50 por cento do valor da produção cafeeira, enquanto em 1929 aquela relação havia sido de menos de 10 por cento. Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno<sup>81</sup>.

Em crítica a Furtado e no intuito de relativizar os resultados da Grande Depressão e das políticas governamentais de defesa do café sobre o desenvolvimento industrial na década de 1930, Carlos Manoel Peláez reforça a importância da cotonicultura como destino fundamental dos recursos provenientes do desinvestimento cafeeiro, reafirmando, entretanto, o caráter de exportação do produto em concordância com Furtado<sup>82</sup>:

Dois importantes sucessos contribuíram para renovar o interesse pela produção de algodão nos primeiros anos da década dos trinta. O primeiro foi a estabilidade dos preços do algodão no mercado mundial em relação ao do café, que sofreu um declínio considerável. Pela primeira vez, a exportação do algodão era mais lucrativa que a do café. O segundo foi a revolução tecnológica ocorrida na cultura algodoeira paulista. Essa revolução tem várias facetas. O primeiro grande problema resolvido foi a criação de tipos de algodoeiro e sementes apropriadas. O governo estadual obrigou o uso de sementes oficiais aperfeiçoadas e criou um instituto de pesquisa para aperfeiçoar a plantação de algodão: o Instituto Agrônomo de Campinas. Esse Instituto incentivou o fazendeiro a classificar o algodão por tipos e a utilizar técnicas modernas de plantio. [...] a maior parte da expansão da produção algodoeira

---

<sup>81</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 194.

<sup>82</sup> Furtado dá destaque ao mercado interno como importante elemento de sustentação da agricultura frente à crise do setor externo, tendo “o valor da produção agrícola a preços correntes” aumentado apesar da retração das exportações conforme *ibidem*, p. 197. Essa argumentação poderia incorporar a expansão da cotonicultura, considerando-a resultante da consolidação das cadeias domésticas de suprimento das indústrias, beneficiadas por restrições externas. Ao se referir especificamente ao algodão, entretanto, o autor associa o produto à “agricultura de exportação”, tendo sua lavoura sido “particularmente” responsável pela absorção de recursos da cafeicultura não redirecionados ao mercado interno. O aumento do valor da produção agrícola seria discutido pelo autor junto à ideia de aumento da renda total, tendo a recuperação econômica resultante da inédita “preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital” sido o elemento de relevo, sem associar diretamente, no entanto, o algodão à expansão da indústria têxtil.

destinou-se à exportação, como resultado da estabilidade de seus preços (em relação ao declínio dos preços do café). Esse aumento significativo da produção do algodão para a exportação não passou despercebido a Furtado, que, porém, desprezou-o, tendo-o por menos importante que o fenômeno da transferência dos recursos para o setor industrial. A verdade porém é que, dadas as restrições impostas à importação de máquinas para as indústrias tradicionais e o domínio do investimento estrangeiro e do empresariado urbano sobre as indústrias de base, não há outra explicação para o desinvestimento ocorrido no setor cafeeiro senão a transferência para a produção algodoeira<sup>83</sup>.

Atribuindo papel primordial à ação governamental direta sobre a produção de algodão, Annibal Villela e Wilson Suzigan, por sua vez, discutem a hipótese de Peláez de transferência de recursos da cafeicultura à cotonicultura e apontam na direção da hipótese de um crescimento algodoeiro vinculado aos interesses dos dirigentes políticos<sup>84</sup>:

A partir de 1934, entretanto, ocorreu uma modificação marcante na estrutura da atividade agrícola de São Paulo, quando a produção de algodão para exportação experimentou um intenso período de prosperidade. Isso se deveu à aceleração das pesquisas realizadas no Instituto Agronômico de Campinas a partir de 1923, o que permitiu a obtenção de fibras maiores e de melhor qualidade, como também a seleção de sementes de alta qualidade e produtividade, as quais já em 1931, em grande quantidade, foram distribuídas pela Secretaria de Agricultura de São Paulo aos fazendeiros.[...] Peláez encontrou elevado coeficiente de correlação ordinal (*rank correlation*) entre duas séries de produção de café e algodão [...] que sugere que a produção de algodão se expandiu nos mesmos municípios que produziam café. Há evidência documentária de desinvestimento de recursos reais no setor cafeeiro nos anos trinta. Quatro são as maneiras pelas quais teria sido transferidos recursos do plantio de café para o do algodão: (i) plantando algodão entre os cafeeiros e há evidência de que tal prática foi generalizada, apesar de não existirem dados precisos; (ii) inúmeras fazendas de café foram abandonadas nos anos 1930-1945, sendo provável que algumas dessas terras tenham sido usadas para o algodão e outras culturas – entretanto, não existem dados precisos sobre isso [...]; (iii) transferência de mão-de-obra do plantio de café para o de algodão – embora não existam dados sobre emprego, a mão-de-obra deve ter sido uma importante parcela da transferência, pois é o fator de produção mais fácil de deslocar; (iv) transferência de capital, principalmente sob a forma de equipamento de transporte e maquinaria, anteriormente usados nas plantações de café<sup>85</sup>.

Os trechos selecionados acima revelam a naturalidade dos quatro autores que discutem a industrialização da década de 1930 em associar o algodão à agricultura de exportação, sem relacioná-lo, ou atribuindo reduzida importância, à cadeia de suprimentos das indústrias em desenvolvimento. Embora Villela e Suzigan atribuíssem importância à atuação do governo federal, os autores parecem concordar com Peláez no que diz respeito à ação e intenção do

---

<sup>83</sup> PELÁEZ, Carlos Manoel. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 1, 1968, p. 45-47.

<sup>84</sup> Embora se refiram ao “algodão para exportação”, é necessário ressaltar que os autores não desconsideram a importância da demanda interna, ainda que a coloquem em posição subordinada à exportação, ausente qualquer dimensionamento dos destinos da mercadoria: “A maior parte da demanda era estrangeira, apesar de a demanda doméstica também ter desempenhado um papel importante”. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 205.

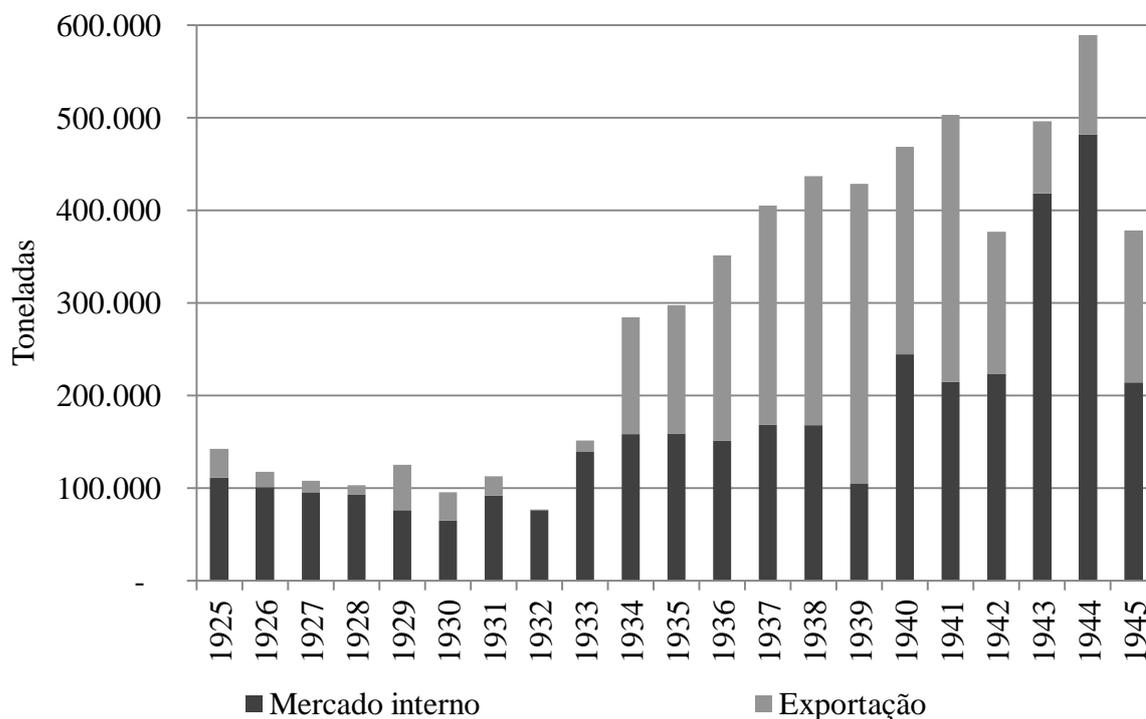
<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 202-206.

estado de São Paulo em expandir e aperfeiçoar a produção, questão que foge ao objeto de análise de Furtado. Vinculado ou não esse crescimento a políticas públicas, parece geral o entendimento de que o novo produto respondia essencialmente a estímulos do setor externo. Nessa perspectiva, a próxima seção analisa também a dinâmica das exportações de algodão e as compara ao ritmo de desenvolvimento da cultura algodoeira de modo a evidenciar a relação entre o crescimento do produto que assume a liderança na agricultura brasileira e os movimentos do comércio exterior. O resgate feito à frente das políticas de incentivo à cotonicultura e de aperfeiçoamento do produto, para além de qualificar a hipótese de uma ação decisiva do poder público sobre o algodão em nome dos problemas cambiais enfrentados pelo país, servirão para discutir a atuação das autoridades interessadas no cultivo por razões de natureza política.

## **1.2 – Dinâmica das exportações, políticas de governo e aperfeiçoamento do algodão**

Destinada majoritariamente ao mercado interno, exportados apenas 15% em média nos quatro anos que antecederam a Crise de 1929, a produção de algodão permanecera estagnada ou crescera lentamente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, encerrando a década de 1920 virtualmente no mesmo nível em que a iniciara. O surto do algodão brasileiro datado a partir de 1934, entretanto, contaria com uma parcela muito mais significativa de exportações, que evoluíram a 44% do produto em 1934, 57% do volume em 1936 e, enfim, 76% no excepcional ano de 1939, a partir de quando a demanda interna voltaria a superar o montante exportado. Expandindo quase 2,5 vezes entre o ponto mais baixo da Crise, em 1930, e o início do surto em 1934, o mercado interno equivaleria a menos da metade da demanda pelo produto apenas nos quatro anos entre 1936 e 1939 e no ano de 1941, respondendo por 54% da demanda total no período de 1934 a 1945:

**Gráfico 5 – Destinação da pluma de algodão produzida (1925-1945)**



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1937 (Valores produzidos de 1925 até 1936); BRASIL, Op. Cit., 1941a (valores produzidos de 1937 até 1939 e exportados de 1925 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946 (1940 até 1944); BRASIL, Op. Cit., 1948 (1945).

Nota: Disponíveis apenas dados de volumes de exportação e de volumes totais produzidos, os valores classificados como “mercado interno” consistem na diferença entre essas cifras, ou seja, o montante total produzido não exportado, podendo conter também volumes estocados, vendidos em períodos subsequentes, ou volumes perdidos por qualquer razão<sup>86</sup>.

Com cultivo equivalente a 2% da produção mundial de algodão antes de 1934, o Brasil passaria a cultivar em torno de 6% entre 1934 e 1938 e em torno de 8% entre 1939 e 1945, com porcentagens de área plantada um pouco superiores em cada um dos intervalos devido aos rendimentos inferiores aos do maior produtor e exportador, os Estados Unidos. Por outro lado, as exportações brasileiras que pouco superavam 1% das globais passaram a equivaler a 4% em 1934, 10% em 1938, 12% em 1940, até alcançar o pico de 20% em 1941, quando a Guerra derruba exportações estadunidenses muito além da queda da produção no país<sup>87</sup>.

<sup>86</sup> Vale destacar que o algodão cru começa a se degradar após um ano estocado em condições ideais, podendo ocorrer amarelamento em menos de dois meses em condições inadequadas, como armazéns úmidos ou quentes. Parece pouco provável, portanto, que grandes volumes fossem estocados na década de 1930 de maneira a afetar significativamente os totais classificados como produto destinado ao “mercado interno”.

<sup>87</sup> BRANDIS, Op. Cit., p. 70-74. É curioso destacar que, escrevendo em 1952 e tendo o setor externo como objeto central, o autor lista as razões pelas quais teria ocorrido o surto na década de 1930 entre as quais: “a acumulação de grandes estoques de café”, “a brusca queda do preço de café após 1929 relativamente ao preço de algodão”, equivalente à argumentação de Peláez, e “a necessidade, devido à queda da receita de exportação da cafeicultura, de substituir o café por outro cultivo exportável” (tradução nossa), que indica um esforço de alguma natureza pelo reajuste das contas externas.

Tendo em vista o expressivo crescimento das exportações e o aumento da demanda interna além do que configuraria uma recuperação dos níveis anteriores à crise, pode-se constatar que, apesar de 86% da variação observada entre os anos de 1933 e 1934 decorrer do aumento das exportações, o surto iniciado em 1934 correspondeu a uma combinação de fatores relacionados ao setor externo, sendo a atuação dos dirigentes políticos preocupados com a substituição do café por outros artigos de exportação uma razão investigada adiante, e de determinantes de origem doméstica, sendo a demanda interna responsável por mais da metade das compras ainda em 1934 e 1935. Partindo de uma participação muito baixa no conjunto da demanda pelo produto, o aumento das exportações impactaria significativamente o algodão total produzido e tornaria o mercado externo o destino majoritário das fibras brasileiras em anos importantes de aumento da produção. Todavia, o setor externo passaria, no melhor dos casos, a uma situação de igualdade com o mercado doméstico no conjunto do período em questão.

Em vista do súbito aumento da produção e da exportação em 1934, seria razoável imaginar que forças adicionais às de mercado teriam atuado sobre a economia do algodão desde anos anteriores de modo a incrementá-la. A hipótese de que o desenvolvimento da cotonicultura resulta também de políticas públicas depende preliminarmente, entretanto, da constatação do interesse de governantes em expandir e aperfeiçoar o plantio e as técnicas empregadas no beneficiamento e comercialização do produto. De fato, já antes do período em questão era possível identificar a preocupação de departamentos de governo com a qualidade do produto nacional e a intenção de aperfeiçoar a produção, conforme relatório do Ministério da Agricultura apresentado em 1920:

Sendo o algodão um dos artigos de maior futuro da nossa produção agrícola resolvemos collocar sob a inspecção directa de uma Superintendencia, todas as questões que a elle se referem. Antes de tudo crearemos as estações experimentaes para a selecção das sementes e aperfeiçoamento dos methodos culturaes. A única estação para esse fim creada, há annos, a de Coroatá, no Estado do Maranhão, não tem o serviço organizado. Procuraremos estabelecê-lo em melhores bases, fundando em outros Estados novos campos de observação<sup>88</sup>.

Nos primeiros anos do governo Vargas e em meio à crise, as propostas de investimento em pesquisa e experimentação do algodão tomam forma e revelam interesses objetivos das autoridades do Ministério da Agricultura em medidas que fortalecessem o serviço prestado aos agricultores, conforme relatório endereçado a Vargas em 1933 a respeito

---

<sup>88</sup> BRASIL, Op. Cit., 1920, p. 25.

das atribuições, atuações práticas e novos órgãos do ministério reformado no início daquele ano<sup>89</sup>:

A nova estruturação orgânica atribuída pela recente reforma ao Ministério da Agricultura, tendo sido condicionada, a cada passo, à precariedade dos recursos orçamentários vigentes, ressentindo-se, ainda, de várias deficiências. [...] para que o atual Ministério da Agricultura possa desincumbir-se integralmente de sua relevante missão, será mister dotá-lo com alguns órgãos novos e, à medida do possível, ampliar quasi todos os de que dispõe. Enumero abaixo os órgãos novos a ser criados ou os já existentes, que devem ser ampliados. [...] 5 – na diretoria de Plantas Têxteis: a) ampliação do número de Estações Experimentais de algodão em várias zonas do País. b) ampliação dos quadros de classificação do algodão e reajustamento dos vencimentos de seu pessoal. Exposição dos motivos: a) a produção da semente selecionada e sua distribuição no próprio local da produção é o problema básico sobre que assenta uma política experimental agrícola. Realmente, não se compreenderia que o Ministério fosse aconselhar estas ou aquelas espécies ou variedades sem tê-las primeiramente experimentado, sobretudo quando o Governo o reorganiza em bases essencialmente técnicas. Esta falta tem sido, sem dúvida, a causa primeira das frequentes decepções dos nossos agricultores. Esta é a razão por que me permito dizer da necessidade de ser ampliada a rede de estações experimentais, nos Estados, dotando-as de recursos necessários em tempo oportuno<sup>90</sup>.

É interessante notar no discurso federal a preocupação com a qualidade e a produtividade da cotonicultura, em contraste com a prioridade observada até então de expansão da área de cultivo ao invés de melhorias técnicas da cafeicultura<sup>91</sup>. Diferente do café, o caráter industrial do algodão e a própria posição secundária do Brasil como fornecedor do produto demandavam que a produção nacional ofertasse qualidades específicas de fibra de modo a acessar os mercados internacionais, além de, preferencialmente, produzir com bons

---

<sup>89</sup> Mais detalhes sobre a reorganização do Ministério da Agricultura em 1933 em DA SILVA, Iliane Jesuína. *Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2010, p. 137-141.

<sup>90</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório: 1930 - 1933*. Rio de Janeiro, 1933, p. 53-63. É significativo destacar que entre, todas as solicitações referentes a ampliações e criações de mais de 15 diretorias, apenas as solicitações referentes à “Diretoria de Plantas Têxteis” enumeram novos cargos, conforme continuação do trecho selecionado: “b) com a ampliação dos serviços de classificação e beneficiamento a cargo da atual 3ª Secção técnica, torna-se necessária a criação de mais alguns cargos técnicos especializados, como sejam: 2 sub-assistentes e 12 técnicos especializados em beneficiamento, de preferência agrônomos. [...] é imprescindível um reajustamento de vencimentos do pessoal, em equivalência com os demais funcionários do Serviço, cujo quadro deverá constar de 8 classificadores, 10 sub-classificadores, 20 auxiliares de classificação, 40 coletores de amostras e 15 auxiliares de escrita. Além dessas medidas é necessária ainda a construção ou adaptação de salas apropriadas à classificação, nos Estados, e a instalação de uma usina modelo de beneficiamento, onde deverão ser executados os trabalhos e experimentos relativos ao descaroçamento e pensagem do algodão”.

<sup>91</sup> “Não existindo nenhuma pressão da mão-de-obra no sentido da elevação dos salários, ao empresário não interessava substituir essa mão-de-obra por capital [...]. Transformando-se qualquer aumento de produtividade em lucros, é evidente que seria sempre mais interessante produzir a maior quantidade possível por unidade de capital, e não pagar o mínimo possível de salários por unidade de produto. A consequência prática dessa situação era que o empresário estava sempre interessado em aplicar seu capital novo na expansão das plantações, não se formando nenhum incentivo à melhora dos métodos de cultivo”. FURTADO, Op. Cit., p. 162.

rendimentos por área de plantio de modo a tornar o cultivo rentável relativamente a outros gêneros:

É preciso, acima de tudo, que o algodão brasileiro se imponha nos mercados mundiais, aí é que deve residir toda nossa atenção. Só produzindo um produto de boa qualidade, uniforme e a baixo custo poderá o Brasil conservar e mesmo desenvolver a posição de incontestável relevo adquirido por ele nos últimos anos no mercado mundial de algodão. [...] Melhoramento constante das qualidades de fibras nas diversas regiões do país, criando e garantindo a produção de tipos altos, fazendo acompanhar esse melhoramento pelo aumento do rendimento por unidade de superfície – eis o programa a adotar<sup>92</sup>.

Dado o manifesto interesse das autoridades em desenvolver o algodão, condição básica para atribuir a expansão e o aperfeiçoamento da cotonicultura às políticas de governo, é necessário ponderar se não seriam outros objetivos a orientar esses esforços que não a necessidade de encontrar produtos de exportação capazes de gerar divisas e cumprir o papel que a cafeicultura deixava de desempenhar no setor externo. As medidas de estímulo à diversificação agrícola seriam o principal candidato a isso.

Em busca de obter apoio político de maneira a sustentar o novo governo centralizado, um dos desafios do regime seria satisfazer interesses econômicos diversos nos estados recém-destituídos de poder em contraposição às antigas oligarquias paulistas, sendo significativas as medidas voltadas ao setor agrícola, em especial a política de incentivo à policultura<sup>93</sup>. Os campos de experimentação e pesquisa estabelecidos no intuito de “modernizar as atividades rurais e reduzir os custos de produção agrícola”, de “testar essas inovações, a fim de verificar seu desempenho em diferentes condições e avaliar a conveniência de empregá-las”<sup>94</sup>, se multiplicariam sob o Governo Vargas. Entre 1930 e 1945, seriam estabelecidos mais postos

---

<sup>92</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *As atividades do Ministério da Agricultura em 1940*. Volume II. Rio de Janeiro, 1941b, p. 257.

<sup>93</sup> “Vargas, de certa forma, procurou concentrar decisões e, ao mesmo tempo, compensar a perda de autonomia dos estados, com políticas que beneficiassem os mesmos, especialmente as medidas voltadas ao setor agrícola, tentando consolidar, assim, um novo pacto político que o conservasse no poder. Paralelamente, precisava incorporar estados mais dependentes da ajuda do governo federal, que o sustentavam na luta para retirar poder das oligarquias estaduais mais fortes: nesta barganha, a política de defesa da policultura também foi fundamental. Assim, num primeiro momento, a definição das políticas agropecuárias a serem implementadas foi influenciada por outros fatores como o relacionamento externo e a questão do balanço de pagamentos (BP). Porém, havia grande articulação entre a política agrícola e a sustentação do chefe do novo regime. Tais políticas também se associavam às novas necessidades engendradas pelo estágio de desenvolvimento econômico e social do país, que requeria a expansão da agropecuária voltada ao mercado interno, ao mesmo tempo em que exigia uma diversificação das exportações, em virtude das necessidades de divisas e da crise da cafeicultura”. DA SILVA, Op. Cit., p. 17.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 148.

federais de experimentação dedicados ao algodão do que à cana-de-açúcar, ao arroz e ao milho juntos, instalações que seriam limitadas quase exclusivamente ao Nordeste<sup>95</sup>.

Em consonância com a distribuição geográfica dos postos de experimentação, a distribuição de sementes por parte do Ministério da Agricultura, que cresceria especialmente na segunda metade da década, também se concentraria no Nordeste<sup>96</sup>:

**Tabela 2** – Sementes distribuídas pelo Ministério da Agricultura em toneladas (1932-1943)

Região	1932	1935	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943
Total distribuído	158	2.112	5.137	3.061	3.816	2.581	2.173	1.569	1.829
Nordeste		1.054		2.183	2.534				
Goiás		100		19	34				
Minas Gerais		939		-	666				
Pará		19		464	263				
Paraná		-		395	319				

Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1933, p. 12 (1932). BRASIL. *Ministério da Agricultura. Relatório das actividades do Ministerio da Agricultura durante o período de Julho de 1934 a Dezembro de 1935*. Rio de Janeiro, 1938, p. 88 (1935). BRASIL. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas: 1930 - 1944*. Rio de Janeiro, 1945, p. 43-82 (1937, 1938 e 1940 até 1943) BRASIL. Ministério da Agricultura. *As atividades agrícolas do Brasil em 1939*. Rio de Janeiro, 1940, p. 49 (1939).

Nota: Dados regionais da distribuição de sementes disponíveis apenas para os anos de 1935, 1938 e 1939.

Tendo em vista a tradicional posição da cotonicultura no Nordeste, a distribuição de sementes realizada pelo governo federal, o posicionamento geográfico e o número de estações experimentais do algodão, parecem razoáveis as hipóteses tanto de que o interesse pelo produto derivava da política de defesa da policultura em busca de apoio político nos estados não dominados pelas antigas oligarquias<sup>97</sup>, quanto de que o governo estimulava o algodão em

<sup>95</sup> “O trabalho experimental, com o fim de aperfeiçoar as variedades algodoeiras fêz-se, nesse período, através das estações experimentais: de Santo Antônio, Valbert Pereira e Seridó, no Rio Grande do Norte; de Alagoinha, na Paraíba; de Vila Bela e Surubim, em Pernambuco; de União, em Alagoas; de Quissamã, em Segipe; de Entre Rios, na Bahia e de Sete Lagoas, em Minas Gerais. A multiplicação de sementes era realizada nos Campos de Sementes: de Coroatá e D. Pedro II, no Maranhão; David Caldas e Dr. Sampaio, no Piauí; Sobral, Quixadá e Missão Velha, no Ceará; Acari, Mossoró, Sacramento, Carnaúbas e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte; Patos e Pendência, na Paraíba; Glória do Goitá e Correntes, em Pernambuco; Santana do Ipanema e Porto Real do Colégio, em Alagoas; Brumado e Jacobina, na Bahia; Rio Branco e Uberabinha, em Minas Gerais”. BRASIL, Op. Cit., 1945, p. 41.

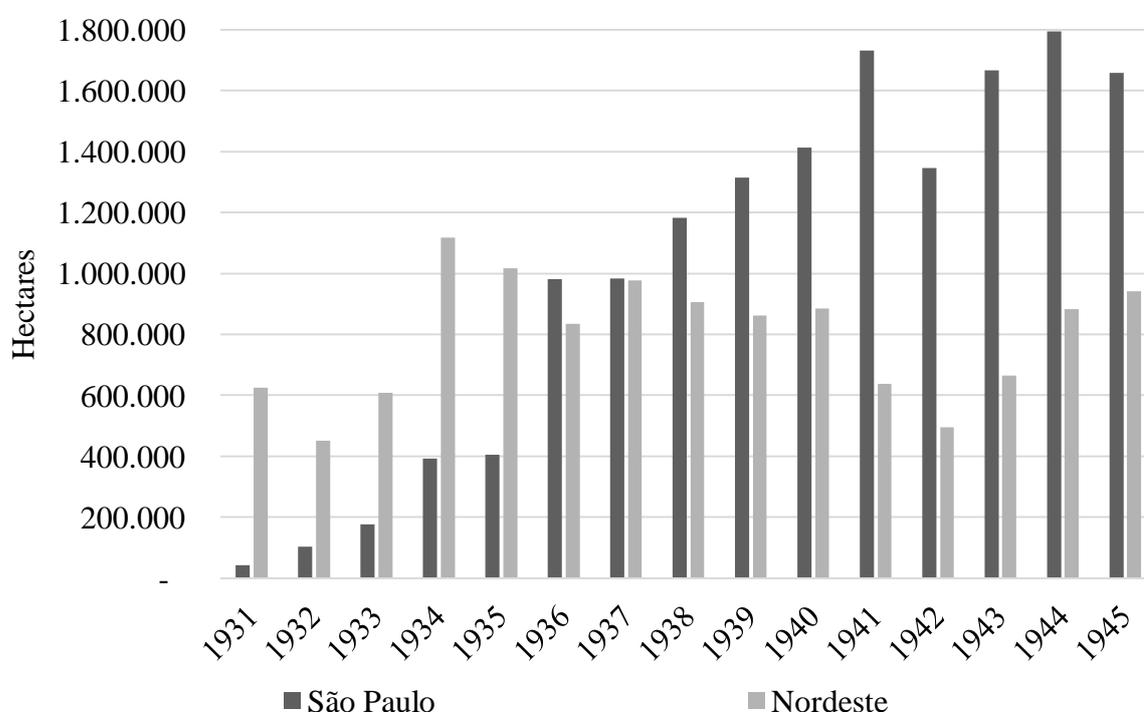
<sup>96</sup> É fundamental esclarecer que a categoria “Nordeste” inexistia no período e que seu emprego neste trabalho reúne cotoniculturas de características próprias, desempenhando uma função de simplificação ao nos referirmos aos tradicionais estados produtores de algodão. Reunidos na atual classificação regional de “Nordeste”, com as devidas distinções feitas adiante, o uso dessa categoria oferece inteligibilidade e fluidez à pesquisa.

<sup>97</sup> “A divisão que marca os conflitos regionais na Primeira República é aquela entre São Paulo, por um lado, e os estados voltados para o mercado interno por outro. Pelo fato de a economia agroexportadora se concentrar em um único estado, pelo fato de se regionalizar, portanto, os conflitos entre os interesses voltados para a exportação e aqueles voltados para o mercado interno assumem, necessariamente, a forma de um conflito regional”. PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 214, apud DA SILVA, Op. Cit., p. 13.

busca de aumentar o ingresso de divisas no país através dos estados onde o sucesso do cultivo já era conhecido, hipóteses, de todo modo, compatíveis entre si<sup>98</sup>. O efetivo desenvolvimento do algodão e as medidas então tomadas pelo governo, no entanto, sugerem algo diferente.

Sujeito a uma dinâmica regional que favoreceria sua expansão no estado de São Paulo, tendo a cotonicultura paulista evoluído de 6% da produção nacional de algodão em 1931 para 50% em 1936, é razoável afirmar que os esforços do governo federal em estimular o produto no Nordeste foram, no mínimo, menos exitosos que os estímulos de mercado ou do governo estadual paulista:

**Gráfico 6** – Área de cultivo do algodão em São Paulo e no Nordeste (1931-1945)



Fonte: SÃO PAULO, Op. Cit., 1990.

Em 1936, dois anos após o pico de produção no Nordeste e o início do surto algodoeiro nacional em 1934, oito dos nove estados nordestinos já teriam reduzido sua área de cultivo, sendo o estado da Bahia, representativo de menos de 3% da área de cultivo da fibra no país, a única exceção. Concentrada a produção em São Paulo, seria coerente afirmar que, se a política de defesa da policultura voltada à obtenção de apoio político orientava o interesse governamental em aperfeiçoar a cotonicultura, os investimentos na produção algodoeira

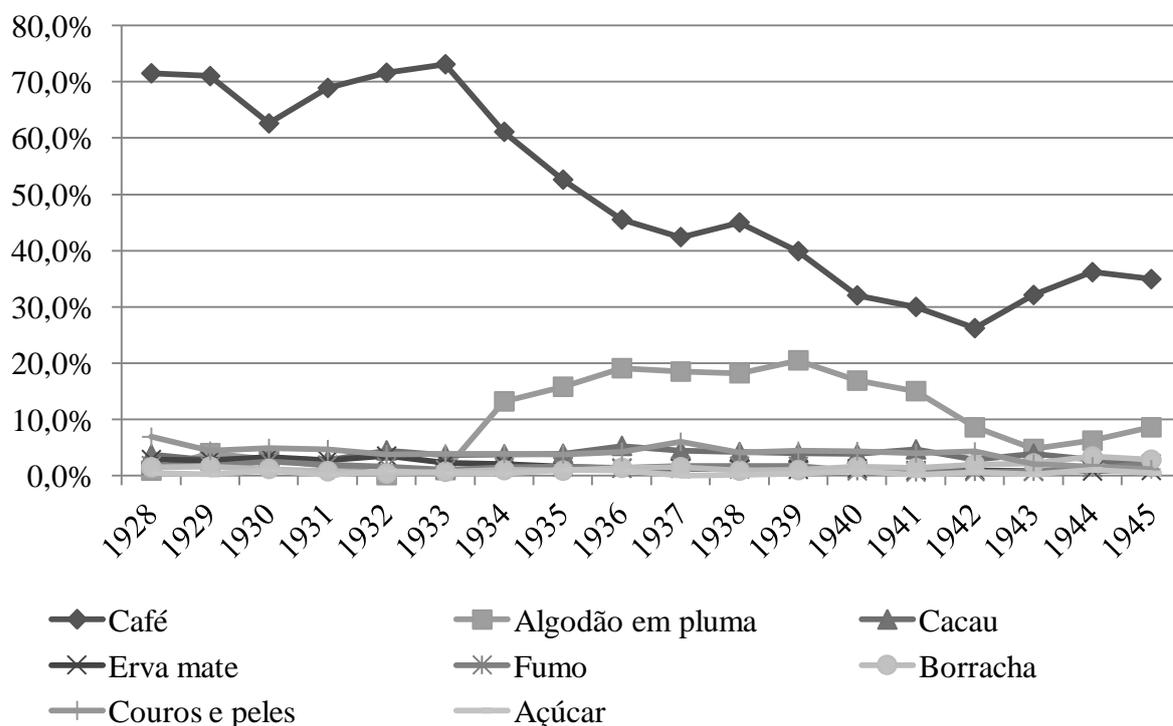
<sup>98</sup> Entendendo que a política de incentivo à policultura se articula em contraposição ao grande capital cafeeiro paulista, representativo da economia agroexportadora por seu relevo, e não à economia agroexportadora em si, parece razoável considerar que o apoio a toda cultura que gere renda no Nordeste, quer através do mercado de exportação, quer pela venda no mercado doméstico, seria adequado às buscas por apoio político na região.

realizados no Nordeste com esse objetivo após 1934 foram ineficazes para expandir, ou sequer preservar, a produção. Parte desse insucesso seria atribuído, de fato, a ineficiências da política federal:

Embora os relatórios do governo enalteçam a atuação dos centros de experimentação e pesquisas agrônômicas, a atuação destes, durante o primeiro governo Vargas, foi ordinária. Uma das justificativas para tal desempenho foi seu desenvolvimento lento. [...] acredita-se que a restrição orçamentária, a reduzida oferta de profissionais qualificados, além da inexperiência do país no campo da pesquisa científica – destacada por Pastore e Alves (1975) – contribuíram de forma decisiva para o modesto desempenho das instituições durante o governo Vargas<sup>99</sup>.

Com relação a outros gêneros cujo desenvolvimento poderia estar em alguma medida associado à política de incentivo à diversificação agrícola, cabe notar que nenhum ganha espaço relevante na pauta de exportações do país, sendo o algodão o único a ultrapassar 5% do total<sup>100</sup> (tendo ultrapassado 20% em 1939).

**Gráfico 7** – Porcentagem correspondente dos principais produtos agropecuários na pauta de exportação brasileira (1928-1945)



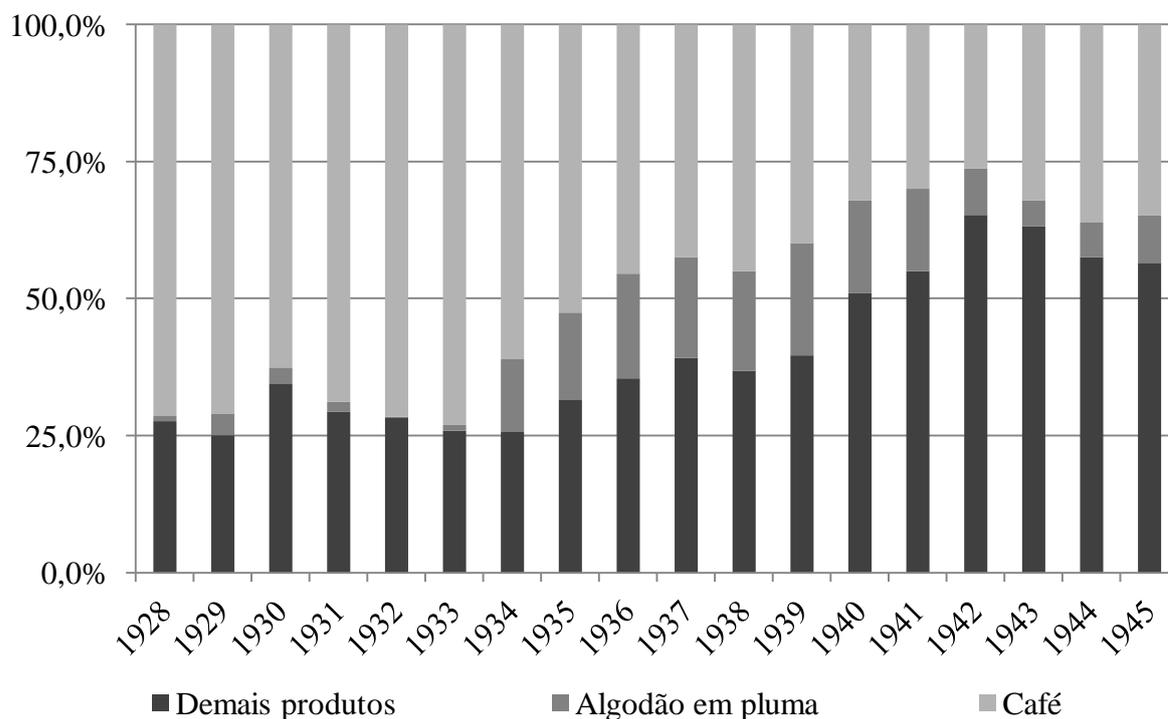
Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1941a (1928 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946 (1940 até 1944); BRASIL, Op. Cit., 1948 (1945).

<sup>99</sup> DA SILVA, Op. Cit., p. 263.

<sup>100</sup> O cacaú e os couros e peles ultrapassariam a marca dos 5% em intervalos restritos de tempo, o primeiro atingindo 5,3% das exportações totais em 1936 e os segundos 6,9% em 1928 e 6% em 1937.

Sob outra perspectiva, considerando o total das exportações realizadas pelo Brasil no período<sup>101</sup>, o conjunto de exportações de café e algodão em pluma corresponderia a mais da metade das exportações totais durante a década de 1930, de maneira que o estado de São Paulo seguiria controlando parcela proeminente da produção nacional voltada ao setor externo:

**Gráfico 8** – Porcentagem correspondente do café e do algodão em pluma no total da pauta de exportação brasileira (1928-1945)



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1941a (1928 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946 (1940 até 1944); BRASIL, Op. Cit., 1948 (1945).

Pode-se observar que, apesar da queda da participação do café de 71% em 1929 para 39,9% em 1939, o conjunto de todos os produtos com exceção do café e do algodão crescerá de 25% para 39,6%, menos que o algodão mesmo em valores absolutos, que de 4% passaria a ocupar 20,5% no mesmo intervalo. O fato de boa parte desse aumento da participação de outros produtos decorrer mais significativamente da crise da cafeicultura do que de aumentos de fato de outras exportações (e o fato de a cotonicultura se desenvolver fundamentalmente em São Paulo, onde o governo federal não atuaria nesse sentido) significaria, enfim, que

<sup>101</sup> Considerados em “demais produtos” os valores de: animais vivos, matérias primas de origem animal, de origem vegetal, de origem mineral, têxteis e sintéticos, gêneros alimentícios de origem vegetal, de origem animal, outros gêneros alimentícios, bebidas e produtos alimentícios para animais, manufaturas de ferro e aço, de madeiras, de têxteis, produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes e outras manufaturas.

esforços pela diversificação da produção agrícola não teriam impacto relevante sobre a pauta de exportação nacional. Assim, em apenas dois anos, a Segunda Guerra Mundial teria efeitos mais significativos sobre a participação dos “demais produtos” no conjunto das exportações do que o crescimento observado em toda a década anterior sob políticas de incentivo à diversificação agrícola.

De fato, parece ter havido um maior interesse e efetividade das políticas voltadas à cotonicultura no estado de São Paulo do que no resto do país<sup>102</sup>, o que dificilmente poderia ser motivado pelas necessidades cambiais da União: se o esforço do governo federal em aperfeiçoar e ampliar a produção de algodão decorresse da urgência do pagamento das dívidas federais e da restauração das importações, imaginar-se-ia que os investimentos fossem redirecionados à região onde a cultura triunfava ao invés de ampliados em estados onde, apesar de gastos já crescentes, o produto parecia diminuir. O que se observa, entretanto, é uma insistência em medidas de apoio à cotonicultura nordestina.

O fato da produção de algodão no Nordeste decrescer tanto relativamente à cotonicultura paulista quanto em números absolutos não significa que o produto não fosse importante para a renda gerada na região. Tendo em vista que não se tratava primeiramente de um produto de autoconsumo, ainda que a fabricação artesanal de artigos de vestuário demandasse parcela das fibras produzidas, o algodão cumpria função proeminente na renda de exportação de diversos estados do Nordeste, de maneira que a continuidade do apoio federal à produção no decorrer da década de 1930 era coerente com as intenções da União de sustentar-se politicamente com o apoio desses estados:

---

<sup>102</sup> Iliane Jesuína da Silva apresenta valores de recursos estaduais e federais que revelam que o orçamento paulista destinado à experimentação agrícola em 1935, não discriminados os valores destinados a cada um dos gêneros, superava em mais de duas vezes o orçamento dos serviços federais em conjunto, sendo o primeiro da ordem de 26.967:100\$000 contos de réis e o segundo de 11.526:304\$000. DA SILVA, Op. Cit., p. 261.

**Tabela 3** – Proporção do algodão no conjunto das exportações por estado (1937-1939)

Mil contos de réis	1937			1938			1939		
	Exp. total	Exp. algodão	%	Exp. total	Exp. algodão	%	Exp. total	Exp. algodão	%
São Paulo	2.473	624	25%	2.758	704	26%	3.044	938	31%
Paraíba	118	104	89%	85	71	83%	75	62	83%
Rio Grande do N.	63	43	68%	60	37	61%	55	31	56%
Alagoas	17	11	61%	18	9	49%	25	7	29%
Pernambuco	132	74	56%	79	33	42%	111	41	37%
Ceará	153	56	37%	157	57	36%	209	65	31%
Maranhão	36	12	34%	39	8	21%	50	5	10%
Piauí	94	11	11%	69	7	11%	82	6	7%

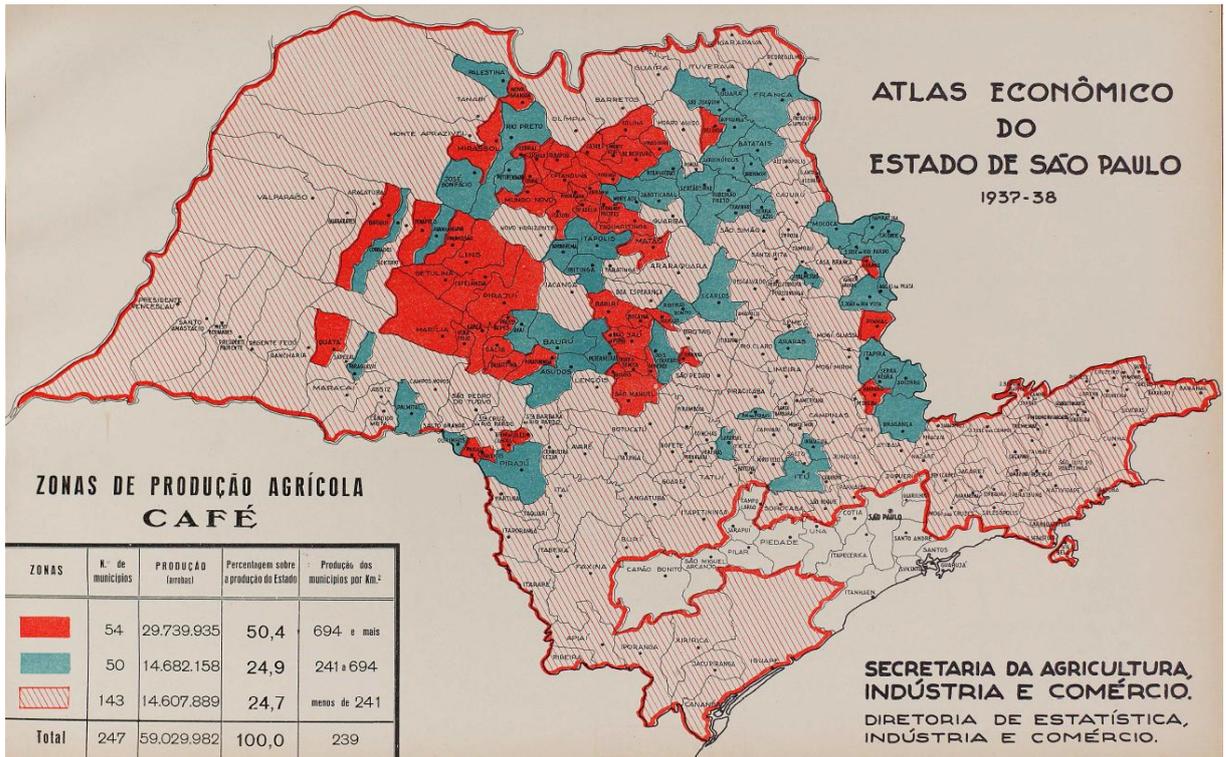
Fonte: BRASIL, Op. Cit., 1940, p. 120.

O fato de a produção de algodão contrair no Nordeste a partir de 1935 significa, entretanto, que a continuidade do desenvolvimento da cotonicultura a nível nacional após 1934 não deve ser atribuída às políticas federais de incentivo à cotonicultura, cujos estímulos beneficiavam a parcela retrocedente da produção. O desenvolvimento da cotonicultura paulista foi determinado em grande medida pela crise da cafeicultura, mas não correspondeu a uma simples substituição da produção cafeeira pela algodoeira. Tendo crescido 920 mil hectares no estado em apenas sete anos, “quase a metade da área que o café levava cem anos para utilizar”<sup>103</sup>, a expansão da área de cultivo relativamente à progressiva retração do café indica que o desenvolvimento ocorreu tanto nos espaços gradativamente abandonados da cafeicultura quanto em novos territórios, especialmente em pequenas e médias propriedades, em comunhão com a expansão de produções de gêneros alimentícios, ou em caráter intercalar com a produção de café, caracterizando também uma utilização produtiva mais intensa de áreas de cultivo já existentes<sup>104</sup>.

<sup>103</sup> ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 193.

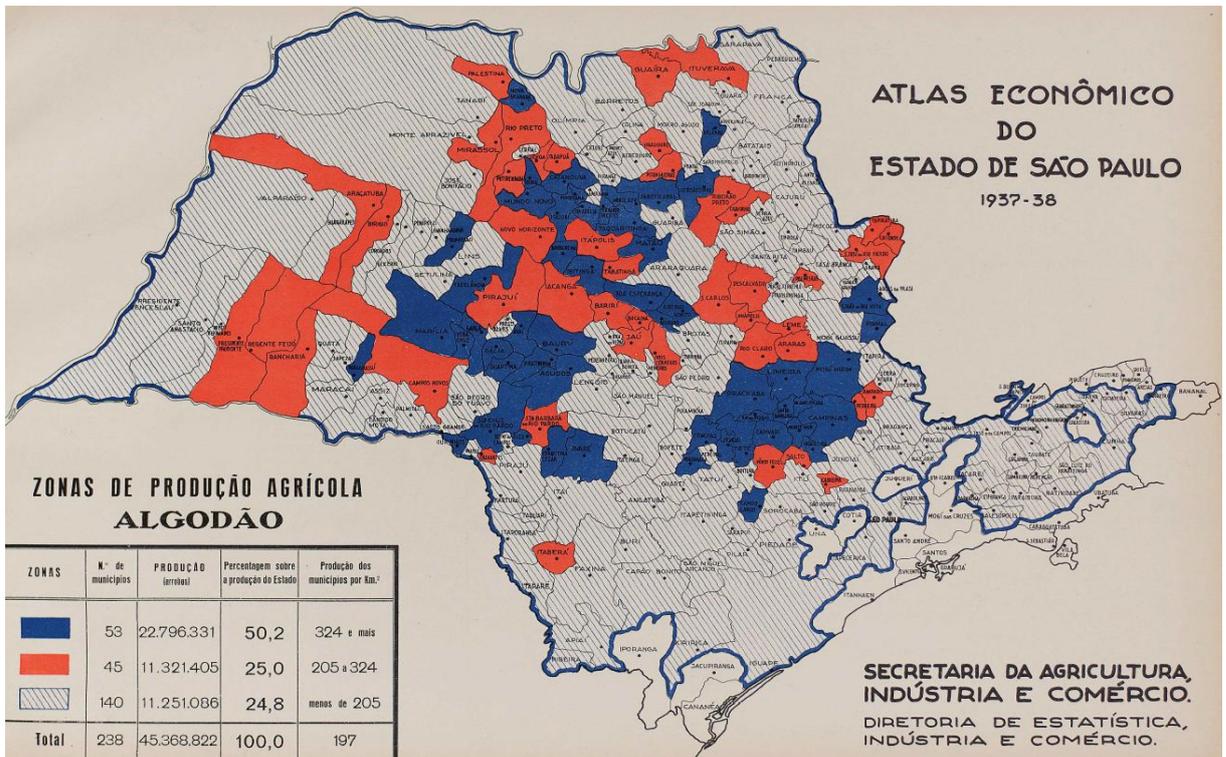
<sup>104</sup> Esta questão é tratada em maior profundidade no subcapítulo 3.2.

**Mapa 1 – Principais municípios da cafeicultura paulista em 1937/1938**



Fonte: SÃO PAULO. *Atlas econômico do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado dos negócios da agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo, 1940.

**Mapa 2 – Principais municípios da cotonicultura paulista em 1937/1938**



Fonte: Ibidem.

Tendo como principais zonas produtoras comuns aos dois cultivos os arredores de Marília (Oeste da região central do estado) e a região de Mundo Novo a Matão (Norte da região central do estado), o algodão teria também importante desenvolvimento nas regiões de Campinas, Mogi Mirim e Piracicaba (Sudeste da região central do estado) e de Bauru a Ourinhos e Avaré (Sudoeste da região central do estado), pouco relevantes para o café. A região de Bariri a São Manuel (centro do estado), por sua vez, concentrando importantes municípios da cafeicultura paulista, não observou desenvolvimento significativo da cotonicultura até esse momento.

Tendo em vista que a safra de 1937/1938 retrata um período de estagnação da área de cultivo de café, anterior às significativas retrações observadas a partir de 1939, conforme Gráfico 4, a justaposição dos mapas revela que o desenvolvimento da lavoura de algodão de fato não pressupôs necessariamente retração (ocupando o espaço) ou permanência (dividindo o espaço em caráter intercalar) de lavouras de café, questão explorada em maior detalhe à frente, no último capítulo.

Apesar de autores atribuírem o crescimento da cultura algodoeira unicamente à estabilidade dos preços externos, a grande maioria dos cafezais não foi abandonada durante o surto algodoeiro por sua rentabilidade<sup>105</sup>. De fato, pela perspectiva individual de grandes produtores em novas zonas de cultivo, capazes de financiar o plantio e os insumos dos primeiros anos improdutivos dos cafezais, o plantio de café ainda figurava como a melhor alternativa de investimento. Em sentido oposto às decisões tomadas pelas grandes lavouras, o algodão se tornava importante para os pequenos produtores que, incapazes de custear novos cafezais, se satisfaziam com rendimentos menores.

Por isso não usavam adubos [...], tampouco usavam inseticidas. Assim, ‘com sorte’, mesmo com produtividades médias ligeiramente menores, eles podiam alcançar rendimentos por alqueire mais ou menos equivalentes aos dos grandes fazendeiros de café da região, sem necessidade dos grandes gastos destes<sup>106</sup>.

Além da expansão da área de plantio e do aproveitamento das estruturas estabelecidas pela cafeicultura, especialmente de transportes, a cotonicultura paulista seria marcada pela atuação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo e do Instituto Agrônomo de Campinas.

---

<sup>105</sup> Em geral, os preços do algodão apresentaram crescimento relativamente ao café no decorrer do período, entretanto, tomando como base os preços de 1925, a relação entre os preços favorecia o algodão em apenas 15% em 1934, sendo o pico de 69% de aumento do algodão em relação ao índice atingido apenas em 1944. Vale notar que, mesmo então, o preço do algodão ainda era inferior aos praticados em 1925 na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, sendo superados apenas em 1946. ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 212. Devido à natureza regional da análise, mais uma vez, essa questão é analisada em maior detalhe no subcapítulo 3.2.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 209. O autor inclusive apresenta os custos de produção e as rentabilidades dos cultivos de modo a demonstrar a preferência pela cafeicultura em determinados casos.

Considerando que a adoção de novas tecnologias no campo por parte de agricultores é sujeita a uma série de condicionantes, de preços, crédito, estrutura de transporte e armazenamento, comercialização e estrutura fundiária<sup>107</sup>, o governo federal sabia tão bem quanto o governo do estado de São Paulo que os órgãos de pesquisa eram ferramentas essenciais para atender à premissa mais básica para o emprego de novas técnicas e produtos na agricultura: a disponibilidade dessas tecnologias. Precisamente nessa perspectiva seriam apresentados os resultados das pesquisas realizadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas no relatório federal referente a 1934 e 1935:

São de tal modo impressionantes as modificações introduzidas pela sciencia no campo [...] que os Governos de todos os paizes realmente organizados vovvem suas vistas mais attentas para os phenomenos scientificos relacionados com a terra, [...] só havendo um meio pratico de se garantir ás culturas urna producção optima: o da pesquisa e experimentação intensivas e incessantes. Sabemos já agora o que vale uma descoberta de genética: o algodão paulista, criação do Instituto Agronomico de Campinas, é hoje uma das maiores riquezas do paiz<sup>108</sup>.

Reformado o Instituto Agrônomo de Campinas em 1924, sob uma direção cujo intuito era “implantar maior rigor aos trabalhos de laboratório e de campo”, os esforços se voltaram ao desenvolvimento de novas variedades genéticas do algodão e, no ano seguinte ao lançamento das novas sementes em 1927, “quase metade da produção já [alcançava] um patamar superior de comprimento de fibra”<sup>109</sup>. No intervalo de apenas sete anos até o início do surto de 1934, os comprimentos de fibra do algodão paulista medidos pela Bolsa evoluiriam de 98% entre 22/26mm para 99,7% entre 28/30mm<sup>110</sup>, ao mesmo tempo em que apenas 52% das fibras medidas pelo Ministério da Agricultura superavam a marca dos 28mm<sup>111</sup>. Padronizado o produto paulista em um comprimento de fibra de maior valor comercial e superior emprego industrial, as exportações do estado já compunham metade das exportações nacionais naquele ano<sup>112</sup> apesar de São Paulo produzir apenas 36% do algodão do país<sup>113</sup>. Em 1939, o estado produziria 64% da fibra e seria responsável por 80% das exportações, ao passo que em 1944 produziria 75% e seria responsável por 99% das exportações, resultados relacionados não apenas ao desenvolvimento tecnológico de

---

<sup>107</sup> ARAÚJO, Mário Olinto de Campos. *Evolução administrativa da pesquisa agropecuária no âmbito do Ministério da Agricultura no período de 1938/1978*: Um estudo de caso. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1979, p. 18.

<sup>108</sup> BRASIL, Op. Cit., 1938, p. 183.

<sup>109</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 139.

<sup>110</sup> Ibidem, Loc. Cit.

<sup>111</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *Trabalhos realizados em 1938*. Rio de Janeiro, 1939a, p. 72.

<sup>112</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 216.

<sup>113</sup> SÃO PAULO, Op. Cit., 1990.

variedades de algodão de maior qualidade, mas também à atribuição da responsabilidade pelo controle e distribuição de sementes ao Instituto.

Transcorrida a década de 1930, multiplicados os investimentos federais na produção nordestina de algodão e reduzida a produção na região, São Paulo seria apresentado em 1941 pelo governo federal como exemplo a ser seguido, não sendo reivindicado pela União, como resultado de seus esforços, o sucesso da região:

De 1933 para cá, o aparecimento brusco de São Paulo como grande produtor de algodão, em consequência da crise do café, mas dentro de seguros preceitos técnicos, permitiu que o Brasil voltasse à posição de grande relevo no comércio mundial. [...] O exemplo que nos deu e nos dá São Paulo, principalmente na parte experimental, com o controle oficial na distribuição de sementes aos agricultores e que permitiu abrir ao algodão brasileiro novos mercados precisa e deve ser seguido, com rigor, pelas demais regiões algodoeiras do país<sup>114</sup>.

Outro diferencial da região seria atribuído à atuação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo que, além da prestação de serviços de avaliação e comercialização, seria responsável por práticas direcionadas à melhoria técnica e ao acesso do produto a novos mercados:

É possível que a cooperação entre o Governo Estadual e os fazendeiros não tivesse sido bem sucedida sem a ligação com os mercados internacionais e os consumidores nacionais, realizada pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo desde 1919. Através da classificação dos tipos de algodão que poderiam ser por ela transacionados; do registro de marcas para o comércio e de máquinas para empacotar com o objetivo de separar facilmente o algodão defeituoso; da contratação de técnicos brasileiros e estrangeiros para sua secção do algodão; do envio de técnicos brasileiros aos Estados Unidos para aperfeiçoamento e estreitamento de relações com os mercados estrangeiros, utilizando o sistema consular para distribuição das amostras do algodão brasileiro ela possibilitou a transmissão da demanda do mercado europeu aos produtos nacionais, ao mesmo tempo que seus técnicos, treinados no exterior, traziam novas técnicas de plantio<sup>115</sup>.

Marcada a década de 30 pela busca de soluções para a grave situação financeira e de fórmulas originais para o desenvolvimento econômico nacional, a Grande Depressão e o acirramento dos conflitos geopolíticos internacionais contingenciavam qualquer alternativa proposta para o país. Impondo limites, de um lado, ao tradicional modelo agroexportador, a Crise internacional oferecia também novos caminhos de desenvolvimento através de alinhamentos comerciais e cooperações econômicas, circunstâncias que, junto a outros fatores, levariam a industrialização a despontar como modelo a ser seguido, tendo o financiamento da expansão como seu maior obstáculo<sup>116</sup>. Seria nesse contexto que a diversificação agrícola, além de motivada politicamente pela busca de apoio em diversos

---

<sup>114</sup> BRASIL, 1941b, p. 257-258.

<sup>115</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 202-203.

<sup>116</sup> Essa questão é discutida em maior profundidade no subcapítulo 2.1.

estados, teria correspondência com o difuso projeto nacional de desenvolvimento do governo Vargas, que tateava por alternativas internas e externas para a reorganização da economia e para o desenvolvimento econômico durante a década, associada a própria legitimação do Estado autoritário a ideias de integração nacional e de diversificação produtiva<sup>117</sup>. Reformulações de políticas ineficientes para o modelo ambicionado seriam, assim, via elementar do empenho em transformar a economia brasileira de acordo com novas intenções industrializantes e de diversificação econômica, sendo já reconhecida a necessidade de “um sistema de crédito institucionalizado e de amplo acesso”<sup>118</sup> para o desenvolvimento adequado de qualquer setor econômico. Assim, além da coincidência temporal entre a expansão da cultura algodoeira e as mudanças empreendidas no sistema financeiro nacional, é importante investigar se a reforma creditícia desempenhou ou não função decisiva sobre o fenômeno estudado, estimulando ou limitando de alguma forma a expansão da cotonicultura no período.

No decorrer do século XIX e início do XX, as crises e afrouxamentos monetários, resultantes também do desregulado sistema bancário brasileiro, regiam a disponibilidade de crédito à lavoura, chegando ao fim da década de 1920 com as instituições mais representativas do crédito agrícola controladas pelos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, proporcionais ao volume de empréstimos destinados à cafeicultura nesses estados. Entre 1932 e 1933 o sistema financeiro brasileiro seria reformado com as novas atribuições da Caixa de Mobilização Bancária, que controlaria a moeda e o crédito, com a Lei de Reajustamento Econômico, que reduziria as dívidas de produtores agrícolas e forneceria reservas líquidas aos bancos, e com a Lei da Usura, que estabeleceria diretrizes sobre as taxas de juros praticáveis nas diferentes modalidades de financiamento.

Ainda que a cotonicultura tenha sido diretamente beneficiada por apenas 1% do perdão de dívidas de 1933<sup>119</sup>, a expansão contínua do volume de empréstimos totais concedidos pelo setor bancário brasileiro durante a década de 1930, e especialmente durante a Segunda Guerra, ofereceria melhores condições de financiamento a uma maior variedade de produções agrícolas apesar da competição com os volumosos créditos ao setor público e com a manufatura priorizada pelos bancos comerciais. Dados do Banco do Brasil relativos à primeira metade dos anos 1940 revelam como parte da ampliação do crédito no período foi direcionada ao setor primário:

---

<sup>117</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 230-235.

<sup>118</sup> DA SILVA, Op. Cit., p. 94.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 103.

**Tabela 4** – Empréstimos do Banco do Brasil por setor em mil cruzeiros (1940-1945)

Setor	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Setor primário	482.489	753.649	1.183.309	1.339.759	2.998.488	5.172.301
Algodão	31.262	65.247	148.568	124.056	284.452	648.217
Açúcar e álcool	70.425	86.314	103.987	149.019	269.272	336.139
Café	75.705	94.403	158.893	124.667	169.957	211.754
Pecuária	189.508	357.405	570.741	707.514	1.988.299	3.500.005
Indústria	610.659	835.533	855.998	1.080.401	1.728.621	1.728.719
Comércio	522.945	663.708	718.889	715.944	1.191.178	1.657.054
Outros	76.455	117.082	126.443	162.060	218.695	272.179
Total	1.692.548	2.369.972	2.884.639	3.298.164	6.136.982	8.830.253

Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 244 (1940 até 1944); BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1946*. Rio de Janeiro, 1947, p. 279 (1945).

Pode-se observar que o movimento do crédito na primeira metade da década de 1940 beneficiaria em larga medida o setor agropecuário e extrativo, que evoluiria de 28,5% a 58,6% dos empréstimos do Banco do Brasil. A pecuária apresentaria o maior aumento em números absolutos e relativamente aos empréstimos totais, evoluindo de 11,2% em 1940 para 39,6% em 1945<sup>120</sup>, sendo o ramo responsável por 70,6% do aumento observado em todo o setor primário<sup>121</sup>. A cotonicultura também seria favorecida pelo movimento do crédito no período, embora de maneira mais modesta, evoluindo de 1,8% para 7,3% dos empréstimos totais, ao passo que o café teria sua participação reduzida de 4,4% para 2,4%. Apesar desse

<sup>120</sup> “A pecuária contribuiu de forma mais acentuada para este crescimento, apresentando uma elevação no número de contratos de 2.528%, enquanto que para a agricultura o número de contratos cresceu 379%. [...] Avaliando os indicadores do ano de 1939 percebe-se que, em valores monetários deflacionados, os contratos concedidos à agricultura eram em média 18,8% superiores aos destinados à pecuária. Já em 1945, os valores médios deflacionados dos contratos agrícolas eram quase que o dobro dos contratos que se direcionavam à pecuária”. Ibidem, p. 115-117.

<sup>121</sup> O aumento de 103 empréstimos concedidos para a pecuária em 1938 para 17.167 contratos em 1945 seria objeto de muitas críticas, sendo o trecho a seguir registrado pelo diretor da CREA José Loureiro da Silva ao final de sua gestão, em 1945: “O crédito à pecuária, da maneira como se processava, estava fundamentalmente errado; [...] a produção agrícola foi abandonada e o valor da terra atingira preços exorbitantes; [...] o financiamento do Banco do Brasil, na pecuária, propiciara o negocismo, a especulação, a aventura e a pirataria, com a intervenção de elementos de todas as procedências e profissões, inclusive a de homens de Estado, banqueiros, profissionais liberais, etc., numa corrida para a fortuna fácil”. BESKOW, Paulo Roberto. *O crédito rural público numa economia em transformação: Estudo Histórico e Avaliação Econômica das Atividades de Financiamento Agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Campinas, 1994, p. 234-235. Em mesa redonda discutindo dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores e suas necessidades de financiamento, Garibaldi Dantas afirmaria que: “Não é só a questão do crédito, mas de saber orientar o crédito. Por exemplo: dar crédito para um só produto, como aconteceu com a pecuária, é levar o Estado de São Paulo - ou qualquer outra região do país ao monopólio, o que é perigoso. COM o atual sistema de crédito nada é possível fazer! *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 115, 1945, p. 43. Entre 1942 e 1945, cabe destacar, enquanto os créditos à pecuária sextuplicariam, o número de animais abatidos pela atividade cresceu apenas 8%, conforme BRASIL, Op. Cit., 1947, p. 140. Com dois terços dos recursos, o setor correspondia a menos de um quinto do produto agropecuário.

aumento, é significativo observar que em 1940, um ano após o valor da produção de algodão superar a do café, os empréstimos destinados à cafeicultura ainda superavam o dobro dos montantes que financiavam a cultura algodoeira. Além disso, os novos créditos destinados à cotonicultura não se traduziriam em aumentos equivalentes da área de plantio ou do valor produzido que, ao contrário, teriam alguns anos de retração no período<sup>122</sup>.

O reduzido financiamento do Banco do Brasil à produção de algodão ainda no início da década de 1940, a prioridade dos créditos ao setor público e à indústria no período anterior<sup>123</sup>, o “elevado grau de concentração do crédito em favor dos grandes [produtores]”<sup>124</sup> associado ao predomínio de pequenas e médias propriedades responsáveis pela produção de algodão e a dissociação observada entre o montante de empréstimos e o ritmo de crescimento da cultura entre 1940 e 1945<sup>125</sup> sugerem que, mesmo que a reforma do sistema financeiro nacional e a maior disponibilidade de financiamentos possam ter beneficiado a cotonicultura em alguma medida, a política de crédito agrícola não foi determinante para o desenvolvimento da cultura algodoeira entre 1930 e 1945. Ao contrário, em uma matéria de 1938, Garibaldi Dantas, chefe do serviço de classificação do Departamento Classificador de Algodão da Secretaria de Agricultura de São Paulo, apontaria o insuficiente financiamento como razão para diversos problemas enfrentados pela cotonicultura, de maiores custos de produção e menor competitividade internacional até a possibilidade de uma queda do volume produzido:

---

<sup>122</sup> Tanto a área de plantio quanto o volume produzido apresentariam quedas em 1942 e 1945 segundo dados organizados nos Gráficos 4 e 5. Além disso, os empréstimos 16,5% menores em 1943 financiariam parte de uma safra 31,6% maior.

<sup>123</sup> Cabe salientar que a própria eficácia de uma política centralizada de expansão do crédito agrícola nesse período é discutível, havendo registros à época de debates dessa natureza: “O que eu noto é que sempre nos referimos ao que fazem os países adiantados, que tem facilidades de comunicação. Não nos compenetrámos que somos um país paupérrimo e atrasadíssimo. [...] Quanto ao capital, não será o Banco do Brasil ou qualquer outra instituição do governo que poderá fornecê-lo: é a economia particular generalizada que deverá proporcionar o crédito. Precisamos encontrar o meio de se fazer com que ela seja aplicada novamente nos próprios lugares onde foi produzida. Na minha opinião, a grande falha do Banco do Brasil consiste no seguinte: o que a carteira agrícola desse banco ganha em extensão, perde em eficiência. [...] O que precisamos é, por meio de bancos locais ou regionais, dar crédito pessoal ao produtor. Como pode ser feito isso? O agente do Banco do Brasil poderá agir dessa forma? Não, mas apenas o indivíduo que seja o dono do capital. Um agente do Banco do Brasil, por melhor que seja, não poderá ter esse contato com todos os homens do lugar nem intimamente [com] a agricultura local”. COM o atual sistema de crédito nada é possível fazer! Op. Cit., p. 44.

<sup>124</sup> DA SILVA, Op. Cit., p. 119. Para a distribuição dos empréstimos realizados pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil por ano, intervalos de valores e tipos de produtor: Ibidem, p. 116-117.

<sup>125</sup> Iliane Jesuína da Silva apresenta comparações entre os volumes de financiamento e os volumes produzidos de algodão, arroz, borracha, café, cana, milho, trigo e pecuária entre 1938 e 1945 e conclui que “somente há relação entre estas variáveis para as culturas de arroz e cana [...]. As duas atividades agropecuárias mais beneficiadas pelo crédito fornecido pela CREAM à área rural – algodão e pecuária – não apresentaram os resultados esperados, considerando-se as quantidades produzidas e o volume relativo de crédito destinado aos seus financiamentos. No caso do algodão, embora o percentual de crédito destinado ao seu cultivo tenha crescido de forma significativa a partir de 1942, a quantidade produzida oscilou entre 1942 e 1945, com crescimento até 1944 e queda expressiva em 1945”. DA SILVA, Op. Cit., p. 126-131.

O Brasil sempre teve, nos periodos de depressão cyclica do café - a sua grande mercadoria-ouro - algum producto providencial que annullou em parte as perdas da exportação cafeeira. Assim ocorreu com o assucar, durante varias decadas, mais tarde, confirmado pela ascensão da borracha. Parece ter soado agora a hora do algodão ajudar a economia nacional a recuperar o que está perdendo, em valores-ouro, com a queda da exportação cafeeira. É tão grande a importancia do algodão no momento que se justifica especial interesse em torno de seu ordenado desenvolvimento. Infelizmente, se temos provado adeantamento na esfera technico-commercial, ainda estamos marcando passo na parte financeira. Não há financiamento amplo para os lavradores. O resultado é que a maioria vê-se compellida a lançar mão de toda forma de emprestimos, desde os de adeantamento em especie, pelos commerciantes locais, a outras formas não menos onerosas. O resultado é a aggravação do custo de produção. Justamente é nesse sector que alguns paizes ainda levam vantagem á produção brasileira. Dahi a necessidade de attendel-o, se quizermos evitar o declinio e decadencia de uma actividade de que não só lucram os seus respectivos productores, mas toda a economia nacional. [...] Dessa maneira, seria de toda conveniencia que desde logo os poderes publicos puzessem em pratica o financiamento agricola, para o que já há carteiras especiaes, de maneira acessivel, porém, dentro de normas de segurança, indispensaveis a operações dessa natureza. Si tivermos financiamento satisfactorio, não haverá redução de safra de algodão brasileira em 1939, como alguns estão adeantando, em vista das dificuldades encontradas actualmente<sup>126</sup>.

Durante os anos seguintes, importantes críticas à forma de financiamento da lavoura algodoeira seguiriam sendo feitas, tratando das significativas restrições ao crédito formal (decorrentes tanto de questões públicas de políticas creditícias quanto de questões particulares do sistema bancário) que associariam a expansão algodoeira ao danoso crédito informal<sup>127</sup>. Nesse sentido, a reforma creditícia se junta ao leque de políticas públicas federais de limitado impacto sobre a diversificação agrícola e sobre o desenvolvimento da cultura algodoeira no período, cuja ineficácia, não obstante, não determinaria efeitos também irrelevantes da expansão verificada sobre a economia nacional. A tabela organizada abaixo compara valores de exportação de algodão a valores totais de importação, ao saldo da balança comercial e ao serviço da dívida externa de maneira a mensurar a importância do algodão no conjunto das contas externas do país:

---

<sup>126</sup> DANTAS, José Garibaldi. Mercados de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 33, 1938, p. 126-127. De fato, se observa uma pequena redução na safra de 1939 em relação à de 1938, embora não seja possível confirmar a causalidade sugerida por Garibaldi Dantas.

<sup>127</sup> O financiamento de safra seria uma forma notória de subordinação do cotonicultor a maquinistas e intermediários, limitando a atividade conforme discutido no subcapítulo 3.2.

**Tabela 5** – Balança comercial, serviço da dívida e exportações de algodão (1928-1945)

Ano	Importação	Saldo comercial	Serviço dívida	Serviço / Saldo	Algodão export.	Algodão / Importação	Algodão / Serviço
1928	3.695	275	658	239%	36	1%	5%
1929	3.528	333	708	213%	154	4%	22%
1930	2.344	564	875	155%	84	4%	10%
1931	1.881	1.517	1.115	73%	58	3%	5%
1932	1.519	1.018	327	32%	3	0%	1%
1933	2.165	655	342	52%	28	1%	8%
1934	2.503	956	422	44%	457	18%	108%
1935	3.856	248	434	175%	648	17%	149%
1936	4.269	627	290	46%	935	22%	322%
1937	5.315	-222	394	-	942	18%	239%
1938	5.196	-99	-	-	928	18%	-
1939	4.984	632	-	-	1.151	23%	-
1940	4.964	-4	230	-	838	17%	364%
1941	5.514	1.211	272	22%	1.010	18%	371%
1942	4.693	2.807	268	10%	644	14%	240%
1943	6.162	2.567	261	10%	414	7%	158%
1944	7.997	2.729	528	19%	668	8%	127%
1945	8.617	3.580	625	17%	1.049	12%	168%

Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1947, p. 254, 281 e 505 (importações e saldo de todos os anos e serviço de 1941 até 1945); BRASIL, Op. Cit., 1936, p. 407 (1928 até 1936); BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1274 (1937 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 219 e 511 (1940).

Notas: Os anuários estatísticos até 1940 informam que o serviço da dívida era composto pelos pagamentos de juros e amortizações, ao passo que entre 1940 e 1946 é especificada a consideração dos pagamentos de comissões e outras despesas. Além disso, dados considerados de 1940 a 1945 incluem apenas dívidas em libras e dólares, de maneira que podem estar levemente subestimados.

Avultando em média 2,2% do valor anual de importação nos seis anos que antecederam o surto algodoeiro, o valor das exportações de algodão evoluiria ao equivalente a 18% das importações em 1934, flutuando em torno dos 20% durante o restante da década. Com a redução do saldo comercial decorrente da aceleração das importações a partir de 1935 e a expansão das exportações do produto, as divisas geradas pelo algodão superariam o saldo da balança em todos os anos até 1941, quando as restrições às importações impostas pela Segunda Guerra levariam o país a voltar a acumular significativos superávits comerciais. O serviço da dívida efetivamente pago, por outro lado, reduzido por ocasião das renegociações e moratórias, permaneceria inferior às exportações totais de algodão desde 1934, geralmente expressivamente. Sendo o saneamento das contas do setor externo um dos grandes desafios encarados pelas autoridades no período, associadas também à preocupante arrecadação

tributária e ao resultado orçamentário, o algodão se tornaria um relevante provedor de divisas valiosas para os pagamentos das dívidas externas e para a manutenção das importações ainda que seu desenvolvimento não tenha sido determinado pela ação dessas autoridades. Desconhecidas outras iniciativas federais direcionadas ao aperfeiçoamento e expansão da produção de algodão, parece adequado afirmar que o sucesso dos investimentos paulistas no produto extrapolaria a esfera estadual dos agricultores diretamente beneficiados pelas pesquisas e políticas.

De fato, em um exercício de calcular a taxa de retorno do investimento paulista no desenvolvimento de novas variedades de algodão, Harry Ayer e Edward Schuh estimaram, com base nas produtividades relativas das diferentes variedades de algodão, nas proporções plantadas e nas elasticidades de oferta e demanda, que, já entre 1931 e 1935, o retorno social dos investimentos foi 7,6 vezes o custo estimado no desenvolvimento das fibras (6,5 vezes incluindo os custos anteriores à década de 1930, que não geraram retorno naquele período), ao passo que entre 1936 e 1945 o retorno seria superior a 20 vezes os investimentos realizados<sup>128</sup>. Tendo os benefícios sido incorporados especialmente pelos donos da terra na forma de ganhos de capital, parte do excedente seria também distribuída aos consumidores, beneficiados com a queda de preços dos tecidos, e à massa de trabalhadores que, dada a elasticidade do mercado, não se beneficiariam de aumentos salariais, porém veriam aumentos no nível de emprego e transmitiriam a outras partes do país esses efeitos<sup>129</sup>. Mais importante talvez fosse, entretanto, precisamente o efeito da expansão da cultura sobre as contas do setor externo<sup>130</sup>, que se prolongariam por décadas após o período em questão:

As exportações de algodão tem sido uma importante fonte de divisa para o Brasil, tendo o produto, na maioria dos anos desde 1934, ocupado o segundo lugar na lista de exportações, após o café. Entre 1936 e 1967, as exportações de algodão de São Paulo têm dado a média de 80% do total brasileiro de exportações desse artigo. E, em média, as exportações de algodão de São Paulo perfizeram cerca de 8% do total das divisas do Brasil durante os anos de 1934 a 1967<sup>131</sup>.

Conforme evidenciado pela Tabela 5, encerrada a década de 1930, a Europa se voltaria novamente para dentro de si e as divisas provenientes das exportações não encontrariam contrapartida nas importações, acumulando volumosos saldos comerciais de modo a

---

<sup>128</sup> AYER, Harry W.; SCHUH, G. Edward. *Taxas de retorno social e outros aspectos da pesquisa agrícola: o caso da pesquisa do algodão em São Paulo, Brasil*. Governo do estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura, Instituto de Economia Agrícola. Agricultura em São Paulo, Ano XXI, Tomo I, 1974, p. 9.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 20-22.

<sup>130</sup> Os autores iriam ainda mais longe ao afirmar que, com a expansão do consumo interno de algodão, o desenvolvimento das novas variedades que permitiu o crescimento da produção evitou que o país se tornasse um importador líquido do produto. Ibidem, p. 14.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 15.

pressionar positivamente o câmbio. Uma vez que a valorização significaria ao mesmo tempo uma redução da receita de exportadores em moeda nacional e um aumento do poder aquisitivo dos consumidores em moeda estrangeira, o governo manteria o cruzeiro em rédeas curtas, ainda que as próprias restrições ao comércio oriundas da guerra frustrassem a tendência ao aumento das importações. Beneficiados os setores exportadores pelo controle cambial, estabelecia-se um novo desequilíbrio externo de criação de “poder de compra dentro da economia sem uma contrapartida na oferta de bens e serviços”<sup>132</sup>, que pressionava a capacidade produtiva interna, dessa vez já intensamente utilizada. O processo inflacionário desencadeado por esse desequilíbrio era ainda intensificado pelas crescentes despesas militares do governo e por toda sorte de imprevistos decorrentes da impossibilidade de importar (uso de insumos de qualidade inferior, paralisações por falta de peças, substituição de capital por mão de obra...) <sup>133</sup>. “O nível geral de preços, que entre 1929 e 1939 havia aumentado apenas em 31 por cento, entre 1940 e 1944 sobe 86 por cento”<sup>134</sup>.

Ainda que o controle cambial favorecesse o setor exportador, o algodão de exportação não seria beneficiado pelo início da Segunda Guerra. Passando rapidamente de parceiros comerciais a inimigos jurados do Brasil, Alemanha e Japão deixariam de comprar quaisquer volumes do produto respectivamente em 1940 e 1942. Ao mesmo tempo, a Inglaterra, o mais tradicional dos importadores, não apenas priorizaria fornecedores politicamente mais importantes, os EUA e suas colônias, como também teria seus portos sitiados em águas infestadas por submarinos inimigos. O algodão, equivalente a 20,5% do valor exportado pelo Brasil em 1939, teria sua participação reduzida a 4,7% das exportações em 1943. A produção de algodão, contudo, não sofreria da mesma forma que as exportações.

A despeito das quedas do algodão produzido em 1942 e 1945, a cultura apresentaria aumentos significativos em anos de baixa exportação: em 1940, ano de contração de mais de 30% do volume exportado, a produção teria um aumento de quase 10% em relação ao ano anterior, superando a cifra recorde de 437 mil toneladas de 1938, e em 1943, ano de contração de quase 50% do volume exportado, a produção teria um aumento superior a 30% relativamente ao ano anterior. A demanda interna, que historicamente oferecera estabilidade à produção algodoeira e que mesmo durante a década de 1930 absorveu quase metade da oferta do produto, sinalizava o início de uma nova dinâmica para a cotonicultura nacional, novamente menos sensível aos movimentos da demanda estrangeira. As exportações, cuja

---

<sup>132</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 202.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 208.

dinâmica parecia explicar os movimentos da produção de algodão durante os anos 1930, não compunham a totalidade da demanda pelo produto e, a partir do início do conflito internacional, tornam evidente o papel central exercido pelo consumo interno<sup>135</sup>, associado ao processo de industrialização nacional a transformar o caráter da economia brasileira. Tendo em vista a dimensão das exportações à Alemanha e ao Japão no período, entretanto, é ainda necessário qualificar outra interpretação acerca do crescimento da cotonicultura associado ao setor externo: os movimentos geopolíticos e militares internacionais e seus interesses e influências sobre a oferta brasileira de gêneros agrícolas de exportação.

### **1.3 – Interesse estrangeiro e conveniência das exportações brasileiras de algodão**

O algodão, desde a transição a formas industriais de produção<sup>136</sup> e até os tempos atuais, quando ainda figura como principal matéria-prima de um dos mais importantes setores industriais, teve seu cultivo condicionado à demanda dos grandes centros manufatureiros têxteis. Na perspectiva de que seu desenvolvimento no Brasil não seria diferente, atento à parcela da produção direcionada ao setor externo, Caio Prado Júnior articula o seguinte argumento do desenvolvimento algodoeiro brasileiro subordinado às intenções de agentes do novo imperialismo do século XX:

Em anos recentes, o país voltou a figurar como grande fornecedor de uma outra matéria-prima industrial de primeira importância, o algodão. [...] Este fato é condicionado pela conjuntura econômica e política internacional do momento; a cisão dos grandes blocos imperialistas, de um lado os Estados Unidos e o Império Britânico (grandes consumidores e que detinham quase o monopólio da produção), e do outro a Alemanha e Japão, grandes consumidores também, mas sem produção própria. [...] A Alemanha e o Japão procuram outros fornecedores para sua indústria têxtil; a Itália, em condições semelhantes, é arrastada e torna-se satélite daquelas potências. O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim: a decadência da lavoura cafeeira tornara disponíveis grandes áreas de terras aproveitáveis e já preparadas, mão-de-obra abundante, recursos técnicos (transportes, aparelhamento agrônomico e comercial) que se podiam facilmente aproveitar para a nova cultura. Foi possível atacá-la em larga escala, e de um momento para outro a produção brasileira de algodão ascende para altos níveis, começando o país a figurar entre os grandes fornecedores internacionais da fibra. Este surto da produção algodoeira no Brasil será em parte apreciável de iniciativa japonesa. O império oriental contará para isto com a imigração de seus súditos para o Brasil que, embora já encetada

---

<sup>135</sup> Conforme demonstrado pelo Gráfico 4.

<sup>136</sup> “Ainda ocorre na segunda metade do século mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e sobrepujá-lo-á em breve: o algodão. Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo”. PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 80-81.

desde longa data (1908), toma grande impulso depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada. Os verdadeiros propósitos desta corrente de povoadores eram evidentemente políticos. O governo japonês instalará no Brasil um amplo aparelhamento de controle dos seus nacionais aqui estabelecidos; entre outros, uma grande rede de consulados com poderes soberanos sobre os súditos nipônicos; organizará sob seus auspícios a produção deles, fornecendo-lhes amparo técnico, crédito, facilidades comerciais. E um dos seus grandes objetivos será justamente obter o algodão de que necessitava a indústria japonesa. Quanto à Alemanha, ela não agirá (neste setor particular do algodão) com tanta profundidade; mas torna-se o maior comprador de algodão brasileiro, com uma proporção que chegará, em 1935, a quase 60% da exportação total do Brasil<sup>137</sup>.

Antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico dispunha de condições privilegiadas para operar suas indústrias têxteis pelo algodão fornecido por suas colônias e aliados, em especial Egito, Índia e Estados Unidos, cujas produções, em conjunto, flutuavam em torno de 70% da oferta global durante a década de 1930<sup>138</sup>. Do outro lado do conflito emergente, o esforço de guerra e o desenvolvimento econômico ampliavam a demanda por fibras têxteis e dificultavam o abastecimento das potências do Eixo, tendo o Brasil despontado como importante fornecedor de algodão para esses países. Essa relação seria observada desde cedo por Caio Prado Jr., cuja hipótese atribuiria, entretanto, papel decisivo ao interesse alemão e à ação japonesa sobre o desenvolvimento da produção brasileira de algodão. Sob pressupostos distintos do conjecturado florescimento da cotonicultura resultante de políticas de governo preocupadas com o saneamento das contas do setor externo ou do reajuste natural do setor agroexportador frente à crise da cafeicultura, cabe a esta seção investigar relações entre o esforço econômico da Alemanha e do Japão que antecederam a Segunda Guerra Mundial e o surto algodoeiro que tem início no Brasil em 1934.

Em primeiro lugar, o crescimento da produção brasileira de algodão seria de fato acompanhado por importante aumento das exportações para a Alemanha e para o Japão, correspondendo o produto a 34% e 92%, respectivamente, das exportações totais aos países entre 1937 e 1939<sup>139</sup>. Partindo de montantes negligenciáveis em anos anteriores, enfim, o crescimento do comércio de algodão, que superava o crescimento das relações comerciais em geral com esses países, reforçava o movimento que reduzia a importância relativa dos mais tradicionais parceiros econômicos do Brasil: Grã-Bretanha, Estados Unidos e França. Nesse sentido, o aumento geral das relações comerciais com a Alemanha nos cinco anos que

---

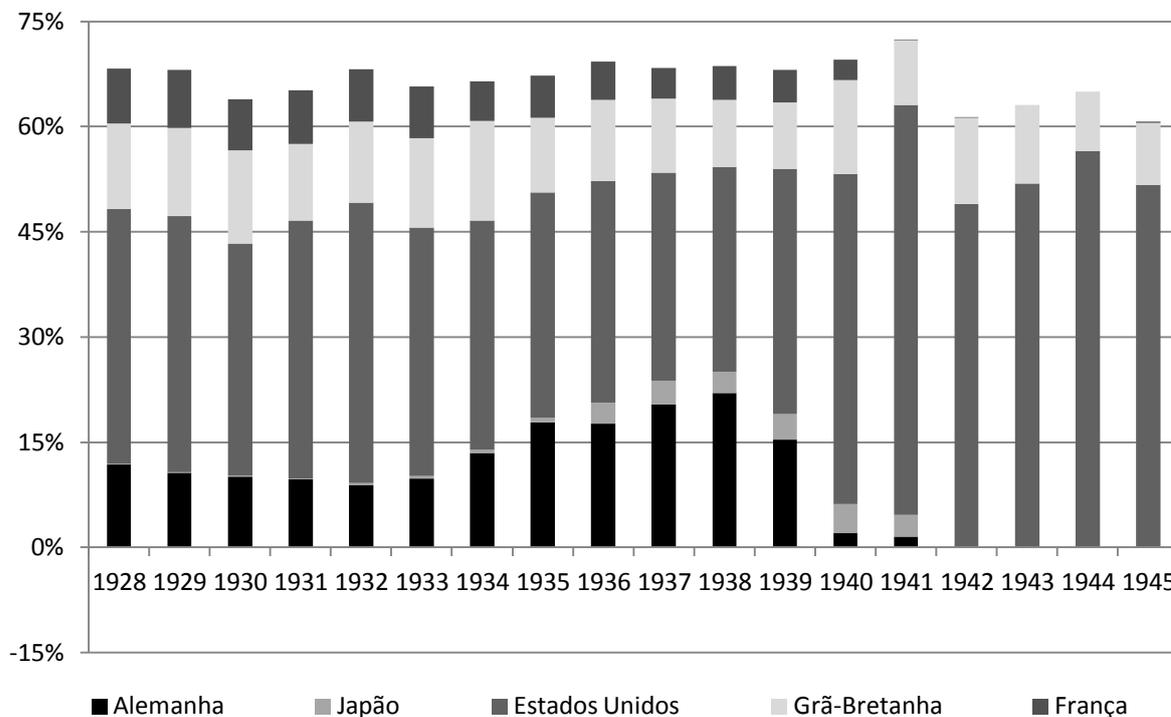
<sup>137</sup> PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 276-277.

<sup>138</sup> BRANDIS, BRANDIS, Royall. Cotton Competition, U. S. and Egypt, 1929-1948. Southern Economic Journal, v. 19, n. 3, 1953, p. 340; BRANDIS, Royall. Cotton competition, U.S. and India: 1929-1948. Southern Economic Journal, v. 17, 1951, p. 271.

<sup>139</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 400, 418.

antecedem a Segunda Guerra Mundial e com o Japão entre 1936 e 1941 seria evidência inicial da aproximação que teria induzido o crescimento da cotonicultura no país:

**Gráfico 9** – Participação dos principais parceiros comerciais no conjunto de importações e exportações brasileiras (1928-1945)



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1365-1370 (1928 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 246-251 (1940 até 1944); BRASIL, Op. Cit., 1947, p. 281-286 (1945).

Correspondendo a 11% das importações e exportações totais brasileiras em média em 1928 e 1929, a participação alemã não foi impactada significativamente pela crise, reduzida a 10% nos anos entre 1930 e 1933, ainda que o valor total transacionado tenha caído em 1932 à quarta parte do observado em 1928. A partir de 1934, entretanto, no momento em que começam a se recuperar as importações e exportações brasileiras, e no momento em que tem início o surto algodoeiro, a Alemanha ganha progressivamente maior importância, evoluindo a 18% em 1935, quando supera significativamente a Grã-Bretanha<sup>140</sup>, 20% em 1937 e 22%

<sup>140</sup> A parcela britânica não sofreria mudanças significativas no período, apesar de uma tendência de baixa no conjunto da década de 1930, oscilando em torno de 12%. A participação máxima de 1934 corresponderia a 14% e a mínima em 1939 a 9%, recuperada em 1940 a 13% no momento em que surgem as maiores restrições ao comércio com a Alemanha. Vale ressaltar, entretanto, que as quantias de importação e de exportação se invertem nesse período, sendo o intervalo de 1928 a 1938 deficitário para o Brasil (entre 1928 e 1933 o Brasil importava 19% das mercadorias da Grã-bretanha, que era destino de 7% das mercadorias brasileiras) e o período de 1939 a 1945 superavitário (Brasil importava 6% da Grã-bretanha, para quem exportava 14% do total).

em 1938, ponto mais baixo da participação estadunidense, em 29%<sup>141</sup>. O Japão, cuja participação fora negligenciável até meados da década, conquistaria 3% das compras e vendas brasileiras entre 1936 e 1938 e 4% entre 1939 e 1941, momento no qual superaria a França<sup>142</sup>. Seria com a Guerra e a retração das participações da Alemanha, da França, da Grã-Bretanha e, após 1942, do Japão, vale destacar, que os Estados Unidos consolidam uma posição ainda mais dominante no conjunto das relações comerciais brasileiras: tendo regredido da média de 36% entre 1928 e 1933 para 31% entre 1934 e 1938, período de alta da importância alemã, os Estados Unidos se tornariam responsáveis por metade das transações comerciais internacionais realizadas pelo Brasil entre 1939 e 1945.

Ampliada a participação alemã nas exportações totais de 8% em 1933 a 16% em 1935 e 19% em 1938, o destaque da Alemanha seria ainda mais claro na pauta de importações brasileira, onde o país passaria a figurar de 12% a 20% e, finalmente, 25% nos mesmos intervalos<sup>143</sup>, sendo a principal, ou segunda mais importante, origem de diversos produtos industrializados consumidos domesticamente:

---

<sup>141</sup> É necessário relativizar, entretanto, essas proporções conforme explicado por Abreu: “As conquistas alemãs no mercado brasileiro são, contudo, exageradas pelo fato de que as importações provenientes da Alemanha estavam sobrevalorizadas em 20%, pois as estatísticas brasileiras computavam as faturas em *Reichsmark* e não em marcos de compensação. [...] Na verdade, a participação conjunta de importações provenientes da Alemanha e do Reino Unido manteve-se regularmente entre 28 e 32% do total entre 1933 e 1938, enquanto a participação norte-americana ficava em torno de 23 a 25%. O que ocorreu foi a significativa substituição de produtos britânicos por alemães”. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 192. É importante ressaltar que o gráfico ilustra uma composição de importações e exportações, não diretamente comparável com as proporções relatadas por Abreu.

<sup>142</sup> Vale lembrar que em meados de 1940 a França já estava sob domínio do governo nazista, ainda que indiretamente no Sul e na costa mediterrânea até 1943. É razoável considerar que as restrições impostas sobre o comércio com a Alemanha que antecederam as impostas sobre o comércio com o Japão se estendiam às relações com a França sob domínio alemão.

<sup>143</sup> 12%, 16% e 20% segundo ABREU, Op. Cit., 1999, p. 19, conforme diferença descrita acima entre marcos de compensação através dos quais os produtos eram negociados e *Reichsmarks* através dos quais as faturas eram contabilizadas.

**Tabela 6** – Participação alemã nas importações de alguns produtos selecionados (1936-1939)

Produto	Importação total (Mil Contos de réis)				Participação alemã			
	1936	1937	1938	1939	1936	1937	1938	1939
Carvão mineral	162,3	233,9	263,1	234,6	39%	54%	57%	30%
Ferramentas e utensílios	55,6	71,1	55,5	46,1	43%	43%	54%	37%
Máquinas de fiação e tecelagem	48,9	80,0	87,1	48,0	43%	37%	37%	37%
Ferro e aço em chapas	46,4	76,6	47,0	60,2	62%	37%	34%	10%
Máquinas de costura	45,9	61,5	49,7	48,2	36%	35%	32%	20%
Anilinas e correlatos	42,0	46,2	40,6	44,9	65%	69%	66%	60%
Ferro e aço em barra	36,2	62,9	51,4	27,5	74%	62%	70%	46%
Fármacos	25,4	27,6	58,8	69,2	61%	70%	58%	50%
Dínamos e geradores elétricos	23,7	41,3	34,0	21,9	42%	48%	44%	16%
Máquinas de escrever	17,5	26,7	20,7	24,0	34%	42%	39%	22%
Adubos químicos	15,6	3,0	23,8	32,4	76%	58%	54%	34%
Cimento	14,3	11,7	9,6	7,4	61%	76%	79%	65%

Fonte: BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 424-431.

A inflexão observada no comércio teuto-brasileiro em 1934 coincide com o ano de assinatura do acordo bilateral de comércio de compensação, a partir do qual Brasil e Alemanha transacionam mercadorias por meio de moedas inconversíveis, capazes de adquirir produtos apenas entre os signatários do acordo e passíveis de acumulação caso não fossem utilizadas, com a promessa de compras futuras<sup>144</sup>. Esse modelo de comércio garantia que qualquer mercadoria vendida à Alemanha geraria divisas que não poderiam importar produtos de outros países, assegurando o consumo brasileiro de produtos alemães, e permitia que a Alemanha poupasse suas divisas conversíveis ao mesmo tempo em que importava mercadorias importantes.

A busca alemã por esse sistema derivava da drástica redução das reservas de ouro e de moedas estrangeiras do país, de 2.806 milhões de marcos em 1930 para menos de 100 milhões em 1935<sup>145</sup>, e seu estabelecimento implicava um financiamento intertemporal do Brasil, e de outros signatários de acordos semelhantes, à Alemanha na medida em que, diferente de um superávit comercial tradicional, os saldos em marcos de compensação não

<sup>144</sup> “Eventuais saldos comerciais bilaterais resultariam na acumulação de depósitos inconversíveis em mil réis ou marcos compensados caso a Alemanha ou Brasil vendessem mais do que comprassem no outro mercado”. ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014, p. 91.

<sup>145</sup> DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans-Erich; WETTE, Wolfram. *Germany and the Second World War: The Build-up of German Aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 229

poderiam ser liquidados através do comércio com outras nações nem poderiam pagar dívidas com outros países, sendo saldados apenas em períodos subsequentes por meio de importações.

O aumento das relações com a Alemanha é tido como um importante aspecto da política externa independente adotada por Vargas, afastando o país do tradicional alinhamento automático com os Estados Unidos e buscando construir caminhos novos de desenvolvimento, não necessariamente alinhado a um conjunto de metas constitutivas de um projeto bem definido<sup>146</sup>. Além de conveniente para a Alemanha, a assinatura do acordo por parte do Brasil atendia a um conjunto específico de interesses nacionais, em especial a ampliação dos mercados a produtos politicamente importantes<sup>147</sup>, o acesso a equipamentos para reaparelhamento do exército brasileiro<sup>148</sup> e a possibilidade de aquisição de produtos manufaturados com preços relativos mais favoráveis, fruto do subsídio alemão a mercadorias exportadas em marcos compensados, especialmente maquinaria e equipamentos de escritório.

A expansão do comércio teuto-brasileiro favorecia exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores, consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma quantidade no caso de cessar o comércio de compensação) e militares. A adoção desta política era, além disto, vital do ponto de vista político, pois Vargas dependia do apoio dos estados mais afetados<sup>149</sup>.

Apesar de se tratar de um acordo bilateral, à primeira vista desimportante para os demais países não envolvidos nas negociações, os dois maiores parceiros comerciais do Brasil na época, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, responsáveis conjuntamente por quase metade das transações comerciais internacionais realizadas, veriam seus interesses lesados pelos termos do acordo com a Alemanha, tendo os próprios Estados Unidos falhado ao tentar estabelecer um tratado comercial com o Brasil, regido por cláusulas de nação mais favorecida, em 1933<sup>150</sup>.

Os Estados Unidos adotaram uma política econômica externa apoiada na defesa do multilateralismo não porque tal política fosse eticamente “aceitável”, mas porque, no juízo das autoridades norte-americanas, tal política era a mais adequada do ponto de

---

<sup>146</sup> CORSI, Francisco Luiz. Política externa e desenvolvimento no Estado Novo. *Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007, p. 249-252.

<sup>147</sup> Vargas teria alegado que couros, lã, arroz, carne, fumo e banha seriam produtos relevantes para o Rio Grande e interessantes para a Alemanha. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 161.

<sup>148</sup> Vale ressaltar que este ponto não teria influenciado a decisão de assinar o acordo segundo Abreu, ainda que a expansão do comércio teuto-brasileiro tenha ultimamente beneficiado setores militares: “A sugestão de que o envolvimento dos militares teria sido importante na tomada de decisões relativa à introdução de acordos de compensação, baseado na esperança de que essa política facilitasse a aquisição de equipamento militar extremamente necessário, parece um pouco exagerada no que diz respeito a um período tão precoce”. *Ibidem*, p. 161.

<sup>149</sup> ABREU, Op. Cit., 2014, p. 94.

<sup>150</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 210-213.

vista de defesa dos interesses econômicos dos Estados Unidos. Similarmente, a política econômica externa brasileira foi definida à luz dos interesses de diferentes setores da sociedade, os quais, no caso em tela, não eram conflitantes<sup>151</sup>.

Temendo pelas dívidas e atrasados comerciais dos quais eles eram credores, e vendo os resultados de seus próprios esforços de aproximação restringidos pelo tratado teuto-brasileiro, os Estados Unidos tinham motivos financeiros e comerciais para buscar enredar a nova relação<sup>152</sup>. Mais do que isso, entretanto, em um período de acirramento dos conflitos internacionais, no qual alinhamentos comerciais pressupunham laços mais estreitos entre os países envolvidos<sup>153</sup>, essa disputa comercial era apenas uma das faces de preocupações mais amplas estadunidenses com uma aproximação política da Alemanha com o lar do maior contingente de filiados ao partido nazista fora da Alemanha<sup>154</sup>, país também governado por um regime com simpatias pelo modelo de Estado alemão<sup>155</sup>.

No Brasil, aspectos geopolíticos de fato motivavam o movimento, resultante, entretanto, de uma busca por maior autonomia, tendo o recrudescimento do armamentismo europeu, do neocolonialismo sobre povos africanos e asiáticos e das rivalidades regionais latino-americanas feito com que “o atraso econômico, a falta de estabilidade política e o despreparo das forças armadas [parecessem] à época questões a serem enfrentadas com a máxima urgência”<sup>156</sup>. O comércio, os capitais e os financiamentos estrangeiros necessários para o desenvolvimento econômico<sup>157</sup>, que despontava como caminho para garantir a soberania nacional, dependiam, enfim, de articulações diplomáticas complexas.

---

<sup>151</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>152</sup> DE LIMA, Danilo Barolo Martins. *O debate sobre o tratado de comércio Brasil-Estados Unidos (1935): Classes, Estado e Projetos para o Brasil*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014, p. 59, 77.

<sup>153</sup> Um exemplo de cooperação militar pode ser encontrado nos escritos de Vargas em seu diário, referente a 23 de janeiro de 1937: “O dia todo foi consagrado a uma visita à fábrica de aviões da Marinha, na ilha do Governador. Foram em minha companhia os governadores de Minas e da Bahia. Visitamos as novas construções e as antigas oficinas onde estão sendo feitos 20 aviões-escola tipo alemão, havendo um engenheiro e vários operários desta nacionalidade ensinando o nosso pessoal. Assistimos às evoluções de um avião deste tipo, vindo da Alemanha como modelo, e que foi manobrado com raro brilhantismo por um piloto da reserva da Marinha”. VARGAS, Getúlio. *Diário: Volume II, 1937-1942*. 1 ed. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b, p. 14.

<sup>154</sup> Com algo entre 2.900 e 3.100 filiados, em parte coagidos por empresas alemãs que os empregavam, 10% dos 29.099 filiados ao partido nazista fora da Alemanha seriam imigrantes ou descendentes de imigrantes alemães no Brasil. GERTZ, René Ernaini. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina*, v. 7, n. 1, 1996; LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>155</sup> DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007, p. 364-367.

<sup>156</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 227.

<sup>157</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Raízes do desenvolvimento associado: comentários sobre os sonhos prussianos e cooperação panamericana no Estado Novo (1937-1945). *Revista de Economia*, Brasília, v. 5, n. 3, 2004, p. 6-9.

Apesar da ameaça dos Estados Unidos de impor um bloqueio unilateral dos dólares gerados pelas exportações brasileiras, em nome da promoção do multilateralismo e da defesa de certas especialidades estadunidenses prejudicadas pela competição alemã<sup>158</sup>, a posição ambígua mantida pelo governo brasileiro, de assinar o tratado e simultaneamente afirmar que as promessas feitas às autoridades estadunidenses seriam mantidas, viabilizaria a continuidade das trocas com a Alemanha durante toda a década. Sem determinar uma cisão efetiva com os Estados Unidos, o que significaria “implodir a base de sustentação política do regime e deixar o país à mercê de prováveis represálias norte-americanas”<sup>159</sup>, o comércio com a Alemanha era parte da estratégia de busca por um desenvolvimento autônomo em comunhão com o capital estrangeiro. Essa acomodação buscada pelo governo brasileiro na ambiguidade, assinado também o tratado que garantia, em teoria, status de nação mais favorecida aos Estados Unidos em 1935<sup>160</sup>, não se tratava de simples dissimulação de motivações pró-germânicas veladas<sup>161</sup>, era expressão da estratégia em si, alinhada também a ideais de intelectuais e industriais distantes da defesa do modelo político alemão, embora influenciados pelo pensamento econômico alemão, como Simonsen, que apoiava publicamente “boas relações diplomáticas Brasil-EUA”<sup>162</sup>.

Em meio ao acirramento das disputas internacionais, o acordo desempenharia então um papel bem alinhado ao projeto que tomava forma no governo Vargas, de crescimento calcado no desenvolvimento industrial e de consolidação do país como potência regional,

---

<sup>158</sup> É fato que muitos dos produtos cujo fornecedor primário do Brasil era os Estados Unidos teriam a Alemanha como segundo ou terceiro maior fornecedor: automóveis (84% e 12%, 1937), ferro e aço em chapas (41% e 37%, 1937), rádios e vitrolas (56% e 19%, 1938) e máquinas de escrever (49% e 42%, 1937). De modo semelhante, muitos produtos majoritariamente alemães no mercado nacional tinham como segunda ou terceira principal origem os Estados Unidos: ferro e aço em barras (62% e 8%, 1937), ferramentas e utensílios (54% e 20%, 1938), dínamos e geradores elétricos (48% e 29%, 1937), máquinas de fiação e tecelagem (37% e 12%, 1939) e fármacos (58% e 11%). BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 424-431.

<sup>159</sup> CORSI, Op. Cit., 2007, p. 256.

<sup>160</sup> As negociações e a assinatura do tratado, que envolvia isenções a produtos estadunidenses, seriam objeto de amplo debate no Brasil, precisamente em torno da questão da proteção da produção nacional. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 216-224.

<sup>161</sup> Apesar da identificação no modelo alemão de um caminho de estruturação do estado alternativo ao liberalismo, os “intelectuais autoritários” foram ideólogos de modelos originais para o Brasil, considerando as especificidades que observavam no país e que consideravam determinantes das possibilidades de organização social e política: “A proposta de Oliveira Vianna, e de vários outros pensadores, partia de duas premissas: a impossibilidade de recriação, no país, e no curto prazo, das condições que tornaram o liberalismo possível fora do Brasil; e a total indesejabilidade de alcançá-las em uma transição para a modernidade. Isso porque a sociedade brasileira tinha características específicas, e outro era o *timing* e o ideal de ação política a ser colocado em prática”. No Brasil, o antiliberalismo tomava força com os movimentos geopolíticos internacionais, mas tomava forma de acordo com os movimentos políticos nacionais. GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 75.

<sup>162</sup> CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018, p. 325.

imune à nova onda imperialista que reduzia países agrários a condições coloniais<sup>163</sup>, por facilitar a importação de máquinas e equipamentos, o reaparelhamento do exército e a venda de produtos politicamente importantes, necessários para a sustentação do Estado autoritário. Ao final da década, finalmente, se não se podia apostar completamente nesse novo alinhamento como alternativa de crescimento, uma vez também que “não parecia certo que a Alemanha teria condições de financiar o desenvolvimento brasileiro justamente quando se preparava para a guerra”<sup>164</sup>, o governo dos Estados Unidos passava justamente a avaliar como tarefa urgente garantir seu protagonismo na América Latina, convidando o governo Vargas a “discutir as formas de cooperação econômica entre os dois países” em 1939<sup>165</sup>.

Os riscos para as relações com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha associados a esse acordo eram, entretanto, continuados e notórios, conforme evidenciado pelas palavras de Getúlio Vargas em seu diário em maio de 1937:

O convênio alemão, feito em marcos de compensação, desperta queixas do governo americano pela concorrência desigual que faz a produtos tipicamente americanos no mercado brasileiro. Os americanos afirmam que isso constitui uma violação do nosso tratado de comércio com os Estados Unidos. A federação econômica constituída pelo império britânico procura restringir a entrada de nossas carnes, onerando com taxas ou reduzindo as quotas de importação<sup>166</sup>.

As diversas críticas estadunidenses em distintos momentos de renegociação do acordo miravam no cerne da política comercial brasileira com a Alemanha, censurando o uso de divisas inconvertíveis, inadequadas para a liquidação de dívidas e atrasados comerciais, e a política alemã de subsídio às indústrias exportadoras, responsável pela concorrência desleal com produtos estadunidenses. Autoridades brasileiras repetidamente argumentavam que o país estava comprometido com o multilateralismo e que o comércio de compensação era uma solução temporária para problemas imediatos<sup>167</sup>. De seu lado, a Alemanha negava a política de subsídios e afirmava que as medidas tomadas eram comparáveis às amplamente praticadas desvalorizações cambiais, acusando os Estados Unidos de tentar forçar o Brasil a tomar

---

<sup>163</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 226-228.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>165</sup> CORSI, Op. Cit., 2007, p. 256.

<sup>166</sup> VARGAS, Op. Cit., 1995b, p. 43. É curioso destacar que Abreu não vê ameaças por parte da Grã-Bretanha ao tratado assinado com a Alemanha: “O Reino Unido, apesar de obviamente atingido pela expansão do comércio de compensação, não protestou quer contra a existência de tratamento discriminatório na distribuição do câmbio, dado o precedente do acordo Roca-Runciman na Argentina, quer contra o fato de se estar negociando o marco de compensação a uma taxa inferior ao valor em ouro do *Reichsmark*, dado que a libra também se desvalorizara em relação ao seu valor em ouro”. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 165.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 167, 174.

decisões prejudiciais a si próprio, além de prejudiciais à Alemanha, por meio do poder de barganha que tinham<sup>168</sup>.

Em boa medida, era sabido nos Estados Unidos que a situação de comércio de compensação favorável ao Brasil não seria alterada a menos que fossem impostas medidas retaliatórias, em linha com a cláusula de nação mais favorecida assinada com os Estados Unidos em 1935. Assim, apesar de certas interpretações apontarem o “oportunismo” brasileiro como condicional à convivência estadunidense em nome de seus interesses de longo prazo<sup>169</sup>, e apesar de outras atribuírem essa inação a uma falta de força dos Estados Unidos naquele momento “para enquadrar o Brasil em sua política”<sup>170</sup>, pode-se argumentar que a tolerância estadunidense advinha da leitura feita à época de que, a despeito da Alemanha desafiar a posição comercial dos Estados Unidos no Brasil, o verdadeiro prejudicado pela expansão comercial alemã na América Latina era a Inglaterra<sup>171</sup>, além da ideia de que, embora os subsídios ampliassem a participação comercial alemã, o mecanismo seria insustentável no longo prazo:

Os Estados Unidos não sofreram nenhuma perda significativa com exceção do México, [...] a Alemanha está desafiando o comércio estadunidense no Brasil, Chile e Uruguai, [mas] seus ganhos foram feitos em praticamente todos os casos às custas do Reino Unido, ou de algum outro país, ao invés de às custas dos Estados Unidos<sup>172</sup>.

Esperar pacientemente pode parecer insatisfatório para aqueles cujas emoções demandam ação, mas não é de todo ilógico. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que o tiro alemão já foi dado. Arrancadas comerciais repentinas geralmente resultam de estímulos agressivos de novas políticas comerciais. [...] Assumir que um novo ganho proporcional ou mesmo igual a esse seja possível nos próximos anos utilizando os mesmos métodos é um erro grosseiro. A curva de ganhos da Alemanha

---

<sup>168</sup> Cabe destacar que existia nos Estados Unidos a noção de que parte do sucesso comercial alemão na América Latina advinha de políticas agressivas e ameaças comerciais por parte do governo alemão: “Germany was in a position to work her clearing agreements effectively only because the entire control of her trade, both domestic and foreign, was in the hands of the German Government. Germany was thus able to threaten to reduce imports of Brazilian cotton, cacao or coffee, of Turkish tobacco and Hungarian horses, unless corresponding purchases were made of German goods. The conclusion is that only if we are willing to adopt German method *in toto* can we expect German results”. BIDWELL, Percy Wells. Latin America, Germany and the Hull Program. *Foreign Affairs*, v. 17, n. 2, 1939, p. 384.

<sup>169</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 167-180.

<sup>170</sup> CORSI, Op. Cit., 2012 p. 230.

<sup>171</sup> Marcelo de Paiva Abreu faz uma leitura semelhante: “Embora a concorrência alemã obviamente afetasse as exportações dos Estados Unidos, especialmente no caso de bens de consumo duráveis, não era bastante para minar a participação global norte-americana no mercado brasileiro, que de fato aumentou entre 1933 e 1938. Foram as importações britânicas tradicionais [...] as principais vítimas da competição alemã, apesar dos constantes protestos norte-americanos a respeito das consequências danosas para suas exportações do comércio de compensação entre Brasil e Alemanha”. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 163.

<sup>172</sup> Tradução nossa. Original: “The United States has suffered no serious reversals except in Mexico, [...] Germany is challenging American trade in Brazil, Chile and Uruguay. [But] The German gains in practically all cases have been made at the expense of the United Kingdom, or some other country, rather than at the expense of the United States”. BIDWELL, Op. Cit., 1939, p. 379.

já mostra sinais de achatamento. Eventualmente, e no futuro não muito distante, a habilidade alemã de exportar e importar vai depender de sua posição econômica subjacente, de sua habilidade de produzir bem e barato<sup>173</sup>.

A conclusão da questão parece ser que a política alemã não representa nenhuma ameaça ao comércio estadunidense, ou à economia dos Estados Unidos no geral [...]. Sob estas circunstâncias, parece não haver justificativa para uma mudança de curso na política dos Estados Unidos<sup>174</sup>.

Se os motivos estadunidenses para a relativa condescendência com o tratado de compensação teuto-brasileiro são incertos, as intenções alemãs em estabelecer e manter o acordo parecem ter sido firmes e claras, de modo que contextualizar a demanda por algodão na economia de guerra alemã é o primeiro passo para interpretar as relações que se formam entre os países em torno da fibra. Em outras palavras, cabe qualificar a hipótese de que “de um momento para outro a produção brasileira de algodão ascende para altos níveis” como resultado de que “a Alemanha e o Japão procuram outros fornecedores para sua indústria têxtil”<sup>175</sup>, compreendendo, em primeiro lugar, as origens da demanda alemã pelo produto.

Tendo por base a ideia de que “é impossível entender as políticas comerciais alemãs separadamente de sua política externa, planejadas simultaneamente pensando adiante e em resposta às necessidades imediatas”<sup>176</sup>, eram relevantes ao tratado bilateral de comércio de compensação certas condicionantes políticas, militares e ideológicas adicionais às manifestas motivações comerciais.

Em primeiro lugar, ainda que o efeito do acordo fosse na prática o mesmo que uma desvalorização cambial por parte da Alemanha, com encarecimento relativo dos produtos importados e expansão das exportações, o mecanismo oferecia ao país um maior controle político sobre a economia. O governo determinaria a nível nacional os produtos que seriam importados através do acordo, os produtos exportados que seriam subsidiados, o momento em que os déficits em marcos compensados seriam saldados, ainda que estivessem sujeitos à

---

<sup>173</sup> Tradução nossa. Original: “‘Sitting tight’ seems unsatisfactory to those whose emotions demand action. But it is not without logical justification. In the first place, it may be argued that German bolt is shot. Sudden spurts in trade activity often result from sharp stimulus of a new commercial policy. [...] But to assume that a proportionate or even an equal gain can be achieved by the same methods in the next few years is probably a gross error. The curve of German gains already shows signs of flattening out. Eventually, and in the not distant future, Germany’s ability to export and import will depend on her underlying economic position, upon her ability to produce well and cheaply”. Ibidem, 1939, p. 386.

<sup>174</sup> Tradução nossa. Original: “The conclusion of the matter seems to be that German policy presents no threat to American trade, or American economy generally [...]. Under the circumstances, there seems to be no justification for a *volte face* in American policy”. Ibidem, p. 390.

<sup>175</sup> PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 276-277.

<sup>176</sup> Tradução nossa. Original: “It is impossible to consider her external trade policy separately from her external political policy; and in both cases she plans ahead as well as for the immediate needs of the moment”. CRUMP, Norman. The Economics of the Third Reich. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 102, n. 2, 1939, p. 185.

represália dos parceiros comerciais, e os países com quem as relações comerciais seriam ampliadas.

Em segundo lugar, a expansão comercial alemã seguia as recomendações dos especialistas militares em economia de guerra, que tomaram como conclusão da Primeira Guerra o fato de que os preparativos não deveriam ser limitados às necessidades operacionais das forças armadas. As “inesperadamente pesadas batalhas de material”<sup>177</sup> e as dificuldades impostas pelo bloqueio inimigo, incluindo a política britânica de interceptação de carregamentos de algodão destinados a nações neutras na Europa, ensinaram que o país deveria garantir igualmente as necessidades materiais do exército e da população civil e, para tanto, deveria “transformar a economia liberal de mercado em uma economia guiada pelo Estado”<sup>178</sup>. Entre as orientações gerais do controle governamental da economia estariam “determinar a quantidade de matérias-primas necessárias para a economia como um todo”, “armazenar bens e matérias-primas indisponíveis na futura zona de guerra” e “rearranjar sistematicamente as relações econômicas externas tendo em vista a proteção contra o bloqueio de suprimentos”<sup>179</sup>.

Em terceiro lugar, a ideia de “autarquia” prevalente entre ideólogos do regime ditava que a força e a autonomia de um país dependiam de sua capacidade de suprir suas próprias necessidades. As transformações da economia alemã refletiam esse ideal, incluindo o fato de que “o comércio internacional se tornou meio de conquista de novos recursos, instrumento de expansão doméstica ao invés de meio para atingir benefícios mútuos”<sup>180</sup>, resultado do conceito de “espaço vital” que guiava o expansionismo alemão desde antes da Primeira

---

<sup>177</sup> A *materialschlacht* não apenas se tornava uma nova dimensão dos conflitos militares a partir da Primeira Guerra Mundial como assumia papel determinante em seus desenlaces. DEIST, et al., Op. Cit., p. 195.

<sup>178</sup> É importante destacar que a supervisão e regulação da aquisição, distribuição, armazenamento, venda e uso das matérias-primas por parte do governo alemão e a política de “compelir os negócios a servir ao bem-estar comum em seu próprio benefício”, que caracterizaria o pacto entre grandes empresas e o governo, determinariam uma diferença fundamental entre as transformações da economia de guerra alemã e uma planificação econômica em seu sentido tradicional. O Estado servia como direcionador, estabelecendo as prioridades e figurando muitas vezes como principal consumidor, eventualmente dispondo de instrumentos como ordens, proibições e benefícios financeiros apenas para fazer cumprir suas prioridades relacionadas ao rearmamento e dificilmente interferindo diretamente nas empresas antes do início da guerra. Entendia-se que cabia ao setor privado a expansão da produção de armamentos, de aviões, de submarinos, uma vez que a busca por lucro corrigiria os eventuais erros de planejamento do governo e que os recursos privados e o elevado nível de desenvolvimento econômico associado às forças capitalistas permitiriam uma expansão mais veloz da indústria bélica demandada pelo Estado. Ibidem, p. 196-200, 213-214.

<sup>179</sup> DEIST, et al., Op. Cit., p. 196.

<sup>180</sup> Tradução nossa. Original: “international trade became a means of conquering more resources, an instrument of domestic expansion, and not, as the free-trade doctrine postulated, a way for the countries involved to achieve mutual benefits”. CURI, Luiz Felipe Bruzzi; DE LIMA, Danilo Barolo Martins; PEREIRA, Vinícius Bivar Marra. German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s. *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 37, n. 3, 2019, p. 487.

Guerra Mundial, de uma busca por “dominação e ocupação do espaço inerente a todos os seres vivos”<sup>181</sup>.

Assumindo para a Alemanha formas políticas, militares e ideológicas adicionais às suas formas comerciais mais evidentes, a estratégia alemã de poupar divisas conversíveis e subsidiar exportações compensatórias de matérias-primas estrangeiras por meio de tratados de comércio de compensação já era então parte do programa nazista de preparo para a guerra. Desde a subida de Hitler ao poder com a Lei de Concessão de Plenos Poderes de 1933, a militarização do país se tornaria a principal preocupação das lideranças e a economia se sujeitaria às mudanças necessárias para a guerra ainda em tempos de paz<sup>182</sup>. O preparo para a guerra imperava e o aumento do número de aliados comerciais que viabilizassem o reequipamento militar do país era parte desse esforço, de modo que, a expansão alemã do comércio e o gasto seletivo das divisas em rápido declínio não eram despropositados: “Um país que expande sua produção interna precisa, independente do caráter dessa expansão, experimentar um aumento de suas necessidades de produtos primários não produzidos domesticamente”<sup>183</sup> e, já que “não há correlação direta ou necessária entre o crescimento do produto alemão de um lado e o crescimento das exportações alemãs do outro”<sup>184</sup>, mecanismos como o comércio de compensação que propiciassem o suprimento das indústrias a um menor custo em divisas seriam priorizados, especialmente frente a uma expansão dispendiosa em recursos materiais, crescendo a produção em comunhão com as necessidades do exército<sup>185</sup>.

---

<sup>181</sup> Tradução nossa. Original: “general phenomenon of the ‘domination/occupation of space’ (Raumbewältigung) inherent to each living being”. Ibidem, p. 484.

<sup>182</sup> Não havia demasiado espaço para dúvidas sobre a natureza belicista e expansionista do novo governo a assumir o poder na Alemanha, conforme as declarações do ditador: “aquele que não quer lutar neste mundo, onde o esforço permanente é a lei da vida, não tem o direito de existir”. Tradução nossa. Original: “He who does not wish to fight in this world, where permanent struggle is the law of life, has not the right to exist”. HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Munich, 1939, apud DEIST, et al., Op. Cit., p. 19. Além disso, segundo os autores, Hitler diria em seu segundo livro que “o pacifismo era ‘vicioso’ e seus aderentes eram ‘inimigos de todas as heroicas virtudes raciais’, em busca de convencer as pessoas de que elas não precisam ‘estar prontas para derramar seu sangue na luta por mercados para seus produtos’”. Tradução nossa. Original: “Pacifism was ‘vicious’ and its adherents were ‘enemies and opponents of all heroic racial (volkisch) virtues’, seeking to persuade people that they need not ‘be ready to fight for markets for their goods with the shedding of their blood’”. HITLER, Adolf. *Hitlers zweites Buch: ein Dokument aus dem Jahr 1928*. Stuttgart, 1961, apud DEIST, et al., Op. Cit., p. 20.

<sup>183</sup> Tradução nossa. Original: “A country which is successfully expanding her internal production must, regardless of the character of that expansion, also experience a growing need for those commodities which she does not normally produce at home”. CRUMP, Op. Cit., p. 181.

<sup>184</sup> Tradução nossa. Original: “There is no direct or necessary correlation between the growth in German production on the one hand and the growth in German exports on the other hand”. Ibidem, Loc. Cit.

<sup>185</sup> Em 1934, o limite de tropas estabelecido pelo Tratado de Versalhes de 100.000 homens seria desrespeitado e o exército dobraria de tamanho. A reintrodução da também proibida conscrição em 1935 traria 360.000 novos recrutas apenas naquele ano, e as tropas seguiriam crescendo no decorrer da década. MÜLLER, Rolf-Dieter. *Hitler's Wehrmacht, 1935-1945*. Lexington: University Press of Kentucky, 2016, p. 12.

A grande demanda alemã por manufaturados produzidos no próprio país<sup>186</sup>, decorrente desse esforço de reaparelhamento do exército associado a mecanismos governamentais de controle, teria um efeito duplo sobre o setor externo alemão. Em primeiro lugar, conforme comentado, o consumo de manufaturados aumentaria a demanda por matérias-primas, muitas das quais tinham de ser majoritariamente importadas, e, em segundo lugar, restringiria os produtos disponíveis para exportação<sup>187</sup>. Partindo de uma economia em larga medida dependente de insumos importados e regida pelo imperativo de rearticular suas relações comerciais aos moldes dos conceitos de “autarquia” e de “espaço vital”, o esforço econômico alemão, paradoxalmente, prejudicava os mecanismos comerciais estabelecidos no intuito de fortalecer o rearmamento<sup>188</sup>, com dificuldades alemãs para exportar que levavam signatários de acordos bilaterais a interromper suas vendas à Alemanha até que fossem reduzidas suas amplas reservas inconversíveis acumuladas<sup>189</sup>.

O déficit de bens intermediários decorrente da restrição às importações e da dificuldade de ampliação da produção nacional levaria a uma crise já em meados de 1934<sup>190</sup>,

---

<sup>186</sup> Entendendo que a indústria bélica se beneficiava da dimensão das indústrias civis correlatas, quanto maior fosse a produção de veículos civis, mais rapidamente acreditava-se poder disponibilizar veículos para formações motorizadas do exército. A produção anual de carros, ônibus, caminhões e tratores da ordem de 108.000 anterior à crise de 1929 cresceria a 180.000 em 1934 e 366.000 em 1938. De modo semelhante, a indústria aeronáutica que empregava 4.000 pessoas em 1933 contrataria 68.000 funcionários adicionais até 1935, multiplicado por cinco o produto do setor entre 1934 e o fim da década apesar da produção de aviões militares também ser proibida por Versalhes. É importante destacar que uma vez que o número de artigos efetivamente produzidos para fins militares não pode ser precisamente distinguido daquele produzido para uso civil, a tentativa de velar o rearmamento provavelmente oculta uma expansão ainda maior da indústria bélica. DEIST, et al., Op. Cit., p. 228-234.

<sup>187</sup> A produção de máquinas agrícolas, tradicionalmente significativa na pauta de exportação alemã, é um exemplo de reorientação prejudicial ao setor externo, tendo o produto se tornado essencial para o esforço de guerra no sentido de tentar atingir a autossuficiência alimentar, questão fundamental para a Alemanha nazista nos anos que antecederam a Guerra segundo o princípio de “autarquia”.

<sup>188</sup> Em comunicação com Hermann Göring, o então ministro da economia Hjalmar Schacht, responsável pela criação da moeda que acabara com a hiperinflação alemã, escreveria que “industriais alemães comumente negligenciam os acordos de exportação em benefício dos lucrativos e menos arriscados negócios locais”. As discussões em torno do uso das divisas e da destinação dos produtos manufaturados seriam inclusive a razão pela qual Schacht abdicaria de seus cargos de ministro da economia e de “plenipotenciário da economia de guerra”. DEIST, et al., Op. Cit., p. 311, 314.

<sup>189</sup> Seria o caso de parceiros comerciais do Leste Europeu, além da Turquia. DEIST, et al., Op. Cit., p. 313. Considerando comparáveis dados dos autores na página 365 referentes ao momento imediatamente anterior à guerra e dados de ABREU, Op. Cit., 1999, p. 178, referentes a meados de 1938, o Brasil figuraria na quinta colocação de credores do sistema de compensação alemão, com 30 milhões de marcos, atrás da Itália (107 milhões), Holanda (55 milhões), Hungria (41 milhões) e Suíça (36 milhões) e à frente da Bulgária (22 milhões), Espanha (22 milhões), Argentina (17 milhões), Grécia (17 milhões), Romênia (17 milhões) e Iugoslávia (14 milhões). O saldo brasileiro seria reduzido, no entanto, a 5 milhões ainda em 1938.

<sup>190</sup> Em 1936 a falta de bens intermediários limitava as indústrias de munição a funcionar com apenas 70% de sua capacidade, empresas processadoras de borracha trabalhavam sem estoque, com os materiais que recebiam no dia, e indústrias automotivas tiveram de funcionar apenas dois ou três dias por semana. Tratando-se fundamentalmente de uma crise do setor externo, as autoridades governamentais não podiam recorrer à solução de desvalorização cambial para obtenção de mais divisas, uma vez que não apenas encareceriam as importações como também tornariam a elevada dívida externa impagável. DEIST, et al., Op. Cit., p. 242.

incluindo uma interrupção das produções, e suspensão das entregas, de aço e explosivos ao exército, e uma perigosa contração da disponibilidade de algodão, cujo estoque não superava o suficiente para duas semanas de atividades das indústrias. Apesar do governo reduzir as jornadas de trabalho nas indústrias têxteis, de maneira a não ocorrer um colapso total pela falta de matéria-prima, não se tratava de uma produção que podia ser substituída ou suspensa e, ao contrário, tratando-se de um insumo necessário tanto para a uniformização das numerosas novas tropas quanto para o abastecimento das indústrias voltadas ao mercado doméstico em geral, haveria uma disputa entre a destinação civil e a militar das fibras têxteis<sup>191</sup>.

Com reduzidos estoques da maioria das matérias-primas no início da guerra<sup>192</sup>, o algodão foi parte fundamental do grave problema de abastecimento alemão: o esforço de guerra demandava um fornecedor seguro da fibra que permitisse manter as atividades no setor sem onerar em demasia suas reservas cambiais e o algodão era um dos produtos que a Alemanha mais dependia do comércio exterior. Enquanto 80% dos alimentos, 62% do zinco, 40% da gasolina, 18% do minério de ferro e 15% da borracha não vulcanizada eram produzidos domesticamente em 1936, apenas 10% dos insumos da indústria têxtil provinham do próprio país<sup>193</sup>. Ocorria que, apesar do destacado problema do déficit de metais e

---

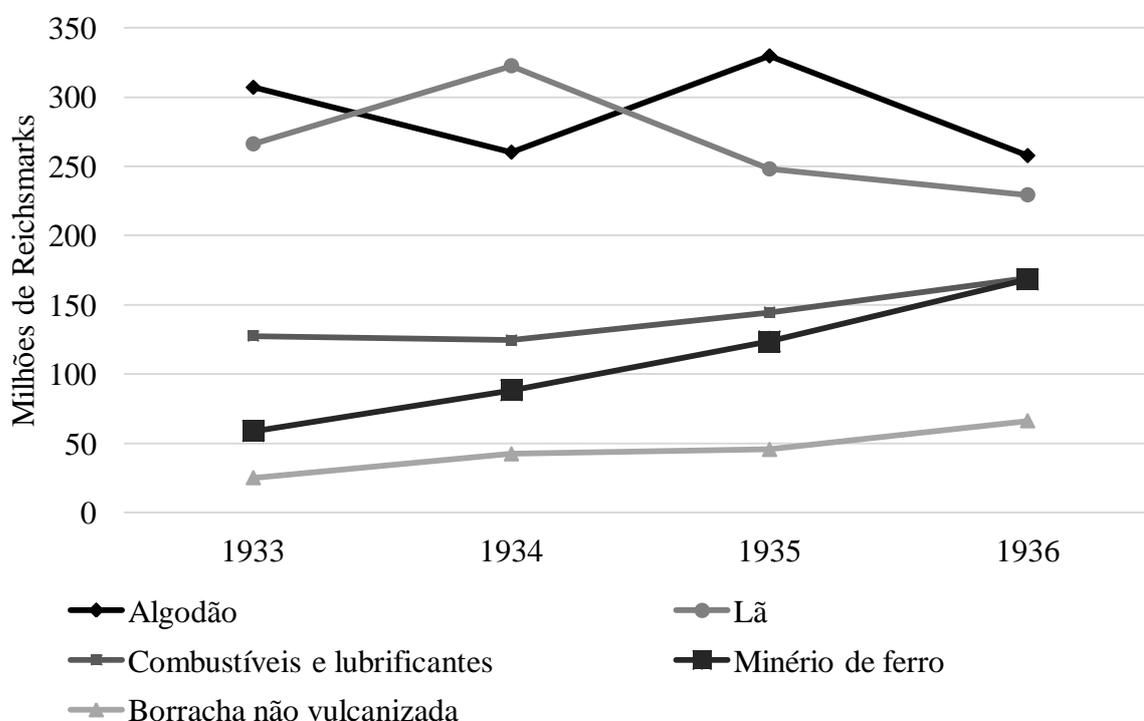
<sup>191</sup> Ibidem, p. 241-244. É curioso observar que a necessidade de adquirir insumos para garantir o rearmamento levaria o governo alemão à aparentemente paradoxal proposta de exportar material bélico para saldar dívidas, ampliar as reservas de divisas e obter matérias primas, proposta que de fato se concretizaria em 1938 no comércio com o Brasil, sendo parte do algodão exportado no ano pago com armamentos: “O ‘Novo plano’ de Schacht foi criado com base na ideia de comércio de permuta, sem moeda. Isso era de especial interesse para a Alemanha, que havia perdido grande parte de suas reservas de moeda estrangeira, mas precisava de matéria-prima brasileira para atender às demandas da indústria. Na verdade, o comércio germano-brasileiro alçou voo até 1938. Nesse ano, a Alemanha começou a pagar por algodão, linho, lã, petróleo, entre outros produtos brasileiros, com armamentos”. SCHRÖDER, Hans-Jürgen. *Deutschland und die Vereinigten Staaten 1933-1939: Wirtschaft und Politik in der Entwicklung des deutsch-amerikanischen Gegensatzes*. Wiesbaden: Steiner, 1970, apud RINKE, Stefan. *Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 21, n. 1, 2014, p. 14. A listagem de petróleo entre os produtos exportados em 1938 parece, entretanto, equivocada, descoberto volume relevante do produto apenas no ano seguinte no país.

<sup>192</sup> Menos de seis meses para a maioria dos produtos calculando a partir do consumo anterior à Guerra, com exceção de manganês, cromo, tungstênio e ferro. KALDOR, Nicholas. *The German War Economy. Review of Economic Studies*, v. 13, n. 1, 1945.

<sup>193</sup> DEIST et al., Op. Cit., p. 356.

alimentos<sup>194</sup> chamar a atenção de especialistas alemães e estrangeiros no período, com significativo esforço de reorganização comercial e expansão produtiva direcionado a esses produtos, o algodão sobressaía como problema incontornável do setor externo alemão na segunda metade da década: a dependência do abastecimento estrangeiro e a necessidade de sustentar as atividades das indústrias têxteis tornariam o algodão o insumo mais custoso da pauta de importações alemã nos primeiros anos do esforço econômico. Correspondendo em média a 6,8% do total das importações realizadas entre 1933 e 1936, o algodão superaria qualquer outra matéria-prima no conjunto das importações alemãs do período.

**Gráfico 10** – Principais importações alemãs de matérias primas (1933-1936)



Fonte: DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans-Erich; WETTE, Wolfram. *Germany and the Second World War: The Build-up of German Aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 256.

<sup>194</sup> Restrições a importações decorrentes de problemas cambiais reduziram a ingestão calórica média e a qualidade dos alimentos disponíveis: os consumos de frutas, leite, carnes e gorduras seriam, respectivamente, 30%, 20%, 16% e 7% inferiores em 1937 aos observados dez anos antes, sendo o valor energético total 15% inferior à ingestão calórica anterior à Primeira Guerra, em 1913. Com um déficit de mais de um milhão de toneladas de proteínas (ou 15% das necessidades do país, além de 50% das necessidades de gorduras), indisponibilidade de terras para expansão do cultivo e da criação animal (contraídas as terras de cultivo, ao contrário, em 2,2 milhões de acres entre 1933 e 1938 em função da expansão de estradas, aeródromos, quartéis e fortificações), retração da mão de obra (com um êxodo rural da ordem de 18% dos trabalhadores agrícolas apenas entre 1935 e 1938), déficit de maquinário e de materiais de construção (com apenas 2% das fazendas equipadas com tratores e com o reduzido número de silos impedindo adequada expansão de cultivos entressafras) e insuficiente reposição de nutrientes do solo, a questão alimentar constituiria obstáculo central aos projetos econômicos alemães. STRAUSS, Frederick. The food problem in the German war economy. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 55, n. 3, 1941, p. 267-268, 375-379, 383-385.

Sendo os produtos terminados equivalentes a menos de um décimo das importações alemãs entre 1935 e 1936<sup>195</sup>, as matérias primas ocupavam espaço central na pauta de importação, com destaque para as fibras têxteis naturais que equivaliam a 12,7% do total, superiores aos 7,2% referentes ao conjunto de minério de ferro, combustíveis e lubrificantes. Os alimentos, que em 1934 se tornavam aspecto central do “fortalecimento econômico e militar do Reich, [...] preliminares a qualquer preparação de guerra”<sup>196</sup>, e que nos anos seguintes pouco tiveram seus déficits equacionados<sup>197</sup>, também não atingiam, na maioria dos casos, as cifras observadas no comércio de algodão: as expressivas importações de grãos, manteiga e vegetais custariam ao país, respectivamente, 376,1, 157 e 36,9 milhões de reichsmarks em 1934 (145%, 60% e 14% do gasto com algodão) e 107,6, 191,5, e 27,6 milhões de reichsmarks em 1936 (42%, 74% e 11%)<sup>198</sup>.

O déficit crônico de fibras têxteis associado à dependência de importações da matéria-prima, ao esgotamento das reservas internacionais e à própria política de busca pela autossuficiência levaria o governo alemão inclusive a investir em fábricas de tecidos de raio, que apesar de elevarem a produção de fibras sintéticas em mais de quatro vezes entre 1935 e 1939, aumentando a autossuficiência em fibras têxteis a 43% ao final da década, produziram volumes aquém dos planejados: a produção de 63,6 mil toneladas de raio em 1935 cresceria para 278 mil toneladas em 1939, 60% do total previsto de 463,4 mil toneladas<sup>199</sup>. Para as autoridades alemãs, por fim, a situação do algodão era também agravada pela impossibilidade de obter a fibra entre países vizinhos, dentro da zona de influência alemã, considerados como prioritários para ampliar o comércio a fim de formar um cordão de

---

<sup>195</sup> DEIST, et al., Op. Cit., p. 246.

<sup>196</sup> Tradução nossa. Original: “economic and military strengthening of the Reich, [...] safeguarding the country's food supplies was a preliminary of any war preparations”. Ibidem, p. 295. A cifra de 1933 e de 1936 de 80% de produção doméstica de alimentos seria elevada para apenas 83% em 1939. Ibidem, p. 298.

<sup>197</sup> STRAUSS, Op. Cit., p. 378.

<sup>198</sup> DEIST, et al., Op. Cit., p. 203, 259, 299. Os gastos totais foram calculados a partir de preços referentes a 1938/1939 e a ausência de valores específicos de importação determinou que outros alimentos, agrupados de modo distinto entre estatísticas de volume e de preço, não foram contabilizados ou comparados ao algodão. Salienta-se, entretanto, que, em volume, os grãos seriam superados apenas pela importação de “oleaginosas” como categoria geral e que as gorduras, entre as quais a manteiga se destacava pelo elevado valor, “representavam indubitavelmente a mais séria distorção no suprimento alemão de alimentos”. Tradução nossa. Original: “It undoubtedly represented the most serious strain on German food supplies”. Ibidem, Loc. cit. Tendo em vista a metodologia descrita, cabe ressaltar que os gastos com grãos estão provavelmente superestimados, utilizados apenas os preços do trigo no cálculo (8,7% superiores aos preços de centeio) em função da ausência de maior abertura. Considerando, entretanto, dados de BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1938*. Rio de Janeiro, 1939b, p. 947, o volume de centeio, cevada e aveia importados pela Alemanha em 1937 corresponderam a apenas 4,3% do volume de trigo importado, atenuando o erro esperado e viabilizando a comparação.

<sup>199</sup> DEIST et al., Op. Cit., p. 304. Particularidades do algodão e da lã impunham, ademais, algum nível de dependência da indústria têxtil alemã em relação aos grandes exportadores do produto, independente dos esforços realizados para substituir as fibras.

nações aliadas ou neutras que continuariam suprindo a Alemanha em caso de um bloqueio econômico ou guerra. Diferente do combustível romeno, da bauxita húngara e iugoslava, da manteiga dinamarquesa, do couro e linho báltico, do ferro sueco e dos alimentos balcânicos<sup>200</sup>, o algodão tinha de ser importado de mais longe.

Do outro lado do oceano, no Brasil, o surto algodoeiro tomava ímpeto e o acelerado desenvolvimento industrial ainda dependia fundamentalmente de importações de bens de capital. Assim, não apenas as ambições comerciais e extracomerciais alemãs superavam a distância que separava os países, como os mecanismos bilaterais empregados para atrair os países adjacentes para a esfera de influência alemã poderiam ser replicados no comércio transatlântico.

Um país como o Brasil é muito remoto para pressão política direta. Por outro lado, tem excedentes de café e algodão para os quais a Alemanha constitui um mercado que pode ser deliberadamente ampliado por razões não estritamente econômicas. Neste caso, os marcos compensados eram a solução mais simples. O governo brasileiro os receberia de bom grado, uma vez que atraíam maquinário alemão barato<sup>201</sup>.

A disposição brasileira a vender segundo as condições alemãs de comércio faria do país o principal fornecedor de algodão da Alemanha nazista em 1937, quando o algodão brasileiro superaria o estadunidense em volume em 32%<sup>202</sup> e supriria 29% das importações alemãs do produto<sup>203</sup>. O comércio com o Brasil configuraria uma estratégia valiosa para a Alemanha ao viabilizar a substituição de fornecedores do principal produto da pauta de importações do país de modo a manter o abastecimento das indústrias têxteis e, simultaneamente, poupar divisas conversíveis essenciais para o esforço de rearmamento. Evoluindo de 392 toneladas em 1933 a 21.442 toneladas em 1934, as exportações de algodão

---

<sup>200</sup> Ibidem, p. 248, 252, 253, 342, 363.

<sup>201</sup> Tradução nossa. Original: "A country like Brazil is too remote for direct political pressure. On the other hand, she has surplus cotton and coffee, for which Germany has been the only market which can be deliberately expanded for other than strict economic causes. Here the aski mark is the simplest solution. The Brazilian Government welcomes it, for it holds out the attraction of cheap German machinery". CRUMP, Op. Cit., Loc. Cit.

<sup>202</sup> Conforme dados de FOREIGN trade in German economy. *Editorial Research Reports*, Washington, 1939, o Brasil teria exportado 78.381 toneladas para a Alemanha em 1937, sendo o volume proveniente dos EUA de 64.011 toneladas, dados que sugerem uma superação da ordem de 22%. Considerando as 84.746 toneladas indicadas por BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 418, o algodão brasileiro teria superado o estadunidense em 32% na Alemanha naquele ano. Vale destacar que BIDWELL, Op. Cit., p. 388 indica os mesmos montantes de 64.011 e 84.746 toneladas.

<sup>203</sup> Dados do BRASIL, Op. Cit., 1939b, p. 949 indicam que as importações totais alemãs de algodão em 1937 foram da ordem de 294.000 toneladas. Quanto a 1939, dados de DEIST, et al., Op. Cit., p. 361 indicam que as importações foram da ordem de 259.000 toneladas, o que faria as 65.218 toneladas brasileiras equivalentes a 25% das importações alemãs naquele ano. Considerando a informação de BIDWELL, Op. Cit., p. 388 de que os Estados Unidos forneceriam 26% do algodão alemão em 1937, a porção brasileira estaria entre 32% e 34%.

para a Alemanha atingiriam em 1935 montantes da ordem de 82.329 toneladas<sup>204</sup>, superiores aos jamais exportados à Grã-Bretanha em um ano.

A assinatura de um acordo de permuta de algodão entre os EUA e a Alemanha no início de 1937<sup>205</sup>, três anos após o estabelecimento do acordo bilateral teuto-brasileiro, determinaria que entre 75% e 80% das exportações estadunidenses de algodão à Alemanha em 1938 gerariam marcos de compensação ao invés de divisas conversíveis tradicionais<sup>206</sup>. Essa renovação do comércio entre o maior exportador de algodão do mundo e a Alemanha, entretanto, não reduziria significativamente o volume vendido pelo Brasil, mantidas praticamente inalteradas as exportações em 1938, em 81.803 toneladas, revelando tanto a gravidade do déficit alemão de fibras têxteis quanto a robustez da oferta brasileira de algodão, que atingia elevado grau de aperfeiçoamento no período, com preços e qualidades similares às dos produtos estadunidenses<sup>207</sup>.

Para a Alemanha, o início da guerra acarretaria na já antecipada interrupção do fluxo de mercadorias provenientes tanto de países que se tornavam inimigos quanto de países neutros impedidos de fazer comércio pelos bloqueios estabelecidos<sup>208</sup>. Do Brasil, a Alemanha deixaria de receber qualquer volume de algodão a partir de 1940, ainda que se observe um

---

<sup>204</sup> BRANDIS, Op. Cit., p. 76. É importante ressaltar que Royall Brandis informa como fonte para seus dados o "Brazilian Government Trade Bureau" e que os valores fornecidos entre 1936 e 1944, convertidos de "bales" para quilogramas (multiplicado por 478 libras por "bale" e 0,453592 quilogramas por libra), coincidem precisamente com os encontrados nos três anuários estatísticos do IBGE referentes a 1937, 1939/1940 e 1941/1945.

<sup>205</sup> É interessante notar a disposição estadunidense a abrir mão de seus princípios multilaterais ao final da década de 1930 no comércio com a Alemanha. O movimento, que não deixava de ser interessante do ponto de vista comercial imediato, fez parte de uma política geral de apaziguamento, de tentativas de retomada do volume comercial anterior à crise de 1929, de aumento de 36% nos investimentos diretos em manufaturas alemãs em um período de desinvestimento da ordem de 5% no resto da Europa e de diversos projetos políticos no intuito de tentar impedir uma guerra que os Estados Unidos dificilmente poderiam se manter fora. Conforme escrito pelo embaixador estadunidense em Londres em 1935, "I am more than doubtful whether we could keep out of a great European conflagration. We tried hard once before, with no success. Therefore the question arises as to what we can do in our own interest to aid an appeasement in Europe". Nessa perspectiva, concessões econômicas à primeira vista contrárias aos princípios econômicos dos Estados Unidos pareciam uma estratégia razoável para apaziguar a Alemanha em nome dos próprios interesses estadunidenses: "Key American diplomats often hoped that economic concessions might appease Germany politically, and they were prepared to hedge their liberal principles". Com a assinatura do acordo de permuta de algodão, cobre e petróleo estadunidenses, metade do comércio entre Alemanha e Estados Unidos seria realizado em marcos de compensação em 1939. OFFNER, Arnold A. *Appeasement Revisited: The United States, Great Britain, and Germany, 1933-1940. The Journal of American History*, v. 64, n. 2, 1977, p. 373-393.

<sup>206</sup> FOREIGN, Op. Cit. Propostas anteriores de permuta de algodão com a Alemanha integraram de maneira central o debate nos Estados Unidos acerca do abandono do multilateralismo já em meados da década, conforme ABREU, Op. Cit., 1999, p. 215-216.

<sup>207</sup> BRANDIS, Op. Cit., p. 97, 72.

<sup>208</sup> Imediatamente antes da guerra, apenas 44% das importações de alimentos e 33% das importações de matérias-primas eram consideradas asseguradas, provenientes da Itália, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Bulgária, Grécia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Bélgica, Holanda, Suíça e Rússia. No conjunto das importações, 60% eram considerados de continuidade duvidosa. DEIST, et al., Op. Cit., p. 352.

fluxo comercial vestigial entre os países até 1942<sup>209</sup>. Os economistas de guerra alemães perceberiam que, apesar da circunstância favorável do “Norte da Europa disposto a fornecer matérias-primas” e da ampliação do espaço econômico decorrente das anexações e invasões, a ambicionada “economia de guerra à prova de bloqueios” “poderia ser alcançada apenas parcialmente”<sup>210</sup>. As carências de insumos seriam agravadas<sup>211</sup>, as importações de algodão em 1940 seriam menos da metade daquelas realizadas em 1939, quando o Brasil ainda abastecera o país com 65.218 toneladas<sup>212</sup>. A URSS, que fornecera menos de 1% do algodão importado pela Alemanha em 1939, se tornaria responsável por 59% das entradas de algodão no país em 1940, com 71.000 toneladas<sup>213</sup>.

Tendo em vista a importância do algodão na economia de guerra alemã, seja pelo custo das importações em um contexto de crise do setor externo, que afligia as autoridades por colocar em risco os principais objetivos do governo ditatorial do país, seja pelo esforço de substituir o produto pelo raio, produzido domesticamente, além da dificuldade de adquiri-lo entre os países vizinhos, parece adequado afirmar que o governo alemão teria incentivos para tentar influenciar e direcionar a produção agrícola brasileira de modo a expandir a cotonicultura de exportação. A importância que o produto assume no conjunto das exportações brasileiras à Alemanha no período também aponta nesse sentido, sendo mais da metade do aumento de 250% do valor das exportações brasileiras para a Alemanha entre 1933

---

<sup>209</sup> BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 250.

<sup>210</sup> Tradução nossa. Original completo: “But generally it was being realized that a blockade-proof war economy, even with the greatest effort and in the most favourable circumstances – i.e. Northern Europe being willing to supply raw materials in a war – could be ‘achieved only to a limited extent’”. DEIST, et al., Op. Cit., p. 357.

<sup>211</sup> Cabe registrar que, apesar de todos os prejuízos decorrentes da mobilização econômica que antecipa a Guerra, dificilmente se pode falar em uma economia alemã impelida pelo esforço máximo de suas forças produtivas durante a década de 1930, tendo a ideia de uma implacável competência alemã constituído verdadeiro mito desde antes do conflito. Com um grau de mobilização do trabalho semelhante ao britânico antes da guerra e com uma proporção menor de pessoas empregadas em indústrias bélicas, o suprimento de matérias-primas limitou em larga medida o esforço de guerra alemão, que ainda contava com folgas em diversas outras frentes. Havia certa letargia produtiva na Alemanha, intercalada com aplicações episódicas da estratégia de guerra-relâmpago na produção industrial, sem emprego de jornadas de trabalho prolongadas ou adicionais e reduzido o trabalho feminino por questões morais. O problema do fornecimento de insumos era, enfim, evidência absoluta da inadequação do esforço de guerra alemão ao conflito que o país fomentava segundo KALDOR, Op. Cit.; GALBRAITH, John Kenneth. Germany was badly run. *Fortune*, v. 32, n. 6, 1945.

<sup>212</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 418.

<sup>213</sup> DEIST, et al., Op. Cit., p. 361. O algodão russo exportado para a Alemanha a partir do início da guerra era, na realidade, de origem estadunidense. A descoberta britânica de que a Rússia teria servido como corredor para o produto entrar em território alemão seria motivo de atritos entre Roosevelt e o novo embaixador britânico nos Estados Unidos, Lord Halifax, em fevereiro de 1941. DAVIS, Jonathan, M. *The Ministry of Economic Warfare: Anglo-American relations from 1939-1941*. Liberty University, Lynchburg, 2013.

e 1937 reflexo do aumento das exportações de algodão<sup>214</sup>. O fato das autoridades alemãs parecerem ter motivos adequados para instigar o aumento da produção brasileira de algodão não significa, entretanto, que a evolução observada tenha derivado de ações do governo alemão, ou sequer que tenha dependido da expansão das exportações para a Alemanha. Para se estabelecer uma relação causal de modo a justificar a hipótese de que busca alemã por fornecedores foi determinante para o desenvolvimento da economia brasileira do algodão é necessário apontar evidências de ações e influências alemãs sobre a produção agrícola nacional ou, ao menos, de uma indispensabilidade desse comércio para o crescimento observado da economia do algodão no Brasil. As evidências apontam, entretanto, no sentido contrário.

Em primeiro lugar, o Brasil da década de 1930 não estava automaticamente alinhado a nenhum lado do conflito que se delineava na Europa com o início das agressões alemãs, apesar das declarações simpáticas de Vargas à Alemanha e da existência de alas sabidamente “germanófilas” no exército brasileiro, que tutelava a política varguista. Ao contrário, a articulação entre Brasil e Alemanha seria objeto de disputa entre intelectuais e ideólogos do regime que compunham frentes antagônicas na disputa pelo projeto desenvolvimentista que tomava forma. A competição pela orientação do governo, ademais de refletir o acirramento das disputas internacionais e o estreitamento das possibilidades de alinhamento, “paralisava o governo”, “rachadas” as “classes dominantes e as Forças Armadas” “no que diz respeito às alianças potenciais do Brasil”<sup>215</sup>. Fora do campo ideológico em disputa, questões comerciais parecem ter orientado decisivamente o governo em momentos críticos para o regime varguista, contra interesses diversos alemães:

Logo depois do golpe que instaurou o Estado Novo, as autoridades brasileiras proibiram qualquer atividade política e cultural do Partido Nazista junto a teuto

---

<sup>214</sup> As exportações da ordem de 2,9 milhões de libras esterlinas em 1933 evoluem a 7,25 milhões em 1937, ano no qual 36,3% do valor das exportações corresponderam às exportações de algodão, conforme BRASIL, 1941a, p. 418, 1365-1370. Considerando o volume de algodão exportado para a Alemanha de 392 toneladas em 1933 e 84.746 toneladas em 1937, aumento de 216,2 vezes, e a redução do preço externo do produto brasileiro médio em dólares da ordem de 17,1% de BRANDIS, Op. Cit., p. 72-76, além da valorização da libra em relação ao dólar também da ordem de 17% no período, FRED. *U.S./U.K. Foreign Exchange Rate in the United Kingdom*. Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/series/USUKFXUKA>>, acesso em: 14 de set. de 2020, pode-se concluir que 60,3% do incremento de 4,35 milhões de libras nas exportações brasileiras à Alemanha entre 1933 e 1937 se deva ao algodão. De maneira mais simples, considerando as exportações de algodão de 1933 para a Alemanha como negligenciáveis (pressuposto não muito distante da realidade, já que o valor estimado para essas 392 toneladas exportadas no conjunto das vendas para a Alemanha foi de 0,43%), considerando que as exportações de algodão para a Alemanha em 1937 foram da ordem de 2,63 milhões de libras (dado que 36,3% do valor em mil réis exportado no ano se referem ao comércio de algodão) e que o incremento total das exportações para a Alemanha entre 1933 e 1937 foi de 4,34 milhões de libras, tem-se que o algodão foi responsável por 61% do aumento.

<sup>215</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 239.

brasileiros no Sul do Brasil. Após esperar mais de duas horas para ser atendido por Vargas, o Embaixador alemão (Karl Ritter) declarou ao presidente que, se a proibição não fosse suspensa, as relações comerciais poderiam sofrer uma interrupção. Como Ritter esperava, Vargas respondeu que não desejava tratar dessas duas questões conjuntamente. ‘Essas questõezinhas’, acrescentou Vargas no seu francês lento e preciso, ‘não deviam prejudicar o exame de coisas mais importantes, como por exemplo a realização de grandes encomendas na Alemanha para o Exército brasileiro’. ‘Eu (Ritter) o interrompi dizendo se a questão ligada ao Partido lhe parecia sem importância, o melhor seria ceder, pois essa questão revestia aspecto fundamental para a Alemanha. Além disso, o desenvolvimento dos negócios, ainda que em grande escala, não possuía maior significação para nós’. Vargas deu a impressão de aceitar essa argumentação, mas, sabendo que a Alemanha necessitava matérias primas brasileiras, permitiu que a proibição continuasse<sup>216</sup>

A recusa de Vargas a fazer concessões de ordem política à Alemanha, apontando o comércio como ponto cardeal da relação entre os países, irredutível frente a outros objetivos declarados essenciais pelo governo alemão, revela a importância secundária que assumem, ao menos nesse momento, as afinidades ideológicas relativamente às motivações econômicas. Esse episódio, descrito por Vargas também em seu diário<sup>217</sup>, sucederia outro a contrariar a hipótese de uma influência direta do governo alemão sobre decisões tomadas no Brasil, ilustrativo da posição brasileira a respeito do comércio de algodão com a Alemanha: a disputa entre os governos pela inclusão da fibra na renegociação do acordo bilateral de comércio em 1936.

A acumulação de excessivas reservas de divisas inconvertíveis levaria à suspensão unilateral das exportações brasileiras à Alemanha em 1935. Após protestos de exportadores determinarem a rápida retomada do comércio da maioria das mercadorias, o algodão seria mantido como exceção, permanecendo interrompidas suas vendas até “a negociação de um acordo mais permanente em 1936”<sup>218</sup>. A exclusão do algodão na retomada das exportações

---

<sup>216</sup> WIRTH, John Davis. *A Política do Desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973 apud DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 224. De fato, a proibição não seria revogada e a Alemanha não abriria mão do comércio com o Brasil.

<sup>217</sup> O encontro é lembrado por Vargas em seu diário como tendo encerrado em tom bastante distinto do apresentado no trecho acima: “Respondi-lhe que não podia disfarçar a delicadeza do assunto, que a Alemanha era uma [nação] poderosa perante a qual o Brasil era um país mais fraco, mas que por isso mesmo a nossa suscetibilidade nacional era maior: que nós éramos uma nação soberana, não éramos colônia de ninguém, e que nada poderíamos aceitar que tivesse um caráter de imposição. Éramos, além disso, um país de imigração, e não poderíamos fazer a eles concessões que pudessem ser invocadas por outras colônias estrangeiras, com direito a idênticas reclamações. Finalmente, que a nossa questão não era a existência de alemães pertencentes ao Partido Nazista no Brasil, mas à forma por que eles exerciam sua atividade. Isto era o que precisava ser examinado e regulado. Que ele apresentasse uma exposição do que desejava, e o governo brasileiro a examinaria. Ele pediu-me que cessasse qualquer repressão policial, que faria cessar qualquer atividade do elemento nazista até que chegássemos a uma solução, e assim ficou combinado”. VARGAS, Op. Cit., 1995b, p. 111. Nova menção ao “caso da Alemanha” seria feita no diário apenas, exatamente, um mês depois, na página 118.

<sup>218</sup> ABREU, Op. Cit., 1999, p. 162.

que antecedeu a renegociação<sup>219</sup> reduziria o volume exportado para a Alemanha em 1936 à metade do observado tanto em 1935 quanto em 1937. É importante ressaltar que a redução (40.926 toneladas a menos em relação a 1935) seguia na contramão tanto do volume produzido quanto do total exportado, que batiam recordes em 1936: a produção total teve um aumento de 18% (54.237 toneladas adicionais) e as exportações de 44% (61.683 toneladas adicionais) em relação a 1935, absorvidas pela Grã-bretanha (39.882 toneladas adicionais), Japão (40.836 toneladas adicionais) e outros países (21.891 toneladas adicionais).

Depois de muita barganha, com a Alemanha tentando fundamentalmente aumentar suas compras de algodão, enquanto os brasileiros queriam aumentar suas exportações dos demais produtos, chegou-se a um acordo para vigorar por um ano. Este estipulava a renovação do acordo comercial NMF e um compromisso alemão de permitir a entrada de 1,6 milhão de sacas de café, além de quotas para carne, fumo, laranjas, bananas e castanhas-do-pará. O Brasil, por sua vez, comprometia-se a fornecer até 62.000 toneladas de algodão<sup>220</sup>.

Menos interessado na venda de algodão do que de outros produtos, o esforço para reinclusão da fibra nos termos do acordo de comércio vinha da Alemanha, que se esforçava para manter o abastecimento do produto já em anos de maturidade da cotonicultura brasileira. Usando o algodão como alavanca de barganha, esse episódio evidencia contra noções estadunidenses do período de que o sucesso comercial alemão na América Latina advinha de políticas agressivas e de ameaças comerciais<sup>221</sup> e contra a possibilidade de associações do governo brasileiro a interesses particulares alemães na cotonicultura brasileira.

Para além de influências políticas alemãs sobre o Brasil, a possibilidade de uma atuação direta na produção da fibra, como foi o caso do Japão discutido à frente, também não parece razoável no caso da Alemanha<sup>222</sup>. Em primeiro lugar, o fluxo migratório alemão após o início dos planos econômicos de esforço de guerra, e durante o período decisivo de ampliação das exportações de algodão brasileiro para a Alemanha, seria inferior ao fluxo observado no decênio anterior, sendo a média dos anos 1935 a 1937 de 4.700 pessoas, enquanto a média entre 1924 e 1933 seria de 6.200 pessoas<sup>223</sup>. Em segundo lugar, pode-se observar uma tendência de redução no contingente de agricultores a entrar no Brasil, que diminuiriam de

---

<sup>219</sup> Supostamente consequência da ideia de que as exportações do produto para a Alemanha perturbavam o comércio brasileiro de algodão, não havendo garantias da continuidade e estabilidade da demanda alemã pelo produto, segundo *Ibidem*, Loc. Cit.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 165-166.

<sup>221</sup> BIDWELL, Op. Cit., 1939, p. 384

<sup>222</sup> Cabe destacar que Caio Prado Jr., que atribui a expansão algodoeira também à ação direta japonesa no Brasil, não sugere que a Alemanha tenha agido de forma similar, tendo o país determinado o surto, para o autor, por meio de sua demanda.

<sup>223</sup> BRASIL, Op. Cit., 1936; BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1939; BRASIL, Op. Cit., 1941a.

14% do total de imigrantes alemães em 1935 (426 pessoas) para 3,6% em 1937 (378) e 1,4% em 1939 (198). Em terceiro lugar, é significativo observar que mais da metade das migrações alemãs para o Brasil após a ascensão nazista seria de judeus, evidentemente não associados de qualquer maneira ao governo alemão<sup>224</sup>. Finalmente, há uma diferença geográfica entre os principais locais de colonização alemã no Brasil, no Sul do país, e a expansão da produção algodoeira nacional, em São Paulo. Resta, portanto, a alternativa de uma influência limitada à esfera das relações comerciais entre os países, ou seja, uma participação da Alemanha no comércio de algodão decisiva para o desenvolvimento da economia do algodão no Brasil.

Ainda que as exportações de algodão para a Alemanha tenham evoluído de 3,4% das exportações totais do produto em 1933 para 16,9% em 1934 e 59,4% em 1935<sup>225</sup>, e ainda que parte significativa do comércio teuto-brasileiro resultasse das vendas de algodão, sendo o produto responsável por 34% do total do valor exportado ao país<sup>226</sup>, a Alemanha seria destino de apenas 16% das exportações totais de algodão entre 1930 a 1945. Entre 1935 e 1939, principais anos do comércio de algodão entre Brasil e Alemanha, o país compraria 30% do produto brasileiro vendido no exterior, cifra mais significativa, porém representativa de vendas em alguma medida substituíveis do lado brasileiro, que encontrava outros compradores conforme observado na renegociação de 1936 e na queda do volume de 1939:

---

<sup>224</sup> 15.000 judeus teriam fugido da Alemanha nazista para o Brasil entre 1933 e 1940, conforme UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Jewish emigration from Germany, 1933-1940. Holocaust Encyclopedia, Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/map/jewish-emigration-from-germany-1933-1940>>. Acesso em 17 de set. de 2020, de modo que a proporção de judeus no conjunto dos imigrantes alemães para o Brasil deve ter sido elevada durante todo o período, sendo a entrada total de alemães na década de 1930 de 27.497 segundo o BRASIL. IBGE. *Território brasileiro e povoamento: Alemães*. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/alemaes.html>>. Acesso em 17 de set. de 2020.

<sup>225</sup> BRANDIS, Op. Cit., p. 76.

<sup>226</sup> O algodão corresponderia a 844 mil contos de réis dos 2.515 mil contos de réis exportados para a Alemanha entre 1937 e 1939. BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 418.

**Tabela 7** – Exportações brasileiras de algodão por destino em toneladas (1929-1945)

Ano	Total	Grã-Bretanha	Alemanha	Japão	Outros
1929	48.728	41.537	1.990	-	5.201
1930	30.416	18.721	4.353	-	7.342
1931	20.779	14.225	1.995	-	4.559
1932	515	176	132	-	207
1933	11.693	9.449	392	81	1.771
1934	126.548	66.340	21.442	1.696	37.070
1935	138.630	25.939	82.329	2.492	27.870
1936	200.313	65.821	41.403	43.328	49.761
1937	236.181	47.330	84.746	50.918	53.187
1938	268.719	50.448	81.803	60.159	76.309
1939	323.539	47.857	65.218	77.806	132.658
1940	224.265	53.143	-	64.193	106.929
1941	288.274	38.016	-	53.014	197.244
1942	153.954	32.844	-	-	121.110
1943	77.962	35.552	-	-	42.410
1944	107.640	48.314	-	-	59.326
1945	164.456	96.619	-	-	67.837

Fontes: BRANDIS, Op. Cit. (1929 até 1935 e 1945); BRASIL, Op. Cit., 1937, p. 382 (1936); BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 418 (1937 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 268 (1940 até 1944).

Nota: Dados anteriores a 1936 não foram localizados entre os anuários estatísticos do IBGE. Entretanto, dados utilizados de Royall Brandis citam como fonte o “Brazilian Government Trade Bureau” e, para os anos de 1936 a 1944, os valores fornecidos pelo autor coincidem precisamente com os encontrados nos três anuários estatísticos do IBGE referentes a 1937, 1939/1940 e 1941/1945, convertidos valores em “bales” para quilogramas (478 libras por “bale” e 0,453592 quilogramas por libra).

Com importações ininterruptas e relativamente elevadas durante todo o período<sup>227</sup>, a Inglaterra, histórico destino das produções globais de algodão, lar da Revolução Industrial iniciada pela indústria têxtil e ainda detentora de colônias produtoras de algodão, a Índia e o Egito, seria a principal compradora do algodão brasileiro considerando todo o período entre 1930 e 1945. Com 27% das vendas externas, os portos britânicos eram destino de significativos volumes de algodão brasileiro mesmo nos períodos de pico do comércio com a Alemanha e com o Japão. Se não se pode dizer que a Alemanha dominou as exportações brasileiras de algodão durante o surto, tendo inclusive se tornado majoritária apenas após sua eclosão, não o motivando, dificilmente se poderia atribuir o crescimento da cotonicultura,

<sup>227</sup> Os anos mais graves da crise evidentemente se traduziriam em grandes quedas nas exportações totais e, mesmo no pior ano, 1932, quando seriam exportadas apenas 515 toneladas, a Grã-bretanha ainda seria o principal comprador do produto nacional. BRANDIS, Op. Cit., p. 76.

também orientada ao mercado doméstico, a uma atuação germânica em prol de um desenvolvimento algodoeiro para seu próprio benefício.

O Japão, que não alcançaria cifras significativas no conjunto das relações comerciais brasileiras no período<sup>228</sup>, se tornaria um destino tão importante para o algodão quanto a Alemanha, recebendo 94% do montante vendido ao país entre a assinatura do acordo bilateral em 1934 e o encerramento das exportações em 1940. Correspondendo a 23% do algodão brasileiro vendido externamente entre 1936 e 1941, o produto enviado ao Japão representava quase a integralidade das relações comerciais do país com o Brasil, equivalente a 92% das importações de produtos brasileiros<sup>229</sup>. Esse comércio se estabeleceria sob circunstâncias fundamentalmente distintas das observadas nas relações teuto-brasileiras.

Quadruplicado o comércio internacional japonês entre o início da década de 1910 e o fim da década de 1920<sup>230</sup>, o Japão tinha como mais importantes produtos de exportação os tecidos de algodão e seda, além da seda crua, que somavam 62% das exportações. Produzindo em teares nacionais de custo equivalente a um sexto dos teares britânicos importados, o Japão conquistaria não apenas o mercado asiático de tecidos de algodão, mas venderia seus produtos da África Central ao Canadá em meio à Primeira Guerra<sup>231</sup>. Desse comércio derivaria que o principal produto de importação fosse o algodão, gênero subtropical inadequado ao cultivo no país, cujas compras equivaleriam a um quarto das importações em 1928. Com a Grande Depressão e a redução da demanda internacional por produtos de seda, os tecidos de algodão ganhariam maior importância na pauta de exportação, passando de 18% para 23%<sup>232</sup>, tornando o Japão o maior exportador de tecidos de algodão do mundo, com volume 3% acima do britânico em 1933<sup>233</sup>. No comércio com os Estados Unidos, as compras de algodão

---

<sup>228</sup> Conforme indicado no início desta seção, as exportações e importações ao Japão atingiriam 4% do total do comércio externo brasileiro entre 1939 e 1941.

<sup>229</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 400, 418.

<sup>230</sup> DELANGHE, Henri. Japanese imports of Brazilian raw cotton in the second half of the 1930s: the beginning of significant Japanese-Brazilian trade and investment relations. *História econômica & história de empresas*, v. 2, n. 2, 1999, p. 87.

<sup>231</sup> NOGUEIRA, Arlinda Rocha. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. *Jornal do Imigrante*, v. 8, n. 89, 1985, p. 11.

<sup>232</sup> Seda crua e tecidos de seda declinariam de 44% para 17% das exportações. Os produtos que mais cresceriam, maquinaria, ferro e automóveis, não atingiriam conjuntamente um terço do valor das exportações de tecidos de algodão. DELANGHE, Op. Cit., p. 89, 93.

<sup>233</sup> NOGUEIRA, Op. Cit., 1985, p. 13.

subiriam de 39% das importações em 1928 para 64% em 1934, a um custo superior ao total das exportações japonesas ao país<sup>234</sup>.

Acumulando déficits comerciais significativos, especialmente com os Estados Unidos, que não substituíram a declinante importação de seda por qualquer outro produto japonês, passando por um processo de industrialização e militarização demandante de recursos, sofrendo uma piora em seus termos de troca, enfrentando o protecionismo britânico<sup>235</sup> e tendo em seu mais importante produto de exportação uma completa dependência externa para obtenção de matéria-prima, o algodão, o aumento das exportações e a reorganização das importações se tornavam importantes objetivos da política econômica japonesa. A busca por novos parceiros comerciais seria imperativa para atingir esses objetivos.

O Japão teve de exportar mais produtos para mais mercados, enquanto importava menos produtos de menos mercados. Mercados de exportação não correspondiam às origens das importações. Sem qualquer perspectiva de poder aumentar as exportações aos Estados Unidos e a outros mercados tradicionais, o Japão teve de procurar outras maneiras de manter sua posição, e encontrar novos mercados de exportação, enquanto reduziam seu déficit comercial com os Estados Unidos. [...] A decisão de importar grandes quantidades de algodão brasileiro deve ser vista como parte do esforço para superar essas restrições<sup>236</sup>.

Como resultado da decisão de “se esforçar para comprar recursos naturais [de países não familiarizados com produtos japoneses] ao ponto de que eles comprem produtos japoneses, com o propósito de torná-los clientes fiéis”<sup>237</sup>, o Japão enviaria missões a diversos países no intuito de ampliar seus mercados. O Brasil, interessante pelo tamanho de sua

---

<sup>234</sup> Tendo exportado 399 milhões de ienes em 1934 para os Estados Unidos, as importações de algodão do país seriam da ordem de 401 milhões de ienes, parcela majoritária das importações totais de 769 milhões de ienes. O déficit comercial com os Estados Unidos em 1934 seria, dessa forma, equivalente a 93% do valor exportado. DELANGHE, Op. Cit., p. 90.

<sup>235</sup> A defesa britânica de suas indústrias têxteis compreenderia medidas protecionistas nas diversas colônias do império. Cotas para os tecidos japoneses foram impostas pelos ingleses na Somalilândia Britânica, Gâmbia, Costa do Ouro Britânica, Nigéria, Serra Leoa, Chipre, Malta, Ceilão, Malásia, Sarauaque, Ilhas Maurício, Barbados, Jamaica, Ilhas Sotavento, Trindade e Tobago, Fiji, Guiana Britânica, Honduras Britânicas e Seicheles. O verdadeiro golpe às exportações japonesas viria, no entanto, das tarifas de 75% impostas sobre o produto na Índia, que derrubariam a parcela indiana das compras totais de tecidos de algodão japoneses de 28% em 1932 para 15% em 1934. Adicionalmente, proibições seriam impostas no Egito, eliminando as importações de tecidos de algodão japoneses em 1935. Ibidem, p. 95-96.

<sup>236</sup> Tradução nossa. Original: “Japan had to export more products to more markets, while importing less products from fewer markets. Export markets did not match sources of imports. Without any prospect of being able to increase her exports to the United States and other traditional markets Japan had to search for other ways in order to maintain the status quo in these traditional markets, and for finding new export markets, while reducing the trade deficit with the United States. [...]The decision to start importing large amounts of Brazilian cotton has to be seen as part of an effort to overcome all these constraints”. Ibidem, p. 97.

<sup>237</sup> Tradução nossa. Original: “Japan will make an effort to buy their natural resources to the extent that they will buy its products, and this with the purpose of turning them into loyal clients”. La politique d'expansion commerciale: *Bulletin d'Informations Économiques et Financières Japonaises*, apud DELANGHE, Op. Cit., p. 99.

população, pela velocidade de seu desenvolvimento econômico e pelo conveniente crescimento de sua produção de algodão, prontamente despertaria o interesse japonês.

O Brasil estava então novamente se tornando um importante produtor de algodão de igual qualidade, e menor preço, que o estadunidense. Importando-o, o Japão poderia esperar um aumento de suas exportações ao Brasil enquanto, ao mesmo tempo, reduzia seu déficit comercial com os Estados Unidos. [...] O líder da missão, Hirao Hachisaburo, [...] diria: O Brasil é grande, pouco densamente povoado, e rico em recursos naturais. Portanto, seria natural que o Brasil, um país com o potencial de se tornar o maior produtor agrícola, e o Japão, lutando para se tornar o mais avançado país industrial do mundo, desenvolvessem suas relações comerciais. O problema antes era que o Brasil produzia apenas café, um produto não consumido significativamente no Japão. [...] Entretanto, a produção e comercialização de café colapsariam, e ocorreria um movimento em direção a outros cultivos. Por suas condições físicas, nenhum teve tanto sucesso quanto o algodão, precisamente o produto que o Japão precisava em grandes quantias<sup>238</sup>.

Este relato e a cronologia da expansão do comércio nipo-brasileiro, iniciada em 1936, tendo a missão sido realizada um ano após o início do surto algodoeiro, indicam que seria o próprio crescimento da cotonicultura brasileira a sinalizar uma oportunidade para que o Japão ampliasse suas relações comerciais com o Brasil. Ainda que evidentemente não tenha participado de qualquer maneira do início do surto algodoeiro brasileiro, o Japão passaria a atuar ativamente em prol do desenvolvimento da cotonicultura nacional. A relação dos imigrantes japoneses com a agricultura brasileira no período certamente aponta nesse sentido.

De volta ao Japão, Hirao Hachisaburo recomendaria ao imperador aplicar capitais no desenvolvimento do plantio e beneficiamento de algodão brasileiro, aproveitando a circunstância favorável de imigrantes japoneses já estabelecidos em zonas rurais brasileiras para promover o cultivo do algodão. Diferente dos imigrantes de demais nacionalidades que, atraídos pelo nível salarial superior e pela semelhança com atividades exercidas antes da emigração, fixavam-se nos centros urbanos, os agricultores japoneses egressos dos cafezais se estabeleceriam maciçamente em núcleos agrícolas, onde já na década de 1910 experimentariam o cultivo algodoeiro<sup>239</sup>. Em 1934, enquanto 10.828 japoneses viviam nas

---

<sup>238</sup> Tradução nossa. Original: "Brazil was just then becoming again an important producer of raw cotton of equal quality to, and lower price than, American cotton. By importing it, Japan could hope to increase her exports to Brazil while, at the same time, reducing the trade deficit with the United States. [...] the leader of the mission, Hirao Hachisaburo, [...] said — Brazil is big, not densely populated, and rich in natural resources. Therefore, it was quite natural that Brazil, the country with the potential of becoming the biggest agricultural producer, and Japan, striving to become the world's most advanced industrial country should develop trade relations. The problem before was that Brazil only grew coffee, a commodity not consumed in large quantities by Japan. [...] However, coffee production and trade had now collapsed, and a move towards other crops was going on. Because of physical conditions, none was as successful as cotton, precisely the commodity of which Japan needed large quantities". DELANGHE, Op. Cit., p. 99-100.

<sup>239</sup> NOGUEIRA, Op. Cit., p. 20.

idades, 120.811 trabalhavam no campo<sup>240</sup>. O movimento migratório em meados da década reforçaria essa tendência, uma vez que 98,6% dos 19.912 imigrantes japoneses chegados de 1935 a 1937 seriam agricultores<sup>241</sup>. Sendo o estado de São Paulo o principal destino dos imigrantes japoneses e simultaneamente a região produtora de algodão preferida pelos compradores no Japão<sup>242</sup>, municípios como o de Marília teriam uma grande proporção de habitantes japoneses que produziriam, beneficiariam e exportariam suas fibras ao Japão, com apoio do governo japonês: campanhas publicitárias em jornais redigidos em japonês no Brasil incentivavam o cultivo de algodão<sup>243</sup>; empresas japonesas seriam estabelecidas para facilitar o intercâmbio entre industriais japoneses e produtores e negociantes no Brasil, como a Algodoeira do Sul, Algodoeira Bratac e Brazcot, sendo esta última responsável anualmente pelo processamento de 19.000 toneladas de algodão<sup>244</sup>; com o objetivo de financiar a lavoura, atuariam também os bancos Tozan e Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, criados anos antes<sup>245</sup>. Finalmente, o algodão assumia grande importância para os agricultores japoneses durante o período, tendo 39% desses imigrantes se tornado cotonicultores em 1942<sup>246</sup>. Detentores de

---

<sup>240</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>241</sup> Seriam 9.611 imigrantes em 1935, sendo 9.602 agricultores, 5.679 em 1936, dos quais 5.561 eram agricultores e 4.622 em 1937, com 4.473 agricultores. É importante destacar que a média anual de imigrantes japoneses no Brasil entre 1924 e 1933 foi de 11.019 e que, embora a tendência de redução no contingente de imigrantes não fosse inesperada considerando o ritmo de industrialização e militarização do Japão, os dados indicam uma situação inversa daquela apontada por Caio Prado Jr.: “O império oriental contará para isto com a imigração de seus súditos para o Brasil que, embora já encetada desde longa data (1908), toma grande impulso depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada”. BRASIL, Op. Cit., 1936; BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1939; BRASIL, Op. Cit., 1941a; PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 276-277.

<sup>242</sup> Algodões importados pelo Japão no período tinham origem no estado de São Paulo. Essa questão discutida em maior profundidade no subcapítulo 3.3.

<sup>243</sup> NOGUEIRA, Op. Cit., p. 21. O fato de haver publicidade que incentivasse a produção de algodão entre os imigrantes por parte do governo japonês revela que dificilmente os imigrantes chegavam ao país coagidos a produzir a fibra em benefício do império, conforme sugerido por Caio Prado Jr.: “O governo japonês instalará no Brasil um amplo aparelhamento de controle dos seus nacionais aqui estabelecidos; entre outros, uma grande rede de consulados com poderes soberanos sobre os súditos nipônicos; organizará sob seus auspícios a produção deles”. PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 277.

<sup>244</sup> NOGUEIRA, Op. Cit., p. 18.

<sup>245</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 241.

<sup>246</sup> BUENO, Antônio Henrique Bittencourt Cunha. *Contribuição dos imigrantes japoneses no Brasil*. Brasília, Câmara dos Deputados, 18 de Jun. de 2002. Pronunciamento de discurso. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=134.4.51.O&nuQuarto=32&nuOrador=2&nuInsercao=25&dtHorarioQuarto=15:02&sgFaseSessao=PE&Data=18/06/2002>>. Acesso em 25 de set. de 2020.

5,3% das terras agrícolas em São Paulo em 1934, os agricultores japoneses seriam responsáveis por 24% da área de cultivo de algodão do estado em 1938 e 1940<sup>247</sup>.

Com o ataque a Pearl Harbor e a interrupção das exportações brasileiras ao Japão<sup>248</sup>, a área de cultivo de algodão por imigrantes japoneses sofreria uma queda de 31% entre 1941 e 1945<sup>249</sup>. Isso determinaria, no entanto, que os cotonicultores japoneses seguiriam responsáveis por 18% da área de cultivo de algodão em São Paulo ao final da guerra apesar do fim do apoio do governo japonês a seus nacionais no Brasil e apesar de comporem um grupo proporcionalmente muito menor no conjunto da lavoura paulista. Entre 1942 e 1945, quando mais nenhum quilo de algodão seria enviado a nações do Eixo, significativas exportações ainda eram feitas à Grã-Bretanha, presumivelmente com relevante participação de cotonicultores japoneses no cultivo do produto.

Ainda que o governo nipônico tenha atuado diretamente em favor da expansão da economia do algodão no Brasil a partir de 1936, e ainda que imigrantes japoneses tenham desempenhado papel proeminente na cotonicultura do país, a hipótese de que o Japão motivou, mesmo que em conjunto com a Alemanha, o surto algodoeiro no Brasil parece de difícil sustentação frente aos dados agregados de produção e de exportação do produto. Não há dúvidas de que, tendo a Alemanha sido destino de quase 60% das exportações brasileiras de algodão em 1935 e tendo o Japão recebido 29% do produto exportado em 1940, ambos

---

<sup>247</sup> NOGUEIRA, Op. Cit., p. 18, 25. “Dez anos mais tarde (1940) J. Testa, da Superintendência do Café, comentava o fato de que apesar do número de japoneses radicados em São Paulo não ultrapassar 3,5% da população total do Estado sua participação era marcadamente no setor agrícola, pois respondiam por: 100% do rami, seda, pêssego e morango; 99% da hortelã e do chá; 80% da batata e dos legumes; 70% dos ovos; 50% das bananas; 40% do algodão e 20% do café produzidos pelo Estado de São Paulo”. Ibidem, p. 21. A autora afirma ainda que os agricultores japoneses teriam sido responsáveis por 60% da safra paulista de algodão de 1936, equivalente a 31% da safra nacional, montante que parece incompatível com a proporção da área de cultivo dos cotonicultores japoneses (tomando como base a informação apresentada pelo cônsul Kozo Itige de 133.379 alqueires cultivados por japoneses e informações disponíveis em SÃO PAULO, Op. Cit., 1990, de 981.000 hectares cultivados no conjunto do estado em 1936): para alcançar tais cifras, seria necessário que lograssem rendimentos por unidade de terra equivalentes ao triplo da média das demais propriedades cotonicultoras no estado. CONGRESSO Algodoeiro da colônia japonesa. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 24.698, 1936, p. 30. Diversamente, em discurso elogioso à atividade cotonicultora por parte da colônia japonesa no Brasil, o cônsul afirmaria que “a produção do algodão pelos japoneses corresponde a um quarto de toda a produção algodoeira do Brasil, equivalendo essa produção, somente no Estado de São Paulo, a metade da produção estadual”. A partir dessa informação, tem-se ainda uma produtividade equivalente ao dobro da produtividade média das demais propriedades.

<sup>248</sup> É interessante notar que a Guerra e o encerramento de atividades de empresas japonesas no Brasil aprofundariam a dependência em relação aos Estados Unidos que se agravava em meados da década de 1940, como observado no Gráfico 8 para o conjunto das relações comerciais, estendendo o domínio estadunidense também sobre o comércio brasileiro de algodão: “Na década de quarenta a economia algodoeira paulista passou inteiramente para mãos estrangeiras. Em 1946, 81% das exportações pelo porto santista e, em 1948, 93,5% foram feitas por eles. Naquele ano Rui Barbosa Cardoso escreveu: ‘hoje, os Estados Unidos dominam inteiramente o comércio internacional de algodão /.../ O Japão, outrora nosso grande freguês, é agora, sob a batuta do General McArthur [autoridade aliada no Japão até 1950], um mercado fechado para nós: os japoneses só compram o algodão que convém aos americanos’”. NOGUEIRA, Op. Cit., p. 26.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 25.

promoveram em alguma medida a produção algodoeira nacional. As 707.409 toneladas exportadas à Alemanha e ao Japão em conjunto entre 1935 e 1941, principais anos do comércio de algodão com esses países, equivaleram, no entanto, a menos da metade das exportações brasileiras de algodão no período, da ordem de 1.679.921 toneladas. Considerando um intervalo menos deliberadamente favorável às cifras de comércio com esses dois países, de 1934 ao fim da Segunda Guerra, a participação alemã e japonesa seria inferior a um terço das exportações.

A produção total da lavoura algodoeira nacional reforça a inadequação da hipótese de que a Alemanha e o Japão teriam ditado o ritmo de desenvolvimento da cotonicultura brasileira em benefício próprio: destino de 24% da produção no período de alta do comércio, esses países receberiam 15% do algodão brasileiro produzido entre 1934 e 1945<sup>250</sup>. A Grã-Bretanha, responsável pela maior parte das compras tanto no ano inaugural do surto, 1934, quando adquire mais da metade do algodão brasileiro vendido no exterior, quanto em anos em que as compras de seus adversários vacilam, como 1936 e 1940, seria destino de 12% do produto total brasileiro entre 1934 e 1945, volume equivalente a 83% das vendas para a Alemanha e o Japão juntos, voltando a ocupar posição proeminente em 1945, quando adquiriria novamente mais da metade das exportações brasileiras do produto, 59% das 164.456 toneladas.

Além da Alemanha, do Japão e da Grã-Bretanha, cabe salientar, outros compradores de algodão se tornavam, em conjunto, gradativamente mais importantes conforme aumentavam as exportações brasileiras da fibra. Com 127 mil toneladas vendidas para a China entre 1939 e 1941<sup>251</sup> e com 56 mil toneladas vendidas para a Espanha especificamente em 1942<sup>252</sup>, por exemplo, exportações expressivas em anos singulares revelam o grau de independência do comércio exterior de algodão brasileiro em relação aos principais importadores do globo, atestando o potencial de inserção da fibra nos mercados internacionais: compras de outros países superariam vendas à Grã-Bretanha em todo os anos

---

<sup>250</sup> Os montantes produzidos entre 1935 e 1941 e entre 1934 e 1945 são, respectivamente, 2.890.722 toneladas e 5.016.723 toneladas.

<sup>251</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1946. Esses volumes corresponderam a um aumento das importações chinesas oriundo de uma quebra do cultivo no país em função da Guerra com o Japão, retomando importantes volumes de importação anteriores à significativa expansão do cultivo chinês durante a década de 1930, conforme DANTAS, José Garibaldi. Mercados de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 48, 1940, p. 109. Passando de 684 mil toneladas importadas em 1932 para apenas 20 mil toneladas em 1938, 1939 marcaria a expressiva regressão da produção do país, que precisaria importar 488 mil toneladas importadas. Cabe salientar que dados do autor indicam volumes de algodão enviados do Brasil para a China da ordem de 99 mil toneladas nesse ano, o dobro do apresentado pelo Anuário Estatístico de 1939/1940 e superior a qualquer venda para Alemanha, Japão ou Grã-Bretanha em qualquer ano entre 1929 e 1945.

<sup>252</sup> BRASIL, Op. Cit., 1946.

entre 1937 e 1944, superariam vendas ao Japão mesmo nos principais anos do comércio com o país e superariam vendas à Alemanha em todo o período, exceto em 1935, 1937 e 1938. Alemanha e Japão, dessa forma, não dominaram o comércio exterior brasileiro de algodão, que, ademais, não encerrava as possibilidades da fibra cultivada no país.

Conforme discutido, as exportações brasileiras à Alemanha desempenhavam o importante papel de manter o abastecimento de um insumo essencial de uso civil e militar sem onerar reservas alemãs de divisas conversíveis necessárias ao esforço de rearmamento ao ponto do Brasil se tornar o principal fornecedor do país em 1937. No Brasil, o benefício ou prejuízo do comércio algodoeiro de compensação era objeto de discussão já no período: apesar de propiciar importações mais baratas, as entregas eram rotineiramente demoradas, de modo que o país acumulava relevantes saldos em divisas inconversíveis em troca de um produto que encontraria outros compradores no mercado internacional. O algodão, que poderia ter auxiliado de maneira mais imediata os pagamentos da dívida externa e a recuperação da reserva de divisas, serviu de alavanca nas renegociações do acordo de compensação, viabilizando concessões alemãs a outros produtos com importância política e econômica, ao custo de atritos diplomáticos com o maior parceiro comercial do país.

Ao final da década, o tratado que havia aproximado comercialmente os dois países perdia seu sentido político, intimamente ligado a seu sentido econômico. Antes alinhado à estratégia difusa que compunha o projeto nacional em formação, de cooperação com a Alemanha como forma de desenvolvimento econômico mais autônomo em relação aos Estados Unidos, como alternativa de modernização das forças armadas sem pressões sobre as divisas conversíveis e como meio para adquirir máquinas e equipamentos necessários à industrialização a preços subsidiados, o financiamento à grande siderurgia daria um contorno mais concreto ao projeto desenvolvimentista, reafirmando a posição dominante dos Estados Unidos no Brasil.

De natureza fundamentalmente distinta, a demanda japonesa por algodão advinha da indústria têxtil voltada ao mercado externo, responsável pela maior parcela mundial de exportações de tecidos<sup>253</sup>, e o Brasil não chegaria a ocupar posição de tanto relevo no conjunto das importações japonesas de algodão quanto ocupou na Alemanha, atingindo 11% das compras japonesas do produto em 1938<sup>254</sup>. No Brasil, o comércio de algodão com o Japão

---

<sup>253</sup> Curiosamente, a prioridade japonesa dada às exportações levaria o governo imperial a proibir o uso civil de tecidos de algodão, reservados ao exército e, especialmente, ao setor externo, de modo a maximizar as receitas de exportação. Domesticamente, a alternativa seria a substituição pelo raiom. NOGUEIRA, Op. Cit., p. 13.

<sup>254</sup> DELANGHE, Op. Cit., p. 85.

não apenas geraria divisas conversíveis preferíveis às de compensação, como o próprio fluxo migratório e as atividades desenvolvidas pelos imigrantes teriam papel ativo no desenvolvimento do produto<sup>255</sup>.

Como possível paralelo às frustradas intenções alemãs de garantir um fornecimento seguro de fibras têxteis antes e durante a Guerra, a intenção japonesa de transformar seus principais fornecedores em “clientes fiéis” não prosperaria: enquanto a Alemanha oferecia ao Brasil produtos e mercados importantes, o Brasil obteria saldos comerciais progressivamente maiores com o Japão, não se tornando mercado significativo para qualquer produto do país à medida que cresciam as exportações de algodão<sup>256</sup>. Exportando majoritariamente tecidos de algodão, tecidos de seda e seda crua para os quais o Brasil pouco constituía mercados de importação<sup>257</sup>, o desequilíbrio comercial entre os países não gerava problemas apenas para o Japão, que buscava reduzir o déficit com seus principais fornecedores, mas também para o Brasil, com a assimetria de carregamentos de ida e de volta para o Japão limitando o transporte marítimo disponível para o algodão<sup>258</sup>.

Os esforços de guerra alemão e japonês que determinaram o aumento das compras de algodão brasileiro, tanto na forma de subsídios a manufaturados e negociações bilaterais quanto na forma de missões diplomáticas e apoio comercial e técnico à produção, são fundamentos parciais do surto de exportação de algodão da década de 1930. Ainda que o algodão tenha sido objeto central das novas relações comerciais erigidas com o Japão e com a

---

<sup>255</sup> Vale ressaltar que o benefício econômico oriundo do trabalho dos imigrantes japoneses não seria suficiente para impedir a notória intolerância a que seriam submetidas essas populações durante o governo Vargas: ainda que argumentos econômicos fossem utilizados em defesa da imigração e em oposição a teses de eugenia, diversas leis repressivas imporiam proibições e perseguições aos japoneses no Brasil.

<sup>256</sup> Em 1937, 1938 e 1939, anos nos quais o algodão corresponderia a 90,8%, 91,8% e 92,7% das exportações brasileiras ao Japão, os saldos comerciais do Brasil com o país seriam equivalentes a 64,4%, 70,8% e 75,1% das receitas de exportação respectivamente. BRASIL, Op. Cit., 1941, p. 400, 418.

<sup>257</sup> Já na segunda metade da década de 1920 o Brasil importava menos de 10% dos tecidos de algodão consumidos domesticamente. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 175. Com relação à seda, as importações brasileiras de 197 toneladas em 1940, segundo BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 265, seriam equivalentes a 0,7% das 28.402 toneladas exportadas pelo Japão em 1937, ou 0,8% das 26.235 toneladas importadas pelos Estados Unidos, conforme BRASIL, Op. Cit., 1939, p. 949.

<sup>258</sup> “Não foi renovado o velho tratado de commercio existente entre os Estados Unidos e o Japão. Alguns observadores achavam que em tal emergência os japonezes deixariam de comprar mais algodão dos Estados Unidos, passando as suas compras a outros países. Como temos algodão idêntico ao dos Estados Unidos, provavelmente teríamos parte desse movimento inesperado de negócios. Até agora, porém, não é visível o interesse dos importadores japonezes. Ha mesmo alguma retracção. Parece que a explicação talvez esteja também na falta de vapores. [...] O problema neste caso não é apenas encontrar vapores, mas achar a carga de retorno indispensável a taes actividades. O Brasil está exportando muito mais do que importa do Japão. Os vapores vão carregados e voltam quasi vazios. Si a exportação augmentar, ou se intensifica a importação, ou a situação dos transportes se tornará precária, entre o Japão e o Brasil”. DANTAS, José Garibaldi. Mercados de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 49, 1940, p. 134.

Alemanha no período<sup>259</sup>, apenas em conjunto com outras condicionantes como a crise cambial, as políticas de governo de estímulo à produção e os reajustes espontâneos decorrentes da crise do café é que essas relações podem ser entendidas como base da dinâmica observada do algodão no comércio exterior.

Ademais, em um período de transformações fundamentais da economia brasileira, origem de diversas análises acerca da possibilidade de suplantar o histórico caráter agroexportador do país, da superação do crescimento limitado às relações de comércio exterior e do início de uma busca consciente por novas alternativas de desenvolvimento, analisar a economia do algodão apenas pela perspectiva do setor externo seria um erro. Além de produto de exportação, o algodão era também fundamental ao abastecimento da indústria têxtil nacional, tendo seu desenvolvimento respondido também, e de maneira fundamental, a estímulos de natureza doméstica. Com um setor industrial de bens de consumo em expansão frente à crise da agricultura de exportação, o algodão teria de desempenhar seu histórico papel de insumo industrial de uso doméstico durante o surto. Nesse sentido, o próximo capítulo pretende associar a economia do algodão à nova dinâmica de internalização, a partir da indústria, do desenvolvimento econômico brasileiro, tendo em mente que ignorar as determinantes da demanda doméstica pelo algodão no surto algodoeiro na década de 1930 seria desprezar as transformações fundamentais resultantes do processo de industrialização após a Crise de 1929 e negligenciar parcela preponderante da fibra produzida no país.

---

<sup>259</sup> Conforme discutido, o algodão correspondeu a 92% das exportações brasileiras para o Japão entre 1937 e 1939 e foi questão fundamental dos debates de renegociação dos termos do tratado de compensação com a Alemanha, além de corresponder a 34% das exportações ao país no mesmo período.

## **CAPÍTULO 2 – INDÚSTRIA E O USO DOMÉSTICO DO ALGODÃO**

O desenvolvimento da economia algodoeira no Brasil até a década de 1930 foi traçado pela história do uso doméstico da fibra, com exceções episódicas à manutenção e ampliação do cultivo em função de demandas da produção artesanal de vestuário e, com a expansão industrial, de fiações e tecelagens, cujas flutuações compassavam os avanços e recuos da cultura e o comércio local e inter-regional do produto. Sob nova dinâmica, a cotonicultura respondeu rapidamente a estímulos externos durante a década de 1930, readequada à demanda internacional e inserida decisivamente no contexto de acordos com nações estrangeiras interessadas no produto. As novas forças políticas que nortearam as estratégias comerciais em meio a incertezas e disputas que antecederam a Segunda Guerra, inserindo o algodão entre os esforços de repensar a autonomia e a soberania do Brasil, comandaram também amplas transformações econômicas no país, que não deixariam de afetar os setores tradicionalmente demandantes das fibras têxteis nacionais, reconfigurando, enfim, a economia do algodão no Brasil.

O Capítulo 2 segue, em primeiro lugar, a trajetória dessas novas forças políticas transformadoras do Estado e da economia brasileira de modo a entender a forma e a origem das mudanças que contribuem para o processo de industrialização. Com o objetivo de estudar fenômenos que não apenas estimulam o cultivo de algodão junto à agroexportação, mas que resgatam a centralidade do mercado interno para uma economia do algodão de dimensão inédita, o capítulo investiga, enfim, as relações dessas transformações com as principais questões que dizem respeito à demanda interna por algodão: a indústria têxtil, considerando o consumo doméstico e a exportação de fios, tecidos e artigos de algodão, a evolução da renda nacional e o processo de urbanização.

### **2.1 – Golpe de 1930, Estado Novo e compromisso industrial**

As transformações políticas do Brasil na década de 1930 seriam a pedra basilar das transformações econômicas que remodelariam os horizontes do desenvolvimento brasileiro no longo prazo. O algodão teria seu retorno ao mercado interno determinado por essa dinâmica, atendendo mais uma vez, porém em muito maior medida, às demandas da indústria têxtil nacional. O próprio processo político que dá lugar à Revolução de 1930 é, enfim, significativo para os processos estruturantes deste segundo capítulo.

Como primeiro elemento, a Primeira República chegava a seus últimos dias com Minas Gerais “cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros”<sup>260</sup>. Não mais sustentável no âmbito nacional o comando por parte da burguesia cafeeira (que, hegemônica<sup>261</sup>, ditava o processo sucessório e a condução da política econômica do país de acordo com seus próprios interesses), o estado, incapaz de oferecer um nome próprio por sua própria debilidade política, romperia com o tradicional revezamento republicano com São Paulo ao aliar-se com o Rio Grande do Sul, sob cuja eventual presidência teria maior influência<sup>262</sup>. Estabelecia-se, assim, um conflito político de caráter marcadamente regional: ao insistir na candidatura de Júlio Prestes, Washington Luís se coloca em confronto com os interesses dos tradicionais aliados mineiros, que se unem, enfim, à Aliança Liberal de Getúlio Vargas, candidato “com livre trânsito na política federal e a confiança pessoal do presidente da República”, congregador de “todas as lideranças gaúchas” dada a “ambição regional à presidência”<sup>263</sup>.

Ainda que sem um programa econômico alternativo à tradicional condução da política cafeeira, verbalizada, aliás, por Antônio Carlos e Getúlio Vargas a intenção de continuidade dessa política (em função também da inexistência de qualquer complexo econômico comparável ao do café entre outras oligarquias até então acomodadas pela política republicana), a união mineira à chapa gaúcha demarca o conflito aberto instalado no cerne da República ao final da década, de uma política cafeeira não apenas mais vulnerável frente à competição e ao protecionismo internacionais, mas cada vez mais rejeitada pelos demais estados da federação, entendida como um benefício para São Paulo à custa de “malefícios” e “sacrifícios” do restante do país<sup>264</sup>.

Em segundo lugar, o final da Primeira República testemunha a consolidação do poder e da influência dos “tenentes”, que “se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme”<sup>265</sup>. Politicamente motivados, as intenções revolucionárias dos “tenentes” datam de anos antes do movimento que culminaria com a ascensão de Vargas, sendo a insatisfação da categoria em

---

<sup>260</sup> FAUSTO, Op. Cit., p. 134.

<sup>261</sup> “O caráter fundamental da economia cafeeira e a modelação das instituições do país em seu proveito permitiram à classe hegemônica conservar a hegemonia mesmo quando o presidente da República provinha dos pequenos estados”. Ibidem, p. 121.

<sup>262</sup> CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. A revolução de 1930. Seminário Internacional. Brasília: Editora UNB, 1983, p. 20.

<sup>263</sup> Ibidem, Loc. Cit..

<sup>264</sup> FAUSTO, Op. Cit., p.131.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 81.

boa medida resultado da complacência das Forças Armadas com a República em crise<sup>266</sup>. Para os “tenentes”, tratava-se de um regime que desvirtuava a nação não apenas pelas fraudes eleitorais, mas pela própria descentralização republicana associada ao ideário liberal, cabendo ao Exército regenerar a política e centralizar o comando do país<sup>267</sup>.

Assim, ainda que o rompimento mineiro com São Paulo não fosse absoluto, buscada uma reconciliação nos bastidores e havendo espaço para a continuidade da acomodação mineira sob a política paulista, dariam início e corpo à insurreição os jovens oficiais convenientemente ligados à Aliança por suas pautas combativas ao poder oligárquico. Não subordinado a uma hierarquia militar empenhada no golpe, o grupo era fortalecido pelas milícias estaduais que assumiriam papel preponderante dentro da Aliança após a derrota eleitoral e, especialmente, após o assassinato de João Pessoa<sup>268</sup>.

É, então, a premeditada passagem de candidatura com reduzidas possibilidades de vitória para frente armada em processo revolucionário que leva o “tenentismo” a assumir seu protagonismo, em defesa de suas tradicionais pautas (mais firmemente opostas às da oligarquia paulista em forma do que em conteúdo): frente a vagas ideias das oligarquias republicanas de implantação de um código de trabalho alinhado a compromissos internacionais e de reformulações em busca de maior lisura eleitoral, o golpe pretende levar adiante as intenções objetivas de leis trabalhistas<sup>269</sup> e de reformas eleitorais da chapa oposicionista<sup>270</sup>. Inversamente, em oposição à explícita lógica da austeridade administrativa expressamente apregoada pela candidatura paulista, apenas uma “agressividade difusa” de conteúdos indeterminados é oferecida pela oposição, que amalgama amplas diferenças regionais e reivindicações de diversas naturezas, potencialmente inconciliáveis em propostas objetivas sobre, por exemplo, orçamento.

O governo que tem início em novembro de 1930, coroado pela junta militar que assume o comando do país após a derrubada de Washington Luís, se ergue, enfim, sobre

---

<sup>266</sup> “A antecipação revolucionária dos ‘tenentes’ - sintoma gravíssimo de uma crise que se instala no aparelho do Estado - liga-se a uma dupla frustração. De um lado, a burguesia cafeeira confere ao Exército um papel subordinado; de outro, a cúpula militar aceita esse papel e entra em acordo com as oligarquias”. *Ibidem*, p. 123.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 86-89.

<sup>268</sup> “João Pessoa, legalista mas populista, simbolizou a fase eleitoral e mobilizante da Campanha liberal. Sua morte sacramenta o martirológico revolucionário, encerrando um ciclo e inaugurando outro, onde a vibração popular e difusa cede lugar à conspiração e aos preparativos da revolução armada”. CAMARGO, *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>269</sup> “Liberdade sindical para todas as indústrias e profissões, jornada de oito horas, lei de férias, salário mínimo, proteção mulheres e aos menores”. *Ibidem*, p. 28.

<sup>270</sup> “Abolição da ‘ficção legal’ e a instituição do voto secreto (punição à fraude, garantia de sigilo), a representação proporcional e a separação radical entre o poder público e o poder partidário, que sedimenta a oligarquia”. *Ibidem*, *Loc. Cit.*

instáveis bases, resultado da heterogeneidade das forças sociais que o instauraram<sup>271</sup>. Os jovens tenentes que, além do “empenho, difuso mas apaixonado, no saneamento das instituições públicas”, travavam desde a primeira metade da década “uma surda luta geracional dentro e fora das Forças Armadas”, lutaram, afinal, em benefício de oligarquias regionais de modo algum opostas à oligarquia cafeeira, cuja política na realidade combatiam<sup>272</sup>. Sua integração ao governo, já diluída em função da ausência de coesão ideológica ou hierárquica do movimento como entidade<sup>273</sup>, seria cada vez mais periférica e limitada a exceções individuais com o amadurecimento do regime, que, equilibrado entre diversas forças, dependia de Forças Armadas harmônicas e disciplinadas, livres de forças subversivas:

A instituição que garante a existência do Estado de compromisso é o Exército. Ele sustenta o regime não no caráter de "estrato protetor das classes médias", mas como liame unificador das várias frações da classe dominante. [...] Embora Vargas tenha se apoiado nos "tenentes" durante os primeiros anos da década de 1930, e algumas aberturas nacionalistas difusas se devam à influência destes, a consolidação do novo governo dependia da homogeneização do aparelho militar. Isso implicava a liquidação do tenentismo como força autônoma que, a cada passo, ameaçava corroer a disciplina, sem prescindir dos "tenentes" individualmente, e o combate às organizações radicais, cuja influência ideológica, por meio da figura de Prestes, crescia nas Forças Armadas<sup>274</sup>.

Se a insubordinação que dera forma ao movimento teria de dar lugar a um fortalecimento do exército, hierárquico e combativo a influências ideológicas dissidentes (incorporadas ou alijadas figuras do “tenentismo” rebelde de acordo com as “necessidades que se apresentaram a cada conjuntura”<sup>275</sup>), analogamente os ajustes legais empreendidos frente à consolidação dos trabalhadores urbanos como classe social, que reconheceriam e

---

<sup>271</sup> A dificuldade de conciliar interesses dos distintos estratos da Aliança, evidenciada já nos primeiros anos pela rotatividade de interventores estaduais, preocuparia o governo desde a Revolução Constitucionalista de 1932 (que fragmentaria inclusive os “tenentes” entre “a tese da constitucionalização” e a “[insistência] em defender a implantação de uma ditadura militar”) até as últimas dissidências e realinhamentos que antecederiam o golpe de 1937. PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mário. *Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987, p. 9, 19, 43-44.

<sup>272</sup> “Detentores de postos importantes do Estado, os ‘tenentes’ servem aos desígnios de Vargas, no sentido de neutralizar apenas o poder político das oligarquias, sem impor modificações relevantes na estrutura socioeconômica”. FAUSTO, Op. Cit., 2010, p. 95.

<sup>273</sup> “Sem base popular, destituído de maior coesão, atingido nos setores em que poderia encontrar apoio, o tenentismo desaparece como força autônoma. Individualmente, com raras exceções, os ‘tenentes’ são atraídos para a órbita do Poder Central - onde sua ação e sua influência ideológica têm um papel significativo, mas subordinado - ou se dividem entre organizações situadas politicamente em posições opostas, como é o caso da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista. O tipo de representação peculiar que se poderia ter estabelecido entre as classes médias e o movimento tenentista não teve condições de se realizar, pois, em vez de aparecer como ‘potência governamental absoluta’, os militares rebeldes constituíram no governo um grupo contraditório, submetido a uma rápida perda de identidade”. Ibidem, p. 97.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>275</sup> PANDOLFI; GRZYNSZPAN, Op. Cit., p. 48.

dariam legitimidade aos novos interesses da classe, buscariam blindar política e ideologicamente o operariado. O governo, que reorganizava não apenas suas próprias estruturas, mas também as relações e formas de interação entre as diferentes classes sociais, mantinha intocadas as estruturas econômicas e as relações produtivas fundamentais, ainda que os tradicionais interesses oligárquicos e as vicissitudes do setor externo não mais encerrassem as condições determinantes das mudanças observadas na economia do país.

Assim, em oposição ao Exército cooptado da Primeira República, a primazia das forças militares nas relações com o governo<sup>276</sup> após 1930 foi o fundamento da centralização do poder que caracteriza o Estado varguista em diversas dimensões. Sem negar as diversas oligarquias cujos interesses aglutinava, o novo regime se consolida, então, como reacomodador desde cima das oligarquias regionais e cafeeira sob uma nova forma de governar que superava suas influências diretas, sustentado autocraticamente o governo. Não se tratando de uma subversão da ordem anterior, ainda defendidos os interesses do setor cafeeiro (desprovido de sua influência política anterior), seria uma nova burocracia estatal, representativa de questões mais amplas, a dirigir o país, composta por integrantes não pessoalmente associados aos interesses oligárquicos:

No aparelho de Estado, as decisões estratégicas deslocam-se cada vez mais para as assessorias, conselhos e comissões especiais, dentro das quais transitam os quadros (muitos de origem agrária) de uma emergente tecnocracia. Ao mesmo tempo, as metas do desenvolvimento econômico paulatinamente se afastam, ou se diversificam, sem antagonismos maiores, da matriz agrária primitiva. Em outros termos, a oligarquia ajuda a implantar uma política que dela se descola e a ela

---

<sup>276</sup> É interessante observar como essa centralidade das Forças Armadas na sustentação do Estado transforma a confiança de Vargas a respeito de seu próprio governo já nos primeiros anos, como se pode observar por muitos de seus registros no Diário. Em primeiro lugar, é evidente a satisfação pelo triunfo e a convicção da continuidade revolucionária mesmo frente às primeiras suspeitas de conspiração: “E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez do Sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais. O Sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu. Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão!” (20 de novembro de 1930); “Veio, pela manhã, o ministro da Guerra solicitar demissão do cargo, queixoso sobre os boatos espalhados contra ele dizendo que pretendia fazer-se ditador. [...] Neguei-lhe a demissão, reafirmei minha confiança e prometi-lhe várias medidas” (13 de abril de 1931). Com o assédio dos boatos de conspiração militar, já em 1931 Vargas denota que suas ações não poderiam conter movimentos militares articulados contra seu governo por trás das cortinas, encerrando o ano de certo modo descrente na continuidade de sua administração: “Oswaldo vem informar-me que a ideia da ditadura militar ganha terreno. São os oficiais que a preparam, e têm como principal agente o capitão Limeira, do gabinete do ministro da Guerra, que é o indigitado para ditador. [...] Estou bem com a minha consciência no sincero esforço empregado para melhorar a situação do país” (6 de setembro de 1931); “Sinto o meu declínio político, ou por falta de capacidade para abrir novos horizontes, ou por falta de apoio para transformações mais radicais” (31 de dezembro de 1931). Durante todo o ano seguinte, “continuam os boatos de conspirações nesta capital. Todo dia aparecem novos nomes”: “A um dia de relativa tranquilidade, sucede-se outro cheio de boatos, de intrigas, de conspirações, de ameaças de atentados pessoais” (1 de setembro de 1932). VARGAS, Op. Cit., 1995a, p. 27, 56, 71, 83, 128, 131. Vargas é bastante explícito, enfim, em demonstrar que o Governo Provisório se sustentava sobre a vontade e a intenção de lideranças militares.

transcende. A oligarquia gravita em torno de um centro que se diversifica e que define com ela - e não contra ela - linhas compatíveis de desenvolvimento econômico, de formação de mercado e de construção nacional<sup>277</sup>.

A “crise do Estado oligárquico” que determinou o sucesso do golpe de 1930 não estava apenas associada a “uma prolongada crise agrária”, como também foi corolário das mudanças estruturais que operavam no âmago da economia tradicionalmente rural e primário-exportadora. Aos interesses agroexportadores cada vez mais se somavam interesses urbanos, de classes mais amplas e de frações diversificadas da própria burguesia dirigente: trabalhadores urbanos, operários ou não, industriais, comerciantes e representantes do capital financeiro. Entre a “questão agrária” de readequação da produção às necessidades urbanas e industriais, a transferência de poder à burguesia urbana e a imperiosidade de manter o poder frente à ascensão do operariado cada vez mais organizado<sup>278</sup>, o Estado de compromisso varguista emerge como amarração de interesses cada vez mais diversos incapazes de se impor como hegemônicos. Comprometido com demandas de distintos segmentos da sociedade, tratava-se de uma solução ao conflito entre projetos de futuro (de abrangência geral) que cada um deles era capaz de propor para a sociedade capitalista que se remodelava<sup>279</sup>.

Esse processo de diferenciação e diversificação de atividades, classes, interesses e projetos tem o meio urbano como locus de realização das diferentes alternativas de capitalismo que o novo Estado incorpora para si, a começar pelo capital cafeeiro que, já há muito tendo superado as órbitas da produção e do beneficiamento como determinantes únicos da evolução do setor, teria seu desenvolvimento muito mais subordinado às esferas comerciais e financeiras, controladoras das perspectivas de crescimento e de rentabilidade do cultivo pela regulação do crédito (taxas, prazos e volume) e dos preços (controle dos estoques). Para além da atividade cafeeira, entretanto, é que a década de 1930, marcada pelo “colapso que atingiu frontalmente a economia mercantil-exportadora”, testemunha uma profunda reestruturação econômica a partir do meio urbano, cabendo ao Estado o delineamento e a implantação de projetos para o país:

O crescimento da indústria deu origem a uma burguesia industrial e ao proletariado urbano. As demais atividades de suporte da economia exportadora, como o

---

<sup>277</sup> CAMARGO, Op. Cit., 1983, p. 13.

<sup>278</sup> DRAIBE, Op. Cit., p. 12-13, 17-18.

<sup>279</sup> “Esses setores sociais, classes ou frações de classe definem-se como fundamentais, porque são historicamente capazes de ordenar, a partir de seus interesses estratégicos objetivos, o conjunto da sociedade. Em outros termos, é pela capacidade de generalização, de transformação de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos em interesses de amplos setores da sociedade, convertendo-se em base do Estado, que a burguesia mercantil-exportadora, a burguesia industrial e o proletariado definem-se como ‘portadores de futuro’, ante às questões concretas da nova fase de constituição do capitalismo que se abriu em 1930”. Ibidem, p. 22.

comércio, transportes, bancos etc., por sua vez, permitiram o aparecimento de uma pequena burguesia e de um estamento de classe média de altas rendas e, de outro lado, de um setor de assalariados urbanos não diretamente proletários. Estes últimos, ao lado do proletariado industrial e da plebe, formavam uma massa cujas condições de vida, nas grandes cidades, começavam a tomar contornos de uma questão urbana. Tratava-se, portanto, de uma estrutura social já diferenciada e heterogênea, tanto no nível das classes dominantes quanto das classes e frações subalternas. Essa estrutura heterogênea fundamentava-se em um certo grau de avanço das forças produtivas que, apesar de limitado pela subordinação capital mercantil, desenvolveu uma potencialidade virtual de reordenação do padrão da acumulação capitalista<sup>280</sup>.

Cabendo ao Estado funções antes particulares da iniciativa privada, reformulações conscientes de política econômica e estabelecimento de novas formas de regulação, entravam em campo disputas antes encobertas pela hegemonia cafeeira e, mais genericamente, pela proeminência do setor agroexportador. O setor industrial, nunca antes em oposição ao capital agrícola que o engendrou e beneficiou pelos fluxos de capital, mão de obra e insumos dos campos para as cidades, além da demanda para seus produtos na direção oposta, passava a demandar mudanças de política econômica que, em nome da aceleração de seu avanço como complexo econômico autônomo e, mais do que isso, como “novo eixo dominante da acumulação capitalista”, entravam em conflito com os tradicionais interesses oligárquicos rurais<sup>281</sup>. Assim, de uma condição de crescimento industrial derivado da demanda por bens de consumo oriunda da economia agroexportadora, o setor industrial se constituía não apenas como grupo de interesse organizado frente ao governo centralizado, como também se apresentava como alternativa para o desenvolvimento econômico e a reorganização social do país.

É importante salientar que a necessidade de “suporte por parte do Estado nas esferas do crédito preferencial e subsidiado, da proteção tarifária, da administração das disponibilidades cambiais, do gasto público de infraestrutura etc.”<sup>282</sup> para o sucesso da alternativa industrializante interferiria diretamente apenas nos interesses mais imediatos da agroexportação, protegidas as bases fundamentais do poder econômico e da influência política das elites agrárias: a grande propriedade e o trabalho desregulamentado. Ausente de um programa nacional que beneficiasse a burguesia industrial qualquer proposta de reforma agrária, enfim, o conflito que emerge entre diferentes setores da elite e que, na falta de uma

---

<sup>280</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>281</sup> “Entretanto, em seu projeto de industrialização, a burguesia industrial enfrentaria a oposição dos setores ligados ao café em várias dimensões da política econômica. Na ruptura de suas relações de dependência com o setor exportador, tenderiam a divergir quanto à política cambial, à política tarifária, bem como quanto às transferências de rendas para o setor industrial, por exemplo, as oriundas do confisco cambial sobre o café. Também quanto à política monetária, de gasto público e à política creditícia, os interesses da indústria teriam de se chocar com os do café”. Ibidem, p. 30.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 29.

proeminência hegemônica, o Estado varguista assume para si, não configura uma ruptura em absoluto entre esses grupos, muitas vezes ainda unidos por vínculos particulares ou familiares de atividades concomitantes em setores distintos. Para além do conflito não dicotômico instaurado, a concentração da propriedade fundiária seguiria provendo às cidades a mão de obra não apenas necessária para a operação das atividades urbanas, como também para a constituição de um exército de reserva de mão de obra benéfico para a lucratividade industrial.

O Estado que ultimamente defende esses interesses industrializantes não emerge como representante único dessa classe, ela própria desorganizada e não articulada em torno de um verdadeiro programa de industrialização nacional<sup>283</sup>. A partir de sua autonomia, entretanto, ainda que circunscrita ao apoio de parcelas heterogêneas da sociedade, o Estado apontava numa direção de reforço cada vez mais direto ao avanço das forças capitalistas, se tornando não apenas agente responsável pelo desenvolvimento, incorporados interesses econômicos gerais a suas funções, como também espaço de disputa entre os distintos interesses que o compunham. Dito de outro modo:

A edificação do aparelho econômico-estatal, a multiplicação dos órgãos de controle, a regulação e intervenção do Estado, que se desdobrou no período, constitui uma forma peculiar de incorporação dos interesses de classe na estrutura material do Estado. [...] Do ponto de vista do aparelho econômico de intervenção e regulação, entendemos que sua montagem teve o significado mais geral de corporificar, nas estruturas do Estado, a materialidade de segmentos significativos das relações sociais capitalistas. [...] Trata-se, então, de uma forma de incorporação e integração objetiva dos interesses econômicos na máquina econômica do Estado, que passam, assim, por um processo de abstração e generalização. Os interesses deste ou daquele industrial, deste ou daquele agricultor - das empresas capitalistas - ganham expressão no aparelho econômico e se generalizam por meio de órgãos de intervenção como autarquias ou institutos de regulação, empresas ou comissões executivas - os órgãos da máquina burocrático-administrativa "moderna" que atuam discriminadamente sobre a "indústria" ou a "agricultura", ramos de produção ou até mesmo produtos específicos. Na gama do organismo estatal processa-se uma forma particular de constituição do "interesse geral" distinta dos mecanismos político-representativos do Estado liberal<sup>284</sup>.

Com uma industrialização que ocorre sob a ação direta do regime varguista, e em oposição à ideia de que eventuais políticas favoráveis à indústria resultavam de objetivos dela

---

<sup>283</sup> O vínculo da burguesia industrial à classe hegemônica, a oligarquia agroexportadora, ainda era de subordinação apesar de sua expansão, tendo na garantia da realização do lucro sua única verdadeira ambição, dificilmente se unindo a “um agrupamento político de oposição em que nem os nomes nem o programa tinham para ela algum apelo especial”. FAUSTO, Op. Cit., p. 64.

<sup>284</sup> DRAIBE, Op. Cit., p. 38-39.

desassociados<sup>285</sup>, interesses nacionais deliberadamente pró-industriais se materializaram pela primeira vez como objetivos de Estado a partir de Vargas, mesmo que não subjugassem, em todas as circunstâncias, outros interesses nele congregados. Fonseca, em especial, discute uma intencionalidade industrializante por parte do governo de Vargas a partir do sucesso do Golpe de 1930, manifesta nas “instituições criadas e modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro” que “representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia”<sup>286</sup>. Após o autogolpe em 1937, finalmente, a alternativa de desenvolvimento econômico por meio da industrialização auxiliada pelo Estado assume nítidos contornos, decorrente não apenas dos insucessos da continuidade da política econômica anterior em um cenário de deterioração cambial como também, enfim, do conflituoso contexto internacional<sup>287</sup>.

Erigido o Estado varguista como um regime não mais comprometido especificamente com interesses oligárquicos paulistas ou com qualquer outro conjunto de “interesses imediatos”, “árbitro” entre os grupos dominantes, “[sobreposto] ao conjunto da sociedade

---

<sup>285</sup> Para além, por exemplo, do fenômeno descrito por Furtado de uma defesa do café que associou manutenção da renda à deterioração da capacidade de importar em benefício da indústria, que não nega necessariamente outras articulações em torno de interesses industriais apesar da política ter sido planejada em nome da cafeicultura, argumentos como o de Boris Fausto vão diretamente de encontro à visão de que ambições industrializantes existiam desde o início do regime varguista: “Importa sobretudo verificar até que ponto é válida a imagem de uma “revolução do alto” promovida pelo Estado nos anos 1930-37, no sentido da industrialização e do desenvolvimento, substituindo-se à burguesia industrial, mas agindo em seu interesse. É muito problemático afirmar que o governo Vargas tenha perseguido coerentemente esses objetivos nos anos posteriores a 1930. A política governamental se subordinava à expectativa de retomar o poder de compra do país no exterior e à ideia de que o comércio livre, na esfera internacional, seria restaurado. As revisões tarifárias e os acordos comerciais foram formulados a partir desse critério. Por outro lado, o caráter fundamental da economia cafeeira se impunha e, a cada passo, o governo insistia na necessidade de promover as atividades agrícolas. [...] A maneira pela qual se utilizou o relativo desafogo da balança de pagamentos resultante da suspensão parcial do pagamento da dívida externa (Decreto nº 23.829, de 5 de fevereiro de 1934) é uma clara demonstração de como um projeto de desenvolvimento era estranho às preocupações governamentais nesse período. A melhoria das condições financeiras possibilitava a ampliação das importações, com a introdução de um critério seletivo que estabelecesse prioridades para bens essenciais ao desenvolvimento econômico, como combustíveis, maquinaria, determinadas matérias-primas. Entretanto, em vez de estabelecer essas prioridades, o governo Vargas optou pelo livre intercâmbio, permitindo o que Simonsen chamou ‘orgia de importações’. As novas dificuldades econômicas daí resultantes incentivaram, aliás, os partidários de um golpe de Estado, que seria desfechado, afinal, em 1937”. FAUSTO, Op. Cit., p. 66-67.

<sup>286</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1, 2003, p.135.

<sup>287</sup> “A partir do Estado Novo, e certamente sob o impulso do contexto de guerra, esta política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Datam de 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE); de 1939, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; de 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. São do final da década de 1930 as primeiras iniciativas no campo da siderurgia, as quais resultarão na criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941”. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. *Economia*, Brasília, v. 13, n. 3b, 2012, p. 854.

como soberano” e legitimador de estratos sociais mais amplos<sup>288</sup>, a instauração do Estado Novo, mais do que um desencadeamento natural do Golpe de 1930<sup>289</sup>, decorre de um realinhamento de forças e compromissos em um contexto internacional também transfigurado. A crise cambial força o Estado a elencar prioridades em um momento em que a beligerância do cenário internacional assume graves dimensões, marcado pelos preparos para a Guerra no centro do capitalismo, ou seja, entre os principais parceiros comerciais do Brasil. A percepção da vulnerabilidade da situação brasileira que acompanhou o diagnóstico do conflito vindouro, de atraso produtivo, instabilidade política e despreparo militar, passou então a acentuar as preocupações relativas ao desenvolvimento econômico do Brasil, estreitamente vinculadas à questão da segurança nacional. O nacionalismo da Constituição de 1937, a moratória da dívida externa decretada junto ao autogolpe, os investimentos em defesa por meio da modernização das Forças Armadas e a visão de fortalecimento da indústria e aceleração da industrialização através do investimento público em setores pouco atrativos (e de difícil empreendimento) para a iniciativa privada seriam, finalmente, faces distintas de um mesmo projeto, em concepção sob as condições objetivas da grave crise cambial, do conflito internacional, das limitadas possibilidades de financiamento estrangeiro e de uma sociedade transformada pelo processo de urbanização, com novos interesses e conflitos latentes a serem equacionados.

O fortalecimento econômico, materializado no desenvolvimento industrial, assume assim o status de condição necessária para a garantia da soberania nacional: além da rivalidade com a Argentina, que “vinha realizando uma ampla política de fortalecimento de suas forças armadas e tentando ampliar sua influência sobre os países vizinhos”, a consolidação do Brasil como potência regional despontava como único meio para garantir que o país resistisse à onda colonizadora que subjogava nações agrárias à tirania dos impérios europeus e, para tanto, prevaleceria a aposta na indústria, com destaque para o desenvolvimento da infraestrutura e do setor de bens de capital, dependentes da ação

---

<sup>288</sup> DRAIBE, Op. Cit., p. 17.

<sup>289</sup> “E inegável, entretanto, que a transformação no pós-30 não foi unilinear e unívoca, e dificilmente será apreendida por uma caracterização geral da estrutura de poder - o ‘compromisso’, a coligação conservadora, o populismo -, ou apenas no simples nível do jogo político entre forças heterogêneas. Isto posto, não estaríamos diante da necessidade de abordar esta fase de constituição do capitalismo por meio de instrumentos conceituais que se distanciem tanto dos atributos de uma teoria geral quanto de uma reconstrução de caráter historiográfico formas que, calcadas nos aspectos socioeconômicos e políticos de um processo tomado tal qual efetivamente ocorreu, são incapazes de reconstruir as tendências, os embates de força e poder que, enfim, desembocaram nos resultados conhecidos? A natureza do período exige, a nosso ver, que se evite tanto a concepção de uma monótona e imutável estrutura de poder (concebida como uma dada relação entre classes e frações de classes) quanto a visão casuística que tende a suprimir as determinações de ordem mais estrutural, reduzindo as explicações a articulações conjunturais de interesses”. Ibidem, p. 20-21.

estatal<sup>290</sup>. É, enfim, a intensificação da opção industrializante, manifesta pela ação do Estado desde o início da década<sup>291</sup>, que mobiliza as aproximações com a Alemanha e com os EUA discutidas no capítulo anterior, tendo sempre em vista as necessidades de financiamento dos projetos nacionais. As incertezas no cenário exterior e o temor de um conflito mundial teriam, assim, implicações para além da “opção industrializante”: ainda que o governo se tornasse mais independente de nações específicas, “aproveitando os espaços abertos pelo acirramento das disputas interimperialistas”<sup>292</sup>, o comércio, os capitais, a tecnologia e os financiamentos estrangeiros<sup>293</sup>, necessários para o desenvolvimento e dependentes de "acordos e alinhamentos entre os governos"<sup>294</sup>, exigiriam do país atenção especial para questões diplomáticas. Assim, à medida que se centralizou o poder do Estado, expoente dos “interesses ‘universais’ da Nação”<sup>295</sup>, o esforço consciente de industrialização do país acarretou na necessidade de estabelecer cooperações não apenas incertas com relação a seus resultados, como também passíveis de retaliações por parte de outros países, perpetuando (sob novas formas) os vínculos do desenvolvimento econômico brasileiro com a, agora conflituosa, conjuntura internacional.

Nesse esforço pelo desenvolvimento industrial, intensificado então pela reinterpretação das condições econômicas brasileiras sob a ótica do neocolonialismo e da aparentemente vindoura conflagração mundial, acelera a incorporação ao Estado de “aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo

---

<sup>290</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 226-230. Com relação à rivalidade com Argentina, é interessante observar o grau de incerteza que permeava os diálogos e as intenções das autoridades nacionais e estrangeiras, conforme manifesto no diário de Vargas em 8 de maio de 1938: “Examinei uns papéis que me deixou Osvaldo: correspondência entre o chefe do Estado-Maior do Exército chileno e o seu embaixador no Brasil, correspondência do ministro Fonseca Hermes e os planos de guerra da Argentina como desdobramento de sua política de hegemonia na América do Sul. Estabelecia várias hipóteses e variantes, considerando o Brasil como aliado, e os planos de guerra eram contra esses dois países, fazendo várias hipóteses conforme a atitude do Uruguai, que poderia ser contra a Argentina, a favor desta ou neutra. Este plano do Estado-Maior argentino é o mesmo de que me falou o general Góis em [São] Lourenço, e que lhe foi mostrado no Chile. Sobre esses assuntos falou-me o general Justo quando aqui passou, desmentindo-os inteiramente. Verdade ou não, convém estarmos prevenidos”. VARGAS, Op. Cit., 1995b, p. 130.

<sup>291</sup> Mais uma vez, o processo de industrialização não seria apenas resultado eventual do represamento interno da renda, oriundo de uma política inconscientemente favorável à indústria. FONSECA, Op. Cit., 2003, Loc. Cit.

<sup>292</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 230.

<sup>293</sup> Detalhes a respeito das alternativas do governo Vargas para financiar a industrialização em BASTOS, Op. Cit., 2004, p. 6-9.

<sup>294</sup> “A situação ganhava complexidade porque a definição de um projeto de desenvolvimento entrelaçava-se com a questão das alianças externas do Brasil. Um dos aspectos dessa questão consistia no fato de que o problema do financiamento do desenvolvimento não residia apenas na mobilização de capitais nacionais: implicava também o financiamento das importações de bens de capital e matérias-primas (que não eram produzidos internamente devido ao relativamente acanhado setor industrial da economia brasileira), em um contexto de carência crônica de divisas”. CORSI, Op. Cit., 2012, p. 238.

<sup>295</sup> SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981, p. 257.

ao avanço da acumulação industrial”<sup>296</sup>. Entre o desdobramento das funções do Banco do Brasil como “núcleo central do sistema creditício”, a criação da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim) para estimular exportações e aprimorar o controle de importações, a fundação de institutos visando a elaboração de políticas direcionadas a produtos específicos, a composição de conselhos e comissões já direcionados ao planejamento e execução de investimentos por parte do Estado e a criação do IBGE objetivando centralizar e modernizar os levantamentos de informações estatísticas, necessárias para a elaboração de políticas econômicas<sup>297</sup>, o Estado Novo consolida os dispositivos e instrumentos necessários para a condução econômica de acordo com os interesses gerais que incorpora, “condicionantes gerais da acumulação capitalista”: o levantamento de dados, o investimento direto, “o câmbio, os juros e o crédito”<sup>298</sup>.

A fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1937 é aqui pertinente como exemplo da materialização desses interesses no Estado. Como discutido no capítulo anterior, a ampliação do financiamento agrícola fazia parte da pauta de reivindicações de representantes da agricultura e, no caso da cotonicultura, as mudanças implementadas sucederiam os principais aumentos da produção<sup>299</sup>, supostamente aquém do potencial crescimento em circunstâncias mais favoráveis de financiamento da lavoura. No caso da indústria, ainda que apenas 9,2% dos créditos concedidos entre 1938 e 1945 tenham sido direcionados ao setor<sup>300</sup> (ou 15,6% entre 1938 e 1943, dado o aumento dos créditos concedidos à agricultura e à pecuária em 1944 e 1945<sup>301</sup>), em contraste com os 43,1% do valor líquido da produção nacional que já provinham da indústria em 1939<sup>302</sup>, a simples reorientação desses recursos, cada vez mais entendidos como fundamentais para tal alternativa de desenvolvimento, configuraria uma mudança em relação ao trato anterior com a

---

<sup>296</sup> DRAIBE, Op. Cit., p. 75.

<sup>297</sup> Cabe ressaltar que o expressivo emprego de dados do IBGE neste trabalho, ainda que confrontados, quando possível, com dados disponíveis em outras fontes, carece de discussão metodológica que determine sua exatidão e natureza. Tendo em vista o considerável volume de informações proveniente de anos iniciais de atividade do Instituto, presumivelmente sujeitos a maiores erros de levantamento e classificação, e considerando o fato de que o IBGE compõe também o objeto desta investigação, diretamente associado ao tema da constituição do Estado moderno aqui discutido, é fundamental destacar o esforço da pesquisa em pautar os dados trabalhados pela literatura pertinente, que norteia a investigação e evidencia eventuais discrepâncias.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 78-86.

<sup>299</sup> O importante crescimento do crédito direcionado ao algodão a partir de 1942, mais uma vez, não teria impacto observável significativo sobre o cultivo da fibra nos anos imediatamente seguintes.

<sup>300</sup> REDIVO, André da Silva. *A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do Estado desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2018, p. 239.

<sup>301</sup> Vale lembrar que o aspecto “inadequado e especulativo” do aumento dos empréstimos à pecuária citado por *Ibidem*, p. 114, é também ressaltado na nota 97 deste trabalho, conforme BESKOW, OP. Cit., p.234-235.

<sup>302</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit, 1973, p. 241.

indústria: a CREA não apenas ofereceria linhas de crédito de longo prazo até então quase inexistentes no país, fundamentais para o investimento industrial e para a formação de capital, como, em sua trajetória que partiria de 0,5% dos empréstimos bancários no país em 1938 para 14% em 1945<sup>303</sup>, ampliaria o crédito industrial muito além do crescimento do produto da indústria no mesmo período<sup>304</sup>, evidenciando uma tendência de crescentes intenções ou preocupações com relação à indústria<sup>305</sup>. A CREA, dessa forma, surgia como resposta a novas intenções desenvolvimentistas do Estado:

A demanda pela intervenção governamental na intermediação financeira decorria de um diagnóstico que apontava para o subdesenvolvimento do mercado financeiro e para a escassez de capital como obstáculo ao desenvolvimento, visto que as mudanças na estrutura produtiva associada às inovações tecnológicas então incorporadas à economia brasileira impunham projetos econômicos com maior escala e custos acentuados para os padrões financeiros do país, dada a insuficiência do mercado de capitais existente. A resposta governamental veio mediante autorização ao Banco do Brasil para realizar assistência financeira especializada à agricultura, à pecuária e à indústria de transformação genuinamente nacional, assim entendidas àquelas que utilizassem matérias primas ou recursos naturais do país. Para desempenhar essa atribuição o Banco promoveu uma reforma organizacional e instituiu, por meio de regulamento aprovado em novembro de 1937, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREA. Esta política de intermediação financeira orientada à promoção do investimento produtivo constituiu a primeira iniciativa institucionalmente consolidada e nacionalmente articulada de intervenção governamental na intermediação financeira orientada à oferta direta de crédito para custeio e investimento produtivo privado de longo prazo nos setores agrícola e industrial<sup>306</sup>.

Dentro dessa dinâmica, a indústria têxtil, que contava com 22,2% do produto industrial de 1939<sup>307</sup> (sendo sua trajetória decrescente na participação, partindo de 29,6% em 1919, resultado da aceleração do crescimento de outros setores<sup>308</sup>), seria beneficiária de 9,1% dos empréstimos da CREA ao setor como um todo entre 1939 e 1945<sup>309</sup>. A indústria de alimentos, outro expoente da indústria tradicional, também receberia créditos inferiores a sua participação no produto industrial. A prioridade dada pela política a setores mais modernos da indústria, menos representativos no produto total, é evidente: com 7,6% do valor adicionado em 1939, a metalurgia receberia 23,6% dos créditos industriais da CREA entre 1939 e 1945,

---

<sup>303</sup> REDIVO, Op. Cit., p. 93.

<sup>304</sup> Podemos destacar o crescimento de 2,5 vezes do crédito concedido em 1939 para 1943 em contraste com um crescimento do produto industrial da ordem de 19% no mesmo período. Ibidem, p. 128.

<sup>305</sup> Em números totais de empréstimos do Banco do Brasil à indústria manufatureira, pode-se falar em uma expansão de Cr\$ 110.000 em 1937 para Cr\$ 1.377.000 em 1945. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 352.

<sup>306</sup> SILVA, Mauro Santos. Financiamento público do investimento privado: regulação bancária, *funding*, operacionalização e desempenho da CREA-BB. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2007, Aracajú.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 435.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 432-435.

<sup>309</sup> REDIVO, Op. Cit., p. 130.

ao passo que a indústria de materiais de transportes, com 0,6% do valor adicionado, receberia 9,8% do financiamento da Carteira no mesmo período<sup>310</sup>. No caso da agricultura, enquanto 8,7%, 9,3% e 12,5% dos empréstimos agrícolas totais do Banco do Brasil seriam destinados ao algodão em 1941, 1943 e 1945<sup>311</sup>, respectivamente, a CREAI concederia ao cultivo, nos mesmos anos, 12%, 25% e 44% de seu crédito rural<sup>312</sup>, indicando especial atenção ao algodão seja pelo destaque do produto como insumo industrial, seja pelo desempenho da cotonicultura no conjunto da agricultura brasileira<sup>313</sup>, consolidada sua posição de liderança no setor primário durante a primeira metade da década.

Da mesma forma que a intervenção se tornava necessária para acelerar um desenvolvimento que dependia de setores de difícil atuação privada, a ação do Estado também se apresentava como solução para equacionar a questão social que emergia do crescimento do proletariado urbano. Assim, seria o avanço da legislação trabalhista, também após 1937, que integraria à esfera do Estado o conflito distributivo entre classes, componente fundamental do desenvolvimento capitalista. Com o salário mínimo regulamentado, a vinculação do movimento sindical ao governo, a justiça do trabalho e a legislação previdenciária, o Estado, mais do que desestruturar organizações e movimentos trabalhistas (em verdade ainda não articulados), subordina os interesses que afloram em antagonismo aos empresariais a sua regulação, instituindo, “sob sua tutela, o próprio sistema de representação classista”<sup>314</sup>, tornando-se ele próprio, mais uma vez, o espaço de (e onde ocorre a) disputa econômica.

Nesse contexto “de regular as relações entre ‘empregadores’ e ‘empregados’” e “de consolidar o papel do Estado como mediador”, vale ressaltar, não seria apropriado compreender a legislação do trabalho numa lógica demagógica. Tratava-se de incorporar ao Estado uma tarefa indispensável a qualquer “projeto maior de industrialização capitalista”, tendo em vista que a questão trabalhista não apenas constituía risco a outros interesses congregados no Estado enquanto não solucionada, como também que “direitos sociais, como jornada de oito horas, previdência, sindicalização e direito de greve eram medidas já adotadas,

---

<sup>310</sup> Cabe observar que os dados apresentados por *Ibidem*, Loc. Cit. de “estrutura industrial” são condizentes com os dados de VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., Loc. Cit. de “valor adicionado”.

<sup>311</sup> Conforme Tabela 4.

<sup>312</sup> SILVA, Op. Cit.

<sup>313</sup> É importante salientar que dificilmente o direcionamento de recursos da CREAI à cotonicultura foi resultado de pressões de grupos de interesses organizados em torno da atividade algodoeira, restando como opções mais prováveis o interesse industrial e o destaque da atividade no conjunto da agropecuária nacional. A questão do reduzido poder de articulação e barganha dos lavradores de algodão é discutida adiante, no subcapítulo 3.2.

<sup>314</sup> DRAIBE, Op. Cit., p. 82

algumas há mais de um século, em boa parte dos países industrializados, portanto já integradas ao *modus vivendi* da civilização ocidental e capitalista”<sup>315</sup>:

O salário mínimo, apesar de acenado eleitoralmente em 1929 e consagrado nas constituições de 1934 e 1937, só entrou em vigor mais de uma década mais tarde, em 1941. Causa espanto como a literatura pode considerar populismo e demagogia tanta prudência e comportamento não apenas diverso como oposto à tipificação conceitual do fenômeno – seja pelo populismo político seja pelos modelos de populismo econômico [...]. Na linguagem das teorias institucionalistas, tratava-se da introdução de novas relações, leis e práticas, e junto com elas novas crenças e hábitos, em substituição às vigentes à época do Brasil rural e voltado ‘para fora’ e, através da legalização dos conflitos entre capital e trabalho, diminuir a incerteza e balizar alternativas, diminuindo os custos de transação. Não é à toa que o grande marco institucional da legislação trabalhista brasileira da época é a exclusão dos trabalhadores rurais, pressupondo que a questão social era nitidamente urbana e, em adição, ganhando o importante beneplácito de parcelas expressivas do setor agrário tanto para sua adoção como para integrar as forças de sustentação política do projeto governista de substituição de importações. [...] Os principais discursos da época sobre a questão social não se dirigiam aos trabalhadores (tidos como interlocutores por excelência dos governantes ‘populistas’), mas ‘às classes conservadoras’, no sentido de vencer resistências a sua adoção<sup>316</sup>.

Assim, em uma economia cada vez mais urbana e diversificada, diversificados também os interesses que a colocam em movimento, o Estado se firma como entidade superposta à sociedade, rearticulando suas estruturas e ampliando seus domínios segundo uma direção de modernização e coordenação de interesses múltiplos, compassada, ainda que objetivos industrializantes antecedam o autogolpe, com a urgência da industrialização em nome da segurança nacional.

A nova posição ocupada pelo Estado, representante de amplas classes e setores, não significou, entretanto, uma imunidade com relação aos conflitos. A sustentação política do governo Vargas ainda dependia do apoio de classes dominantes e do exército que, heterogeneamente dispostos dentro de suas próprias categorias, mantinham o Estado dividido entre certas posturas a assumir, em especial, mais uma vez, em relação à cisão no cenário internacional. Assim, sem controle político absoluto, equilibrado e estirado entre um alinhamento mais explícito com os Estados Unidos ou com a Alemanha como alternativas ao

---

<sup>315</sup> FONSECA, Op. Cit., 2012, p. 860-861.

<sup>316</sup> Ibidem, Loc. Cit.

financiamento do desenvolvimento da indústria até o final da década de 1930<sup>317</sup>, o Estado permanecia refém de uma escolha que dificilmente poderia fazer livremente:

Uma definição mais clara quanto às alianças externas e aos rumos do desenvolvimento parecia impossível naquele momento, pois, se, de um lado, o “amplo arco social” que sustentava Vargas permitia uma série de medidas modernizantes, de outro, ele estabelecia limites a sua ação, impedindo-o de avançar mais decididamente rumo a uma industrialização autônoma. Medidas mais radicais contra o capital estrangeiro e um alinhamento mais decidido com os Estados Unidos ou a Alemanha provavelmente rachariam as bases de sustentação do Estado Novo. [...] Fiori tem certa razão ao afirmar que faltou apoio político a Vargas, mas o aspecto central dessa questão parece residir nas divergências sobre a definição das alianças externas, e não na relutância das classes dominantes em majorar impostos que financiassem uma maior ação estatal na economia. Nessas circunstâncias, Vargas, como era de seu feitio, preferia esperar para ver para onde o vento sopraria mais forte. Mediante impostos específicos, planos de investimentos paralelos ao orçamento da União, organismos de fomento com recursos próprios etc., o governo Vargas conseguiu manter a receita e o gasto público com relação ao PIB, mesmo diante das dificuldades em ampliar a arrecadação<sup>318</sup>.

Se o financiamento dos projetos industrializantes estatais permaneceria como entrave durante todo o período, inexistente também estrutura burocrática capaz de organizar e executar sob seu comando um plano integrado de desenvolvimento industrial<sup>319</sup>, o Estado não deixaria de praticar políticas creditícias e de proteção tarifária coerentes com objetivos industrializantes, empregar departamentos e comissões na elaboração de planos prevendo investimentos na segurança e no desenvolvimento, desassociados do orçamento corrente, e, enfim, com a guerra, controlar importações e dar andamento ao plano siderúrgico. Em meio a esse movimento consciente de estímulo à atividade industrial, condicionado às novas circunstâncias econômicas e diplomáticas internacionais, a indústria atravessaria de fato um

---

<sup>317</sup> A questão da não dicotomia entre agricultura e indústria desponta também nos debates da época relativos aos alinhamentos internacionais. A aproximação com os Estados Unidos, que tem como um de seus principais patrocinadores o embaixador e depois ministro Oswaldo Aranha, é apresentada como alternativa para o desenvolvimento não apenas simultâneo dos dois setores, mas coordenado e articulado: o cultivo e a extração mineral, mais do que incrementados pelo potencial de compra do mercado estadunidense, forneceriam os insumos necessários para a indústria de transformação e a siderurgia, financiados os investimentos necessários tanto pela recuperação das condições cambiais quanto pela entrada de capital estrangeiro. CORSI, Op. Cit., 2012, p. 242-248.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 240.

<sup>319</sup> Cabe destacar as limitações de natureza político-ideológica à ideia de “planificação”, reflexo de um conflito ainda não solucionado em torno da industrialização conduzida pelo Estado durante o governo Vargas. Segundo depoimento de Jesus Soares de Pereira em Ibidem, p. 100: “Por mais de uma vez, por exemplo, recebi recomendações expressas de meus superiores administrativos para não usar a palavra “plano” porque tinha uma conotação socialista incompatível com o Estado Novo. Éramos compelidos a usar eufemismos como programa plurianual. Plano, jamais. Plano quinquenal, então, de forma alguma, nem mesmo programação quinquenal. O certo era programação quadrienal. Daí passava-se para sesquiental”. Com relação a esse receio em empregar terminologia comum a países de orientação socialista, é importante lembrar o anticomunismo varguista, incorporado inclusive no discurso legitimador do autogolpe, herança de 1935: “O mal maior que procuravam exorcizar, constantemente reinvoado por Vargas e seus colaboradores, já convertido em mero fantasma em 1937, era o ‘radicalismo comunista’. Muito sintomaticamente, no preâmbulo à Constituição que legalizava o regime autoritário, a presença desse tema ocupava quase todo o texto”. SOLA, Op. Cit., p. 259.

período de desenvolvimento incomparável a crescimentos anteriores, substitutivo de importações em muitos setores, conformador de uma dinâmica interna de diversificação e de constituição de novas demandas a estimular novamente a produção doméstica.

Nessas condições, a reorientação do algodão produzido ao mercado interno e os novos estímulos domésticos à continuidade do desenvolvimento da cotonicultura são revestidos de novos aspectos, não da indústria têxtil como exemplo de setor na vanguarda do processo de industrialização, mas do desenvolvimento da indústria têxtil associado a uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico do país, com novas interações entre setores industriais distintos, aumento do consumo associado ao processo de urbanização e ao crescimento da renda e, enfim, de aumento das oportunidades no mercado internacional para os tecidos produzidos pelas indústrias brasileiras. O aumento da demanda interna desde o início do surto algodoeiro e o posterior retorno de parcela majoritária do algodão produzido ao mercado doméstico seriam, enfim, evidências dessa nova dinâmica de internalização do processo de desenvolvimento econômico: elevado o volume de algodão vendido domesticamente de 105 mil toneladas no ano de baixa de 1939 para 244 mil toneladas já em 1940, e para 482 mil toneladas em 1944, 65% do algodão produzido na primeira metade da década de 1940 iria ao encontro de teares nacionais ao invés de estrangeiros.

## **2.2 – Indústria têxtil, industrialização, soberania e urbanização**

Ainda que com montantes superiores aos jamais produzidos, exportados ou consumidos domesticamente, o movimento do algodão ao mercado interno a partir de 1940 significaria na realidade um movimento de retorno ao tradicional papel desempenhado pela cotonicultura no país. Cultivado para a fabricação doméstica de tecidos simples e, em seguida, para abastecer demandas industriais, as manufaturas têxteis, junto às manufaturas alimentícias, seriam as primeiras a evoluir em fins do século XIX, com “tecidos de algodão que representaram o primeiro exemplo significativo da industrialização brasileira por meio de substituição de importações”<sup>320</sup>.

A década de 1880 a 1890 ia revelar o primeiro surto industrial do Brasil. [...] O "encilhamento" assinala uma época de grandes especulações e da formação de numerosas empresas, que só arrefeceu nos primeiros anos da década 1890/1900. Como quer que seja, entre 1880 e 1884 foram aqui fundadas 150 indústrias com o capital de 58.368:338\$000 e de 1885 a 1889, 248 estabelecimentos industriais, com 203.404:521\$000 de capital. [...] Dos capitais envolvidos na indústria, 60% estavam no setor têxtil, 15% no da alimentação; 10% no de produtos químicos e análogos;

---

<sup>320</sup> FISHLOW, Op. Cit., p. 9.

4% na indústria de madeiras; 3 1/2% na de vestuários e objetos de tocador, e 3% na metalurgia. [...] O ritmo desse surto conservou-se o mesmo até 1895. Assim é que entre 1890 e 1895, foram fundadas 452 fábricas com 213.714:736\$000 de capital<sup>321</sup>.

Se a primeira década e meia do século XX seria marcada por uma aceleração do crescimento industrial em relação ao século anterior, o período seguinte, impactado pela Primeira Guerra Mundial, seria objeto de disputa historiográfica quanto a seu benefício ou prejuízo ao desenvolvimento da indústria em marcha: com persistentes limitações de capitais, combustíveis, transportes e, especialmente, divisas, as restrições ao comércio internacional cerceariam ou estimulariam a produção industrial a depender da interpretação. De um lado, a redução forçada das importações estimularia o consumo de manufaturados nacionais ao direcionar a demanda ao mercado doméstico, de modo que a guerra diversificaria a produção em uma “multiplicidade de estabelecimentos médios e pequenos”, com 46,5% das empresas industriais recenseadas em 1926 tendo sido criadas entre 1914 e 1919<sup>322</sup>. Por outro lado, além dessas conclusões derivarem em boa medida de estatísticas com relevantes distorções sobre o crescimento industrial durante a guerra<sup>323</sup>, o encarecimento das matérias-primas, combustíveis e máquinas da ordem de quatro vezes e a elevação do custo de vida decorrente da deterioração dos termos de troca não poderiam resultar em um aumento da produção industrial<sup>324</sup>, sendo a demanda por manufaturados brasileiros ampliada apenas no mercado externo:

A fabricação nacional não se aparelhou para satisfazer a um mercado interno faminto; ao invés disso, quase toda a nova capacidade de produção e a maior parte da produção aumentada ocorreram em setores da indústria que estavam desviando seu produto para a exportação. [...] Não houve, como vimos, decréscimo do valor das exportações do Brasil durante a guerra se o compararmos com o dos cinco anos precedentes. A maioria das novas exportações se constituía de produtos agrícolas; algumas, na realidade, eram subtraídas da provisão destinada às massas urbanas e não resultavam de maneira alguma, de um aumento de produção. Certas mercadorias agrícolas, contudo, exigiam uma dose de beneficiação antes do embarque, e daí a instalação de novas usinas de enlatamento e refrigeração de carne e de moagem e

---

<sup>321</sup> SIMONSEN, Op. Cit., 1973, p. 16.

<sup>322</sup> Ibidem, p.18.

<sup>323</sup> “Os relatórios censitários revelam, com efeito, rapidíssimo aumento da produção (veja a Tabela VI-4). O intervalo entre os dois censos, todavia, também inclui seis anos anteriores à guerra e dois anos posteriores a ela. Como se poderá saber com certeza que o maior aumento se verificou durante a guerra? As receitas dos impostos e os estudos realizados no transcurso da guerra, à primeira vista, parecem corroborar essa crença. Servindo-se desses dados, Simonsen apresentou uma tabela que mostra a produção industrial como uma série de números-índices (reproduzidos na Tabela VI-5), e outros autores computaram de modo otimista os aumentos da produção durante os anos de guerra valendo-se de elementos dos mesmos dados. [...] Todas essas séries estatísticas, entretanto, têm defeitos graves e, depois de corrigidas, tendem a mostrar um ritmo consideravelmente mais lento de crescimento industrial”. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971, p. 100.

<sup>324</sup> Ibidem, p. 102-103.

refinação do açúcar, que representavam quase todo o novo capital investido na industrialização de alimentos<sup>325</sup>.

Entre indústrias processadoras de alimentos e enlatadoras de carne que em boa medida não resistiriam à competição e oficinas metalúrgicas reparadoras de equipamentos que desapareceriam com a retomada das importações de máquinas na década de 1920, a indústria têxtil seria a exceção entre diversos setores industriais, sendo a única a exibir crescimento relevante no período também nessa perspectiva historiográfica. Com 27,6% do valor da produção industrial<sup>326</sup>, a indústria têxtil, que “representava pouco mais de 10 por cento do consumo nacional”<sup>327</sup> trinta e cinco anos antes, proveria 86,3% dos tecidos vendidos no país em 1919<sup>328</sup>, sendo o posterior incremento dessa proporção evidência de um processo de substituição de importações que se completava no setor já na década de 1920.

Uma terceira interpretação acerca do impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria brasileira se situa de certo modo entre os dois pontos de vista conflitantes anteriormente expressos, conciliando-os. Trata-se da ideia de que o conflito foi um episódio fundamental da alternância entre períodos de investimentos, associados a termos de troca favoráveis, com períodos de incremento da demanda, associados a restrições às importações<sup>329</sup>. Assim, a Primeira Guerra compõe a “conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior” através da qual a indústria brasileira toma forma na primeira metade do século:

De um lado, evidencia-se o fato de que os ‘choques adversos’ não teriam tido o impacto que tiveram, na ausência de fases anteriores de formação de capacidade produtiva. De outro lado, a interpretação da industrialização como um resultado direto da expansão das exportações aparece como notoriamente insuficiente e simplista<sup>330</sup>.

---

<sup>325</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>326</sup> SIMONSEN, Op. Cit., p. 21.

<sup>327</sup> FISHLOW, Op. Cit., p. 9.

<sup>328</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>329</sup> “É possível que períodos de aumentos rápidos de produção não sejam coincidentes com fases de expansão acelerada da capacidade produtiva, dado que as condições que facilitam de um modo geral as importações vão, de um lado, favorecer a compra de bens de capital, e, de outro, dificultar o aumento de produção interna, pela queda de preço das importações competitivas”. VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. A Industrialização Brasileira Antes de 1930: Uma Contribuição. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 5, n. 1, 1975, p. 41.

<sup>330</sup> Parte desta hipótese está associada ao comportamento dos investidores em atividades industriais frente a crises em suas atividades principais, que gradativamente os levaria a apostar mais firmemente na indústria, mobilizando, ademais, intenções políticas em torno de seus novos interesses: “Os períodos de grande expansão de produção e de lucratividade parecem ter tido o efeito de, atraindo um número maior de investidores para a atividade exclusiva ou predominante na indústria, facilitar a aglutinação dos interesses industriais, fortalecendo sua posição dentro do quadro de forças políticas”. Ibidem, p. 62.

Essa dinâmica foi especialmente significativa para a indústria têxtil na medida em que sua rentabilidade anterior motivou amplos novos investimentos<sup>331</sup> e em função da facilidade de aumentar a produção de tecidos durante as frequentes crises externas empregando maquinário antigo, tendo diferenças de modernização entre indústrias se traduzido em manutenção da lucratividade nas tecelagens mais eficientes em meio a crises do setor<sup>332</sup>. Assim, se a Primeira Guerra Mundial desponta como um período de significativa expansão da oferta de tecidos nacionais, não se trata de um crescimento em oposição ao período anterior de expansão da capacidade instalada ou ao período posterior de retração da produção, mas em complementaridade a ambos, compondo um ciclo de transferências tecnológicas e aumentos da capacidade instalada entrecorridos por aumentos da demanda e da lucratividade que estimulariam e viabilizariam expansões futuras:

Um segundo surto de substituição de importações ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Uma opinião antiga, atribuída principalmente a Roberto Simonsen, sustenta que a extensão desta expansão baseada na guerra foi consideravelmente maior do que a observada antes ou imediatamente após. [...] Dean, corretamente, chamou a atenção para o exagero implícito em tal método. [...] Ele também enfatizou corretamente o grau no qual a guerra não apenas produziu um mercado cativo, mas também uma interrupção nas importações necessárias dos bens de capital e dos bens intermediários. Contudo, talvez sua reavaliação tenha feito o pêndulo deslocar-se para muito longe na outra direção. Em primeiro lugar, houve uma influência favorável sobre a produção, que não pode ser negada. A produção de tecidos de algodão em 1918 excedeu a de 1914 em 57 por cento; mesmo calculando-se sobre a base mais elevada 1911-1913 — pois 1914 foi um ano de depressão — o aumento foi superior a um quarto. Não há dúvidas quanto à base da expansão. Ela se deveu quase inteiramente à substituição de importações que aumentou a proporção do consumo fornecido internamente de menos de dois terços para 85 por cento ao final da guerra. De maior importância imediata para os proprietários das fábricas foram os lucros decorrentes do grande aumento dos preços, que só foi possível devido à inflação do período de guerra. Nem os salários nem o preço do algodão acompanharam a ascensão dos preços dos produtos têxteis. Grandes lucros em 1916 e 1917 foram uma consequência; acumulação de reservas para posterior compra de equipamento de capital foi outra<sup>333</sup>.

A década seguinte, consolidado de certo modo o processo de substituição de importações apenas no setor têxtil, tem início com um parque industrial limitado a bens de consumo simples e com uma economia ainda com elevado grau de dependência externa, sendo 79% de seu produto físico associado à agricultura<sup>334</sup>. A melhora nos termos de troca decorrente do sucesso das exportações cafeeiras e da contração monetária a partir de 1923

---

<sup>331</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 118.

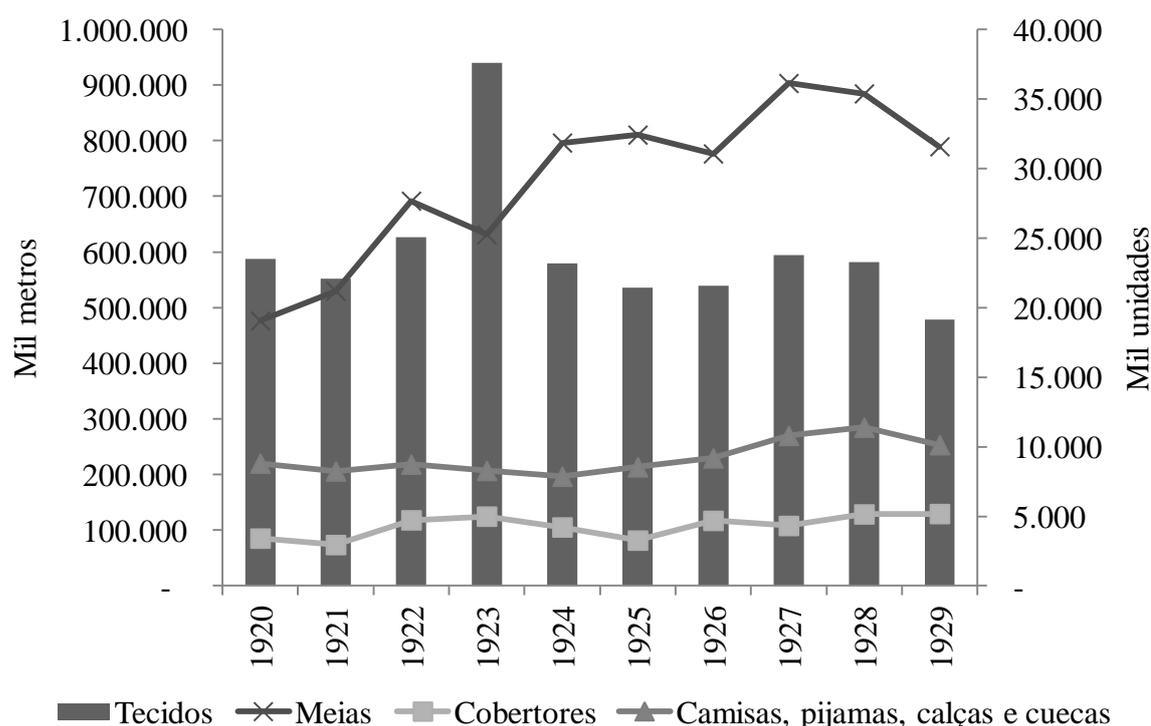
<sup>332</sup> VERSIANI; VERSIANI, Op. Cit., p. 59-60.

<sup>333</sup> FISHLOW, Op. Cit., p. 18-19.

<sup>334</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 159. Por “produto físico” entende-se a soma do produto industrial e agrícola.

implicaria em uma “crescente participação estrangeira no mercado local”, com “importações de bens não duráveis de consumo [que] cresceram a uma taxa anual de quase 15 por cento entre 1921 e 1928”<sup>335</sup>. Contra a tendência de crescimento de décadas anteriores, enfim, observa-se essencialmente uma estagnação da produção de tecidos, com alguns aumentos na produção de artefatos de algodão.

**Gráfico 11** – Produção anual de tecidos e artefatos de algodão (1920-1929)



Fonte: BRASIL, Op. Cit., 1941a.

Com uma produção média de tecidos de algodão aproximadamente igual no triênio inaugural da década de 1920 e no triênio imediatamente anterior a 1929, apenas o ano de 1923 apresentaria uma variação significativa à produção que flutuava em torno de 575 mil metros anuais na década. A produção nacional de artigos de algodão, por sua vez, embora tenha observado certo crescimento em alguns produtos, não acompanharia no geral o crescimento de 36% da renda real por habitante<sup>336</sup> e não acompanharia nem mesmo o crescimento da renda total, tendo em vista o crescimento populacional da ordem de 20%<sup>337</sup> durante a década.

<sup>335</sup> FISHLOW, Op. Cit., p. 26.

<sup>336</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 436.

<sup>337</sup> A população brasileira crescerá de 30.635.605 em 1920 para 36.884.375 em 1929, 20,4% de crescimento. BRASIL, 1936, p. 41.

Perdendo espaço em relação à agricultura, e, especialmente, em relação à agricultura de exportação<sup>338</sup>, a indústria encerraria a década de 1920 em condição semelhante à que a iniciara, voltada a bens de consumo não duráveis<sup>339</sup> e, no geral, competindo em desvantagem com equivalentes importados<sup>340</sup>. As condições de preços relativos que determinaram a ampliação das importações prejudiciais à lucratividade industrial, no entanto, implicariam também em circunstâncias favoráveis ao subsequente desenvolvimento da indústria, em especial por meio da ampliação da capacidade instalada a partir do barateamento relativo dos bens de capital:

As alterações na política cambial parecem ter exercido efeitos contrários sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria [...]. No período 1923-1926, de valorização industrial, a produção industrial cai e fica estagnada. Já as importações de bens de capital sobem rapidamente e alcançam seu pico em 1925<sup>341</sup>.

Sendo as importações de bens de capital superiores às da primeira década do século XX em todos os anos entre 1923 e 1928<sup>342</sup>, o “novo ‘boom’ de investimentos” promoveria não apenas “forte expansão da capacidade produtiva” como também “extraordinária diversificação” da indústria de transformação<sup>343</sup>. Em associação à estagnação da produção, entretanto, o aumento das inversões, resultado também da “acumulação de reservas financeiras durante a guerra pelas empresas industriais”<sup>344</sup>, reverteria em significativo desequilíbrio produtivo, com setores em expansão e modernização, especialmente em São Paulo, sem contraponto pelo lado da demanda. O setor têxtil algodoeiro da indústria, em especial, encerraria a década em condições de grave sobrecapacidade produtiva em função da

---

<sup>338</sup> Enquanto a indústria cresceria à taxa anual média de 3,9%, a agricultura em geral cresceria à taxa de 4,5%, em boa medida em função da taxa de 9% da agricultura de exportação. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 160,172.

<sup>339</sup> “As indústrias de bens de consumo continuariam ganhando importância na década dos vinte, parecendo, pois, plausível que, no fim da década, elas ainda continuassem sendo as indústrias predominantes, o que, aliás, como se verá mais adiante, é corroborado pelo fato de que só na segunda metade dos anos vinte as indústrias siderúrgicas e de cimento começaram a ter expressão”. Ibidem, p. 170.

<sup>340</sup> Com relação à produção têxtil, o fato de que “o total de produtos de algodão importado mais do que duplicaria entre 1922 e 1926” mobilizaria industriais em torno da pauta de revisões tarifárias que, implantadas no início de 1929, de fato reduziram importações de tecidos “de um total de 8.310.615 quilos para 1.338.304 quilos entre 1928 e 1930”. O desenrolar da crise derrubaria a produção, entretanto, em 20%, “de um máximo de 594.313.000 metros em 1927, para um mínimo de 476.088.000 metros em 1930 (a produção de 1916)”. STEIN, Op. Cit., p. 131, 135, 136.

<sup>341</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 173.

<sup>342</sup> “De 1921 a 1927, entrou no país grande quantidade de máquinas de fiação, tecelagem, estamperia e outros equipamentos e acessórios. Após 1925, ano em que os preços do café atingiram seu auge, as importações de máquinas têxteis começaram a declinar. No período de 1922-1927, ingressou no país um volume de máquinas têxteis - medido pelo seu peso - quase três vezes maior que nos sete anos anteriores”. STEIN, Op. Cit., p. 119.

<sup>343</sup> CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *Economia*, Brasília, v. 13, n. 3b, 2012a, p. 903.

<sup>344</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 184.

escala de seus investimentos<sup>345</sup>, não acompanhadas as inversões por crescimento da produção. Diferente dos demais setores industriais, entretanto, não seria a competição externa que implicaria na redução da produção de tecidos e no excesso de capacidade instalada, limitada a importância dos produtos estrangeiros no abastecimento interno, mas a inadequação da oferta à demanda por produtos de qualidade superior:

O declínio na produção de tecidos de algodão, que se iniciara em 1922, só foi interrompido em 1931. Curiosamente, durante os anos 1923-1928 foram feitas as maiores importações de teares, máquinas de estamperia e acessórios. [...] Como no período 1924-1930, o total das importações jamais chegou a 8% do consumo aparente, e como, além do mais, a produção interna era basicamente de tecidos grosseiros, não é possível que seu declínio tenha sido causado pelas importações, cujo nível absoluto não variou nos anos 1925-1927. Pode-se supor que a facilidade de importação de maquinaria representada pela valorização cambial dos anos 1923-1926 e as antecipações dos empresários, de que haveria um mercado crescente, os levaram a aumentar a capacidade produtiva além das necessidades reais. Ou ainda, que a demanda interna de tecidos de algodão começara a se diversificar, isto é, havia mercado para tecidos de melhor qualidade, mas a capacidade produtiva não se ajustara a essa situação<sup>346</sup>.

A Crise de 1929, ponto de ruptura para o setor externo brasileiro conforme discutido no capítulo anterior, estopim da crise do café, com todas as suas implicações sobre o câmbio, as importações, a solvência da dívida externa e o financiamento do Estado, seria também responsável por condições fundamentais de transformação do setor industrial durante os anos seguintes. Em primeiro lugar, o encarecimento das importações associado ao déficit de divisas resultante da grave diminuição das exportações reorientaria a demanda por produtos estrangeiros, ampliada durante a década anterior, ao mercado interno e à produção doméstica. No entanto, assim como o choque exógeno da Primeira Guerra Mundial, os efeitos da Grande Depressão sobre a indústria brasileira seriam também objeto de intenso debate historiográfico, com posições complementares e contraditórias discutindo, em muitos casos, as formulações de Celso Furtado a respeito do deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para a indústria. Esse processo, na leitura clássica de Furtado, resultaria da associação entre deterioração dos termos de troca e manutenção do nível de emprego e da renda monetária na economia exportadora.

Resumidamente, o processo seria o seguinte<sup>347</sup>: ao derrubar as receitas de exportação e contrair o comércio internacional, a Crise desvalorizava a moeda mantendo parcialmente a lucratividade interna da agroexportação, induzindo cafeicultores a preservar suas colheitas. A

---

<sup>345</sup> CANO, Op. Cit., 2012a, p. 903.

<sup>346</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 175.

<sup>347</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 185-195.

destruição do café como mecanismo de contenção de novas quedas associadas à manutenção da produção mantinha o equilíbrio do mercado a um nível mais elevado de preços, de modo que não apenas empresários mantinham sua renda como também conservavam a massa salarial dos trabalhadores. A baixa do poder aquisitivo externo da moeda em um cenário de manutenção da renda monetária convertia o desequilíbrio externo em um desequilíbrio interno, reorientando a renda represada no país à produção doméstica. A indústria seria, finalmente, o setor mais dinâmico da economia brasileira ao atender essa demanda, recuperando já em 1933 o nível de produção anterior à crise e estimulando a instalação de indústrias de bens intermediários e de bens de capital<sup>348</sup>, trazendo também consigo o crescimento da produção agrícola voltada ao mercado interno:

O valor da produção agrícola a preços correntes havia subido de 7,5 para 7,8 bilhões de cruzeiros, não obstante a produção para exportação haver baixado de 5,5 para 4,5 bilhões. A participação das exportações como elemento formador da renda do agricultor havia decrescido, portanto, de 70 para 57 por cento. É óbvio, por conseguinte, que, se a economia houvesse apenas reagido passivamente aos estímulos externos, não só teria enfrentado uma depressão muito mais profunda, como não se teria recuperado durante todo o decênio. A recuperação, entretanto, veio rápida, e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de 50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40 por cento, no mesmo período<sup>349</sup>.

Com indústrias de bens de capital que mudaram de patamar durante a Grande Depressão, o crescimento da produção industrial teria de ter no “aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país” seu “fator mais importante na primeira fase da expansão da produção”<sup>350</sup>. A indústria têxtil, nesse sentido, sairia da situação de sobrecapacidade produtiva para uma condição de expansão comparável à dos demais setores industriais no deslocamento do centro dinâmico, ainda que não condicionada por um processo substitutivo de importações, responsável o setor há anos por parcela proeminente do abastecimento interno.

Como antecipado no capítulo anterior, e mais uma vez em debate acerca das possibilidades de desenvolvimento industrial em cenários de restrições ao setor externo, Carlos Manoel Peláez seria o autor de uma importante crítica à tese de Furtado sobre o

---

<sup>348</sup> “As indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivos de tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro do reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente. Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos trinta quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis”. *Ibidem*, p. 196.

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 195.

deslocamento do centro dinâmico como fenômeno oriundo da Grande Depressão. Para o autor, a premissa de preservação da renda monetária a partir da manutenção dos preços do café que estimula a produção doméstica dependeria de uma política de financiamento sem “nenhum impacto sobre a renda interna” e o fato de que “o grosso da estocagem e destruição do café foi financiado não pela expansão do crédito interno, mas por um empréstimo externo que, em sua maior parte, foi pago pela arrecadação de novas cargas tributárias”<sup>351</sup>, significaria que a política do café não poderia ter efeitos positivos sobre a renda nacional. A ideia de que “tanto a formação de um mercado interno, como a criação de capital, que estão nas origens da industrialização nacional, explicam-se pela política adotada pelo governo em 1930 em relação ao café”<sup>352</sup> seria então, para Peláez, inadequada na medida em que os impostos de exportação, implementados para pagar as dívidas da política cafeeira, retirariam da economia os recursos inseridos no momento da aquisição e destruição do café excedente, gerando, ademais, distorções prejudiciais ao desenvolvimento. Para o autor, enfim, que não nega a célere recuperação da economia brasileira, esta decorreria de fatores externos:

É a Balança Comercial que importa considerar, no que diz com os efeitos diretos e multiplicador da renda nacional; enquanto, num primeiro estágio, as exportações criam renda, as importações destroem-nas. Destarte, uma grande redução das importações autônomas pode contrabalançar o impacto que a queda das exportações tem sobre a renda. [...] o elevado superávit da Balança Comercial em 1931 explica porque o produto real não caiu como deveria em consequência dos aumentos dos impostos e redução das despesas governamentais. Em 1932, o superávit da Balança Comercial, juntamente com o déficit governamental (provocado, principalmente, pelas despesas militares da revolução paulista) contribuiu para que a economia se recuperasse. Grande parte dos déficits do orçamento federal, entre 1929 e 1932, deve-se à queda da arrecadação das tarifas alfandegárias responsáveis por uma percentagem elevada da receita governamental desse tempo. Tem-se, então, que a recuperação da economia brasileira repousou sobre fatores externos, tanto diretos, mediante o balanço de pagamentos, como indiretos, através do efeito que tiveram sobre o déficit orçamentário<sup>353</sup>.

A argumentação de Peláez contaria também com uma análise do crescimento da indústria têxtil no período, apresentada por Furtado como exemplo de setor industrial que empregaria a capacidade instalada excessiva da década anterior na ampliação da produção, apresentada por Peláez como “uma das facetas importantes do argumento da transferência” de

---

<sup>351</sup> PELÁEZ, Carlos Manoel. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 1, 1968, p. 26-27.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 34-36. O argumento de que a economia se recupera em função de um superávit primário sob níveis significativamente inferiores de exportação (menos rendimentos no setor externo) e em função de déficits públicos oriundos de reduzida arrecadação tributária (menor renda do setor importador e menos recursos públicos) parece, no mínimo, insólito. O autor fala em efeitos diretos e multiplicadores derivados do saldo positivo na balança comercial, saldo resultante, entretanto, de contrações violentas nas duas frentes do comércio exterior.

Furtado. Após lembrar a dinâmica de estagnação da indústria têxtil durante a década de 1920, a Grande Depressão não teria significado, para o autor, uma nova oportunidade para o setor: “O consumo de tecidos muito provavelmente caiu na depressão; a produção nacional apenas se beneficiou do grande número de medidas políticas que contribuíram para agravar a má distribuição dos recursos”<sup>354</sup>. Afirmando em seguida que as restrições às importações de maquinaria até 1937 inviabilizariam uma transferência de recursos do setor exportador à indústria têxtil, por fim, Peláez afirma que o conflito na Europa e a consequente expansão dos mercados de exportação ao final da década teriam apenas salvado temporariamente o setor da estagnação<sup>355</sup>.

Em primeiro lugar, os dados apresentados pelo autor em sua própria análise do setor contrariam a suposição de uma queda do consumo de tecidos durante a Grande Depressão: a produção passa de uma média de 635 milhões de metros no triênio de 1931-1933 para uma média de 930 milhões de metros no triênio de 1936-1938<sup>356</sup>, não havendo substituição que justificasse a hipótese de uma queda no consumo (a produção nacional de tecidos de algodão aumenta em conjunto com as importações<sup>357</sup>) ou crescimento significativo das exportações que explicasse uma expansão da produção desassociada do consumo doméstico.

Em segundo lugar, a ideia de que “o argumento relativo à transferência de recursos do setor exportação para o industrial dá grande relevo à alegada transferência de capital para o setor dos tecidos na década dos trinta”, que embasa a crítica a partir da análise da indústria têxtil, não encontra respaldo na elaboração original de Furtado. Peláez afirma que a ideia de um crescimento da produção industrial, central à hipótese de deslocamento do centro dinâmico da economia do setor exportador ao mercado interno, dependeria de importação de máquinas impossível de se realizar no período. O exemplo dado por Furtado a partir da indústria têxtil parte, entretanto, exatamente desse pressuposto:

É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos

---

<sup>354</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>355</sup> Síntese semelhante é feita por STEIN, Op. Cit., p. 143: “Numa visão retrospectiva, verifica-se que a Segunda Guerra Mundial socorreu, temporariamente, a indústria, convulsionada pela crise desde a queda dos preços do café e de outros produtos de exportação em 1925”.

<sup>356</sup> Os triênios selecionados inclusive evidenciam estabilidade da produção, sendo a variação máxima no triênio de 1931-1933 de 1% e a variação máxima no triênio de 1936-1938 de 6%. Ibidem, p. 37.

<sup>357</sup> As importações seriam da ordem de, respectivamente, 145 milhões de metros e 418 milhões de metros nos mesmos triênios. Ibidem, Loc. Cit.

anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida<sup>358</sup>.

Ainda no debate da industrialização da década de 1930, Simão Silber pondera a respeito dos argumentos de Furtado e Peláez, resgatando contribuições de Villela e Suzigan e de Fishlow em sua análise da defesa do nível de renda e da industrialização na Grande Depressão. Em primeiro lugar, Silber considera adequado o argumento de Peláez de que a política cafeeira anterior à Crise de 1929 não estimulará um desenvolvimento industrial, sendo o favorável preço interno do café um desincentivo a investimentos de outras naturezas<sup>359</sup>, discordando, entretanto, no que diz respeito à forma da política de defesa, não associada a políticas monetárias ortodoxas uma vez que a década de 1920 teria sido marcada por grandes emissões e significativa expansão dos meios de pagamentos<sup>360</sup>.

No que diz respeito à política cafeeira durante a década de 1930, entretanto, Silber discorda fundamentalmente de Peláez ao afirmar que a sustentação do café por meio de volumosas compras e destruições do produto seria de fato responsável pela manutenção da renda no setor e, conseqüentemente, responsável por “parcela significativa” da sustentação da renda nacional. Atribuindo a Fishlow a compreensão de que a inelasticidade da demanda do café faria com que o imposto de exportação recaísse sobre os compradores estrangeiros, de modo que o financiamento da política não extrairia da economia os recursos introduzidos por meio da compra e destruição do café, Silber também reforça a importância da criação de moeda para financiamento da política, promovendo a renda do setor cafeeiro<sup>361</sup>.

Por fim, recordando que a maximização da receita cambial e o incremento da renda no setor exportador dependeriam da política cafeeira, Silber corrobora a interpretação de Furtado de que a crise cambial ampliaria a demanda por produtos manufaturados domésticos uma vez mantida anticíclicamente a demanda agregada da economia, sendo importante destacar que “entre 1929 a 1939 a indústria cresce 125% (aproximadamente 11% ao ano entre 1933/1939) enquanto que a agricultura como um todo cresce somente 20%”<sup>362</sup>.

O debate acerca do potencial da política cafeeira de estimular a atividade econômica em um período de grave crise internacional mobilizaria também a questão subjacente da

---

<sup>358</sup> FURTADO, Op. Cit., p. 195.

<sup>359</sup> Argumento, como vimos, não totalmente verdadeiro se considerarmos expansões da capacidade instalada em períodos de estagnação ou redução da produção como etapas relevantes para o desenvolvimento industrial, conforme VERSIANI; VERSIANI, Op. Cit., p. 41; VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 175, havendo, inclusive, aumento dos investimentos na indústria têxtil em anos de alta do café, conforme STEIN, Op. Cit., p. 119.

<sup>360</sup> SILBER, Simão Davi. *Política econômica: Defesa do nível de renda e industrialização no período 1929/1939*. Rio de Janeiro, 1973, p. 24-29, 34.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 38.

interação entre o setor agroexportador e o setor industrial da economia brasileira em recuperação. Destacados por diferentes autores argumentos relativos a períodos de benefícios mútuos e períodos de conflitos de interesses, além de questões relativas às alternativas de investimento e ao direcionamento de capitais, o tema da cotonicultura como expoente da agroexportação ou como cultivo suplementar ao processo de industrialização ocupa espaço de prestígio nesse debate.

Motivada a expansão da cotonicultura a partir de 1934 primordialmente pelo mercado externo, o algodão seria também demandado domesticamente em maior medida desde o início do surto: as 158 mil toneladas destinadas ao mercado interno superariam em mais de duas vezes as 76 mil toneladas demandadas no ano de baixa de 1932 e em mais de 50% a média destinada ao mercado interno no quinquênio 1925-1929, de 95 mil toneladas. Com uma estabilidade entre 1934 e 1938 em torno de 161 mil toneladas demandadas, a produção total, que atingiria o pico de 436 mil toneladas na década, seria progressivamente reorientada ao mercado interno a partir de 1940, ano no qual a demanda nacional já superaria a média desse primeiro quinquênio do surto em 52%. Em 1944, finalmente, o mercado interno equivaleria a 83% da produção nacional de algodão ao demandar 482 mil toneladas, montante superior ao jamais produzido na década de 1930, quando a exportação ditava os rumos da expansão do cultivo apesar de níveis já superiores de demanda interna. Uma reorientação dessa magnitude do algodão cultivado ao mercado interno teria de resultar de considerável transformação dos perfis da indústria e da economia brasileira, associados, evidentemente, às condições internacionais e à nova configuração de forças políticas no país, conformadoras de um Estado que interviria em diversas novas dimensões sobre a atividade econômica.

Nesse sentido, a acomodação hegemônica entre oligarquias primordialmente rurais que, conforme discutido no subcapítulo anterior, arremata em um Estado comprometido com o desenvolvimento industrial desperta, de cara, aparentes contradições sintetizáveis na questão “por que uma elite agrária lideraria uma mudança em direção aparentemente contrária aos seus interesses?”<sup>363</sup>. A resposta para esta questão, que, ademais, tem no aspecto dual do algodão um caso exemplar, tem início com interpretações já recorrentes à época da complementaridade entre agricultura e indústria:

Nota-se, cada vez mais, a necessidade de uma profunda harmonia de vistas entre os grandes interesses da agricultura e da indústria, pois que, vivendo a maioria das nossas populações no campo e dada a extraordinária grandeza de nossas terras e a facilidade da produção de artigos para alimentação e vestuário, o progresso da

---

<sup>363</sup> FONSECA, Op. Cit., 2012, p. 845.

indústria está intimamente ligado ao enriquecimento da lavoura, parte importantíssima dos mercados internos. O progresso da agricultura vai, por seu turno, e cada vez mais, depender do aumento das indústrias, pelo crescimento de consumo das matérias-primas oriundas da terra<sup>364</sup>.

São improcedentes as preocupações daqueles que consideram antagônicos os interesses da nossa indústria e da nossa lavoura. O maior apoio da lavoura terá de ser, de futuro, o parque industrial brasileiro, dando largo consumo às nossas matérias-primas vegetais, animais e minerais. [...] A indústria, por sua vez, necessita de uma lavoura rica, para lhe fornecer capitais e consumidores<sup>365</sup>.

O desenvolvimento de indústrias “naturais”, complementares à atividade agrícola, era, então, pauta moderada de industriais perante a sociedade e sua defesa era difundida pelo heterogêneo grupo que compunha a Aliança Liberal<sup>366</sup>. Em seu programa de governo, o desenvolvimento dessas indústrias harmonizava com a proposta mais geral de diversificação econômica, “em oposição ao princípio liberal da especialização, decorrente da lei das vantagens comparativas”<sup>367</sup>, tanto por incentivar produções que forneciam os insumos industriais, quanto por reduzir o gasto de divisas no atendimento de demandas básicas da população por alimento, vestuário e mobiliário.

Tendo em vista que é para além dessas indústrias que a década de 1930 é tida como período de transformações fundamentais, de deslocamento do centro dinâmico da economia do país, o desenvolvimento industrial excederia essa agenda de expansão das indústrias preexistentes como parte de um movimento de diversificação econômica de caráter geral, constituindo verdadeiro processo de industrialização. Ocorre que, ademais de consagrada por segmentos do Exército que, alicerces do regime, sim defendiam a “industrialização por razões de segurança nacional, inclusive de indústrias ‘artificiais’, como siderurgia, fábricas de armas, canhões e projéteis”<sup>368</sup>, a indústria congregava setores que cresciam em número e influência:

A economia voltada “para fora”, paradoxalmente, acabava incitando um mercado local para a indústria, com impacto positivo nas atividades primárias cuja produção se dirigia ao mercado nacional. Tudo sugere que vasta gama de interesses se formou em torno desse núcleo, envolvendo comerciantes, distribuidores, financiadores consumidores e até capital estrangeiro<sup>369</sup>.

Assim, uma “vasta gama de interesses” se articula em torno de cada vez mais vasta estrutura econômica urbana, interligada por ampla rede de abastecimento, financiamento,

---

<sup>364</sup> SIMONSEN, Op. Cit., p. 48.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>366</sup> Cabe ressaltar que essa opinião não era exclusiva de partidários da Aliança Liberal, tendo em vista, inclusive, que o trecho anterior expressa a visão de Simonsen a respeito da interdependência entre agricultura e indústria, membro da diretoria da CIESP, apoiadora de Júlio Prestes em oposição a Vargas.

<sup>367</sup> FONSECA, Op. Cit., 2012, p. 846.

<sup>368</sup> Ibidem, p. 847.

<sup>369</sup> Ibidem, Loc. Cit.

produção, distribuição e consumo. A defesa de indústrias “naturais” como conceito fundamentado em oposição à ideia de indústrias “artificiais” (e seu enaltecimento associado a uma pretensa vocação agrária inerente ao país), enfim, ademais de excluir segmentos da sociedade de cada vez maior vulto, perde espaço com o enraizamento de uma percepção de complementaridade entre agricultura e indústria em um país modernizado. Dependente a agricultura de maquinário de cultivo e de transporte feitos de aço, insumos químicos e sementes, óleos e combustíveis, energia elétrica e comunicação, todos eles associados a cada vez mais diversificado parque industrial para seus próprios aprovisionamentos, imperaria a necessidade de substituir importações em nome do avanço das forças econômicas do país mesmo sob o ponto de vista do setor primário, incorporado explicitamente ao discurso oficial do governo a missão consciente de desenvolver a indústria<sup>370</sup>.

Da mesma forma que a dualidade do desenvolvimento da cotonicultura (que serve adequadamente aos paradigmas do desenvolvimento assentado em bases agroexportadoras ou do desenvolvimento a partir da indústria voltada ao mercado interno) durante as décadas de 1930 e 1940 não representa um fenômeno dicotômico, o Estado que amplia seus objetivos e funções em nome de uma vocação desenvolvimentista não renega em seu esforço industrializante as oligarquias agrárias que o instituíram. O “acirramento dos conflitos interimperialistas”<sup>371</sup>, enfim, daria nova dimensão ao impulso à indústria empreendido pelo Estado: se a modernização beneficiava múltiplos interesses cada vez mais interdependentes, fornecendo ao país os meios para um desenvolvimento capitalista menos subordinado a potências estrangeiras específicas, sustentável frente à persistente deterioração cambial e livre de conflitos sociais destrutivos, a guerra tornava a industrialização condição necessária para a manutenção da soberania do país. As inseguranças com relação ao cenário internacional

---

<sup>370</sup> A questão da intencionalidade aparece aqui mais uma vez profundamente vinculada ao nacionalismo e à consciência da responsabilidade do Estado no desenvolvimento. O Estado tem a intenção explícita de acelerar o desenvolvimento através da industrialização de determinados setores em oposição à fragilidade do país no cenário internacional e como corolário da noção de que apenas do Estado pode partir tal iniciativa, convocando o restante da população para apoiar essa missão: “A modernização agrícola integra o projeto, mas só se efetivará se o setor primário fizer uso intenso de máquinas e equipamentos industriais; estes não devem ser importados, mas produzidos dentro do país, substituindo as importações. O ferro é necessário para possibilitar indústrias, usinas e o abastecimento urbano. As palavras ‘independência econômica’, ‘libertar-nos’, ‘nacionalizando’ e ‘engrandecimento’ evidenciam o tom nacionalista integrante da ideologia nacional-desenvolvimentista. O discurso faz um chamamento para a adesão a um projeto. [...] Seu alcance não viria de maneira espontânea ou pelos mecanismos automáticos do mercado: o desenvolvimento (veja o uso desta palavra já nessa época) depende de ações conscientes para atingi-lo; o governante, ou o Estado, propõe-se liderar o movimento para chegar lá, mas clama a participação dos presentes, sintomaticamente os incluindo num só corpo com o recurso da primeira pessoa do plural: o ‘nós’ subentende um projeto em que a práxis se faz necessária. A mensagem é clara: sem a substituição de importações o país permanecerá no atraso – que se antepõe ao desenvolvimento, legitimando este último –, sem ‘independência econômica’, ‘estéril’ e ‘fraco’”. Ibidem, p. 855.

<sup>371</sup> CORSI, Op. Cit., 2012, p. 219.

seriam, enfim, importante fator da dinâmica de retorno do algodão, em escala inédita, ao tradicional suprimento de demandas fundamentalmente domésticas.

Delineado o cenário de queda dos fluxos de capitais, com grave redução dos empréstimos, a política econômica de Vargas deve ser lida à luz do problema do financiamento internacional e da descrença no sistema multilateral, tendência histórica do mercado mundial, que colapsava. O recrudescimento do armamentismo europeu, do neocolonialismo sobre povos africanos e asiáticos e das rivalidades regionais latino-americanas fariam com que “o atraso econômico, a falta de estabilidade política e o despreparo das forças armadas [parecessem] à época questões a serem enfrentadas com a máxima urgência” <sup>372</sup>. Assim, o projeto industrializante, que já tomava forma a partir da ascensão de Vargas ao poder, desponta como via de fortalecimento econômico e militar do país, alternativa de desenvolvimento econômico e requisito para a segurança nacional, ficando cada vez mais claro para os dirigentes políticos que sua consolidação dependeria da ação estatal tanto na oferta de bens de capital e insumos (sobretudo aço), além da ampliação da infraestrutura, quanto na política cambial e na política externa, com controle das divisas, organização das importações e articulações internacionais diplomáticas e comerciais. Nessas circunstâncias, o pagamento da dívida externa, considerado até então prioritário, seria interrompido, decretada uma moratória em conjunto com a reinstituição do controle das importações no início do Estado Novo, alinhadas as mudanças na política econômica às transformações políticas da Era Vargas:

Com o advento do Estado Novo, a instalação de uma usina siderúrgica moderna e de grande porte passou a ser considerada o nó górdio do desenvolvimento e da segurança nacional; tornou-se o centro das preocupações e da ação do governo Vargas, que redobrou esforços no sentido de concretizar o projeto (Corsi, 1997). Também intensificou-se a adoção de medidas fomentadoras do desenvolvimento. Numerosos organismos de estímulo e regulação de setores considerados importantes para a diversificação da economia e para a ampliação da infraestrutura foram criados ou remodelados<sup>373</sup>.

Somava-se a essa ideia a imagem de um Brasil que se fortaleceria na medida em que integrasse os diferentes e desagregados sistemas econômicos distribuídos pelo país, associada a consolidação do mercado interno à superação da pobreza e do isolamento que marcavam o interior do território. Tendo no Estado autoritário o instrumento e no nacionalismo a essência do propósito para desenvolver o Brasil a partir de suas próprias potencialidades, o problema de primeira ordem que se colocava era o financiamento desses objetivos, que acabaria por

---

<sup>372</sup> Ibidem, p.227.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 232.

vincular as alternativas de desenvolvimento às alianças externas. Com isso, navegando entre acordos e promessas com a Alemanha e com os Estados Unidos, o financiamento estadunidense à usina de Volta Redonda selaria a alternativa de desenvolvimento da indústria de base a partir de recursos financeiros e técnicos estrangeiros e encerraria o ciclo de política externa dual que já encenava seu ato final desde 1939, com a Missão Aranha e o início das hostilidades na Europa. O desempenho inédito da economia do algodão no Brasil se dá precisamente nessa década e meia que, antecedendo o início das operações da usina, compreende mudanças fundamentais na conjuntura da indústria brasileira.

Crescendo à taxa média de 11,3% ao ano, a indústria de transformação veria na metalurgia, nas indústrias de papel e papelão e de minerais não metálicos, seguidos pela perfumaria e produção de sabões e velas, seus maiores propulsores entre 1933 e 1939<sup>374</sup>, deixando para trás as indústrias tradicionais, em especial as de produtos alimentares que, crescendo a 1,9% ao ano, apenas acompanhariam o crescimento demográfico. Essa tendência seria de certo modo mantida entre 1940 e 1945, quando a taxa inferior de crescimento anual de 5,2% teria ainda na metalurgia e nos produtos minerais não metálicos dois de seus mais importantes fatores<sup>375</sup>.

Tomando em grande medida o espaço da agricultura no produto nacional, a indústria cresceria apesar das duras restrições à importação de insumos e de máquinas e se dissociaria do tradicional crescimento a partir de indústrias simples voltadas a demandas básicas como alimentação e vestuário, fomentadas pelas demandas do setor agroexportador. Com produções de cimento, aço, máquinas e equipamentos que, em sua expansão, permitiriam a recuperação dos níveis de investimento bruto anteriores à Crise de 1929<sup>376</sup>, ainda que a economia enfrentasse condições desfavoráveis no setor externo, a industrialização brasileira durante a Grande Depressão seria marcada pela diversificação e modernização em oposição à expansão quase homogênea anterior. Ao reduzir a dependência externa de importações de bens duráveis de consumo, bens de capital e, em alguma medida, bens intermediários, enfim, o processo de substituição de importações da década de 1930 reduziria o componente importado da oferta total de 50% para 25% entre 1920 e 1939<sup>377</sup>.

---

<sup>374</sup> Essas indústrias cresceriam às taxas anuais de 20,6% (metalurgia), 22% (papel e papelão), 19,9% (minerais não metálicos) e 15,8% (perfumaria, sabões e velas). VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 212-214.

<sup>375</sup> Essas indústrias cresceriam às taxas anuais de 9,1% (metalurgia) e 14,1% (minerais não metálicos). *Ibidem*, p. 230.

<sup>376</sup> FISHLOW, Op. Cit., p. 40.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 37.

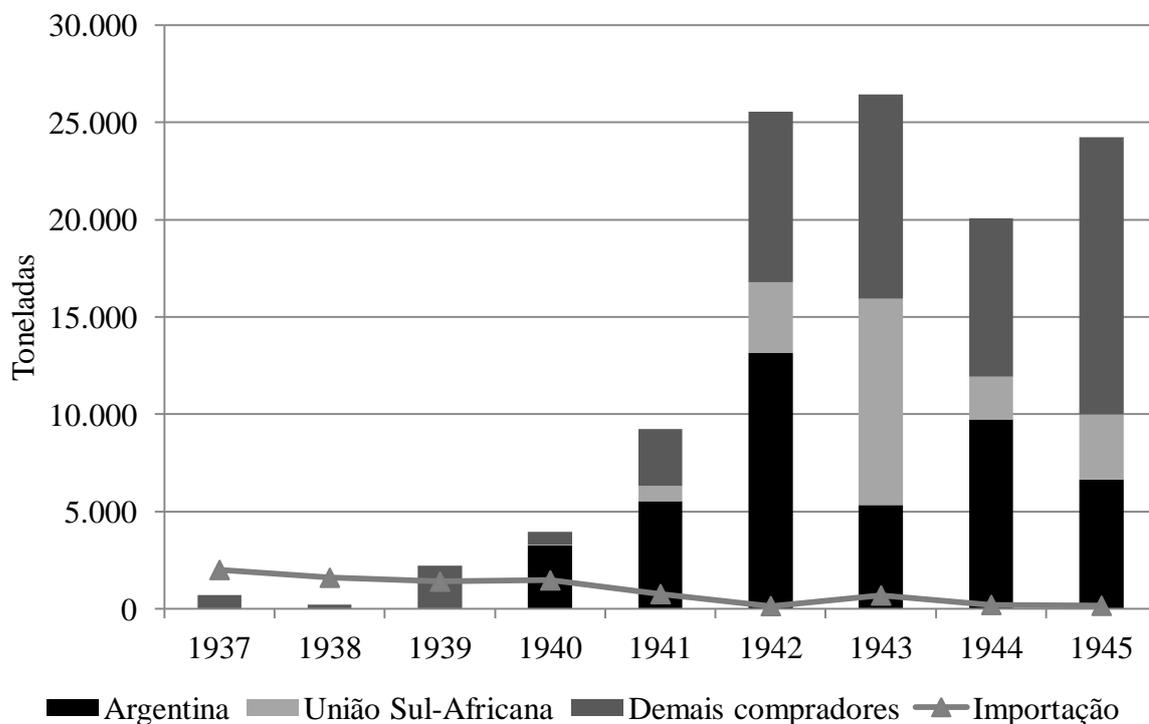
Seguida de perto pela indústria química e farmacêutica entre 1933 e 1939, a indústria têxtil tanto não comporia a vanguarda do desenvolvimento industrial da década de 1930 como também não observaria taxas de crescimento tão elevadas, já consolidado seu processo substitutivo de importações ao final da Primeira Guerra e limitada sua oferta a segmentos de menor poder aquisitivo, conforme discutido anteriormente. Com uma taxa de crescimento equivalente à taxa média da indústria de transformação, entretanto, a indústria têxtil deixaria para trás as demais manufaturas tradicionais que a acompanhavam até então, crescendo anualmente, em média, cinco vezes mais que as indústrias de produtos alimentares<sup>378</sup>.

Apesar do crescimento da capacidade de importar a partir de 1939 com a melhora dos preços relativos, a guerra limitaria a oferta global de produtos e repisaria pressões sobre as produções nacionais, amplificadas, enfim, por demandas latino-americanas (especialmente argentinas) que deixavam de encontrar nas indústrias europeias a oferta para suas necessidades, reorientadas então às indústrias brasileiras já sobreutilizadas.

---

<sup>378</sup> Essas indústrias cresceriam às taxas anuais de 11,2% (tecidos) e 1,9% (produtos alimentares). VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 212.

**Gráfico 12** – Importações e exportações brasileiras de tecidos de algodão por destino (1937-1945)



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1941a (1937 até 1939); BRASIL, Op. Cit., 1946 (importações de 1940 até 1944 e exportações de 1940); BRASIL, Op. Cit., 1947 (importações de 1945 e exportações de 1941 até 1945).  
 Nota: Exportações de 1937 a 1939 incluem também possíveis exportações para a Argentina e para a União Sul-Africana, uma vez que não foram encontrados dados anteriores a 1940 para abertura dos volumes por país de destino.

Crescendo da média de 1.033 toneladas no último triênio da década de 1930 para a média de 23.583 toneladas no último triênio de guerra, as exportações de tecidos de algodão se concentrariam na Argentina e na União Sul-Africana como principais destinos, que importariam respectivamente 40% e 19% dos tecidos exportados pelo Brasil entre 1940 e 1945. Os tecidos de algodão, ademais, desempenhariam proeminente papel no conjunto da balança comercial do país, mesmo se tratando de um período de reerguimento do saldo comercial em função da recuperação das exportações do café:

**Tabela 8** – Balança comercial e exportações de algodão, café e tecidos e fios de algodão em milhões de cruzeiros (1940-1945)

Ano	Importação	Saldo comercial	Serviço da dívida	Algodão expрт.	Café expрт.	Tecidos e fios expрт.	Tecidos e fios / Saldo
1940	4.964	-4	230	838	1.589	79	N/A
1941	5.514	1.211	272	1.010	2.017	257	21%
1942	4.693	2.807	268	644	1.966	905	32%
1943	6.162	2.567	261	414	2.803	1.192	46%
1944	7.997	2.729	528	668	3.879	1.170	43%
1945	8.617	3.580	625	1.049	4.260	1.535	43%

Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1946 (exportações de 1940 até 1944); BRASIL, Op. Cit., 1947 (importações e saldos comerciais de todos os anos e exportações de 1945).

Avultando em média 12% das exportações totais entre 1943 e 1945, equivalentes a 36% do valor das exportações de café, e respondendo por valores equivalentes a 44% do saldo da balança comercial no mesmo período, os tecidos e fios de algodão passariam a ocupar importante espaço no setor externo do país. Contraídas as exportações de algodão em pluma em função de restrições nos mercados compradores, tanto pelo fim do comércio com o eixo quanto pelas dificuldades enfrentadas pela Grã-Bretanha<sup>379</sup>, os tecidos e fios de algodão mais do que compensariam a queda, auferindo em todos os anos do triênio final da guerra montantes superiores aos gerados até então pelas exportações de algodão em pluma. Dessa forma, enquanto a Segunda Guerra prejudicaria as exportações das fibras têxteis aos grandes produtores globais de tecidos, a reorientação das economias desses países para dentro de si romperia tradicionais fluxos comerciais com outras economias dependentes, criando novas oportunidades para a indústria têxtil brasileira que demandava as mesmas fibras.

As hostilidades europeias que motivariam o crescimento de 1.800% das exportações de tecidos e fios de algodão entre 1940 e 1945 seriam assinaladas por Peláez como uma salvação temporária da indústria têxtil em estagnação<sup>380</sup>, distribuindo renda dos consumidores para os produtores sem modificar as ineficiências desse setor. O processo inflacionário

<sup>379</sup> As exportações de algodão em pluma para a Grã-Bretanha decresceriam de 54,5 mil toneladas entre 1936 e 1938 para uma média de 35,5 mil toneladas entre 1941 e 1943. Como discutido no capítulo anterior, as vendas de algodão para a Alemanha e para o Japão seriam suspensas, respectivamente, em 1940 e 1942.

<sup>380</sup> “Nos últimos anos da década dos trinta, a expansão dos mercados de exportação, devido à escassez provocada pelo início das hostilidades na Europa salvou temporariamente a indústria têxtil da estagnação”. PELÁEZ, Op. Cit., p. 39.

observado no período<sup>381</sup> e o crescimento das exportações podem de fato apontar no sentido de uma ampliação dos custos para os consumidores em favor de maior lucratividade para os produtores. Por outro lado, ainda que a estabilidade da relação entre produção de tecidos e número de teares entre 1937 e 1945<sup>382</sup> poderia indicar uma persistência de ineficiências do setor, o significativo aumento da relação entre produção e número de operários indica o oposto: com um aumento de 6,6% no número de operários entre 1939 e 1945, de 216.477<sup>383</sup> para 230.854<sup>384</sup>, o aumento da produção de tecidos da ordem de 21,4% no mesmo intervalo teve de resultar de algum ganho de produtividade no período. Tomando o conveniente ano de 1944 como base de comparação a diferença é ainda mais significativa, com um aumento de 54,7% da produção nem de longe acompanhado pelo incremento de 5% no número de operários<sup>385</sup>. Quanto à alegação de que as exportações teriam significado uma salvação temporária da indústria têxtil estagnada, é necessário observar dados adicionais, em especial a tendência anterior do setor:

---

<sup>381</sup> A acumulação de saldos comerciais que não encontravam nos mercados internacionais a oferta de produtos necessários para a manutenção das taxas de crescimento industrial observadas entre 1933 e 1939 levaria o governo a volumosas emissões para a compra de cambiais de exportação que, somadas às emissões realizadas para financiar o déficit público, resultariam em um processo inflacionário da ordem de 110% entre 1939 e 1945. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 219-221.

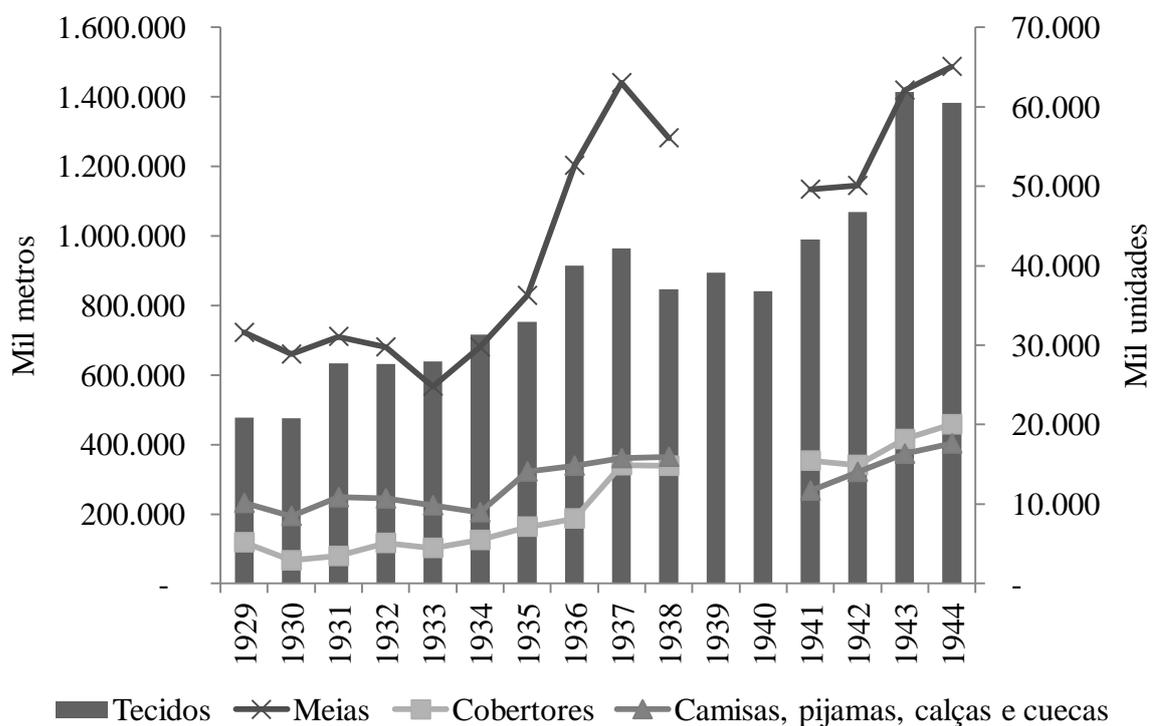
<sup>382</sup> A relação metros/teares de 1937 seria de 11,9 mil metros produzidos por ano por tear, sendo a relação de 1945 de 11,7. BRASIL, 1939; BRASIL, 1941a; BRASIL, 1947.

<sup>383</sup> BRASIL. IBGE. *Recenseamento geral do Brasil 1940: Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*. Rio de Janeiro, 1950.

<sup>384</sup> BRASIL, 1947.

<sup>385</sup> O ano de 1939 foi único na década de 1930 para o qual foram encontradas estatísticas referentes ao número de operários da indústria têxtil. Cabe ressaltar que tal diferença provavelmente evidencia certo nível de ociosidade dessas indústrias durante o ano de 1939, presumivelmente semelhante à ociosidade dos anos de 1938 e 1940 conforme se pode perceber a partir do Gráfico 13 abaixo. A grande diferença entre esses anos, enfim, indica uma produtividade bastante variável no conjunto da indústria têxtil em cada ano desse período, questão discutida em VERSIANI; VERSIANI, Op. Cit., p. 59-61 e discutida no início deste subcapítulo.

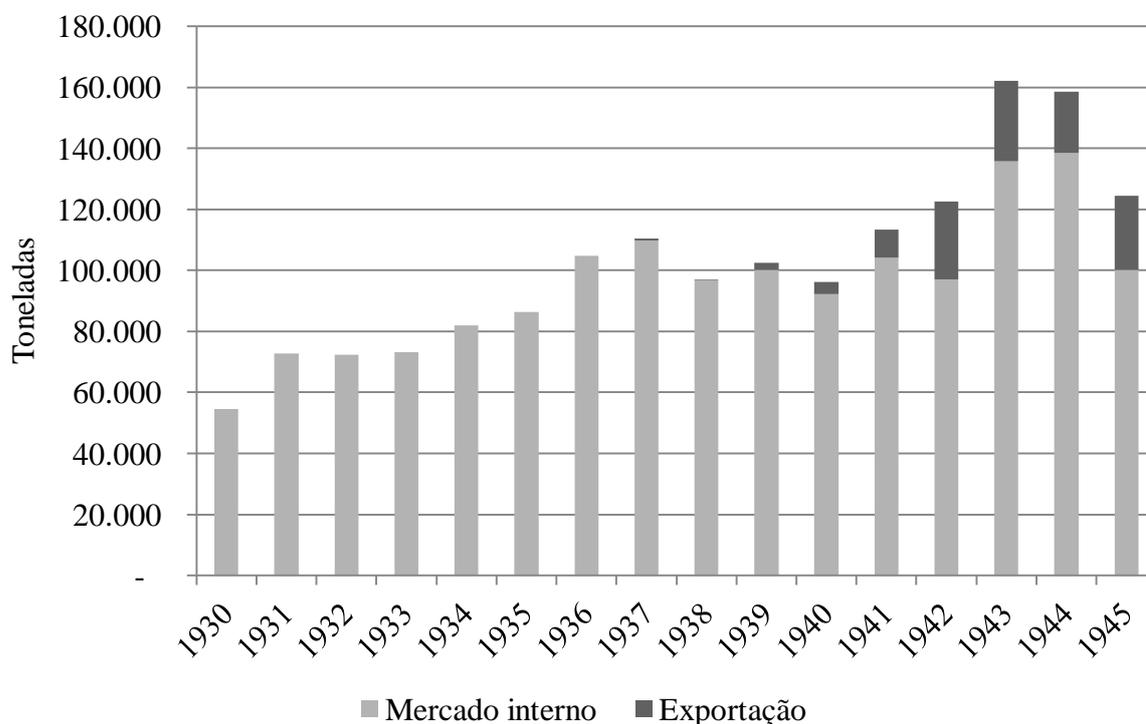
**Gráfico 13** – Produção anual de tecidos e artefatos de algodão (1929-1944)



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1941a (1929 até 1938); VILLELA; SUZIGAN (1939 e 1940); BRASIL, Op. Cit., 1946 (1941 até 1943); BRASIL, Op. Cit., 1947 (1944).

Nota: Villela e Suzigan, Op. Cit., p. 438, oferecem os mesmos dados de produção anual de tecidos em metros citando como fonte, além dos Anuários Estatísticos de 1939/1940 e de 1949, o “Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda (SEEF)”, sendo a única discrepância encontrada entre a série oferecida pelos autores e a série consultada nos Anuários o ano de 1938, registrados 910 milhões de metros no primeiro caso e 846 milhões de metros no segundo (incorporado ao gráfico). Não localizados dados referentes a 1939 e 1940 nos Anuários Estatísticos, foram incorporados ao gráfico os montantes fornecidos por VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., Loc. Cit, permanecendo descontinuas apenas as séries referentes aos artefatos de algodão selecionados.

**Gráfico 14** – Produção e exportação de tecidos de algodão (1930-1945)



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1941a (produção de 1930 a 1940 e exportação de 1937 a 1939); VILLELA; SUZIGAN ( produção de 1939 e 1940); BRASIL, Op. Cit., 1946 (produção de 1941 a 1943 e exportação de 1940); BRASIL, Op. Cit., 1947 (produção de 1944 e 1945 e exportação de 1941 a 1945).

Nota: Os dados de “mercado interno” foram obtidos por meio da subtração da exportação do total da produção. Os dados de produção em toneladas, por sua vez, foram obtidos por meio da relação entre toneladas exportadas e cruzeiros exportados em 1946 e entre mil metros produzidos e cruzeiros produzidos em 1946, uma vez que a produção de tecidos é apresentada em todos os anuários estatísticos em mil metros, não toneladas. Dados relativos a 1946 utilizados para essa equiparação, que resultou em uma gramatura média dos tecidos usada para a conversão de 114,6 g/m, foram obtidos em BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1948*. Rio de Janeiro, 1949. É importante destacar também que não foram considerados quaisquer volumes de exportação entre 1930 e 1936 uma vez que não foram encontrados registros para essas datas nos anuários estatísticos, indicando, em concordância com a literatura, que os volumes devem ter sido negligenciáveis como os observados em 1937 e 1938.

Pode-se observar que a produção de tecidos mais do que dobraria entre 1930 e 1937, superando já em 1931 o máximo anterior de 594.313 mil metros em 1927<sup>386</sup> e passando por novos aumentos entre 1941 e 1943, quando atingiria a marca de 1,4 bilhão de metros, aproximadamente o triplo da produção do início da década de 1930. A produção de artefatos, por sua vez, também passaria por importante crescimento no período, a depender do produto: enquanto a produção de cobertores evoluiria de 5,2 milhões unidades por ano em 1929 para o pico de 18,2 milhões em 1944, a produção de meias cresceria de 31,6 milhões de pares para 65 milhões no mesmo período.

<sup>386</sup> STEIN, Op. Cit., p. 136.

Com exportações de tecidos que ganham ritmo em 1941, a taxa de crescimento da produção de 40% entre 1941 e 1944 seria de fato superior à taxa de maior parte da década anterior, com exceção do crescimento de 43% entre 1933 e 1936. Com exportações que equivaleriam no máximo a 21% da produção total em 1942 e com produções orientadas ao mercado doméstico em 1943 e 1944 significativamente superiores às observadas na década anterior, entretanto, dificilmente pode-se falar em uma indústria têxtil voltada ao mercado interno estagnada durante o período como um todo: a indústria têxtil crescia, muito além dos limites da década de 1920, sem depender do aumento das exportações para tanto.

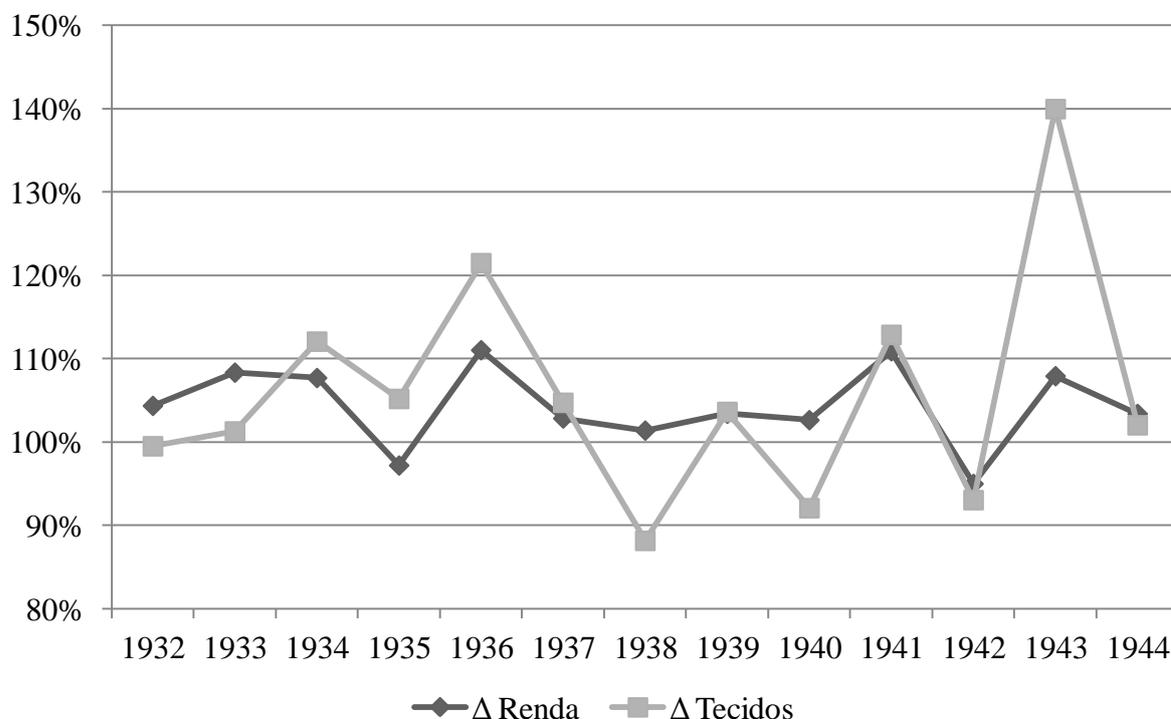
Na nova dinâmica de acumulação urbana e industrial a beneficiar tecelagens nacionais, enfim, associada tanto à diversificação econômica gestada pelo sucesso da “economia voltada para fora”<sup>387</sup> quanto aos fenômenos econômicos resultantes da intencionalidade industrializante do Estado, o direcionamento de parcela crescente da produção algodoeira ao mercado doméstico correspondia a movimentos das demandas nacionais e internacionais. No entanto, já consolidado o processo de substituição de importações no setor têxtil, o crescimento observado na parcela direcionada ao consumo doméstico estaria associado a dinâmicas distintas daquelas que motivariam os setores de vanguarda da industrialização durante a década de 1930.

Tratando-se de um país relativamente atrasado e de baixa renda, com importantes parcelas da população vivendo em condições de subsistência, limitado desenvolvimento industrial e boa parte da produção proveniente de uma agricultura realizada sobre bases rudimentares, a renda nacional desempenharia importante papel na evolução da demanda por um produto básico como os tecidos de algodão.

---

<sup>387</sup> FONSECA, Op. Cit., 2012, Loc. Cit.

**Gráfico 15** – Variação da renda nacional real bruta e da produção de tecidos subtraída das exportações (1932-1944)



Fontes: VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 436 (evolução da renda nacional real bruta, todos os anos, e produção de tecidos de 1939 e 1940); BRASIL, Op. Cit., 1941a (produção de tecidos de 1932 a 1938 e exportações de 1937 e 1938); BRASIL, Op. Cit., 1946 (produção de tecidos de 1938 a 1943 e exportações de 1938 a 1944); BRASIL, Op. Cit., 1947 (exportações de 1944).

Entre 1931 e 1944, a renda nacional real bruta<sup>388</sup> crescerá 71%, ao passo que a demanda interna por tecidos, medida pela produção nacional subtraída das exportações (já insignificantes as importações no período), crescerá 91%, fenômeno representativo de uma elasticidade-renda da demanda por tecidos da ordem de 1,28 no período. Com um crescimento populacional da ordem de 32%<sup>389</sup> e da renda real por habitante da ordem de 30%<sup>390</sup> nesse intervalo, é importante destacar que a elasticidade-renda superior à unidade indica elementos dinamizadores que ampliarão a demanda por tecidos de algodão para além do crescimento determinado pelo aumento da base de consumidores e pelo aumento da renda desses consumidores. Elevações da renda total ampliarão, enfim, mais do que proporcionalmente a oferta doméstica de tecidos e, presumivelmente, a demanda interna por tecidos, tendo em vista a manutenção de altas na maioria dos anos.

<sup>388</sup> Produto nacional bruto subtraído das exportações e acrescido da capacidade de importar. VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 436.

<sup>389</sup> BRASIL. IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1970, p. 26.

<sup>390</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 436.

**Tabela 9** – Crescimento populacional, renda por habitante e oferta doméstica de tecidos de algodão (1931-1944)

Ano	Pop. (milhares)	Renda real por habitante <sup>391</sup>	Tecidos (ton) <sup>392</sup>	Tecidos por habitante (kg)	Tecidos por unidade de renda	Cresc. esperado acum. <sup>393</sup>	Cresc. observado acum.	Dif.
1931	34.256	0,94	72.652	2,1	77	N/A	N/A	N/A
1932	34.957	0,96	72.290	2,1	75	3.033	-362	-3.394
1933	35.673	1,02	73.215	2,1	72	9.188	563	-8.626
1934	36.404	1,08	82.041	2,3	76	15.376	9.389	-5.987
1935	37.150	1,03	86.291	2,3	84	13.094	13.639	545
1936	37.911	1,12	104.816	2,8	94	21.664	32.164	10.501
1937	38.687	1,12	109.759	2,8	98	23.310	37.107	13.798
1938	39.480	1,11	96.760	2,5	87	24.219	24.108	-110
1939	40.289	1,13	100.263	2,5	89	27.480	27.611	131
1940	41.114	1,14	92.315	2,2	81	30.003	19.663	-10.339
1941	42.069	1,23	104.190	2,5	85	38.984	31.538	-7.446
1942	43.069	1,15	96.937	2,3	84	34.922	24.285	-10.637
1943	44.093	1,21	135.666	3,1	112	41.731	63.014	21.283
1944	45.141	1,22	138.404	3,1	113	44.726	65.752	21.026

Fontes: VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., 1973, p. 436 (renda real por habitante e tecidos de 1939 e 1940); BRASIL, Op. Cit., 1970 (população) BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1946; BRASIL, Op. Cit., 1947.

Mantidas constantes as relações de tecidos por habitante e de tecidos por unidade de renda per capita observadas em 1931, seria de se esperar um crescimento da oferta doméstica de tecidos, acompanhando o crescimento demográfico e o da renda per capita, de 72.652 toneladas em 1931 para 117.378 toneladas em 1944, ou seja, um crescimento de 62%. Observado um crescimento da ordem de 90% no intervalo, pode-se constatar o mesmo aumento mais do que proporcional da oferta de tecidos em relação à renda calculado a partir das variações totais, representativo de uma elasticidade-renda de 1,28. Assumindo mais uma vez uma equivalência entre a oferta doméstica de tecidos de algodão e a demanda interna pelo produto, podemos constatar que o crescimento observado foi determinado, enfim, 35% pelo aumento vegetativo da base de consumidores, 33% pelo aumento da renda desses consumidores e 32% por mudanças de outra natureza, que os levariam a despende uma

<sup>391</sup> Milhões de Cr\$ de 1939, conforme *Ibidem*, Loc. Cit.

<sup>392</sup> Ofertado no mercado interno, calculado a partir da produção total subtraída das exportações.

<sup>393</sup> Calculado tomando como base a demanda por tecidos por habitante e por renda real por habitante em 1931, incrementado ano a ano proporcionalmente ao crescimento das duas variáveis.

parcela maior da renda em tecidos de algodão. Tomando a indústria têxtil como um todo, considerando volumes direcionados ao exterior, o crescimento entre 1931 e 1944 seria determinado 23% por expansão da demanda estrangeira por tecidos brasileiros, 27% pelo crescimento demográfico no país, 25% pelo aumento da renda per capita e 25% pelos fenômenos de outra natureza que agem sobre a demanda interna, responsável por 77% da expansão no período<sup>394</sup>.

Entre outros fenômenos que podem ter alterado a estrutura da demanda agregada no país durante as décadas de 1930 e 1940, a aceleração do processo de urbanização, associado à industrialização em geral, certamente agiu como motor da demanda por tecidos de algodão.

Desencadeado o processo de industrialização, o mercado interno de manufaturas terá sua expansão dependente, basicamente, da dilatação da massa de rendimentos que toca aos estratos de médios (pequenos proprietários, funcionários públicos de escalão inferior, vendedores, etc.) e baixo (operários) poder de compra [...]. Com o prosseguimento da expansão industrial, no entanto, a melhoria no sistema de transportes, o conhecimento das condições de vida nos centros urbanos e o impasse e decadência de várias áreas rurais atuam no sentido de acelerar o êxodo rural<sup>395</sup>.

Enquanto os rendimentos de propriedade ou devidos ao trabalho altamente qualificado ampliam o mercado de artigos de consumo, que imitam o estilo de vida dos grandes centros industriais, a expansão da massa de salários e pequenos ordenados assegura continuidade ao crescimento das indústrias de alimentos, bebidas, tecidos, calçados, etc.<sup>396</sup>.

Entre 1921 e 1940, o número de municípios com mais de 100.000 habitantes crescerá de 6 para 10 no país, evoluindo a população urbana de 8,7% para 10,7% do total<sup>397</sup>. Entre 1941 e 1950, a provável tendência de aceleração da urbanização da década de 1930<sup>398</sup> é reforçada, passando a população urbana em municípios de mais de 100.000 habitantes de 4,41 milhões para 6,87 milhões, um crescimento de 5,6% ao ano frente a um crescimento populacional de 2,6% ao ano no mesmo período, o que levaria à marca de 13,2% da

---

<sup>394</sup> Mesmo considerando o ano de alta das exportações de tecidos de 1943, essas estatísticas seriam equivalentes a 30%, 25%, 23% e 22% respectivamente, com a demanda interna ainda correspondendo a 70% da expansão. Cabe destacar que os tecidos importados já correspondiam a menos de 1% da produção em 1931, conforme STEIN, Op. Cit., p. 192-193, considerando uma gramatura média de 120g/m, de modo que, mesmo reduzidas as importações a zero, não há substituição de importações relevante o suficiente para alterar as estatísticas apresentadas um ponto percentual sequer.

<sup>395</sup> CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira: volume I. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, p. 67.

<sup>396</sup> Ibidem, p.70.

<sup>397</sup> LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 24-25. O censo de 1920 registra populações rurais dentro das estatísticas de habitantes dos maiores municípios, impossibilitando a comparação com estatísticas urbanas e suburbana posteriores.

<sup>398</sup> A indisponibilidade de dados referentes a 1930 permite apenas uma inferência dessa aceleração com relação a 1920 a partir do crescimento industrial da década, diretamente associado ao processo de urbanização. Ibidem, Loc. Cit.

população vivendo em centros urbanos. Nas cidades, novas situações de socialização e novas condições de empregabilidade demandavam padrões de consumo de roupas e de tecidos superiores aos associados ao trabalho agrícola, determinando em alguma medida a dinâmica de aumento da demanda por esses produtos segundo uma elasticidade-renda superior à unidade para o conjunto do país.

Para além de um aumento da renda com efeitos mais do que proporcionais sobre a demanda, associado a um padrão urbano de consumo de tecidos distinto daquele observado no campo<sup>399</sup>, a vida nas cidades implicava no abandono da tradicional produção artesanal, especialmente no caso nordestino, com a economia do couro e do algodão mocó constituindo notórias formas de subsistência no sertão<sup>400</sup>, mas também em outras regiões do país, sendo a economia cafeeira a exceção<sup>401</sup>. Finalmente, até mesmo populações que deixavam condições de subsistência rural para ingressar em condições de desemprego ou subemprego urbano tinham seus hábitos de consumo transformados no sentido de expandir o mercado interno ao depender da aquisição de produtos para satisfazer suas necessidades básicas, ampliando não apenas o mercado de alimentos como também a demanda por têxteis, não mais atendida pelas atividades artesanais. Dito de outro modo, entre os efeitos que não o aumento da renda e o aumento populacional que atuaram no sentido de sustentar a ampliação da oferta doméstica de tecidos de algodão, a urbanização eleva a demanda sobre a produção industrial têxtil na

---

<sup>399</sup> Entre outros razões que determinam mudanças no padrão de consumo de vestuário nas cidades, uma dinâmica que tem início na década de 1930, associada aos fenômenos mais amplos da urbanização e da modernização do país e com prováveis efeitos sobre o consumo de tecidos de algodão, seria a progressiva disseminação da “copiagem e adaptação de moda internacional” através da indústria de artigos de algodão: “Para selecionar e adquirir as peças a serem copiadas, institucionalizaram-se no país - desde os anos 1930 - as viagens periódicas dos ‘compradores especializados’ de magazines e/ou confecções ao exterior (França ou EUA, especialmente durante a Segunda Guerra), fato alardeado como vantagem em alguns reclames da época. A prática da cópia-adaptação dos modelos produzidos se disseminou sem constrangimentos entre as confecções brasileiras de vestuário (praticada ainda de forma recorrente, conforme estudos), mas não era exclusividade nacional”. Essa dinâmica, cabe destacar, estava também associada ao início da industrialização de roupas femininas, subsetor representativo do impacto da moda sobre a demanda de tecidos, intensificado num período posterior: “Observa-se, então, que as confecções femininas iniciadas nos anos 1930, no Brasil, se consolidaram principalmente a partir dos anos 1950. Numa primeira etapa, ativeram-se às peças com menor influência na moda, tais como mantôs, tailleurs, casacos, malharia, robes de chambre e acessórios”. A valorização da moda passava, enfim, a influenciar a demanda interna por tecidos domésticos. DO PRADO, Luís André. *Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960*: da cópia e adaptação à autonomização subordinada. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019, p. 235, 324.

<sup>400</sup> DE CASTRO, Antonio Barros. 7 ensaios sobre a economia brasileira: volume II. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980, p. 18, 41.

<sup>401</sup> A especialização e o assalariamento dos trabalhadores da cafeicultura os vinculavam às manufaturas para a satisfação de suas necessidades desde o século anterior: “Somente no caso da cultura cafeeira paulista, sendo a especialização acompanhada da introdução do sistema salarial e de uma evidente melhoria das condições de vida da massa rural (especialmente os imigrantes europeus), chega a delinear-se um mercado significativo de manufatura simples. As indústrias que logo despontariam procurando atender a este incipiente mercado distribuíram-se, em muitos casos, pelo interior paulista, procurando manter-se próximas do mercado consumidor”. DE CASTRO, Op. Cit., 1988, p. 124. Mesmo nesse caso, a migração para o meio urbano incitaria mudanças de hábitos de consumo no sentido de ampliar a demanda por tecidos de algodão.

medida em que o êxodo rural extingue as tradicionais produções domésticas artesanais, reorienta as necessidades de vestuário da população ao mercado e modifica hábitos de consumo de tecidos ao inserir parcelas ampliadas da população no meio urbano, demandante de padrões superiores de consumo.

Apesar do importante crescimento da demanda nacional por algodão, e embora a indústria têxtil tenha ganhado espaço dentro do setor de bens de consumo e reafirmado seu domínio no mercado doméstico, com um valor adicionado correspondente em 1939 a 22% do produto industrial e responsável por 94,3% da oferta nacional de tecidos<sup>402</sup>, dificilmente esse ramo da indústria poderia ser considerado como elemento central do processo de industrialização da década de 1930, da dinâmica de deslocamento do centro dinâmico e, especialmente, do processo de substituição de importações. A indústria têxtil, mais do que substituir importações em larga medida substituídas décadas antes, seguiria abastecendo uma demanda em crescimento, interna e externamente. Assim, se o setor não é beneficiário de um processo substitutivo de importações relevante no período, as transformações atravessadas pela economia brasileira, de urbanização e desenvolvimento industrial de modo mais amplo, consolidam o processo substitutivo anterior por firmarem bases de sustentação para um crescimento da indústria têxtil, compondo um mercado interno crescente e progressivamente mais integrado.

Acompanhando essa tendência, o algodão evidencia que a dualidade de uma cultura que se desenvolve em um país historicamente primário exportador no momento de fortalecimento de seu processo de industrialização e que se destina tanto ao mercado externo em benefício do setor agroexportador quanto ao mercado interno em benefício do setor industrial não constitui de qualquer modo um fenômeno dicotômico. Ao contrário, e em linha com o cada vez mais definitivo projeto industrializante do Estado varguista, o cultivo do insumo industrial reforça a complementaridade entre os setores nesse momento do desenvolvimento econômico brasileiro.

---

<sup>402</sup> FISHLOW, Op. Cit., p. 35.

## **CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA REGIONAL DA EXPANSÃO ALGODOEIRA**

Diferentes pontos da análise até aqui evocam o fato de que os movimentos da cotonicultura nacional correspondem à agregação de movimentos regionais, amiúde em sentidos opostos, de cultivos separados por milhares de quilômetros e com importantes diferenças entre si. Ocorre que, respondendo não apenas a fatores de ampla repercussão no país (como a crise cambial, o processo de industrialização, a oportunidade de exportar para novos parceiros comerciais ou a proliferação de políticas públicas interessadas no desenvolvimento econômico), mas a dinâmicas locais de expansão e declínio, as características regionais e a trajetória específica de cada cultivo determinam os efeitos e as possibilidades de resposta a fenômenos que parecem afetar todas as regiões, mas que produzem resultados diferentes ao recair heterogeneamente entre elas. Essas condições particulares de cada região, enfim, fruto de processos históricos dessemelhantes, determinam que a economia do algodão no Brasil só pode ser compreendida à luz das especificidades regionais, componentes de um todo progressivamente articulado pelo avanço tecnológico e pela instauração de um Estado cuja atuação sobre a economia reformula relações inter-regionais.

Desse modo, o Capítulo 3 reconstitui os espaços subjacentes nos quais de fato operam as transformações da economia do algodão no país e, a partir dessas contextualizações, analisa os processos que compõem conjuntamente a dinâmica regional da expansão algodoeira no Brasil. Para tanto, tratando-se de uma rede de intersecções entre fenômenos locais, inter-regionais, nacionais e internacionais, o capítulo caracteriza as cotoniculturas do Nordeste<sup>403</sup> e de São Paulo, delineando seus traços distintivos e inserindo-as em seus quadros econômicos específicos, e investiga as mudanças observadas interpretando os regionalmente desiguais efeitos da crise do setor externo, da atuação do Estado, das novas relações comerciais e do processo de industrialização.

### **3.1 – Desigualdade e desenvolvimento regional durante a Era Vargas**

Entre 1931 e 1944, enquanto a cotonicultura paulista cresceria 4.700%, o cultivo do algodão no Nordeste permaneceria relativamente estagnado, sofrendo uma retração em sua

---

<sup>403</sup> Mais uma vez, cabe destacar que a categoria "Nordeste" não corresponde à classificação regional do período analisado, mas, não se tratando de um agrupamento incomum na literatura historiográfica referente a estados que compõem a atual divisão, serve à pesquisa na medida em que incorpora os estados da cotonicultura tradicional.

representatividade na cotonicultura nacional de 86% para pouco mais de 20%<sup>404</sup>. Esse fenômeno, fundamental para uma compreensão integral da economia do algodão no Brasil durante a Era Vargas, não pode ser explicado tão somente pelos fenômenos discutidos até aqui, determinantes de transformações da cotonicultura brasileira em escala nacional: a crise cambial, as novas políticas do governo federal, as mudanças de caráter do Estado oriundas do Golpe de 1930, as exportações associadas ao esforço de guerra europeu, a demanda interna associada ao desenvolvimento industrial e o acelerado processo de urbanização. O movimento do cultivo em direção ao Sudeste teria de estar relacionado a esses fenômenos em alguma medida, sendo determinado, no entanto, por processos de outras naturezas, com implicações também próprias. A dinâmica regional do desenvolvimento econômico brasileiro é o primeiro testemunho dos fenômenos que regem o desenvolvimento regionalmente desigual da cotonicultura a partir de 1930.

Com 28,8% da lavoura nacional e 25,4% da produção primária total, contendo apenas 15% da população do país, São Paulo já em 1919 ocupava posição proeminente na agricultura brasileira, abastecendo uma expansão urbana de sua capital da ordem de 800% nos trinta anos anteriores. Também antes da década de 1920, a produção industrial paulista passaria de 15,9% do total nacional em 1907 para 33% em 1919, exibindo durante a década de 1910 um crescimento anual de 7,5%, equivalente a 2,3 vezes o observado na média dos demais estados<sup>405</sup>. Esse desempenho tanto da agricultura quanto da indústria em São Paulo, centro da cafeicultura nacional, implicaria em limitado comércio inter-regional em relação ao comércio exterior, com vendas aos demais estados do país, em meados e ao final da década de 1910, equivalentes a um terço das exportações. Importando das demais regiões mais do que vendia, “o que se vê, na realidade, é que esse comércio possibilitou ao restante do país, compensar os negativos resultados de suas trocas com o ‘resto do mundo’”, em oposição à “hipótese de que a economia de São Paulo cresceu, ‘expropriando’ substância econômica do restante do país”. O saldo comercial de todos os estados com São Paulo correspondeu, enfim, entre 1901 e

---

<sup>404</sup> SÃO PAULO, Op. Cit., 1990.

<sup>405</sup> Cabe salientar que, conforme DEAN, Op. Cit., p. 100-102, os dados do censo de 1907 tendem a subestimar significativamente a atividade industrial paulista. CANO, Op. Cit., 2007, p. 168-171, concorda com a subestimação, considerando-a, entretanto, menos expressiva que a sugerida por Dean.

1930, à sétima parte do saldo comercial paulista com o exterior, capaz de financiar, por sua vez, oito vezes o déficit externo do restante do país no período<sup>406</sup>.

Um primeiro elemento de destaque do complexo cafeeiro desde o início do regime de trabalho livre é a estrutura da renda, associada à remuneração da mão de obra que, ademais do trabalho nos cafezais, ofertava excedentes agrícolas provenientes de cultivos próprios sob o sistema de colonato<sup>407</sup>. Com o regime de salários (que retinha quase um quinto da renda total gerada pela cafeicultura) e os rendimentos complementares provenientes da venda de seus produtos, o cultivo de gêneros alimentícios e a atividade cafeeira geravam em conjunto renda monetária que rapidamente levaria os colonos a constituir importante mercado consumidor de manufaturas nacionais e importadas, oferecendo, ao mesmo tempo, gêneros alimentícios indispensáveis para a urbanização e o trabalho nas indústrias. Equacionada a questão da mão de obra rural pela imigração, a cafeicultura solucionava também o problema da mão de obra industrial, com crises cafeeiras cíclicas que refletiam em êxodo rural, elevando o operariado de 0,5% da população do estado em 1901 para 1,8% em 1919<sup>408</sup>.

Com relação à estrutura fundiária, ainda que pouco relevantes as pequenas propriedades cafeeiras dada a dependência da atividade de vultosos capitais para a aquisição de terras e equipamentos associados ao preparo e venda do produto, a queda da produtividade resultante de prolongados períodos de cultivo do café sem adequada reposição do solo, associada à possibilidade de expansão da fronteira agrícola em São Paulo, implicaria em importante mecanismo de diversificação econômica tanto urbana quanto rural dado que a conversão de terras em capital financeiro propiciava investimentos em diferentes atividades dentro do complexo e dado que o fracionamento de propriedades permitia que ex-colonos que tivessem acumulado capitais adquirissem lavouras para o cultivo de gêneros diversos. O próprio desenvolvimento do café, por fim, estimulando atividades comerciais, financeiras e

---

<sup>406</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 90-91, 279, 290-295. Com base na predominância das exportações de manufaturados e importações de gêneros alimentícios e matérias primas, “entretanto, pode-se imaginar que o comércio entre as duas regiões tenha reproduzido internamente, relações típicas de ‘centro periferia’, principalmente no que se refere a diferenciais de preços e de produtividade, pouco se apropriando, a ‘periferia nacional’ dos chamados ‘frutos do progresso’”.

<sup>407</sup> “O desenvolvimento e diversificação da agricultura paulista (exclusive café) está intimamente vinculado ao processo de desenvolvimento da cafeicultura, que se expandiu ao se consolidar o sistema do ‘colonato’. Neste regime de trabalho, como se sabe, além do salário fixo e do salário variável pagos pelo fazendeiro ao colono, o proprietário ainda permitia que o colono plantasse e desenvolvesse pequenas criações, dentro da propriedade cafeeira, permitindo-lhe o plantio intercalado, nas “ruas” do cafezal, de arroz, milho e feijão, enquanto as plantas cafeeiras fossem pequenas e, muitas vezes, milho e feijão, mesmo quando o cafezal já era adulto. Quando tal permissão não fosse dada, quer por razões de fertilidade do solo, ou quer por outras razões quaisquer o fazendeiro cedia terras não ocupadas com o café para aquele mesmo fim. Dessa forma, o colono obtinha parte fundamental de sua subsistência, vendendo ainda eventuais excedentes nas zonas urbanas em expansão”. Ibidem, p. 67-68.

<sup>408</sup> Ibidem, 132-133.

industriais diversas e inerentemente urbanas, que engendrariam seus próprios mecanismos de acumulação de capitais, estimulava a diversificação agrícola ao ampliar a demanda por gêneros alimentícios e matérias primas, incentivando culturas que tomavam o espaço físico do café em terras de cultivo antigo.

A expansão diversificada da agricultura paulista não ocorria, apenas, em função das crises cafeeiras. Como se viu, ela ocorre tanto nas crises como nas fases de expansão do café e isso se deve, a meu juízo, pela crescente independência que a agricultura praticada fora da propriedade cafeeira vai adquirindo, à medida que o mercado urbano se expandiu. Ela cumpriu, assim, a clássica função de suprir a expansão urbana, com seus excedentes de alimentos e de matérias-primas, e dada sua relativamente avançada técnica então utilizada, possibilitou, também, que parte da expansão demográfica e da imigratória, pudesse alimentar os requisitos de mão de obra reclamados pela expansão urbana que já se processava em São Paulo<sup>409</sup>.

Cabe salientar que outra consequência do avanço da cafeicultura rumo ao interior do estado, com novos efeitos promotores da diversificação econômica no complexo, seria a expansão das estradas de ferro, que em 1910 acumulavam investimentos da ordem de 2,1 vezes o capital total da indústria de transformação em São Paulo em 1907. Constituindo atividade lucrativa por si só, e, portanto, acumulando capitais, as ferrovias também estimularam a industrialização ao requererem “grande aparato em termos de construção e reparos mecânicos”<sup>410</sup>, empregando também, em todas essas atividades, importante mão de obra que se tornava habilitada para outras atividades industriais.

Remunerada a mão de obra, o beneficiamento, o ensaque e reensaque, as comissões e corretagens, os tributos e os transportes do café, que já geravam importantes efeitos

---

<sup>409</sup> Ibidem, p. 76. Cabe salientar que há amplo debate acerca da agricultura ter ou não cumprido seu papel no desenvolvimento econômico brasileiro, de oferecer às cidades em expansão alimentos, matérias primas e mercado consumidor de modo a viabilizar o processo de industrialização. Após recuperar argumentos de Américo de Oliveira, Paulo Singer, Celso Furtado, Werner Baer, Andre Gunder Frank, Delfim Netto e Ruy Miller Paiva com relação à questão, Antonio Barros de Castro afirma que países agroexportadores teriam uma geração de excedente agrícola para sustento de suas estruturas já anterior à diversificação econômica, com uma divisão interna do trabalho não relacionada a crescimento urbano-industrial. Neste caso de geração de excedente direcionado a outras atividades agrícolas, a expansão do excedente não basta para o processo de industrialização-urbanização, dependente de um remanejamento de fatores, possivelmente associado a quebras no setor externo. Com uma agricultura que passa a crescer menos que a indústria por décadas a partir de 1930, não se observa um déficit de alimentos devido a circunstâncias específicas: o êxodo rural pressiona salários da massa trabalhadora e, apesar de reduzidos os cultivos familiares dos emigrados, eles tenderiam a comer menos nas cidades em função do desemprego e do subemprego; e a desigualdade determina que o crescimento da renda se concentre nas parcelas de maior renda per capita, cujo coeficiente de elasticidade-renda da demanda por alimentos é reduzido. Com relação à formação de demanda e à oferta de matérias primas, o autor conclui que a indústria não exigia necessariamente novos mercados para crescer enquanto vigorava o processo de substituição de importações, fortalecidas também pela integração do Estado na cadeia de produção industrial, e sua demanda crescia segundo um coeficiente de elasticidade-renda muito superior ao dos alimentos e matérias primas, havendo evidência, por fim, tanto por preços relativos quanto por mudanças nas importações e exportações, de que não havia déficit de oferta de produtos agrícolas apesar do crescimento demográfico e da renda. DE CASTRO, Op. Cit., 1988, p. 96-111.

<sup>410</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 61.

secundários sobre o desenvolvimento e a diversificação econômica, restava ainda no complexo mais da metade do valor das vendas, correspondente à remuneração dos proprietários. Estes, entre consumo, poupança, investimento em outras atividades ou reinvestimento na cafeicultura, tomavam novas decisões com efeitos expressivos sobre a economia regional: em momentos de sucesso da cafeicultura e boas condições cambiais, o aumento dos lucros amplificava a dinâmica de acumulação do complexo, com depósitos bancários que também funcionavam como mecanismo de multiplicação dos investimentos pelo sistema regional; em períodos de declínio de preços e deterioração cambial, a queda da rentabilidade da cafeicultura e o encarecimento relativo de produtos importados levavam-nos a redirecionar diretamente seus capitais para outras atividades. Possibilitando “efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à década de 1930”, o café, em seu ciclo natural de prosperidade e crise, decorrente também do hiato entre cultivo e produção, ademais de remunerar diversos setores com dinâmicas próprias de acumulação e diversificação econômica, empregava direta e indiretamente importante parcela de seus capitais em outras atividades do complexo<sup>411</sup>.

Após o conturbado período da Primeira Guerra, associado a diversas restrições nos mercados internacionais, a década de 1920 registraria significativa expansão da capacidade instalada a despeito dos intervalos de aumento das importações, associados à valorização cambial, que ampliavam a competição com as manufaturas nacionais. Em linha com o discutido no capítulo anterior, observa-se entre 1920 e 1929 uma expansão das importações de bens de capital da ordem de 58% em relação à média da década anterior (incremento a nível equivalente ao quinquênio que antecede a Primeira Guerra), sendo o período de 1925 a 1929 de especial importância, com importações de bens de capital superiores a qualquer quinquênio entre 1901 e 1945<sup>412</sup>.

De um lado, a acumulação de reservas financeiras durante a guerra pelas empresas industriais (tanto as de São Paulo como as de outras regiões) forçou um decisivo aumento do nível de inversão, no que expandiu consideravelmente a capacidade produtiva instalada dessa indústria. Isto, evidentemente, passava a exigir uma expansão equivalente do mercado para que aquela ampliação potencial pudesse se transformar em aumento efetivo da produção. Entretanto, essa compatibilização não se realizou plenamente. Ao mesmo tempo em que a eliminação dos entraves às

---

<sup>411</sup> “Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investidos na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais, como se vê nos trabalhos de Bandeira e de Dean”. *Ibidem*, p. 135.

<sup>412</sup> VILLELA; SUZIGAN, Op. Cit., p. 437.

importações permitia notável aumento da entrada de novos equipamentos, propiciava também, grande expansão das importações de bens de consumo<sup>413</sup>.

A alternância de períodos de aumento da capacidade instalada com períodos de aumento da produção, consequência da instabilidade das condições cambiais do país, afetava todas as regiões. As diferentes possibilidades de investimento determinavam, entretanto, que a expansão da capacidade produtiva se dava de maneira regionalmente desigual e “produtores com equipamento antigo cediam terreno aos inovadores”, de modo que “embora a produção global tenha diminuído, em vários estados houve, ao contrário, aumento de produção, e em certos casos substancial”<sup>414</sup>. Em que pese o déficit de dados referentes à evolução industrial durante a década de 1920 (com a falta de um censo de 1930 implicando também em dificuldades para comparações entre início e fim desta década), São Paulo, concentrando já um terço da produção industrial nacional, apresentaria níveis de inversão especialmente elevados, garantindo ao estado “um maior grau de modernização industrial” relativamente às demais regiões do país. Essa dinâmica regional do investimento não deixaria de ter importantes efeitos sobre a competição inter-regional: com uma expansão industrial paulista incompatível com o ritmo de crescimento de seu mercado consumidor, as indústrias modernizadas de São Paulo não teriam apenas melhores condições para resistir à competição estrangeira como pressionariam as demais manufaturas brasileiras, com exportações paulistas de produtos manufaturados que passariam de 8,5% de suas vendas ao restante do país entre 1919 e 1923 para 15,1% entre 1924 e 1928.

Apesar da aparente conquista de mercados de outras regiões, e apesar da aceleração da expansão da capacidade instalada, a produção industrial paulista, cabe destacar, cresceria em ritmo inferior à década anterior. Acelerando, entretanto, a implantação e expansão de “compartimentos industriais mais complexos e dinâmicos: indústrias químicas, de produtos metalúrgicos e de cimento”, a modificação da estrutura e diversificação da indústria em São Paulo abria novas frentes tanto de dinamização intersetorial da produção regional quanto de conquista de novos mercados:

Além da autonomia relativa já apontada, em termos de criação de mercados mútuos e complementares à indústria paulista, isto também significava a preparação das bases para a futura consolidação de seus “mercados exteriores”: São Paulo modernizara e diversificara seu parque industrial, não ocorrendo o mesmo com a indústria do resto do país<sup>415</sup>.

---

<sup>413</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 184.

<sup>414</sup> VERSIANI; VERSIANI, Op. Cit., p. 61.

<sup>415</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 199.

Nesse sentido de uma economia estadual que já assume proporções preeminentes no cenário nacional, com os notoriamente dinamizadores efeitos do sucesso da cafeicultura atuando em escala incomparável a qualquer multiplicador operante nas demais regiões do país, o imutável núcleo açucareiro nordestino desponta como estrutura econômica especialmente contrastante com o dinâmico complexo econômico paulista, sendo seu histórico caráter conformador da economia do Nordeste especialmente significativo para a compreensão do desenvolvimento da região no período.

Em primeiro lugar, persistia no complexo nordestino o monopólio das terras “iniciado e perpetuado pelo açúcar”, mantendo amplas parcelas da população em condições de dependência com relação às propriedades monocultoras latifundiárias<sup>416</sup>. Obrigado a prestar serviço e subsistindo através do cultivo para consumo próprio em parcelas menos produtivas de terra cedidas pelo proprietário, o agricultor nordestino, sem oportunidades de trabalho no meio urbano e, quando remunerado, recebendo salários irrisórios, pouco teria a oferecer em termos de mercado consumidor como catalisador de diversificação econômica<sup>417</sup> ou desenvolvimento industrial mais significativo.

Com efeito, a rígida estrutura da propriedade, tornando a oferta de terra praticamente inelástica, faz com que o regime de salários se torne de fato, de “fachada”. Com isto, as mudanças nas relações de produção pouco se alteram qualitativamente, perpetuando portanto a baixa eficiência, a baixa produtividade e os reduzidíssimos salários, rigidificando-se assim, não somente a estrutura, mas também a própria dinâmica da demanda de bens de consumo simples, de bens de luxo e, principalmente, de bens de produção<sup>418</sup>.

Sob esse regime, e em função do caráter de subsistência nele internalizado, a economia açucareira, que de poucos recursos dependia para seu funcionamento após a custosa aquisição e instalação de equipamentos, sobrevivia a prolongadas crises como unidade econômica capaz de reavivar suas exportações nos momentos favoráveis do mercado internacional: os trabalhadores em condição de subsistência vinculados às propriedades canavieiras eram convocados à atividade açucareira quando demandados de forma não muito distinta dos escravizados dos séculos anteriores.

---

<sup>416</sup> “Se uma usina de pequeno porte podia se satisfazer com a absorção de 2 a 3 mil hectares de terra (o equivalente à extensão de 6 a 10 engenhos banguês), à proporção que ela crescia sua atividade produtiva passava a adquirir mais terras, elevando a extensão de suas propriedades muitas vezes a mais de 30 mil hectares”. DE ANDRADE, Manuel Correia. *Estado, Capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 34.

<sup>417</sup> “Na economia açucareira, não apenas a etapa agrícola fixava amplo contingente populacional no campo, como a própria industrialização tinha lugar no meio rural. O reduzido estímulo à urbanização, as relações de produção imperantes no setor e a alta concentração da propriedade e das rendas eram fatores de retardamento do processo de diversificação do aparelho produtivo da região”. DE CASTRO, Op. Cit., 1980, p. 23.

<sup>418</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 105.

Moldada, por sua vez, pela “indefinição da propriedade territorial”, pela “dispersão” e “rarefação” da atividade econômica, pela “marcante tradição de autoabastecimento” e pelo próprio caráter de acumulação natural da atividade, a pecuária, que compunha o complexo econômico nordestino como segundo fundamental elemento, ocupava e conformava o interior da região segundo suas próprias características, requerendo amplas parcelas de terras para pastagem, com tendência à formação de latifúndios, e expandindo ao ritmo do crescimento da população bovina, que com água, terras e pouca mão de obra se multiplicava e oferecia condições de subsistência<sup>419</sup>. Com um bem estabelecido mercado mundial de couros que pouco motivava a pecuária nordestina, que servia ao mercado interno pela carne e pelos animais de tração e retornava à subsistência durante as crises, a atividade aproveitava o produto básico em ampla variedade de usos, constituindo uma relativa invulnerabilidade em relação ao restante da economia nacional e internacional<sup>420</sup>. Em sua expansão rumo ao interior sertanejo, a pecuária se alinhava, então, ao núcleo açucareiro no sentido de que, mais uma vez, “não constituía os fundamentos econômico-sociais de sua ulterior superação”<sup>421</sup>, sem demandar produtos de outras atividades, sem depender da oferta em mercado de seus próprios produtos e sem constituir renda significativa.

A terceira atividade de destaque no complexo nordestino é precisamente o objeto deste trabalho, o algodão, tradicionalmente cultivado, fiado e tecido na região para fins de subsistência<sup>422</sup>, destinado também à exportação a partir de fins do século XVIII<sup>423</sup> e à

---

<sup>419</sup> “Provida de tantas defesas e dotada de tal versatilidade, a pecuária era, pois, relativamente invulnerável. O deslocamento espacial, o melhor aproveitamento do produto básico, e a permanente dilatação do mercado costeiro ofereciam-lhe perspectivas que, não obstante modestas, jamais se esgotavam. De sua lenta, embora permanente, dilatação, resultaria uma progressiva ocupação do hinterland. A pecuária seria, assim, o agente conformador de um primeiro esboço de sistema econômico-social, em amplas áreas do território nacional. A elas transmitiria o selo de sua presença: o predomínio do latifúndio, a dispersão e a rarefação da vida econômica, a precariedade dos meios de transporte e uma marcante tradição de auto-abastecimento”. DE CASTRO, Op. Cit., 1980, p. 41.

<sup>420</sup> “As longas crises atravessadas pela economia costeira nordestina deixaram repetidas vezes sem perspectivas a pecuária daquela região. A inexistência de mercados alternativos e a abundância de terras por ocupar conduziam-na à progressiva dispersão. O crescente distanciamento do litoral indica que a busca de novos pastos ia se tornando mais importante que o contato com o mercado. Este movimento se fazia acompanhar de crescente aproveitamento de subprodutos da pecuária. Despontava, assim, o que Capistrano viria a chamar ‘a civilização do couro’”. Ibidem, p. 69.

<sup>421</sup> Ibidem, p. 37-41.

<sup>422</sup> “O algodão aparece aqui, antes de mais nada, como uma atividade que veio atenuar a prolongada agonia da economia litorânea (açucareira) e reforçar a tendência à ocupação do hinterland nordestino iniciada anteriormente pela pecuária. [...] O plantio em consórcio com milho, feijão ou mandioca permite a autossustentação da força de trabalho. A elaboração caseira de fibra permite, além do mais, a obtenção do tecido grosso de uso diário dos trabalhadores”. Ibidem, p. 18.

indústria desde as primeiras tecelagens nacionais no século seguinte. Com preferência por zonas mais secas, o algodão, ao contrário da cana, não exigia amplos investimentos, nem em processamento<sup>424</sup>, nem em mão de obra, tendo mais mobilidade para ser comercializado e processado longe de seu plantio e cultivado em conjunto com produtos de subsistência. Em momentos de crise, o cultivo regredia, porém mantinha ainda faixas necessárias para o processamento manual e para o abastecimento da própria demanda regional. Diferente também da cana, sua comercialização e processamento dissociado da unidade econômica viabilizaria certa urbanização<sup>425</sup>, retardada, entretanto, pela episódica demanda externa e pela possibilidade de uso artesanal durante as crises. Seria, portanto, apenas o algodão no Nordeste que, “contrariamente, oferecendo condições de acesso social, levando para os centros urbanos atividades de processamento e propiciando o surgimento das primeiras instalações fabris, tendia a criar as bases de uma economia menos dependente e mais integrada”<sup>426</sup>.

Essa atividade teve um crescimento lento, mas persistente, passando de cerca de 110.000 a 190.000 toneladas, entre a primeira década do século XIX e a primeira do século XX. [...] Já no final do século, a indústria têxtil brasileira, consumia cerca de 60% do algodão produzido no país, e sua acelerada expansão entre 1900-1920, faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter, no mercado interno a fonte para sua expansão. Operando também com trabalho livre e induzindo uma importante atividade industrial de beneficiamento, parece ter sido o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica, em termos de urbanização, comércio e industrialização, do que o açúcar. Acrescente-se a isso, o fato de que a baixa de preços do algodão, seu alto custo de transporte, e o tipo de embalagem requerida (tela de enfardamento), teriam estimulado a instalação local das primeiras

---

<sup>423</sup> “Há notícias de uma primeira remessa de fardos de algodão de Pernambuco em 1575. Somente, porém, a partir de 1782, é que foi iniciada uma exportação regular de algodão para a Inglaterra, ficando o Brasil até o ano de 1800 como o maior fornecedor daquele país”. SIMONSEN, Op. Cit., 1973, p. 270. Cabe salientar que, antecedendo a Revolução Industrial e a formação de fluxos comerciais relevantes de algodão, essa primeira remessa durante o século XVI teria de ter um caráter totalmente distinto das vendas de algodão a partir de fins do século XVIII.

<sup>424</sup> “O progresso da lavoura algodoeira foi muito facilitado pela relativa simplicidade da produção. Ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias. E mesmo para isto, realizar-se-á uma certa separação entre a cultura e o beneficiamento, forrando-se assim o lavrador do ônus e das dificuldades do preparo do seu produto, o que era em regra feito por comerciantes que adquiriam a mercadoria em bruto”. PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 83.

<sup>425</sup> “Nas áreas algodoeiras, ao contrário, como os produtores podiam vender o algodão sem qualquer industrialização às bolandeiras, posteriormente aos descaroçadores e, finalmente, às fábricas de óleos vegetais, a partir de 1890, nelas se instalaram, contribuindo para o crescimento populacional das mesmas. Esse crescimento, por sua vez, provocou o crescimento do comércio, dos serviços e das pequenas indústrias que abasteciam a população local, dando maior expressão aos centros urbanos. Daí explicar-se o crescimento que tiveram, desde a segunda metade do século XIX, cidades como Caxias, Codó, Crato, Sobral, Mossoró, Caicó, Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana etc. O algodão, associando-se à pecuária e permitindo culturas intercalares de alimentos - milho, feijão, fava etc. -, ofereceu melhor qualidade de alimentos a seus cultivadores, maior diversificação da produção, permitindo que as feiras das cidades do Agreste e do Sertão tivesse maior expressão que as da região da Mata. DE ANDRADE, Op. Cit., p. 35.

<sup>426</sup> DE CASTRO, Op. Cit., 1980, p. 23.

fábricas têxteis de algodão, que produziam sacos e tecidos grossos, já a partir de meados da década de 1850<sup>427</sup>.

A reduzida dimensão da atividade e as limitações técnicas que ela enfrentava, entretanto, determinadas pelo escasso mercado consumidor interno, pela reduzida participação no mercado internacional e por seus vínculos ao núcleo açucareiro latifundiário, impossibilitariam que esse fenômeno de diversificação econômica e urbanização resultante das interações entre cultivo, financiamento, beneficiamento, enfiamento e transporte do algodão oferecesse à economia nordestina maior dinamismo, apesar do potencial de expansão do cultivo na região<sup>428</sup>:

No Norte não existem, propriamente, grandes plantios regulares de algodão. Os pequenos agricultores, não dispondo de capitais e instrução suficientes, plantam o algodão conjuntamente com o feijão ou milho, na mesma roça, sem os cuidados aconselhados pela ciência. Quando colhem o algodão, o levam a um negociante do povoado mais próximo, que tenha uma máquina de descaroçar, o qual o adquire quase sempre a troco de gêneros, utensílios e roupas. [...] É evidente que esse sistema de exploração, inteiramente antiquado, não permitia aos Estados do Norte do Brasil desenvolverem uma produção que economicamente pudesse concorrer com as grandes plantações industriais onde são seguidos os ensinamentos da agricultura moderna. Acrescentem-se essas circunstâncias às secas periódicas no Nordeste brasileiro, à instabilidade do agricultor não radicado ao solo por grandes interesses, e às novas culturas mais rendosas que sempre aparecem em outras regiões, distraíndo-lhes a atenção para outros empreendimentos. Verifica-se desse modo que, se por um lado as condições de feracidade naturais facilitam em muito a cultura do algodoeiro no Brasil, não existiam, por outro lado, condições técnicas e de ordem econômica que permitissem o desenvolvimento industrial do seu plantio<sup>429</sup>.

A diferença entre os movimentos observados nas duas regiões abre espaço para um esforço de modelagem do desenvolvimento regionalmente desigual, feito precisamente por Antônio Barros de Castro, que parte do ponto de vista geral da desigualdade regional numa economia continental como a brasileira e que tem no desenvolvimento industrial um novo motor de uma série de mudanças espaciais. Em primeiro lugar, ocorrendo na região de mais recente sucesso primário-exportador em função da presença de maior mercado consumidor,

---

<sup>427</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 101.

<sup>428</sup> “Rebelde à umidade, e particularmente à irregularidade das precipitações que na época em que se abrem as maçãs deterioram a fibra, as regiões mais arredadas do litoral, onde as chuvas são menos frequentes e mais regulares, se avantajam sobre os setores que foram os de eleição para a cana e o tabaco. No Maranhão, as culturas se internam subindo as margens do Itapecuru, e se concentram sobretudo em Caxias. No Ceará, elas invadem a bacia do Jaguaribe, e seu principal centro localizar-se-á no alto interior, Icó. [...] O interior mais remoto também se aproveita da preferência do algodão por climas mais secos. No alto interior da Bahia e de Minas Gerais, na região limite dessas duas circunscrições administrativas, forma-se uma região algodoeira de certa importância; bem como em Goiás, como já referido. Como se vê, a lavoura algodoeira abrirá perspectivas agrícolas para zonas que até aí só tinham conhecido o pastoreio ou a mineração”. PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 83.

<sup>429</sup> SIMONSEN, Op. Cit., p. 271.

capitais e poder político, o processo dá início a uma dinâmica de concentração de mão de obra e recursos financeiros no centro industrial, aprofundado pelo direcionamento de investimentos públicos à região em consonância com a ampliada demanda por transporte, energia e insumos de uso geral. O novo complexo, além de abastecer demandas de outras partes do país, prejudicando manufaturas regionais menos dinâmicas, tem efeitos positivos sobre suas adjacências pela ampliação da demanda por alimentos e matérias primas, estimulando melhorias na produtividade agrícola ao seu redor, tornando-a também mais lucrativa e competitiva em períodos de retomada das exportações. Para além da região central resta, então, que economias não integradas ao eixo dinâmico da industrialização perdem mão de obra, capitais e potencial exportador, acarretando em uma perda generalizada de dinamismo da tradicional atividade primário-exportadora frente ao complexo de atividades primárias, secundárias e terciárias do centro industrial, direcionado ao suprimento de demandas e atividades internas em expansão<sup>430</sup>.

Ainda que se possa questionar o fenômeno de redirecionamento prioritário dos investimentos estatais à região de maior vigor econômico<sup>431</sup>, descrito como parte de uma explicação geral a respeito de processos de desenvolvimento em economias nas quais “se distinguem duas ou mais regiões baseadas em atividades voltadas para o mercado mundial”, de imediato pode-se constatar que a dinâmica regional da cotonicultura observada no momento de reforço à industrialização da década de 1930 parece condizer com esse processo, tendo o produto correspondido simultaneamente a insumo industrial e artigo de exportação, beneficiado de maneira regionalmente desigual tanto pela expansão da indústria têxtil quanto pela recuperação do comércio internacional. Sob essa ótica geral da industrialização assimétrica em uma economia continental, composta por economias regionais entremeadas por amplos vazios ou zonas de economia natural, a demanda do novo complexo industrial no

---

<sup>430</sup> DE CASTRO, Op. Cit., 1988, p. 60-65.

<sup>431</sup> No estado de São Paulo, “dos 75 mil contos investidos em eletricidade e gás, nas 44 empresas existentes em 1910, cerca de 20% do capital era de propriedade de nacionais e nos restantes 80% predominava o grupo Light. Só em fins da década de 1920, com a entrada de outro grupo estrangeiro (AMFORP) é que esse setor passaria a ser praticamente controlado pelo capital forâneo”; quanto à infraestrutura de transportes, “das vinte ferrovias existentes em 1910, em São Paulo, apenas duas eram de propriedade do governo federal, uma do governo estadual, uma do capital estrangeiro, e as restantes 16 de propriedade nacional privada”. CANO, Op. Cit., 2007, p. 59, 83. Com relação ao continuado apoio do governo federal ao café por meio das políticas de defesa, o financiamento por emissões (que correspondeu a 35% das compras de café durante a Grande Depressão, conforme SILBER, Op. Cit., p. 43) pode ter resultado em efeitos econômicos regionalmente dessemelhantes. A principal parcela, financiada pelo imposto de exportação sobre o café, entretanto, recairia fundamentalmente sobre o consumidor externo do produto, conforme discutido no subcapítulo 2.2, tendo o ônus tributário recaído sobre os próprios cafeicultores nos demais casos. CANO, Op. Cit., 2007, p. 86.

Sudeste motiva ganhos de produtividade da cotonicultura adjacente, tornando-a também melhor capacitada para atender às demandas estrangeiras pela fibra.

O processo objetivo através do qual a agricultura próxima ao centro industrial ganha competitividade permanece, entretanto, velado nesse relato geral, ainda que ganhos de produtividade possam de fato ser observados nos dados relativos ao algodão cultivado em São Paulo na década de 1930. Analisando a economia do algodão no país como um todo, ademais, percebe-se a inadequação desse modelo para entender a ascensão da cotonicultura paulista: se, na visão do autor, temos como desfecho desse processo que o centro industrial estabelecido por conveniência para solução de problemas objetivos gerados pelas crises externas apenas reforça problemas exógenos ao funcionamento do sistema econômico (investimentos e mão de obra se deslocam para o centro industrial, bolsões desarticulados de miséria em economias de subsistência seguem sem formar demanda e excluídos do sistema econômico, concentração fundiária e mecanização reforçam êxodo rural, que gera excedentes populacionais urbanos subempregados, que, por sua vez, pressionam salários e aumentam problemas de saúde, segurança, educação, saneamento e transporte...<sup>432</sup>), observa-se na realidade que a expansão do cultivo no Sudeste não acarreta numa derrocada da tradicional cotonicultura nordestina.

A relativização feita por Castro a respeito de transferências diretas e indiretas não terem desempenhado papel significativo na formação de capital industrial no Brasil serve como primeiro elemento de análise para a ausência de um declínio derradeiro da cotonicultura nordestina a partir da expansão do cultivo em São Paulo. O autor afirma que a transposição do capital dentro da própria agricultura consistia na estratégia menos arriscada em momentos de crise, geralmente havendo oportunidades rentáveis em outros cultivos<sup>433</sup>, e que a agricultura voltada ao mercado interno tenderia a reaplicar os lucros no próprio setor, havendo boas oportunidades de investimento e expansão<sup>434</sup>. Sendo boa parte do capital agrícola que não se desloca de um setor para o outro referente às terras de cultivo, redirecionadas à produção de outros gêneros segundo suas rentabilidades relativas, temos que a transferência de capitais entre regiões também não desempenha papel significativo na expansão da cotonicultura paulista, intocados os fatores de produção da região de menor dinamismo. A própria natureza

---

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 74-77.

<sup>433</sup> Cabe lembrar que essa visão de Antônio Barros de Castro coincide com a leitura de 1938 de José Garibaldi Dantas a respeito da ascensão do algodão em meio à crise cafeeira, apresentada no primeiro capítulo: “O Brasil sempre teve, nos períodos de depressão cíclica do café - a sua grande mercadoria-ouro - algum producto providencial que annullou em parte as perdas da exportação cafeeira. Assim ocorreu com o assucar, durante varias decadas, mais tarde, confirmado pela ascensão da borracha. Parece ter soado agora a hora do algodão ajudar a economia nacional a recuperar o que está perdendo, em valores-ouro, com a queda da exportação cafeeira”. DANTAS, *Op. Cit.*, p. 126-127.

<sup>434</sup> DE CASTRO, *Op. Cit.*, 1988, p. 134-137.

do cultivo no Nordeste, ademais, direcionado à subsistência de agricultores em boa medida vinculados à atividade açucareira, atesta contra essa possibilidade.

Tendo a cafeicultura inicialmente estimulado a integração entre as regiões, com a renda monetária dos colonos e a expansão da navegação de cabotagem ampliando demandas por gêneros alimentícios (como açúcar, banha, carne), bebidas (como o vinho) e manufaturas populares (como tecidos e calçados) de estados a Norte e a Sul, a posterior diversificação da economia paulista daria início a um processo de diluição dessa divisão regional do trabalho antes fortalecida pelo café, reorientadas as atividades no estado ao próprio mercado. O algodão nordestino, por exemplo, que fornecia 70% da fibra fiada e tecida nas indústrias paulistas, seria parcialmente substituído pelo algodão paulista já no início da década de 1920<sup>435</sup>, sendo essa dinâmica reforçada após o surto algodoeiro em São Paulo. Além da diversificação econômica paulista implicar numa redução da demanda por produtos das demais regiões (em sentido oposto ao efeito da cafeicultura anterior aos acúmulos de capitais em outras atividades), a concentração da modernização da estrutura industrial e do estabelecimento de novos setores industriais em São Paulo significava que se firmavam as condições de perpetuação da liderança paulista no desenvolvimento futuro da indústria no cenário nacional: indústrias metalúrgicas e químicas pressupunham cadeias de valor complexas, com insumos também provenientes de processos industriais complexos, e viabilizavam atividades industriais variadas, como mecânicas, de materiais elétricos, de comunicações e de transportes, farmacêuticas, entre outras, com importantes dinâmicas próprias de acumulação de capitais, geração de renda e formação de mercados.

Cimento, aço, metalurgia mais complexa e indústria química já então despontam com plantas de porte maior, operando então em escala nacional. Nesse período, a concentração já deixa então de ser “aparente” para rapidamente se transformar em “efetiva”: a indústria química já totalizava 8% da produção paulista e a de produtos metálicos alcançava a expressiva cifra de 16,8%, ambas calculadas para o ano de 1939. É importante destacar o fato de que dos seis ramos industriais de São Paulo, cujo grau de concentração era superior a 50% do similar nacional, quatro pertenciam a esses novos segmentos, sendo expressivos seus graus respectivos de concentração da produção nacional em 1939: química com 61%, material elétrico com 67%, mecânica com 73% e material de transporte com 87%, sendo isto clara demonstração de que as principais plantas industriais desses ramos haviam sido implantadas para operar em escala nacional<sup>436</sup>.

Barateando bens de consumo pelo fornecimento doméstico de insumos industriais variados, a implantação de indústrias básicas em São Paulo “teria salutar repercussão no nosso aparelhamento econômico e em nossa vida social”, ampliando salários e mantendo na

---

<sup>435</sup> CANO, Op. Cit., 2007, p. 73.

<sup>436</sup> *Ibidem*, p. 248.

região elevada proporção da renda gerada pela atividade industrial: além da ampliação da demanda por produtos agrícolas implicar consumo doméstico equivalente às exportações, a expansão das indústrias básicas reduziria os gastos com matérias-primas importadas a apenas 20% dos custos de fornecimento de insumos das indústrias em São Paulo<sup>437</sup>. Em contraste com manufaturas em grande medida associadas a atividades de “especialização natural” de cada região nos demais estados<sup>438</sup>, a diversificada e complexa atividade industrial paulista segue crescendo durante a década de 1930 em ritmo superior ao do restante do país<sup>439</sup>. Partindo de 31,5% do valor bruto da produção industrial em 1919 para 45,4% em 1939, São Paulo comprimiria a participação relativa de todos os demais estados do país com exceção de Minas Gerais que, beneficiado por uma combinação de dotação de fatores naturais e complementaridade com a própria expansão paulista, desenvolveu em especial seu setor metalúrgico. O Nordeste, nesse cenário, seria a região a sofrer as maiores perdas relativas, reduzida a participação da região na indústria nacional de 16,1% em 1919 para 10,4 em 1939, com uma produtividade relativa por operário também em declínio, de 70,4% da média do país exclusive São Paulo para 65,1% no mesmo período. Ocorria que não apenas muitas das dificuldades econômicas enfrentadas no Nordeste há décadas, entraves ao desenvolvimento industrial, persistiam, como também as principais atividades a compor a indústria nordestina enfrentavam crescente competição.

Já em 1910, as 134 usinas de açúcar do Nordeste, que correspondiam a 71,5% das unidades instaladas no país, produziam apenas 57,9% do açúcar em valor (em média, portanto, 45% menores ou menos eficientes, com uma produção média de 287.000\$000 nas usinas nordestinas<sup>440</sup> e de 528.000\$000 nas demais 53 usinas do país). Ainda que esses números não indicassem uma tendência de retração da produção nordestina, tendo a política de quotas por estado reservado 70,7% da produção nacional para estados do Nordeste em 1934, a própria política de defesa do açúcar a partir de 1931 arraigaria desigualdades regionais:

---

<sup>437</sup> SIMONSEN, Op. Cit., 1973, p. 30.

<sup>438</sup> “Como por exemplo, o charque no Rio Grande do Sul, a banha em Santa Catarina, o mate no Paraná, o açúcar e o sal no Nordeste, ou então a madeira, no Paraná, na Amazônia ou em Santa Catarina”. Ibidem, p. 257.

<sup>439</sup> “Calculada a velocidade relativa do crescimento industrial de São Paulo nos dois períodos (8,5/3,5 e 7/3,9), verifica-se que os coeficientes resultantes (2,43 [entre 1907 e 1919] e 1,81 [entre 1919 e 1939]) mostram uma diminuição relativa no ritmo de expansão da indústria paulista”. Ibidem, p. 260.

<sup>440</sup> Cabe ressaltar que havia significativa diferença no número de usinas em cada estado da região, com grande diferença também entre suas produções médias: Pernambuco e Sergipe, que concentravam respectivamente 32,1% e 46,3% das usinas nordestinas, apresentavam produções médias de 407.000\$000 e 144.000\$000 por usina. DE ANDRADE, Op. Cit., p. 27.

A política desenvolvida pelo IAA protegeu durante muito tempo a produção Nordeste, da concorrência do Sudeste, paulista sobretudo, mas contribuiu para que a indústria, com mercado certo para a sua produção, não se modernizasse e mantivesse os trabalhadores com níveis salariais abaixo das necessidades mínimas à sobrevivência. Contribuiu também para a manutenção do latifúndio, de vez que, não tendo tocado na estrutura fundiária, facilitou a expansão horizontal das propriedades, passando os usineiros a utilizar as terras, quase sempre subutilizadas, como reservas de capital<sup>441</sup>.

A Segunda Guerra Mundial teria, enfim, graves consequências sobre a indústria açucareira no Nordeste, não apenas retraindo os mercados internacionais em esforço de guerra como também fechando os mercados do Sudeste e Sul ao produto nordestino, limitado o transporte de cabotagem pelos torpedos alemães e inexistentes ferrovias ou rodovias que conectassem diferentes partes do país para a comercialização de um produto já em processo de substituição regional. Ao final de cinco safras durante a Guerra, a produção nordestina declinaria 10,9% ao passo que a produção do Centro-Sul cresceria 27,3%, passando suas participações relativas no cenário nacional de, respectivamente, 63,4% e 36,6% do volume produzido para 55% e 45%<sup>442</sup>.

Para além de questões relativas à dimensão do mercado consumidor, às produtividades relativas, aos efeitos multiplicadores intersetoriais, e ao avanço da competição inter-regional, o déficit energético permaneceria como importante entrave ao desenvolvimento da indústria nordestina durante a Era Vargas, inexistentes reservas exploráveis de carvão ou de petróleo e reduzidas as matas supridoras de lenha em função do longo período de exploração, também por parte dos engenhos<sup>443</sup>. A ainda limitada produção hidrelétrica, sujeitos os rios do Nordeste à estiagem sazonal, implicava na custosa necessidade de instalações geradoras de energia próprias nas indústrias para a garantia do abastecimento, tendo verdadeiras políticas energéticas beneficiado a região a partir da década seguinte apenas. Mais uma vez, essas circunstâncias contrastavam com as condições encontradas em São Paulo no mesmo período, de significativa expansão da geração de energia hidrelétrica e da rede de distribuição: entre 1935 e 1939, a capacidade instalada de geração de energia elétrica aumenta 64,4% no estado, que chegaria ao fim da década com 57% da potência instalada no país, 97% dela hidráulica. Mais do que dobrando o capital aplicado na indústria de transformação paulista entre 1933 e 1939, crescendo quase 50% o número de operários empregados e quase dobrando o número

---

<sup>441</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>442</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>443</sup> “O uso da lenha provocou um grande desmatamento, criando um verdadeiro impacto sobre as condições ecológicas da região, contribuindo para que houvesse queda da umidade do ar e a aceleração dos processos erosivos. Em vários pontos a vegetação da caatinga avançou sobre áreas onde dominavam anteriormente as florestas”. Ibidem, p. 39.

de fábricas em operação, enfim, a expansão da indústria de energia elétrica condizia com o significativo crescimento da indústria de transformação no estado, operando com proporções crescentes de força motriz por mão de obra<sup>444</sup> (indicativas de ganhos de produtividade e de expansão de ramos industriais complexos), chegando ao final da década “produzindo 39,3% do valor adicionado pela indústria no país”.

A entrada em cena de mão de obra qualificada, além de variada classe empresarial<sup>445</sup>, como resultado das políticas de imigração seria outro elemento salientado por diferentes autores como determinante do sucesso industrial paulista durante as primeiras décadas do século, iniciado no século anterior<sup>446</sup> e consolidado durante a aceleração industrial da Era Vargas. Novamente, esse quadro divergia fundamentalmente do contexto de baixíssimos salários e exíguas oportunidades no meio urbano nordestino, determinados pelo predomínio do latifúndio. Se não foi, enfim, o afluxo de imigrantes europeus e o rápido crescimento do potencial energético que, “a partir dos anos trinta, projetariam definitivamente o estado paulista como o mais importante centro industrial do País”, em virtude da abundância de matérias primas e de transportes, da expansão do mercado associada à migração interna, da riqueza de capitais com dinâmicas próprias de acumulação e do conjunto de “homens livres dispendo apenas de sua força de trabalho e empresários ‘donos de capital’ e cômicos - a partir da dinâmica de uma evolução econômica concreta - do papel de seus agentes, temos aí as condições sociais da industrialização de São Paulo”<sup>447</sup>.

---

<sup>444</sup> Cabe salientar que houve diferenças sensíveis entre os diferentes setores da indústria paulista no que diz respeito à força motriz instalada por operário, com indústrias de borracha, papel e papelão, fumo e de produtos alimentares liderando a expansão, seguidas pela indústria mecânica, química e farmacêutica e têxtil. SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1971, p. 103.

<sup>445</sup> “Cerca de 33% dos sócios das empresas industriais, responsáveis por 42,3% do capital realizado, eram de origem estrangeira, preponderando os italianos e portugueses, que juntos representavam 18,1% do número de sócios e 14,3% do capital realizado”. *Ibidem*, p. 104.

<sup>446</sup> “Houve ainda, dois outros fatores a favorecer a constituição das primeiras indústrias têxteis estáveis da então província de São Paulo, no seu período inicial, de 1869/1875. Ambos encontram-se vinculados ao ‘algodão’: aproveitando alta produção que, com a entrada no mercado do algodão americano pós-guerra da sucessão, já não encontrava demanda internacional que permitisse os mesmos níveis de exportação e, principalmente, utilizando o capital acumulado nesse decênio de bons preços e altos ganhos, de forma a que os grandes “cultivadores” de algodão transformam-se também em fundadores - ou participantes - das fábricas de tecidos da época”. DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 102.

<sup>447</sup> *Ibidem*, p. 98.

Ao final da década, apesar do aprofundamento das dificuldades relativas à substituição de maquinário antigo e em sobreutilização nas fábricas brasileiras<sup>448</sup>, a Segunda Guerra teria consequências positivas também regionalmente desiguais. Conforme apresentado no capítulo anterior, o rompimento dos fluxos comerciais tradicionais de tecidos de algodão, principalmente britânicos, implicaria em uma acentuada expansão das exportações de fios e tecidos brasileiros, em especial para a Argentina e a União Sul-Africana<sup>449</sup>. Concentrando 48,5% do valor da produção de tecidos e artefatos de algodão em 1938, São Paulo seria responsável por 36,2% das exportações de tecidos entre 1940 e 1944, com o estado do Rio de Janeiro exportando os 63,8% demais. As tecelagens nordestinas, cuja produção correspondia a 21,1% da nacional em 1938, não participariam dessas exportações expandidas<sup>450</sup>, corroborando o modelo de Antonio Barros de Castro de regiões com perda de dinamismo que não mais competem em mercados internacionais em momentos de crescimento das exportações. Ingressando na década de 1940 com um PIB equivalente a 2,4 vezes o PIB do Nordeste, região com mais que o dobro de sua população, e estabelecidas amplas bases para a continuidade de seu desenvolvimento industrial, enfim, São Paulo seguiria crescendo durante a guerra a um ritmo superior ao observado na região, com o produto do estado atingindo, em 1949, a proporção de 3,1 vezes o PIB do Nordeste.

---

<sup>448</sup> “A indústria têxtil, após sete anos de severa restrição às importações de máquinas e equipamentos (1931 a 1937), à custa de uma suposta crise de superprodução (na realidade a produção em 1937 era pouco superior ao pico registrado em 1926, no estado), chegava em 1939 com um equipamento velho e desgastado pela utilização intensiva. [...] Do total das máquinas, a metade tinha idade desconhecida (isto é, muito mais de 10 anos) e 42,1 tinham mais de 10 anos, o que dá um total de 91,7% de máquinas inteiramente depreciadas, segundo os padrões contábeis normais”. SUZIGAN, Op. Cit., p. 106-107.

<sup>449</sup> Cabe indicar a mentalidade associada a essa expansão, descrita por STEIN, Op. Cit., p. 167-168: “Não deixa de ser lamentável que uma indústria, que em 1930 ainda se considerava totalmente despreparada para disputar mercados nos países vizinhos da América Latina, tenha sido alçada, de um dia para o outro, a uma posição tão proeminente. [...] Para atender à crescente demanda exterior, os empresários limitaram-se a intensificar o que faziam desde a década de trinta: engrossaram a força de trabalho com trabalhadores rurais inexperientes e, sempre que possível, mantiveram suas fábricas funcionando vinte e quatro horas ininterruptas. [...] O grande incentivo a produzir e a exportar induziu muitos fabricantes e intermediários a sacrificar tanto os padrões de qualidade industrial como a ética comercial, fato denunciado, por exemplo, em 1943, nas colunas críticas a nomes ligados ao ramo têxtil. Numa matéria intitulada ‘tubarões de mangas arregaçadas’, o editor referia-se à perda de prestígio da indústria têxtil de algodão no exterior, devido aos ‘exagerados lucros industriais e comerciais e à qualidade dos produtos vendidos no exterior’. Eximindo as grandes fábricas de suas críticas, acusava fabricantes de tecidos pouco escrupulosos, que só pensavam em ‘encher os bolsos por todos os meios’, de vender produtos de qualidade inferior. Os preços de exportação eram convidativos, mas a ‘cobiça estúpida e desenfreada’ não se satisfazia com margens de lucro que variavam de 50 a 80%. ‘O pensamento dominante é fazer fortuna o mais rápido possível... Em nosso país, durante estes anos de guerra, um empresário industrial é considerado incompetente se não ganha, pelo menos, 60% sobre o capital investido’”. Tratava-se praticamente de um remate natural da questão discutida páginas antes pelo autor, e tratada adiante nesta pesquisa, a respeito do decreto que proibia a importação de maquinário: “críticas publicadas pela imprensa do Rio lembrava aos industriais que não tinha lógica buscar a salvação criando obstáculos ao progresso tecnológico, enquanto o resto do mundo empenhava-se em obter maior eficiência de produção. Um jornal advertia-os de que a estagnação tecnológica poderia também causar danos à psicologia dos industriais, impedindo a ‘modernização da mentalidade de nossos capitães da indústria’”. Ibidem, p. 145.

<sup>450</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1946.

Finalmente, concentrando uma maior quantidade absoluta e relativa de indivíduos de alta e média renda, indústrias associadas a novos padrões de consumo convergiam ao eixo Centro-Sul, detentor de maior disponibilidade de capitais e de mão de obra qualificada, potencial importador e infraestrutura de serviços e de energia, necessários também ao novo padrão de industrialização. Às demais regiões, com maiores dificuldades para levantar capitais e para contratar mão de obra especializada, dependentes de infraestrutura inferior e declinante e distantes dos principais centros consumidores, restava a atuação em faixas menos dinâmicas do desenvolvimento industrial<sup>451</sup>.

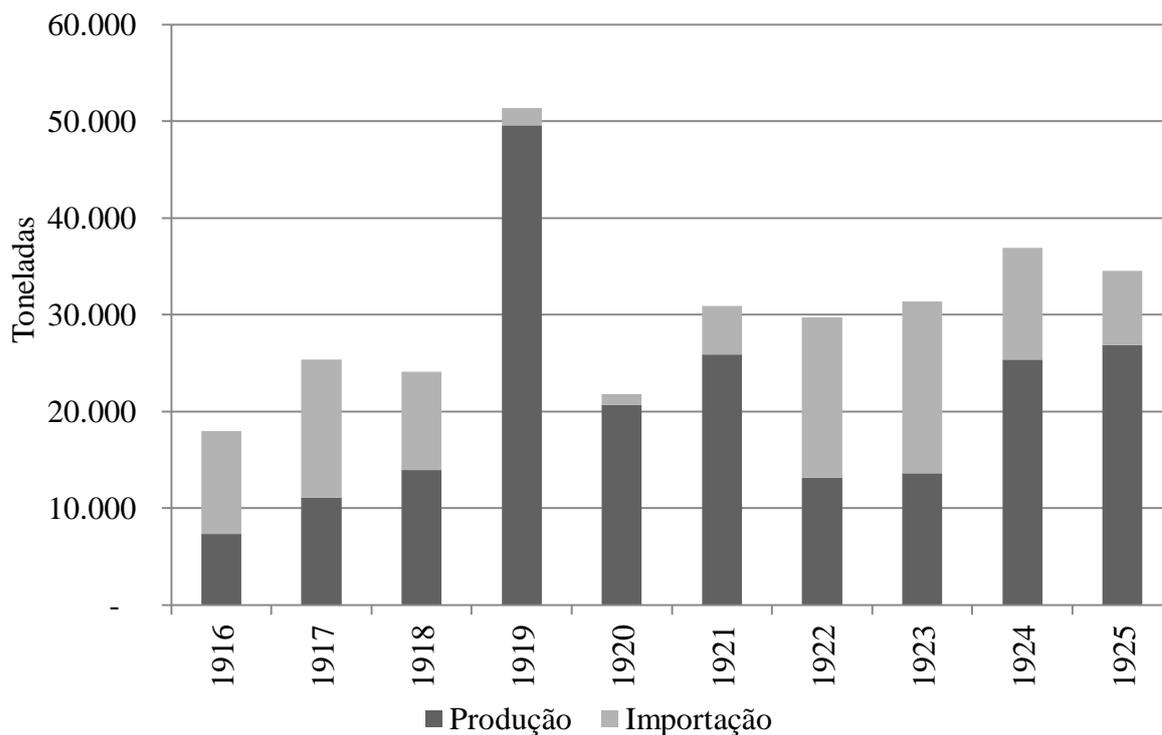
### **3.2 – Desenvolvimento da cotonicultura em São Paulo**

A dinâmica descrita de aprofundamento das já significativas desigualdades regionais no Brasil serve como pano de fundo do movimento observado de deslocamento do núcleo da cultura do algodão do Nordeste para São Paulo, cuja cotonicultura cresceria em ritmo inédito. Como fibra têxtil de uso industrial, em primeiro lugar, a expansão das indústrias têxteis implicaria décadas antes em incrementos da demanda sobre o tradicional cultivo nordestino, com o suprimento das tecelagens paulistas fundamentalmente dependente da oferta inter-regional da fibra:

---

<sup>451</sup> DE CASTRO, Op. Cit., 1980, p. 93-100.

**Gráfico 16** – Produção paulista de algodão e importação do Nordeste (1916-1925)

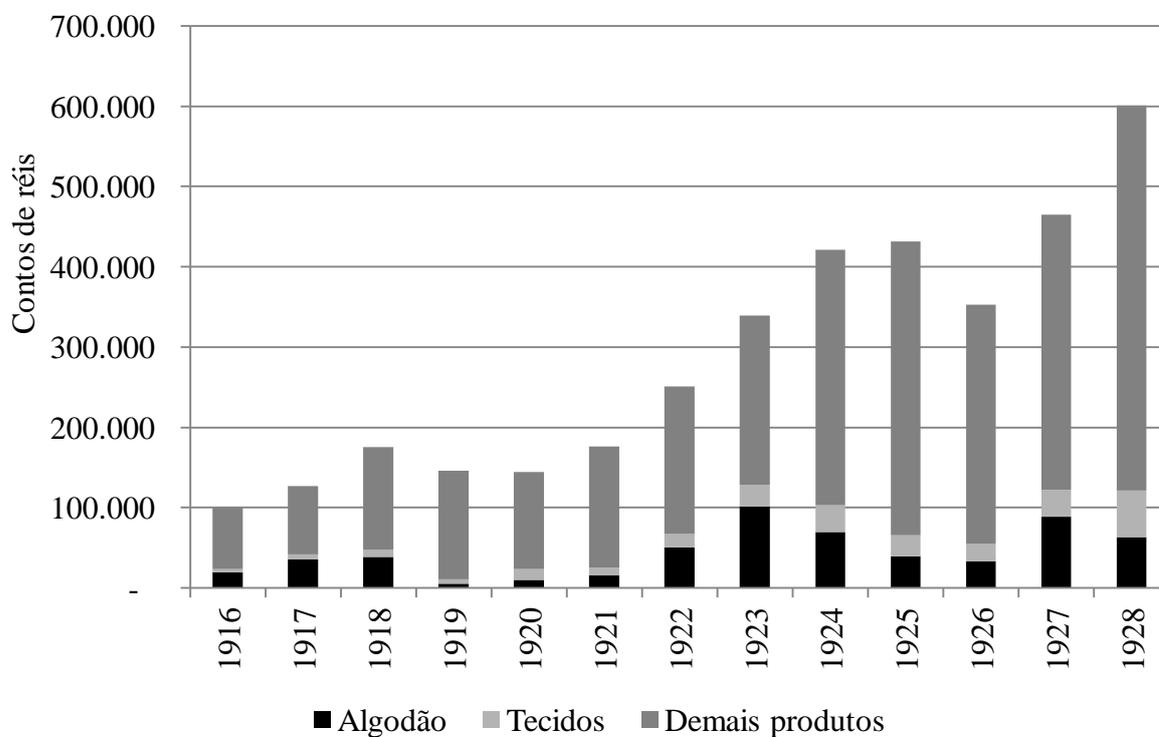


Fonte: SÃO PAULO. Boletim da Directoria de Industria e Commercio, s. 17, n. 7. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1926.

Entre 1916 e 1919, o algodão importado correspondeu a 44,9% do volume produzido em São Paulo, ou 32,7% do saldo incluindo as exportações paulistas de algodão, ao passo que, entre 1920 e 1925, essas proporções subiriam para 47,6% e 41%. A exclusão dos atípicos anos de 1919 e 1920, entretanto, revela importações equivalentes a 68,2% da produção estadual, ou 46,2% do saldo considerando as exportações do estado. Nesse intervalo, excluindo os anos atípicos, a produção paulista de tecidos contaria com uma produção de algodão no estado equivalente a 63% de suas necessidades<sup>452</sup>, sendo os 37% restantes bastante significativos no conjunto das compras paulistas de produtos de outras regiões:

<sup>452</sup> SÃO PAULO, Op. Cit., 1926, p. 124. O consumo durante o ano de 1923 foi corrigido conforme dados apresentados por DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 156, tendo em vista que o boletim da Secretaria da Agricultura apresentava um volume de 58.606 toneladas, destoando da média anual de 25.349 toneladas durante a década e muito acima do máximo seguinte, no ano de 1924, de 31.690 toneladas. Para todos os outros anos, cabe adicionar, o boletim apresentou dados virtualmente idêntico aos encontrados por Albuquerque no “Anuário Algodoeiro de 1952”.

**Gráfico 17** – Comércio de cabotagem pelo porto de Santos, importação de algodão, tecidos e demais produtos (1916-1928)



Fontes: SÃO PAULO. *Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil) 1918*: estatística econômica e financeira, volume 2. São Paulo: Repartição de Estatística e do Archivo do Estado, 1920a (1916 a 1918); SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1919 a 1920*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1920b (1919 e 1920); SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, bienio 1921 a 1922*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1922 (1921 e 1922); SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, bienio 1923 a 1924*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1925 (1923 e 1924); SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1925 a 1926*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1927 (1925 e 1926); SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1927 a 1928*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1929 (1927 e 1928).

Entre 1922 e 1928, as compras paulistas de algodão corresponderiam a 15,5% das compras totais do estado de produtos do restante do país<sup>453</sup>, tendo as entradas de algodão pelo porto de Santos correspondido, em valor, a mais da metade das saídas de todos os produtos com destino a outros portos do Brasil em 1923, ano de baixa da produção estadual da fibra. Essa expansão das importações, cabe salientar, seria acompanhada de atritos entre industriais paulistas, que apontavam problemas “na inexistência de padronização do comprimento das fibras, na falta de limpeza do algodão descaroçado, na qualidade e no preço”, e comerciantes de tecidos do Nordeste, cujo produto, entre lavoura, armazenamento, beneficiamento,

<sup>453</sup> Cabe salientar que o algodão comprado do Nordeste correspondeu a, por exemplo, 84% do total adquirido por São Paulo em 1923, 94,8% em 1925, e 82,2% em 1927, conforme SÃO PAULO, 1925; SÃO PAULO, 1927; SÃO PAULO, 1929.

comércio e transporte até as fábricas, passava “entre seis ou sete corretores”, fluxo que levava ao fato de “que a estrutura de preços do algodão no país havia se tornado independente das cotações em Liverpool”<sup>454</sup>.

A dinâmica das vendas de tecidos de algodão para outros estados, por sua vez, que em mais de uma ocasião se equiparam ou superam o algodão importado em valor, não indicava vantagens claras da indústria têxtil paulista sobre a nordestina nesse período: em 1925, ano de mais significativa receita com a venda de tecidos relativamente às despesas com aquisição de algodão, São Paulo importaria mais tecidos do Nordeste que o contrário, com apenas 30,4% das vendas de tecidos para outros estados correspondendo a envios para a região e com 66,7% das compras paulistas de tecidos originárias do Nordeste. O movimento se repetia em 1927, com vendas de tecido da ordem de 18.414:518\$000 para o Nordeste e compras de tecidos da região de 19.582:370\$000.

Como discutido, apenas a partir de 1934 o cultivo de algodão em São Paulo passaria a crescer aceleradamente, apequenando as cifras da produção estadual anterior (mesmo da expansão algodoeira paulista do início da década de 1920<sup>455</sup>), que em grande medida afetavam as compras de algodão do Nordeste a cada ano. Como primeiro elemento dessa mudança no padrão de desenvolvimento da economia paulista do algodão temos precisamente decisões tomadas anos antes, no contexto de uma expansão episódica da cotonicultura estadual, de uma indústria têxtil em expansão que dependia em larga medida do algodão nordestino para operar e de um cultivo não apenas secundário, mas subordinado à cafeicultura.

Nesse sentido, a expansão do cultivo em São Paulo durante a Primeira Guerra e a primeira metade da década de 1920 daria início aos primeiros movimentos que antecipariam as transformações da cotonicultura paulista durante a década de 1930, com a Bolsa de Mercadorias de São Paulo iniciando operações de padronização e controle do algodão em 1919 (ano também da realização de um congresso algodoeiro que resultaria na instalação no

---

<sup>454</sup> STEIN, Op. Cit., p. 127.

<sup>455</sup> São Paulo atinge a marca de 30,8% da produção nacional de algodão em 1924, crescendo 3,8 vezes em 8 anos, segundo dados da Superintendência Federal do Algodão (ou 21,22%, crescendo 2,3 vezes em 8 anos, segundo o IBGE), conforme DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 132.

porto de Santos de armazéns e prensas de enfardamento de algodão<sup>456</sup>), criando a Escola de Classificação de Algodão em 1923 e organizando campos de cooperação particulares da Bolsa para o cultivo e seleção de algodão em 1926, indo além da mera solução de problemas relacionados à comercialização ao buscar melhorias técnicas da produção, benéficas para a indústria têxtil<sup>457</sup>.

Ocorria que, mesmo no processo de expansão horizontal do complexo cafeeiro, desconsiderando multiplicadores econômicos que operavam sobre as atividades urbanas diversas a ele associadas, ampliavam-se as condições para reprodução do capital cafeeiro no setor industrial pela crescente massa salarial e disponibilidade de mão de obra urbana. As circunstâncias específicas de competição estrangeira, fornecimento doméstico de matérias primas e pressão salarial negativa, ademais, contribuía para as condições de reprodução do capital industrial na medida em que, em associação ao protecionismo tarifário decorrente de influências políticas do setor já no século XIX, e especialmente significativas durante a Era

---

<sup>456</sup> “O congresso algodoeiro realizado na cidade de São Paulo, em princípio deste ano [1919], veio demonstrar que os agricultores paulistas estão perfeitamente habilitados a aumentar racionalmente suas plantações desde que os consumidores interessados auxiliem a rápida exportação do produto. Como consequência desse Congresso foram rapidamente construídos no porto de Santos grandes armazéns e montadas prensas para enfardar o produto numa densidade de 600 quilos por metro cúbico. Organizou-se de acordo com o Governo do Estado uma comissão para promover, imediatamente, a seleção das sementes para futuras plantações e os lavradores procuram introduzir em suas culturas os processos aconselhados pela técnica moderna. Enquanto isso se dá no Estado de São Paulo, o Governo brasileiro procura por todos os meios desenvolver e melhorar a produção no Norte do país”. SIMONSEN, Op. Cit., p. 276.

<sup>457</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 145-147. Os prejuízos dessa estratégia, entretanto, logo levariam a seu abandono: “A experiência dos campos de cooperação continuou ainda pela safra de 1927/28. Sobre esta última porém, não encontramos qualquer observação. Apenas no Relatório da Diretoria... – 1929, pág. 58, um lacônico comentário de meia página: ‘... Tendo em vista que a Secretaria de Agricultura tomou a si a criação de Campos de Seleção de Algodão e de distribuição da boa semente aos lavradores, continuando assim o programa a que a Bolsa deu início visando o desenvolvimento dessa cultura, principalmente pela distribuição de boa semente, deliberou a Diretoria não criar novos campos de seleção, limitando-se a liquidar suas contas com os antigos cooperantes’. Mais madura e experiente, a Bolsa tinha tomado uma sábia decisão: as atividades arriscadas deviam ser atribuídas a quem de direito – o Estado”. Ibidem, p. 151.

Vargas<sup>458</sup>, os preços domésticos eram estabelecidos a partir dos preços de equivalentes importados, com custos locais de produção meramente determinantes da lucratividade final<sup>459</sup>. Essa indústria têxtil tão associada, enfim, aos movimentos do setor externo brasileiro, seja por seus vínculos com a cafeicultura, seja pela definição de preços de seus produtos e, ultimamente, sua lucratividade, seria elemento, fundamentalmente, de “sustentação mínima” da cotonicultura paulista. Mas, mais do que isso, como um dos caminhos do capital de cafeicultores, comerciantes, banqueiros e grandes produtores de algodão e açúcar ou criadores de gado, a indústria têxtil mobilizava intenções de reprodução de capital, sendo o desenvolvimento técnico de seus insumos forma primordial de expansão da lucratividade, sua razão de existência:

No caso específico do algodão, a necessidade dos acréscimos de produção veio muito menos das aspirações que o lavrador porventura tivesse e muito mais da importância que o produto tinha como matéria-prima industrial. Liga-se assim duplamente às forças econômicas setoriais mais poderosas da época: a da indústria têxtil paulista e a das redes de comercialização da produção agrícola para o Exterior<sup>460</sup>.

Existindo como meio de multiplicação dos capitais do complexo cafeeiro a partir de seus próprios subprodutos (mercado consumidor rural e urbano, mão de obra sobressalente e influência política), a indústria têxtil motivava, sob essa perspectiva, inovações na produção

---

<sup>458</sup> Como visto em FONSECA, Op. Cit., 2003. É interessante notar que STEIN, Op. Cit., p. 141-142, atribui às indústrias têxteis um papel de influência preponderante sobre o governo Vargas, de certo modo conflitante com leituras de DRAIBE, Op. Cit., e de CAMARGO, Op. Cit.: “A decadência do prestígio dos cafeicultores não chegou, porém, a deixar um vazio de poder. Os grupos industriais em ascensão dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os proprietários das indústrias têxteis de algodão exerciam considerável influência, rapidamente suplantaram a influência política da oligarquia agrária. Foi uma revolução que transcorreu sem alardes, quase despercebida, que estava em gestação desde a Primeira Guerra Mundial. No entanto, ninguém seria capaz de prever a rapidez e a facilidade com que se realizou o processo de integração indústria-governo na década de trinta. Como assinalou um observador em 1937, ‘em nosso país a indústria têxtil constitui uma força igualmente poderosa no campo da produção e na esfera política’. A longa prática acumulada antes de 1930 em consultas aos principais comitês do Executivo e do Congresso habilitaram as associações industriais a colaborar ativamente na formulação da política governamental sob Vargas”. Em exemplo prático dado pelo autor, a respeito da questão central tratada de restrições às importações de maquinário têxtil: “Instalados na cúpula do governo, os empresários têxteis não tiveram dificuldade de obter empréstimos do Banco do Brasil. As evidências corroboram a suposição de que a pressão de alguns industriais influentes levou o governo a promulgar o decreto de 7 de março de 1931 que restringia a importação de maquinaria para todas as indústrias consideradas em estado de ‘superprodução’”. Ibidem, p. 145.

<sup>459</sup> “A possibilidade de importar máquinas dos países capitalistas avançados, aliada ao protecionismo tarifário, produz, a nosso ver, um efeito curioso. A relação entre custos de produção e preço final quase desaparece: ‘os custos de produção não entram no meu preço de venda. Eu sempre me mantenho a par do mercado estrangeiro e defino o preço de minhas mercadorias 5 ou 10 por cento abaixo daquele pelo qual possa ser importado. Se o resultado líquido é um ganho, eu recebo lucro. Se é uma perda eu devo assumir esse resultado”. DE ALBUQUERQUE, Op. Cit, p. 101, 105.

<sup>460</sup> Ibidem, p. 120.

de algodão que a beneficiassem<sup>461</sup>, de modo que, sobre o produto cultivado com uso intensivo de mão de obra, empregando apenas os fertilizantes<sup>462</sup> e máquinas<sup>463</sup> mais simples, recairia renovado conjunto de interesses.

A partir dessas novas intenções, o Instituto Agrônomo de Campinas, tido por muitos como excessivamente teórico e responsável por trabalhos de remota utilização antes da já citada reforma de 1924<sup>464</sup>, sistematizaria pesquisas preexistentes e integraria o trabalho científico à difusão dos avanços, tanto com relação a novos conhecimentos (como melhores épocas de plantio por região do estado<sup>465</sup>, espaçamento e adubação ideais, desinfecção do solo, novas formas de expurgar sementes e rotação de culturas), quanto por meio da multiplicação de sementes:

O segredo da eficiência da pesquisa não estava apenas na geração de conhecimentos, mas na sua rápida integração ao processo produtivo. O processo, utilizado de 1930 a 1960, com algumas mudanças secundárias, mas que subsiste até hoje, é o seguinte: Parte-se de uma planta, multiplicada em áreas sucessivamente maiores, chegando às áreas de 1 a 10 alqueires das “Estações Experimentais” do IAC. Dessas estações, as sementes vão aos ‘Campos Básicos’ de lavradores particulares (mas ainda sob controle direto do IAC), cuja produção é beneficiada em máquinas em bom estado. Dos “Campos Básicos” passam para os “Campos de Cooperação”, multiplicadores

---

<sup>461</sup> Opinião diametralmente oposta é expressa por AYER; SCHUH, Op. Cit., p. 23 na forma de uma “resposta especulativa” à questão de “por que São Paulo investiu intensamente na pesquisa do algodão e moderadamente em outros produtos, tais como os alimentícios?”: “Uma hipótese é a de que a explicação para a pergunta está na distribuição dos benefícios. A legislação na época em que os investimentos foram feitos, atendia aos interesses de donos de terra e proprietários rurais. Parece plausível que esses donos de terra tivessem percebido esse potencial do algodão como produto de exportação e que os benefícios da mudança técnica seriam colhidos na forma de excedente do produtor em contraste com o excedente do consumidor no caso de produtos alimentícios domésticos”. Os autores, deste modo, atribuem responsabilidade precisamente ao lavrador sem distinguir especificidades fundamentais da cotonicultura paulista referentes à estrutura fundiária, ao financiamento das safras e à lucratividade do cultivo para agricultores e intermediários, discutidas adiante.

<sup>462</sup> “Além de cara, a adubação era arriscada na época: quer pelo desconhecimento das características dos solos, quer pelas condições variáveis do tempo, quer por ataque de pragas, as oscilações de produtividade eram bastante acentuadas. Observa-se no Quadro III.2 que, das onze experiências anuais [de 1908 a 1916, com 2 experiências em 1913 e 1915], em duas delas (em anos distanciados) o adubo deu grande prejuízo, e em mais duas o lucro bruto não pagava nem o custo de seu transporte e aplicação”. Note que, ao final da década de 1930, os cultivos adubados não atingiam 7% da produção agrícola do estado. DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 126-127, 295.

<sup>463</sup> “De acordo com o Censo de 1940, há apenas 1.410 tratores no estado, e 11.283 arados de disco, o que define menos que 0,6% dos estabelecimentos com trator, (dado que haverá estabelecimentos com mais de uma máquina...). No entanto, as propriedades que poderiam usar tratores seriam aquelas de área muito grande, totalmente atípicas para o caso do algodão”. No início da década de 1940, quase 70% da área de plantio de algodão no estado era cultivada utilizando unicamente de ferramentas manuais, com o emprego de arados ou sementeiras de tração animal não atingindo um terço das terras até 1943. *Ibidem*, p. 296.

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>465</sup> “Plantações prematuras (antes de outubro) envolvem riscos tanto de ‘secas inverniais’ na fase de germinação, como à colheita já em fevereiro e março, ainda com chuvas, molhando o algodão - e até apodrecendo-o - e fazendo cair sua classificação por ‘tipo’. Plantações mais tardias, por sua vez, facilitam - através das chuvas de verão - a disseminação de doenças e pragas nas fases germinativas além de estender o cultivo a uma época em que ocorrem outras colheitas (durante o mês de junho), aumentando os problemas decorrentes da falta de braços. Esses problemas se traduzem pelo retardamento da colheita, fazendo com que o algodão, exposto à poeira e ao sol por muito tempo, obtenha cotações menores; ou então, pelo aumento dos custos da colheita”. *Ibidem*, p. 143.

de semente em escala já comercializável, também de lavradores particulares, espalhados por diversas regiões do Estado, cuja produção é comprada pelo Estado caso tenha poder germinativo superior a 80%, e depois deslindada, expurgada e acondicionada em sacos de 30 kg para posterior comercialização, pagando-se aos Cooperados um preço acima do dobro do preço de mercado pelas sementes assim produzidas. A eficiência desse processo, que produz sementes nos Campos de Cooperação nas próprias regiões de plantio, é um excelente exemplo de planejamento e coordenação centrais com execução descentralizada<sup>466</sup>.

“O resultado desse arranjo institucional”, no qual “a Secretaria de Agricultura do Estado tem o monopólio da semente do algodão e era necessário que o agricultor comprasse dessa fonte oficial as sementes que precisava”, “foi que as novas variedades eram adotadas quase imediatamente após os pesquisadores terem declarado que elas eram adequadas e um estoque suficiente de sementes pudesse ser produzido”<sup>467</sup>. As novas variedades rapidamente se revelariam superiores aos cultivos anteriores e o novo foco em pesquisas genéticas do algodão despontaria, enfim, como trunfo do Instituto Agrônomo de Pesquisa já nos anos finais da década de 1920<sup>468</sup>. A partir da seleção e hibridização de dezenas de variedades de algodão provenientes de todo o mundo, “visando transferência de características de interesse

---

<sup>466</sup> Ibidem, p. 141-142.

<sup>467</sup> AYER; SCHUH, Op. Cit., p. 24. Cabe salientar que, elogiado pelo Ministério da Agricultura por seus sucessos, o Instituto Agrônomo de Campinas pode oferecer, em uma análise mais detalhada, questões relevantes para o debate acerca da expansão das atribuições do Estado no contexto da modernização do capitalismo brasileiro. Seu vínculo com o governo do Estado de São Paulo ao invés do governo federal e sua proximidade com o capital paulista, tanto na tomada de decisões com relação ao direcionamento dos investimentos, quanto em sua forma de atuar, parecem contribuir de maneira significativa para a compreensão das formas de fomento ao capitalismo nacional por parte do Estado e para a compreensão dos vínculos pessoais entre estruturas de Estado promotoras do desenvolvimento e agentes privados autointeressados.

<sup>468</sup> É interessante notar o caráter personalista dos elogios feitos ao Instituto no período, indicativo da importância dos trabalhos realizados e do provável mérito, de fato, dos pesquisadores envolvidos nos trabalhos: “A terceira e última época, que poderíamos denominar o período áureo do algodão paulista, vem do ano de 1924, quando foi da reorganização dos serviços do algodão na Secretaria da Agricultura. Por essa ocasião, resolveu o governo do Estado contractar diversos agrônomos especializados no ramo algodoeiro, de maneira a dar a maior eficiência possível ao seu plano de seleção de variedades e fomento da cultura do algodão. [...] Cruz Martins dedicou-se, exclusiva e bravamente, à seleção das variedades por meios inteligentes e acuradíssimos estudos de genética. Conseguiu isolar e multiplicar algumas linhagens de alto valor agrícola e industrial. Em poucas palavras: criou o nosso ‘Express’ e o nosso ‘Texas’ de 28-30 milímetros e o maravilhoso ‘Piratininga’, de 34 milímetros, cuja fama corre mundo com foros de excelente. [...] Na conferência algodoeira, que vem marcar uma grande e brilhante etapa na nossa vida econômica, o nome de Cruz Martins recebeu já muitas palavras e está inscripto, com letras de ouro, nos annaes da nossa história agrícola e econômica. Justa e merecida homenagem. Em campo diverso daquelle ao qual se dedicou Cruz Martins, William Coelho de Souza, com amor e notável competência, dedicou a sua actividade à parte theorico-prática da cultura do algodão, por meio de methodos modernos, mecânicos e racionais [...]. Por sua iniciativa, foram creados os primeiros campos de cooperação no Estado, para a produção de sementes e, na sua gestão na chefia da segunda Secção, esses campos foram melhorados e as diversas variedades nobras produzidas pelo Instituto de Campinas foram nelles reproduzidos em grande escala e distribuídos aos lavradores. [...] De tudo que foi dito deve concluir-se que foi effectivamente William Coelho de Souza o iniciador, sob a forma mais prática, de tudo quanto hoje, em São Paulo, significa e representa o progresso e o desenvolvimento de quanto se refere, sob os mais diversos aspectos, à cultura, colheita, movimentação e commercio do nosso algodão. Digno, pois, eu considero William Coelho de Souza dos nossos preitos, homenagem e reconhecimento pelos fortes alicerces que lançou à obra grandiosa que ahi temos”. PRADO, Orlando de Almeida. Homenageando os pioneiros da cultura e commercio do algodão: discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso Nacional Algodoeiro. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 24.262, 1935, p. 4.

de espécies outras ao algodão paulista”<sup>469</sup>, e com base no sistema descrito acima de multiplicação e comercialização dos espécimes selecionados em associação a lavradores particulares, generalizar-se-ia no estado de São Paulo o cultivo de variantes padronizadas de fibra média:

**Tabela 10** – Proporção de fibras de algodão entre 26mm e 30mm do total produzido por estado (1926-1938)

% de Fibras entre 26mm e 30mm	1926	1927	1928	1929	1930	1933	1934	1935	1936	1937	1938
São Paulo	0	0	42	54	53	100	100	100	100	100	100
Paraíba						7	3	10	9	8	9
Ceará						54	73	58	65	57	48
Pernambuco						29	35	42	34	31	26
Rio Grande do N						8	6	6	6	6	3
Alagoas						22	23	7	18	67	66
Maranhão						57	80	85	86	86	89
Bahia						62	17	6	11	21	40
Sergipe						34	17	3	1	31	61
Piauí						56	48	60	51	45	50
Nordeste						28	30	28	29	33	32

Fontes: DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 139 (São Paulo); BRASIL, Op. Cit., 1939a, p. 72-74 (demais estados).

Nota: Dados relativos ao Nordeste calculados a partir da média ponderada da proporção de fibras entre 26mm e 30mm de comprimento pelo produto estadual ano a ano segundo SÃO PAULO, Op. Cit., 1990. Apresentados em linhas ordenadas segundo a produção total estadual no período, dados referentes ao Nordeste registram leve subestimação decorrente da contabilização de resíduos e línter de algodão nos totais utilizados para o cálculo. Para fins de referência, o relatório ministerial registra para o estado de São Paulo fibras entre 26mm e 30mm equivalentes a 100%, 100%, 100%, 96%, 95% e 94% da produção total, respectivamente, entre 1933 e 1938. Os anos de 1931 e 1932 foram ocultados devido a diferenças na metodologia dos relatórios ministeriais, que contabilizavam fibras de 26mm, 28mm e 30mm individualmente ao invés de intervalos, impossibilitando a comparação entre estados do Nordeste e São Paulo (que registra nesses anos proporções de 84% e 100% de fibras cultivadas entre 26mm e 30mm) e entre diferentes anos para o mesmo estado. O cálculo a partir dos três comprimentos individuais registrados para os anos de 1931 e 1932, cabe destacar, implicaria significativas diferenças relativamente aos registros dos anos seguintes uma vez que incorporaria montantes referentes às faixas de 24mm a 26mm e de 30mm a 32mm (conforme classificação usual) ao intervalo analisado, que considera classificações de 26mm a 28mm e de 28mm a 30mm. Cabe salientar que os dados podem apresentar seleções adversas de naturezas distintas em cada um dos estados, tendo em vista diferentes proporções da produção analisadas pelo serviço de classificação no período: os volumes analisados por estado nordestino corresponderam a, respectivamente, 31%, 21%, 15%, 28%, 11%, 15%, 17%, 15% e 23% do total produzido por cada um no período.

Atingindo em 1932 virtualmente a totalidade de seu cultivo de algodão com fibras entre 26mm e 30mm de comprimento, São Paulo, produzindo um quinto do volume que produziria apenas 2 anos depois, se destaca antes do surto algodoeiro pela proporção e

<sup>469</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 138.

consistência da produção de fibras nesse padrão, contrastando com significativas oscilações nos comprimentos produzidos a cada ano nos estados do Nordeste (com destaque para as variações das produções alagoana, baiana e sergipana no período<sup>470</sup>). Em 1934, ano que marca o início do surto algodoeiro, a totalidade da produção paulista de algodão seguia concentrada nesse padrão, sendo a cronologia dos avanços científicos empreendidos pelo Instituto Agrônomo de Campinas fundamental para o posterior sucesso do cultivo:

O aperfeiçoamento das espécies cultivadas, em busca de um tipo superior, conseguiu através da técnica, não só encontrá-lo, mas, o que foi mais importante, organizar uma rede distribuidora similar ao que de mais moderno e eficiente se fazia em outras terras. A obrigatoriedade do plantio apenas de sementes oficiais, estabelecendo a base de uma cultura moderna, encontrava dois fatores favoráveis, - em primeiro lugar a existência de boas sementes e, depois, o volume reduzido das safras iniciais. O Instituto Agrônomo de Campinas, complementado pelos Campos de Cooperação, realizava a primeira experiência, entre nós, de cultura agrícola fundada na técnica. Essa técnica, no campo do algodão, logo se estendeu ao setor de classificação, com a ajuda de elemento inglês, a tal ponto que foi considerada digna de exemplo nos próprios meios norte-americanos. [...] Era uma 'verdadeira revolução técnica'. Além disso, houve 'realmente criação inteiramente nova de um setor econômico, altamente complexo, que ia desde o trato das terras em bases modernas, até os processos novos de comércio, classificação, beneficiamento, padronagem e enfiamento'. São Paulo se tornava, em um decênio, o que mediou entre 1930 e 1940, a região de maior expansão algodoeira do mundo, nas últimas décadas. Entre 1930 e 1944, suas safras simplesmente centuplicaram<sup>471</sup>.

O desenvolvimento de novas variedades de algodão pelo Instituto Agrônomo de Campinas teria continuidade década de 1930 adentro (continuando, aliás, no decorrer das décadas seguintes) e, conforme “a natureza multirramificada do programa de pesquisa, com sua ênfase no melhoramento da qualidade do algodão bem como dos rendimentos”, a cotonicultura no estado de São Paulo fruiria também de importantes ganhos de produtividade relativamente ao cultivo anterior<sup>472</sup>. O rendimento das terras cultivadas com algodão no estado permaneceria, enfim, 39% acima das nordestinas durante o período de análise, em média, apesar do cultivo fora de sua faixa geográfica ótima<sup>473</sup>:

---

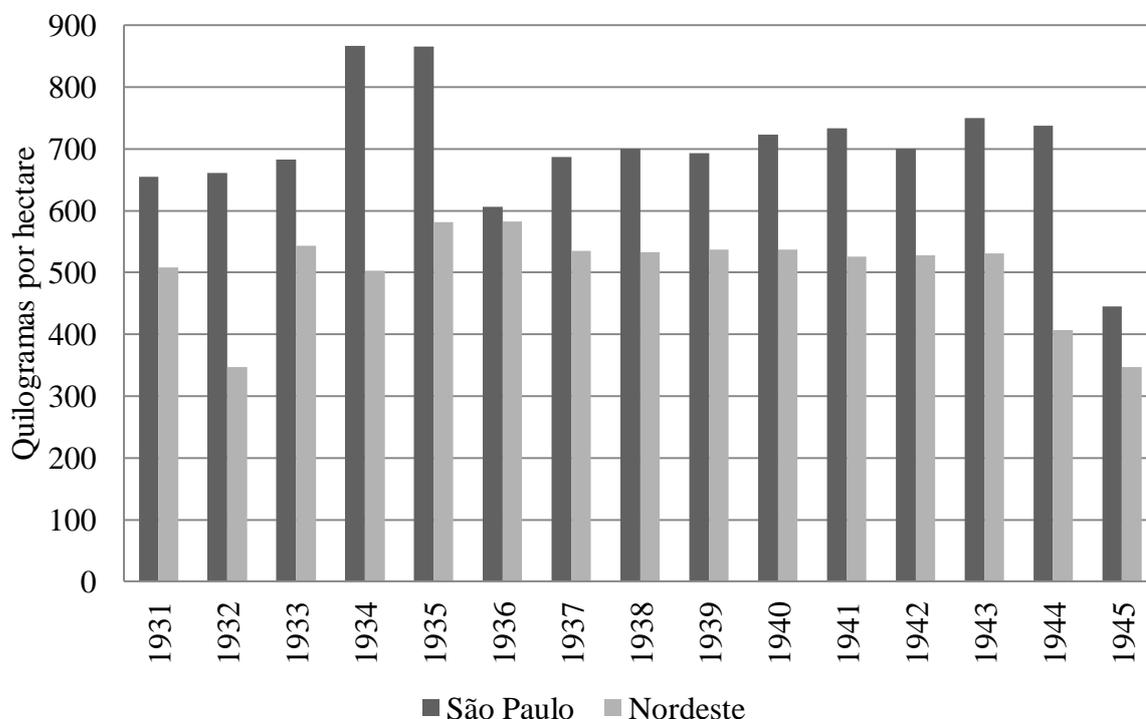
<sup>470</sup> Cabe registrar que, talvez não coincidentemente, esses estados apresentariam no período, em conjunto com o Piauí, os menores rendimentos por área de cultivo da região, conforme SÃO PAULO, Op. Cit., 1990.

<sup>471</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História da indústria em São Paulo. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 141, 1947, p. 49.

<sup>472</sup> A variedade “Express”, plantada a partir de 1930, teria um rendimento por área 30% superior às principais variedades cultivadas na década anterior, “Nova Paulista” e “Russel Big Boll”, com porcentagem de fibra 7% superior. As variedades IA-7387, IA-7470 e IA-21077, plantadas a partir de 1935, por sua vez, apresentariam incrementos de 46% no rendimento (12% relativamente à “Express”) e de 19% na porcentagem de fibra (11% relativamente à “Express”). AYER; SCHUH, Op. Cit., p. 5. O significativo aumento nos rendimentos é, ademais, indicado pelos autores, em *ibidem*, p. 24, como primeira razão para a elevada taxa de retorno da pesquisa com o algodão em São Paulo, conforme discutido no primeiro capítulo.

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 25.

**Gráfico 18** – Rendimento do algodão por área de cultivo em São Paulo e no Nordeste (1931-1945)



Fonte: SÃO PAULO, Op. Cit., 1990.

Nota: Dados relativos ao Nordeste calculados a partir da média ponderada do rendimento pela área de cultivo de cada um dos estados da região. A diferença entre as variedades cultivadas em São Paulo e no Nordeste, as diferenças de forma de cultivo entre as regiões e a forte queda da produtividade em 1945, no entanto, recomendam olhar com prudência para esses dados. Dito de outro modo, o gráfico e a estatística de 39% servem aqui como ideia geral, havendo dessemelhanças inerentes a algodoeiros arbóreos e herbáceos, diferenças entre cultivos de subsistência, lavouras sob regime de colonato e plantios voltados ao mercado e podendo haver subestimações ou superestimações de diversas naturezas, ampliados erros de volume de produção ou de área de plantio nessas estatísticas referentes ao rendimento por área de cultivo.

O padrão disseminado em São Paulo, com importantes ganhos comerciais associados a incrementos da qualidade, do comprimento médio e do rendimento, não se tratava, no entanto, do mais valioso do país a contar pelo tamanho das fibras, com significativas diferenças entre as médias dos estados nordestinos abrangendo variadas faixas de preço: enquanto Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia apresentam repetidamente elevadas proporções de fibras de comprimento inferior a 26mm, mais baratas e inadequadas para certos tipos de tecidos, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, três dos principais estados produtores,

registram consistentemente elevada proporção de fibras com comprimento acima de 30mm, de já reconhecido elevado valor de mercado<sup>474</sup>:

O especialista americano S. C. Green, que foi contratado pelo Governo Federal para dirigir os serviços de algodão no Norte do Brasil, declara que o Brasil “é, virtualmente, o maior produtor de algodão do mundo; que o clima ideal e o solo do Brasil produzem hoje com os mais imperfeitos métodos de cultura que se pode imaginar - praticamente sem ajuda do homem - um algodão cujas amostras escolhidas são iguais aos melhores algodões egípcios de fibra longa; que o Brasil é a pátria natural dos melhores algodoeiros conhecidos; que os obstáculos ao seu desenvolvimento podem ser facilmente superados por uma administração progressista e esclarecida”<sup>475</sup>.

Ocorria que o alongamento e padronização das fibras paulistas já as colocava significativamente à frente da fibra média produzida nos Estados Unidos, explicando o aparente espanto do especialista estadunidense ao avaliar as ainda mais longas variedades tradicionais brasileiras cultivadas no Nordeste, em especial Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, que produziram respectivamente 49%, 66,9% e 81,7% de seus algodões com comprimento acima de 30mm em 1932. Acima do padrão de 26mm e de 28mm mais demandado por tecelagens, esses algodões de fibras longas, empregados em alta-costura e camisaria fina, correspondiam apenas ao percentil superior da safra estadunidense<sup>476</sup>:

---

<sup>474</sup> Entre 1929 e 1933, o prêmio médio pago nos mercados centrais estadunidenses por fibras de tamanho entre 30mm e 32mm (“1 3/16” e “1 1/4” polegadas, mais precisamente 30,16mm e 31,75mm) foi de 3 centavos de dólar por libra para algodões de tipo 5, qualidade média, com relação ao algodão base de 22mm (“7/8” polegadas, mais precisamente 22,22mm), um incremento de 16,7% relativamente a algodões de mesmo tipo de 22mm, negociados em mercados locais estadunidenses a 18 centavos por libra em 1929. Esse prêmio por comprimento de fibra era significativamente maior que o associado à melhora da qualidade do algodão, sendo o tipo 2 cotado, em média, a 0,63 centavos por libra acima do tipo 5 no mesmo período. Fibras acima de 32mm recebiam prêmios médios de 5,25 centavos por libra, ou 27,8% tendo como base o mesmo produto tipo 5 de 22mm negociado em 1929. HOWELL, L. D.; BURGESS JR., John S. *Farm prices of cotton related to its grade and staple length in the United States, seasons 1928-29 to 1932-33*. Technical Bulletin No. 493, United States Department of Agriculture, Washington D. C., 1936, p. 10, 19.

<sup>475</sup> SIMONSEN, Op. Cit., p. 274, 275.

<sup>476</sup> Cabe destacar que esse processo de melhoria das fibras paulistas ocorre, como discutido, ao final da década de 1920, ao passo que Green é contratado em 1915. Com relação ao Nordeste, sem mudanças significativas no tradicional cultivo da região (além do mais, de variedades perenes de algodão), parece razoável assumir para a década anterior distribuições de comprimentos de fibras não muito distintas das apresentadas na tabela.

**Tabela 11** – Distribuição das produções por comprimento de fibra em 1932 por geografia

	23mm e menores	24mm	26mm	28mm	30mm	32mm e maiores
Estados Unidos	46%	27%	15%	10%	1%	0%
São Paulo	0%	0%	14%	81%	3%	2%
Paraíba	7%	21%	20%	2%	4%	45%
Ceará	3%	0%	3%	27%	45%	22%
Rio Grande do Norte	1%	4%	6%	5%	14%	68%
Nordeste Leste	4%	12%	13%	7%	14%	48%
Pernambuco	1%	16%	35%	24%	9%	13%
Alagoas	0%	7%	40%	52%	0%	0%
Bahia	8%	45%	39%	2%	4%	2%
Sergipe	14%	49%	36%	1%	0%	0%
Nordeste Sul	3%	21%	37%	26%	5%	6%
Maranhão	4%	11%	11%	24%	44%	6%
Piauí	1%	1%	53%	42%	3%	0%
Nordeste Norte	4%	9%	18%	27%	37%	5%

Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1939a, p. 72-75; ESTADOS UNIDOS. United States Department of Agriculture. Agricultural Statistics 1936. Washington, 1936, p. 81.

Nota: Dados relativos a subdivisões da região Nordeste calculados a partir de média dos comprimentos ponderada pela produção dos estados no ano de 1932. Esse ano foi escolhido para a comparação uma vez que a forma de apresentação dos dados pelo relatório ministerial, que os torna inadequados para comparações com anos seguintes conforme nota da tabela anterior, facilita o paralelo feito com as faixas divulgadas pelas estatísticas estadunidenses: “menor que 7/8” e “7/8 e 29/32” polegadas equivalentes a “23mm e menores”, “15/16 e 31/32” equivalentes a 24mm, “1 e 1 1/32” equivalentes a 26mm, “1 1/16 e 1 3/32” e “1 1/8 e 1 5/32” equivalentes a 28mm, “1 3/16 e 1 7/32” equivalentes a 30mm e “1 1/4 e maiores” equivalentes a “32mm e maiores”.

O valor médio das produções no Nordeste parece refletir as diferenças de comprimento de fibras observadas entre os estados, com algodões da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte (variedades de fibra longa especialmente adaptadas às condições climáticas da região<sup>477</sup>) valendo, em média, 16% mais que os produzidos em Alagoas, Bahia e Sergipe entre 1927 e 1931: toneladas de algodão desses seis estados valiam, respectivamente, 2:588\$, 2:414\$, 2:580\$, 2:291\$, 2:337\$ e 1:933\$<sup>478</sup>. Maranhão e Piauí, que concentravam fibras médias maiores que as cultivadas a Sul e menores que as cultivadas a Leste, obtinham preços médios de 2:298\$ por tonelada, também intermediários. Pernambuco despontaria como principal exceção da análise, com uma produção cotada a 2:767\$ a tonelada, acima dos demais estados da região apesar de uma menor concentração de fibras longas. Com um preço

<sup>477</sup> “Por esse quadro se vê quanto os algodoeiros do Norte são resistentes, sadios e florescentes. As variedades Mocó [com média de 38,4mm] e Green Seed [com média de 46,4mm] são tão robustas que resistem com muito êxito às secas”. Ibidem, Loc. Cit.

<sup>478</sup> Conforme quantidades e valores das produções estaduais em BRASIL, Op. Cit., 1937, p. 211-222.

médio de exportação de 3:045\$ por tonelada para o conjunto do país nesse intervalo<sup>479</sup>, entretanto, nenhum cultivo nordestino atingiria os preços praticados em São Paulo, com uma produção cotada a 3:290\$ por tonelada de algodão, em média. Se os diferenciais de preço entre algodões produzidos nos distintos estados nordestinos parecem condizer com diferenças de comprimento de fibra<sup>480</sup>, a vantagem paulista teria de ser determinada por outras razões, não sendo qualidades intrínsecas às variedades nordestinas, enfim, que impediriam o tradicional cultivo da região de atravessar transformações semelhantes às do algodão paulista durante a década de 1930.

Com efeito, ainda que destacando as qualidades do algodão paulista, Simonsen revela que a economia do algodão no Brasil tinha no Nordeste sua região mais promissora para posterior desenvolvimento do cultivo ao final da década de 1910<sup>481</sup>, visão que, associada à dinâmica observada de limitado crescimento durante a década de 1920<sup>482</sup> e de relativa estagnação da cultura na região durante a expansão dos anos 1930, leva a crer em um verdadeiro potencial perdido de aperfeiçoamento das condições de cultivo e comercialização do algodão arbóreo no Nordeste. O produto resultante das pesquisas do Instituto Agrônomo de Campinas em São Paulo, enfim, colocaria o estado em boas condições de competitividade internacional sem suplantar tecnicamente muitas das fibras ofertadas em outros estados do país.

---

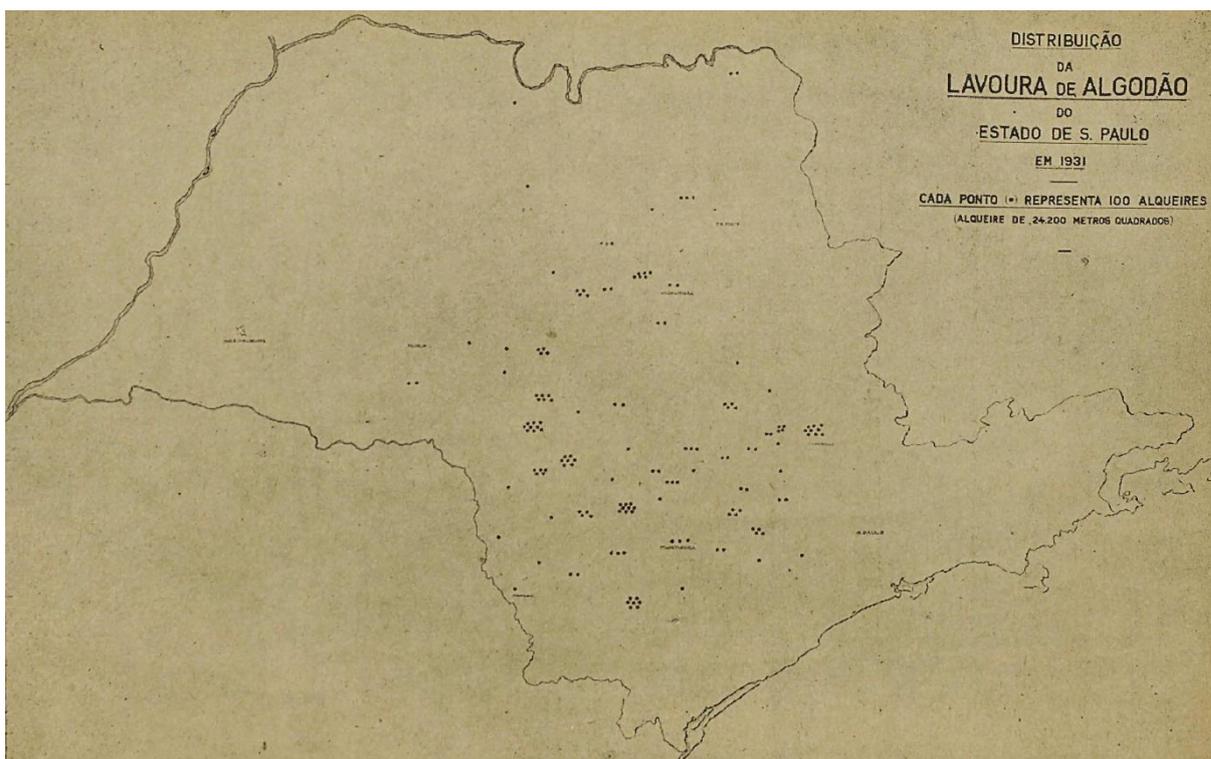
<sup>479</sup> BRASIL, Op. Cit., 1941a.

<sup>480</sup> Em linha, cabe salientar, com produções estrangeiras, conforme HOWELL, L. D.; BURGESS JR., John S., Op. Cit.

<sup>481</sup> “O Norte e o Nordeste brasileiros oferecem vastíssimas regiões em que poderiam ser instaladas rapidamente as maiores plantações mundiais de algodão com todos os requisitos aconselháveis pela técnica moderna. As margens do rio São Francisco e outras regiões oferecem zonas feracíssimas em que poderia ser praticada a irrigação muito economicamente. O Governo brasileiro acolheria com simpatia qualquer iniciativa nesse sentido. Todos os estudos técnicos sobre a cultura do algodão no Brasil, assim como demonstrações experimentais, acham-se feitos e os plantadores poderiam obter rapidamente todas as informações de que carecessem para a sua boa orientação”. Ibidem, p. 275-277.

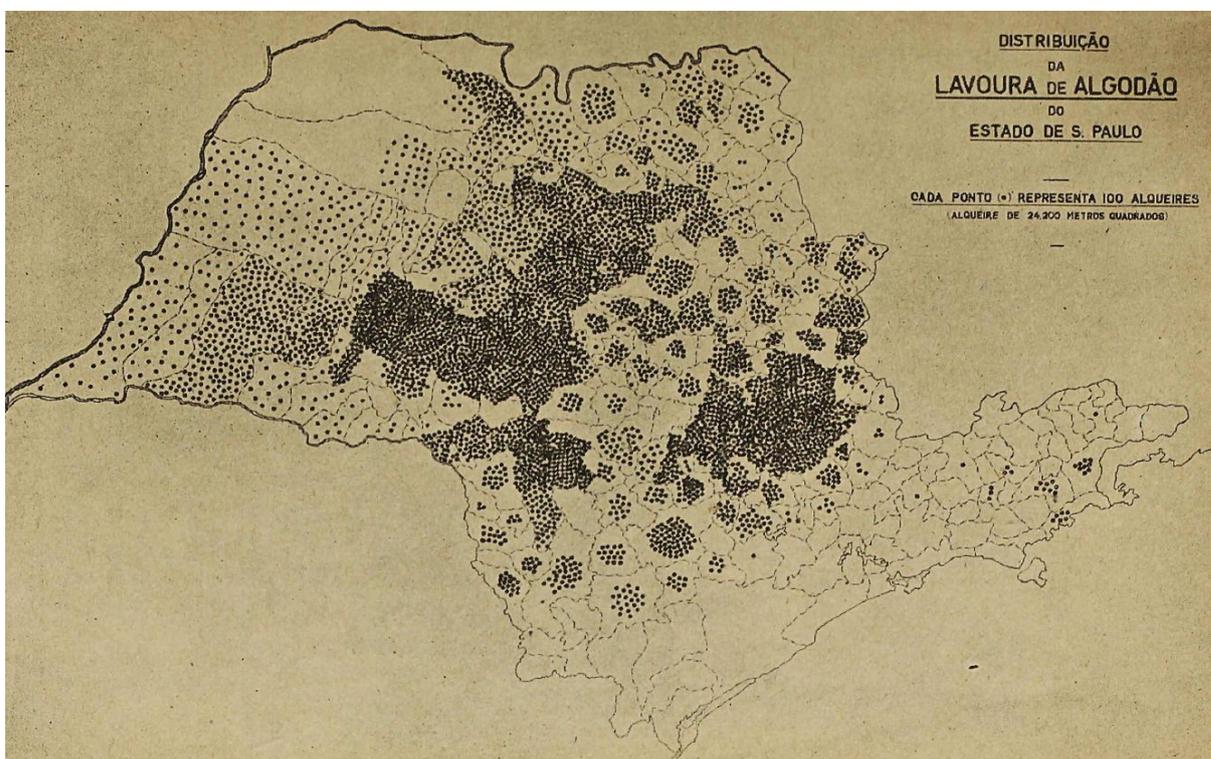
<sup>482</sup> Entre 1920 e 1929 a produção de algodão em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão cresceria 33% conforme DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 132.

**Mapa 3** – Distribuição da cotonicultura paulista em 1931



Fonte: DANTAS, José Garibaldi. A crise do café e a expansão algodoeira paulista. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, São Paulo, v. 24, n. 132, 1938, p.172.

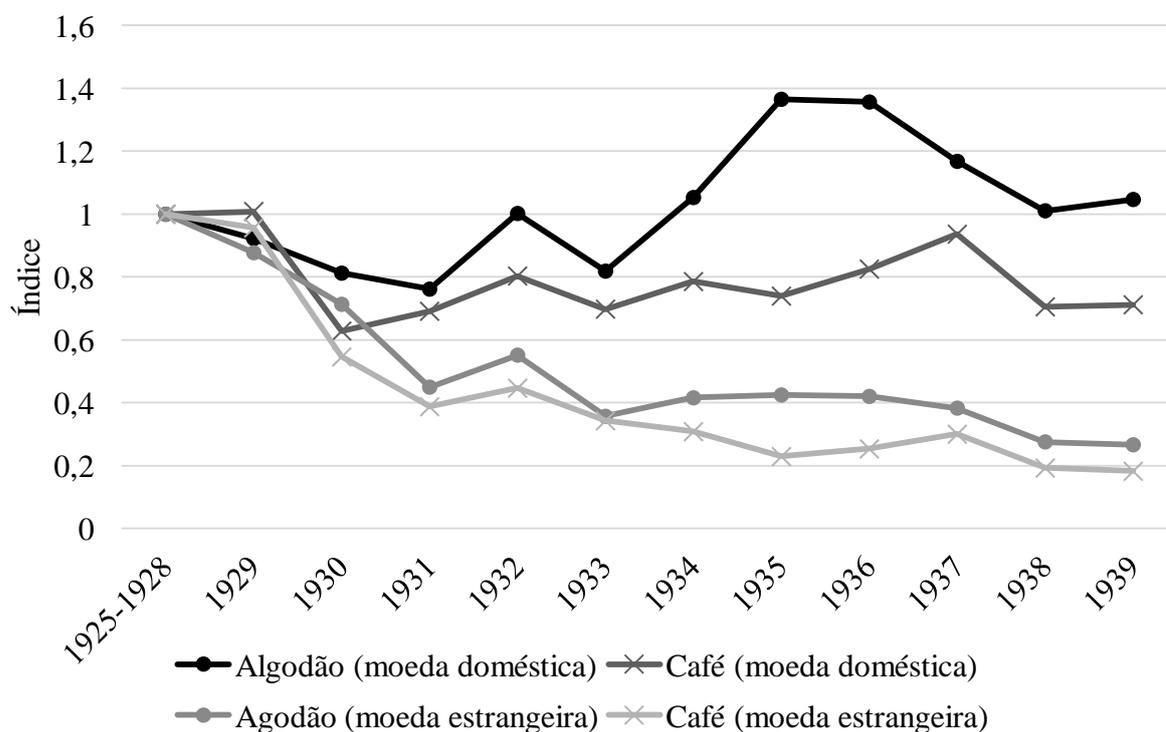
**Mapa 4** – Distribuição da cotonicultura paulista em 1937



Fonte: *Ibidem*, p. 173.

Para entender as circunstâncias que dão vantagem ao algodão em São Paulo é necessário ter em vista que o avanço observado se dá sob a sombra de grave crise no complexo cafeeiro, sendo determinado, então, pelas condições econômicas em larga medida resultantes da supremacia cafeeira até o momento. Regredindo as receitas de exportação de café de 276 milhões de libras no quadriênio de 1925-1928 para 108 milhões de libras no quadriênio de 1931-1934, o algodão, que mobilizava importantes interesses industriais ainda lucrativos e que já fruía de resultados de profícuas pesquisas técnicas, mantinha uma relação de preços domésticos positiva em relação ao café após a quebra de 1929. Nos anos que antecedem o surto, no entanto, a desvalorização cambial do mil-réis não compensa a queda dos preços internacionais de algodão e a fibra também perde valor em moeda doméstica antes de 1934, mantendo até esse ponto uma valorização máxima relativa ao café, em preços médios de 1925 a 1928, de menos de 20%:

**Gráfico 19** – Evolução dos preços obtidos no comércio exterior de café e algodão (média 1925/1928-1939)



Fonte: BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 1378.

No momento inicial do surto, em 1934, quando a produção de algodão quase triplica a média do quadriênio imediatamente anterior no país, com São Paulo quase quintuplicando a média do triênio anterior e representando metade do crescimento nacional em relação ao ano

de 1933<sup>483</sup>, os preços obtidos pela exportação da fibra pouco diferiam daqueles praticados nos anos finais da década anterior, com o café mantendo 79% de seu valor original em moeda doméstica. A partir dessa relação de preços e expansão do cultivo, somada ao fato de que a decisão de plantar o algodão colhido em 1934 se dá em 1933, ano no qual a desvalorização do algodão em moeda doméstica relativamente à média de 1925 a 1928 pouco distava da do café, parece difícil admitir que essa diferença de preços motivaria uma substituição de culturas capaz de explicar o surto algodoeiro, ainda que estimulasse o cultivo de algodão relativamente ao café.

Essa ausência de vínculo que explique inteiramente a tendência ascendente da cotonicultura tem continuidade no biênio de 1935 e 1936, no qual a cultura do algodão sobrevalorizada em moeda doméstica em 42% relativamente aos anos que antecedem a Crise refletiu em um crescimento da produção de algodão da ordem de 24%, e no biênio de 1937 e 1938, quando uma expansão virtualmente idêntica se dá em meio a uma retração dos preços do cultivo a níveis pré-1929. Enquanto o movimento de preços da fibra não parece explicar a expansão da cultura ano após ano, o caráter perene e tradicional da cafeicultura no estado se soma às dificuldades de uma substituição de cultivos que fundamente o crescimento. De fato, como discutido no primeiro capítulo, a desvalorização cambial em larga medida diluiria entre o conjunto da sociedade as perdas da cafeicultura, reduzindo o poder de compra externo e mantendo parcialmente a lucratividade do café, cuja área de cultivo não sofreria declínio significativo até os anos finais da década de 1930<sup>484</sup>. A partir dessas circunstâncias, têm-se as primeiras evidências de que a expansão algodoeira decorreria mais significativamente de novos investimentos do que da derrubada de cafezais para o cultivo do algodão:

Para entender o surto algodoeiro da década de 1930 é importante lembrar que não se tratou simplesmente de uma “substituição de culturas”, mas antes de uma “substituição” na orientação dos investimentos, das relações de produção e, das áreas cultivadas, de acordo com o capital produtor e seu poder financeiro. Aos pequenos e médios proprietários, aos clientes dos loteamentos, aos parceiros e arrendatários, coube a produção de algodão. Aos grandes, ficavam reservados o café das novas áreas, a pecuária, os investimentos na indústria urbana e na especulação de terras<sup>485</sup>

---

<sup>483</sup> A produção paulista de algodão em rama cresceria 65.979 toneladas entre 1933 e 1934, de 36.317 para 102.296, ao passo que a produção nacional cresceria 133.351 toneladas, de 151.253 para 284.604, conforme BRASIL, Op. Cit., 1936. Apenas nesse ano, São Paulo passaria de 24% da produção nacional para 36%.

<sup>484</sup> Nos anos que antecedem o surto, entre 1932 e 1934, a cafeicultura regride em 513 mil hectares (13% da área de cultivo de 1932) ao passo que o algodão avança em 955 mil hectares (uma expansão de 2,5 vezes), o milho avança 266 mil e a mandioca 104 mil, demonstrando importante abertura em novas áreas de cultivo (a área total de cultivo das 5 principais culturas, incluindo o arroz, cresce 8,1% nesse biênio). BRASIL, Op. Cit., 1937.

<sup>485</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 186.

Em diferentes sentidos essa leitura acerca de preços relativos e incentivos à substituição de culturas em São Paulo dialoga com interpretações da expansão da cotonicultura brasileira discutidas brevemente no primeiro capítulo: no Brasil por Peláez, em sua contestação ao modelo de Furtado de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira em meio à crise do setor externo, e nos Estados Unidos por Brandis, preocupado com o aumento da competição estrangeira no principal mercado de exportação do país<sup>486</sup>, sendo o elemento comum às duas análises a atribuição de centralidade à questão dos preços relativos do café e do algodão.

Peléez seria moderado inicialmente ao afirmar que “a estabilidade dos preços de algodão no mercado mundial em relação ao do café, que sofreu um declínio considerável” seria o primeiro dos “importantes sucessos [que] contribuíram para renovar o interesse pela produção de algodão nos primeiros anos da década dos trinta”. Concluindo, entretanto, que “não há outra explicação para o desinvestimento ocorrido no setor cafeeiro senão a transferência para a produção algodoeira”<sup>487</sup>, o autor assume precisamente uma substituição entre cultivos para negar a ideia de redirecionamento de recursos a atividades voltadas ao mercado interno.

Brandis, por sua vez, afirma que “não devemos perder de vista o fato de que preços extremamente baixos de café relativamente ao algodão existiram nesse período” e que uma das “maiores razões econômicas” dessa expansão seria “a forte queda dos preços de café após 1929 em relação ao preço de algodão”. Expondo, entretanto, dados equivalentes aos observados acima e indicando, a partir da relação de preços dos produtos de 1929, uma valorização máxima do algodão relativa ao café de 44% em 1935, a posição de Brandis parece de difícil defesa: a produção de algodão cresce 47% sem redução na área de cultivo de café no triênio de 1936 a 1938, quando a sobrevalorização média do algodão é de apenas 17%; o cultivo não apresenta retrocessos no triênio de 1940 a 1942, quando a relação de preços é

---

<sup>486</sup> Cabe lembrar que os Estados Unidos dispunham no período de uma política de sustentação de preços internos do algodão, baseada fundamentalmente em limitações da área de cultivo e, após elevados estoques e aumentos do rendimento por área revelarem a política insuficiente, financiamentos de compras de fibras não vendidas, inibindo pressões negativas sobre o mercado internacional. PATCH, B. W. Cotton exports and crop reduction. Editorial Research Reports, 1934. Essa política, ainda que tenha elevado preços relativamente à baixa entre 1930 e 1932, não leva à retomada dos preços praticados antes da crise, sendo a média de 1933 a 1939 28% inferior aos preços do algodão estadunidense em 1929, conforme BRANDIS, Op. Cit., p. 72. Apesar de atribuir a expansão da área de cultivo de algodão a uma substituição do café pela fibra, o próprio autor afirma que o programa de defesa do algodão nos Estados Unidos não determinou o surto no Brasil, tendo, entretanto, influenciado-o. Ibidem, p. 81.

<sup>487</sup> PELÁEZ, Op. Cit., 1968, p. 48, 47.

negativa para o algodão em 22%<sup>488</sup>; a produção em 1943, quando a relação de preços era 14% desfavorável ao algodão relativamente ao café, equivale a 116% da produção em 1939, quando a relação era 30% favorável ao algodão<sup>489</sup>.

Brandis lembraria, no entanto, vínculos mais profundos da cafeicultura com a cotonicultura em São Paulo, do plantio da fibra nos cafezais, tratando a questão também como uma nova escolha entre alternativas de investimentos: “para o agricultor brasileiro que plantava algodão entre fileiras de cafeeiros pode ter parecido que foi o baixo preço do café ao invés do alto preço relativo do algodão que o forçou à produção de algodão”. Essa leitura, ainda que fundamentada em características importantes do sistema de colonato, entraria em conflito com o fato de que propriedades cafeicultoras e cotonicultoras se distinguiam por importantes particularidades.

Ocorria que, na agricultura paulista, o algodão era cultivado por aqueles que podiam contar com o próprio trabalho para plantar e colher (recorrendo a menor contratação de trabalhadores adicionais<sup>490</sup>), que não dispunham de capitais para investir em outras atividades rentáveis do diversificado complexo cafeeiro<sup>491</sup> (empreendendo esforços arriscados no cultivo da fibra sem adubos, inseticidas ou herbicidas) e que podiam enfrentar com agilidade o surgimento de pragas nos algodoeiros<sup>492</sup>: os pequenos e médios produtores. A própria constatação de Brandis de que a escassez de mão de obra frente a uma cultura que dependia de uso intensivo de trabalho e o conseqüente elevado custo do cultivo provavelmente limitariam a expansão da cotonicultura brasileira<sup>493</sup>, cabe destacar, aponta em sentido oposto à ideia de que cafeicultores optavam por expandir o plantio de algodão como alternativa para obter maior rentabilidade. O fato de que a cotonicultura cresce em um contexto de retração do

---

<sup>488</sup> Se a produção caíria em 1942 após desvalorização do produto em 1941, a ainda maior desvalorização em 1940 não impediu importante expansão do cultivo em 1941 nem a ainda desfavorável relação de preços de 1942 impediu a recuperação da área de cultivo de 1941 em 1943.

<sup>489</sup> BRANDIS, Op. Cit., p. 77, 80; BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1946.

<sup>490</sup> Se tratava de um cultivo com uso intensivo de mão de obra, cuja colheita, que consumia em poucos dias 44% do tempo de trabalho da safra, somando 24% dos custos totais de produção conforme DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 129, tinha que ser feita rapidamente após a abertura das maçãs.

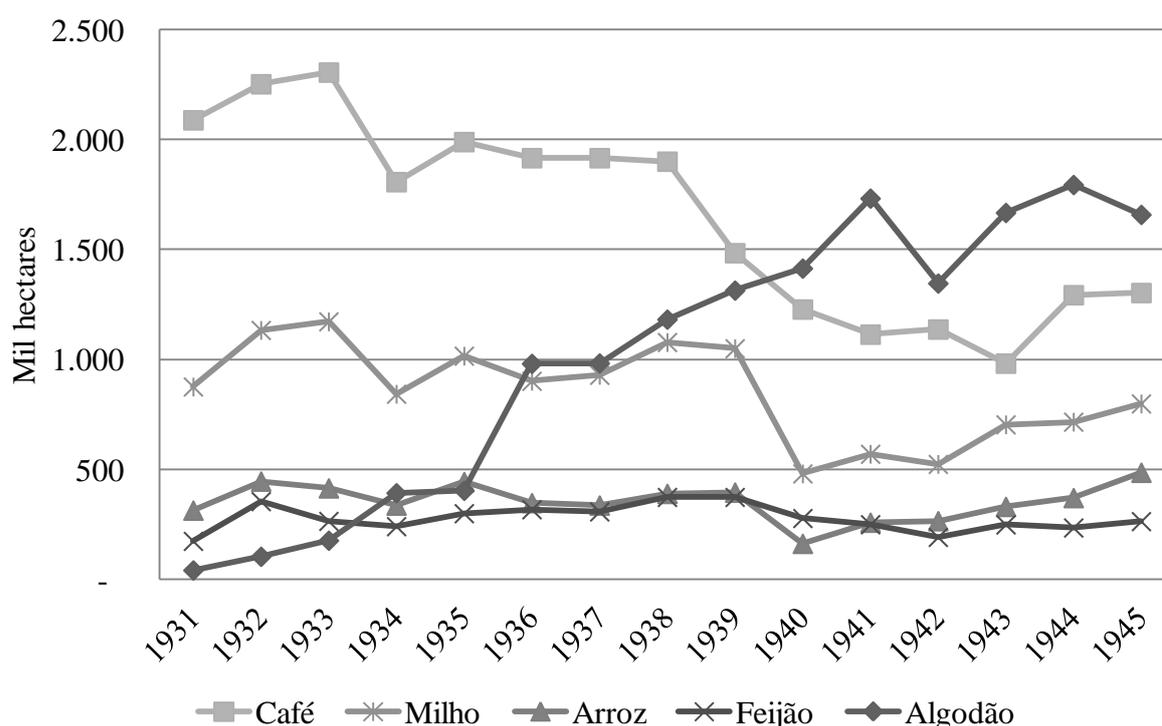
<sup>491</sup> Cafezais bem estabelecidos continuavam rentáveis e, como discutido, mobilizavam atividades variadas envolvendo produção e comercialização de insumos, financiamento, beneficiamento, classificação, ensacamento, transporte e comercialização do café, entre outras, além de atividades urbanas diversas que compunham ampla variedade de alternativas para a reprodução de capitais cafeeiros, incluindo atividades industriais.

<sup>492</sup> “Há também problemas com a inexistência de maquinário para pulverização no combate às pragas, pois o ‘curuquerê vai sendo combatido ainda pelos antiquados processos de saquinhos de verde-paris, agitados em varapaus’ com resultados inseguros, pois ‘sem máquinas, além de simples aparelhos individuais, a cultura, quando é acima de 10 alqueires [24,2 hectares], não pode ser pulverizada a tempo, como convém. Gastam-se dias, muitas vezes o bastante para aparecer outra geração mais numerosa de insetos, ou não se podem aproveitar dois ou três dias secos, por falta de pessoal. Resultado: destruição da cultura’. Como se vê, mais uma vantagem da unidade de cultivo de pequeno tamanho, baseada no trabalho familiar, sobre a grande”. DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 150.

<sup>493</sup> BRANDIS, Op. Cit., p. 81.

café e de expansão de outras culturas, em maior ou menor medida também vinculadas a propriedades cafeeiras, significaria, enfim, que o vínculo entre essas atividades teria de ser transformado, sendo a multiplicação da ordem de mais de 45 vezes da produção de algodão no estado entre 1931 e 1941 inalcançável através da expansão do cultivo de colonos entre fileiras de café, que diminuía.

**Gráfico 20** – Áreas de cultivo dos principais gêneros agrícolas de São Paulo (1931-1945)

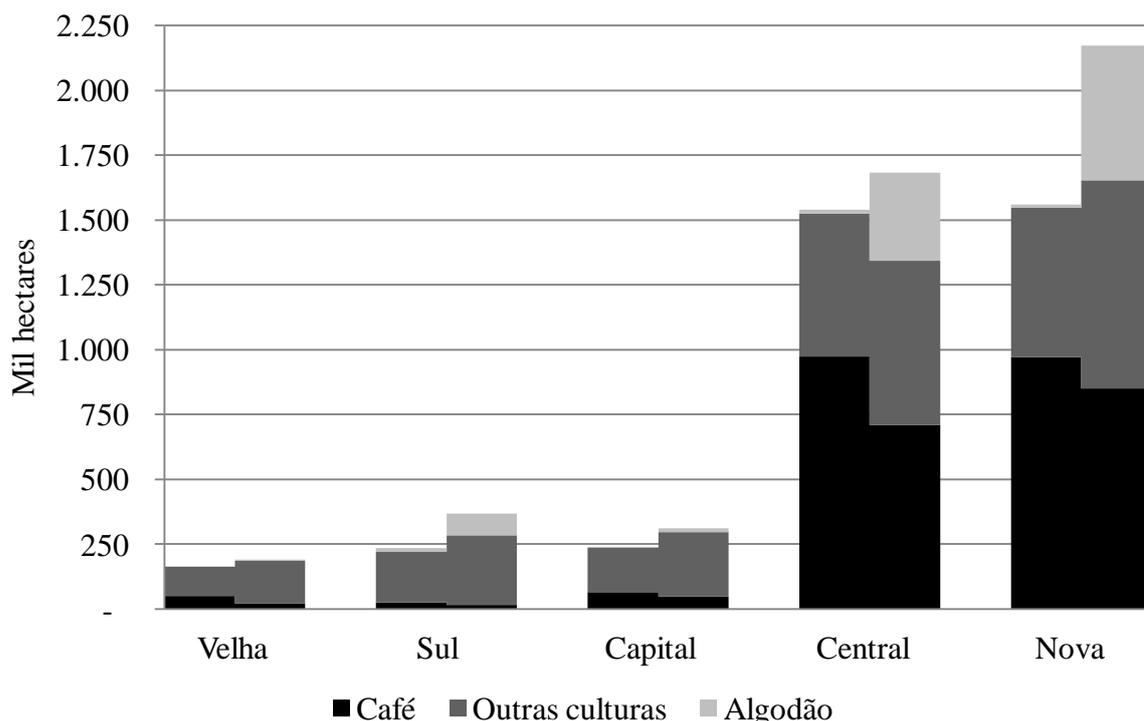


Fonte: SÃO PAULO, Op. Cit., 1990.

Em primeiro lugar, se tratando de um cultivo particularmente atrativo para pequenos e médios agricultores, a dinâmica de expansão da área de plantio no estado de São Paulo reforçaria precisamente a tendência de crescimento de cotonicultura durante a década: enquanto o número de propriedades acima de 1.210 hectares aumentaria 7,5% entre 1931 e 1938, propriedades com menos de 24,2 hectares teriam um incremento de 60,1% no período, com o número de propriedades entre 24,2 hectares e 60,5 hectares crescendo também 39,6%.

Em apenas 7 anos, a área média das propriedades no estado teria uma redução de 18,8%<sup>494</sup>, proliferadas pequenas e médias propriedades. A distribuição geográfica dessa expansão, finalmente, seria o atestado final contra a hipótese de um surto cotonicultor baseado na substituição de cafezais por algodoeiros:

**Gráfico 21** – Áreas de cultivo de café, algodão e demais culturas por região no estado de São Paulo em 1930/1931 e 1937/1938

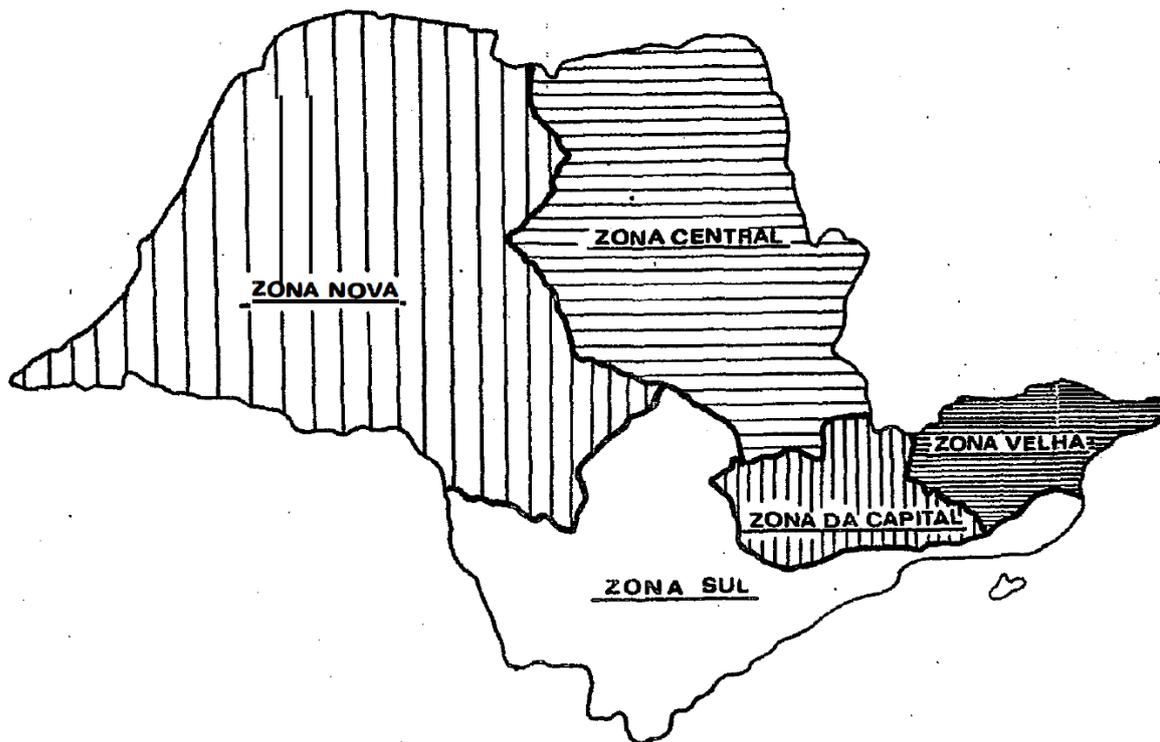


Fonte: DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 188.

Nota: Conforme KAGEYAMA, Angela Antonia. *Crise e estrutura agrária: a agricultura paulista na década de 1930*. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 1979, p. 50-65, entende-se por zona Velha o território a Leste do estado a partir de São José dos Campos, por zona Sul a área correspondente a todo o litoral e ao território a Oeste a partir de Sorocaba e ao Sul a partir de Porangaba e do rio Paranapanema, por zona da Capital a área ao redor do município de São Paulo com limites aproximados a Norte, Sul, Leste e Oeste em Jundiaí, São Bernardo do Campo, Paraibuna e São Roque, por zona Central o território a Norte a partir de Campinas e a Leste a partir de Jaú, Borborema e Bebedouro e por zona Nova as áreas entre os rios Tietê e Paranapanema e a Norte do rio Tietê a partir de Novo Horizonte e Santa Adélia.

<sup>494</sup> KAGEYAMA, Op. Cit., p. 76, 80. A área média das propriedades passaria de 89,7 hectares em 1931 para 72,8 hectares em 1938 no estado, 21% abaixo da área média, por exemplo, do estado do Ceará em 1940, de 92,2 hectares. Com relação à área cultivada no estado, a participação de estabelecimentos com menos de 60,5 hectares aumentou 26% no mesmo período, tendo propriedades maiores que isso representado 79% da área cultivada em 1938. O Ceará, mais uma vez para fins de comparação, concentrava 88,5% da área de cultivo em estabelecimentos superiores a 50 hectares. BRISOLLA, Sandra de Negraes. *Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1977. Cabe lembrar que diversas outras particularidades diferenciam os cultivos desses estados: relações de trabalho, espécies cultivadas, técnicas empregadas, mercados consumidores, transportes, comércio, etc.

**Mapa 5** – Divisão das zonas produtoras do Estado de São Paulo



Fonte: KAGEYAMA, Op. Cit., p. 65.

A expansão da cotonicultura se daria heterogeneamente entre distintas regiões do estado, não correspondendo com o recuo do café por geografia, nem por área de cultivo: a retração da cafeicultura na zona Velha (da ordem de 57%) não seria acompanhada por crescimento significativo do plantio de algodão na região, ao passo que a expansão na zona Sul equivaleria a 6,6 vezes as terras disponibilizadas pelo café, tratando-se, fundamentalmente, de uma ampliação da área de cultivo; no entorno da Capital, assim como na zona Velha, seriam os demais cultivos a mais significativamente substituir o café e motivar expansão da área total de cultivo; a zona Nova, por fim, exibiria o mais importante avanço da cotonicultura em São Paulo nesse período, da ordem de 504 mil hectares, equivalente a 55% da expansão do cultivo de algodão no estado, sem deixar de registrar forte avanço em outros cultivos, da ordem de 40%. A exceção seria, em certa medida, a região Central, na qual o café regressaria 236 mil hectares e o algodão avançaria 327 mil hectares (36% da expansão estadual), multiplicando 25 vezes o cultivo da fibra na região e implicando, ainda assim, em conjunto com um avanço de 80 mil hectares de outras culturas, uma expansão da área cultivada da ordem de 144 mil hectares.

Passando de 1% da área de cultivo do estado no começo da década para mais de 20% em 1938, a dinâmica de expansão da cotonicultura não condiria com o recuo da cafeicultura

paulista, nem em proporção, nem em distribuição geográfica. Somado a ela, outras culturas superariam a retração do café em suas expansões, motivando avanço adicional da fronteira agrícola em São Paulo. Assumindo uma substituição de café por algodão e de café por outras culturas proporcional às expansões relativas de algodão e de outras culturas em todo o estado entre 1931 e 1938, o algodão tomaria 284 mil hectares da cafeicultura, demandando ainda 635 mil hectares de novas áreas de cultivo, de modo que 69% de seu aumento independeria do recuo do café. Outras culturas tomariam, nesse cenário, 158 mil hectares da cafeicultura, demandando ainda 353 mil hectares novos<sup>495</sup>.

O detalhamento da expansão do algodão e da retração do café por regiões do estado oferece também melhor compreensão dos incentivos decorrentes da relação de preços dos produtos: o rendimento líquido por área de cultivo na zona Nova equivaleria ao triplo do obtido na zona Velha e quase ao dobro do obtido nas demais zonas, rendendo pouco mais, também, que o cultivo de algodão. Se especificidades das propriedades cotonicultoras e cafeicultoras explicam a ausência de uma substituição generalizada do café pelo algodão em regiões de clara vantagem do cultivo da fibra, a elevada produtividade da cafeicultura na zona Nova justifica a relativa manutenção da produção de café na região (havendo outras oportunidades de investimento urbano aos capitais cafeeiros, que de todo modo perdiam rentabilidade na agroexportação). A expansão algodoeira teve como fundamento, enfim, uma rentabilidade apenas equivalente à obtida pelos cafeicultores mais produtivos, embora superior à média da cafeicultura em crise, viabilizada, entretanto, para algo entre 40 e 50 mil pequenos e médios lavradores, com propriedades de, em média, 10 a 15 hectares, e um número crescente de arrendatários, que passaria de 20 mil para mais de 50 mil na década de 1940<sup>496</sup>.

Tratando-se mais de uma reorientação de investimentos derivados de excedentes do complexo cafeeiro do que de um reemprego na cotonicultura de terras e trabalho até então

---

<sup>495</sup> Ademais, “teria sido possível aumento da área cultivada com algodão sem detrimento do café, pelo menos em três regiões: na Zona Velha, porque a área ocupada pelo algodão ao final do período (3.565 ha) não representaria mais do que 12,6% da área abandonada pelo café (28.287 ha) no mesmo período; assim, o ritmo do declínio da cafeicultura foi muito mais intenso que o da expansão algodoeira, tomando aparência de fenômenos até certo ponto ‘independentes’, embora paralelos. Na Zona Nova, muito provavelmente teve maior peso a ocupação de terras novas com o cultivo do algodão do que as terras abandonadas pelo café. Isso porque a redução na área de café (121.554 ha) não seria suficiente para cobrir o aumento da área com algodão (378.093 ha), ou seja, no mínimo 256.539 hectares de terras adicionais (não cultivadas anteriormente com café) foram ocupados pelo algodão. Na Zona Sul ocorre fenômeno semelhante, pois embora a área dedicada à cafeicultura sofra uma diminuição de 10.653 ha, a área ocupada pelo algodão aumenta 70.086 ha, no mesmo período”. KAGEYAMA, Op. Cit., p. 124.

<sup>496</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 274-279.

comprometidos com o café<sup>497</sup>, o fato de que lavradores responsáveis pela expansão do algodão distinguiam-se dos grandes cafeicultores detentores do capital significaria que o fluxo de recursos entre os cultivos, necessário para a veloz expansão do algodão no estado, dependeu de mecanismos específicos de incentivos e transferências, para além da atuação direta dos grandes proprietários de terras. Dito de outro modo, o fato de que o algodão não podia ser cultivado de maneira eficiente em grandes propriedades (em função da combinação de estreito tempo de colheita, considerável custo de mão de obra, necessária presteza no combate a pragas e caráter ainda antieconômico da maquinização do cultivo) demandaria do capital fórmulas que o possibilitassem expandir a cultura, e a partir dela multiplicar-se, sem investir diretamente na lavoura em si. A resposta para essa questão está no capital necessário para o cultivo e o processamento do algodão (fora do alcance do pequeno e médio lavrador que, com seu trabalho manual, tornava a cultura economicamente viável), e nos ganhos desse capital a partir da subordinação financeira e comercial da atividade algodoeira.

Baseado o cultivo do algodão no trabalho do pequeno e médio proprietário (que paga pela terra o sobrepreço de processos especulativos anteriores) ou arrendatário (sobre o qual recaí significativas transferências ao arrendador sob forma de renda da terra<sup>498</sup>) e de sua família, o preparo da terra, os tratos culturais e a colheita não podiam, via de regra, ser financiados pelos módicos recursos próprios, sendo, então, financiados por empréstimos informais oferecidos pelos negociantes e beneficiadores, com os quais o lavrador estabelece relações pessoais de confiança (e para os quais não deixa de pagar juros significativos, além

---

<sup>497</sup> É interessante aqui compreender a perspectiva de Furtado sobre o reemprego de excedentes da cafeicultura no próprio cultivo do café, lógica que determinava decisões de investimentos há décadas e que a Crise de 1929 destruía, adiantando consequências de um processo expansivo já insustentável, e que serve de pano de fundo para a dinâmica em questão: “Os empresários das economias exportadoras de matérias primas, ao realizarem suas inversões, tinham de escolher dentre um número limitado de produtos requeridos pelo mercado internacional. No caso do Brasil, o produto que apresentava maior vantagem relativa era o café. Enquanto o preço desse artigo não baixasse a ponto de que aquela vantagem desaparecesse, os capitais formados no país continuariam acorrendo para a cultura do mesmo. Portanto, era inevitável que a oferta de café tendesse a crescer, não em função do crescimento da procura, mas sim da disponibilidade de mão de obra e terras subocupadas, e da vantagem relativa que apresentasse esse artigo de exportação”. FURTADO, Op. Cit., p. 174-175.

<sup>498</sup> Já se criticava o desmedido peso da renda da terra sobre o lavrador de algodão na época, em mesa redonda incluindo representantes de agricultores, poder público, transportes, indústrias, armazéns e beneficiadores, de diversas entidades: “O arrendamento de terras, no Estado de São Paulo, está subindo numa proporção desigual. Nos Estados Unidos, o preço do arrendamento da terra, nas zonas algodojeiras, é quase o mesmo que no nosso Estado. Ora, se não tivermos a produção por unidade de superfície, como tem os norte-americanos, o pequeno proprietário começa com um ‘handicap’ elevadíssimo, qual seja o preço da terra muito elevado. Isso constitui um fator prejudicial a nossa expansão econômica. Tenho a impressão de que esta questão do arrendamento está marchando para uma situação insustentável”. COM o atual sistema de crédito nada é possível fazer! Op. Cit., p. 32. Com uma produtividade média por área de cultivo equivalente a 196% da brasileira, conforme BRANDIS, Op. Cit., p. 71, o cotonicultor estadunidense, nessa estatística de custos equivalentes de arrendamento, pagaria, relativamente a seus rendimentos, quase metade do valor pago pelo lavrador brasileiro pelo uso da terra. Essa estatística tende a ser ainda mais desfavorável ao agricultor no Brasil incorporados custos de transporte e diferenças entre preços finais do produto.

de vender sua produção). Estes, por sua vez, não assumiam o risco do financiamento, repassando-o a bancos, sob cujas cifras de “créditos à lavoura” esses valores eram registrados<sup>499</sup>. Os capitais cafeeiros e industriais ingressavam assim no cultivo de algodão, realizado por agricultores desprovidos de capitais, por três caminhos: aquisição e operação de prensas e descaroçadores, em linha com a expansão do cultivo, financiamento da produção com recursos do sistema financeiro, por intermédio de comerciantes e beneficiadores, e arrendamento e financiamento de propriedades, sendo a especulação imobiliária associada à expansão da infraestrutura de transportes que precede o loteamento para pequenos e médios proprietários também expressão do capital cafeeiro. Como a parcela de capital que lhes cabia, pequenos eram os ganhos líquidos a cada safra para os agricultores:

É um caso pouco clássico de crescimento sob o capital, sem centralização aparente! Só se explica pela presença do capital comercial, que não os deixa acumular, mesmo aos mais “industriosos”... De fato, o movimento está pulverizado apenas na execução direta, mas concentrado na concepção, no financiamento, na comercialização dos resultados. [...] No caso deste surto dos anos trinta o “empréstimo” era essencial para manter o pioneiro pobre produtivo, e subordinado. Tratando de pequenos estabelecimentos, utilizando mão de obra familiar e mesmo buscando propriedades maiores onde pudesse trabalhar como “diarista” após a colheita do “seu” algodão, o pequeno plantador enfrentava, a cada início de plantio, uma série de gastos mínimos que o levavam a um permanente renovar de sua dependência. [...] Ao sobreviver à custa de empréstimo, o agricultor mais e mais “perdia” por antecipação a sua colheita. Os antigos parceiros e colonos do café, agora envolvidos no algodão, “não tinham, com certeza, ganho muito ao trocar a dependência da proteção do grande fazendeiro pelo controle dos financiadores ou pelo anonimato perante empresas poderosas”<sup>500</sup>.

Tratava-se de um cultivo que, pequeno na escala de produção, não deixava de demandar investimentos elevados para o lavrador desprovido de recursos que cultivava pequenas e médias propriedades, subordinando-o ao capital cafeeiro e industrial. Com rendimentos líquidos minimizados por elevados pagamentos aos financiadores da lavoura, o sustento de muitos produtores de algodão dependia também de alimentos cultivados para

---

<sup>499</sup> “As dificuldades de obtenção de financiamento oficial pelos pequenos produtores sobreviveram até hoje, e eram muito maiores na época, Apresentar título de propriedade, estimar colheita, preencher formulários eram itens que, quando disponíveis, tinham ainda de passar pelos ‘funcionários de cartório’. É fácil entender o temor que isso despertava no agricultor de algodão [...]. Embora nos quatro anos de guerra, quem receba de 30% a 70% de todos os créditos à agricultura fornecidos pelo Banco do Brasil fossem ‘empresas do algodão’ – eles continuavam sendo contabilizados como ‘crédito à lavoura’. DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 288, 290.

<sup>500</sup> Ibidem, p. 280, 283, 288.

consumo próprio e comercialização<sup>501</sup>. Do outro lado da relação, além de juros que motivavam bancos e comerciantes intermediários, o beneficiamento rendia significativos ganhos a cativar capitais: os maquinistas, operando com “uma margem bruta de lucro de 20% a 30% por arroba de algodão beneficiado” sobre a qual ainda recaiam “frete, salários de empregados, manutenção das máquinas”, se não lucravam muito por unidade processada, obtinham ampla massa de lucros decorrente da escala de operação de cada descaroçador, capaz de beneficiar, no caso de descaroçadores de 60 serras, quase uma tonelada de algodão em caroço por dia. A esses lucros se somavam ganhos potenciais de integração vertical, que gradativamente, por fim, concentrariam o mercado de beneficiamento do algodão em empresas nacionais e estrangeiras de grande porte, com companhias estadunidenses aumentando suas participações “de uma base quase nula” a quase 30% do algodão descaroçado durante a guerra<sup>502</sup>.

Uma das formas que encontra o capital para continuar a reproduzir-se é por meio da subordinação dos pequenos produtores via mercados oligopsônicos e via crédito. Uma ilustração significativa: o algodão. Sabe-se que o controle dos transportes, do comércio e financiamento em muitos casos estava nas mãos de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, donos principalmente das casas bancárias e máquinas de algodão. Só na região da Alta Sorocabana, Noroeste e Alta Paulista, por exemplo, existiam as firmas BRAZCOT (máquinas de beneficiamento, compra e embarque de algodão), BRATAC (Casa Bancária e Algodoeira BRATAC), Anderson Clayton e Sanbra, além de inúmeras Cooperativas. Essas firmas citadas referem-se apenas a uma região e a um caso específico, o dos produtores japoneses, estudado por Vieira (1973), podendo-se inferir que o número de casos em que os produtores ficavam atrelados aos financiamentos e os grupos oligopsônicos, como descreve a referida autora para o caso dos imigrantes japoneses, devia ser bastante expressivo para o estado todo<sup>503</sup>.

---

<sup>501</sup> “Embora lá, como aqui, o algodão seja herbáceo, e lá como aqui haja algodão produzido por ‘tenants’ (‘arrendatários’) a história da ocupação da região é totalmente distinta [da dos EUA]. Assim, formou-se lá uma região monocultora, importadora de alimentos das demais áreas agrícolas dos Estados Unidos. Aqui, o surto algodoeiro traz implícitos os pequenos ‘tratos de terra’ cultivados com alimentos, para consumo dos ‘sitiantes’ e ‘pequenos proprietários’, cuja produção é também comercializada, tendo a região chegado mesmo a ser ‘exportadora’ nesses itens’. Ibidem, p. 199-200.

<sup>502</sup> Ibidem, p. 231-237. É significativo observar a concentração de máquinas descaroçadoras no estado, havendo menos de 900 destas em 1935 para mais de 400 mil hectares de algodão conforme SÃO PAULO, Op. Cit., 1990, cultivados por dezenas de milhares de agricultores. Essa estatística condiz com o volume correspondente a cada descaroçador, com as 350 mil toneladas de algodão bruto produzidos no ano exigindo pouco menos de 1.000 descaroçadores (havendo também descaroçadores maiores e mais eficientes que os de 60 serras usados como base de cálculo por Albuquerque). Cabe salientar que o número de descaroçadores apresentado por KAGEYAMA, Op. Cit., p. 125, dista significativamente do trazido por Albuquerque, com os dados da “Estatística Agrícola e Zootécnica” registrando, segundo a autora, 278 descaroçadores no estado em 1935. A abertura por regiões feita pela autora indica também importante concentração dos descaroçadores nas zonas Central e Nova, próximos ao cultivo de algodão no estado durante o surto.

<sup>503</sup> KAGEYAMA, Op. Cit., p. 40. Informação similar referente à atividade algodoeira de imigrantes japoneses é compartilhada à época pelo cônsul Kozo Itige: “Como adiantamento têm eles encontrado da parte dos commisarios, negociantes e particulares, boa acolhida; sendo raros os empréstimos conseguidos por parte dos estabelecimentos bancários”. CONGRESSO Algodoeiro da colonia japoneza, Op. Cit.

A leitura de que atividades de beneficiamento e de comercialização estavam concentradas nas mãos de grandes empresas (que detinham efetivo poder sobre o lavrador pelas condições de oligosônio do mercado algodoeiro em São Paulo) a prejuízo não apenas do agricultor, mas da atividade algodoeira em si, não seria encontrada apenas em revisões posteriores acerca do período, realizadas por pesquisadores interessados em questões fundiárias ou de relações de produção. Ao contrário, essa leitura era já feita à época e integrava debates interessados em estabelecer formas alternativas de orientação de recursos à cotonicultura de modo a beneficiar a atividade:

O comércio interno do algodão em São Paulo, quase todo, está concentrado em poder de firmas importantes, que em sua maioria acumulam todas as funções intermediárias entre o produtor e o consumidor externo. Existe uma rede perfeita de açambarcamento da produção paulista, constituída por essas firmas possuidoras de usinas de beneficiamento, espalhadas pelo território do Estado. [...] Efetivamente, nenhum quilo de algodão em pluma pode sair dos centros produtores sem preliminarmente ser acondicionado em conformidade com as exigências da padronização comercial de beneficiamento e prensagem; essa circunstância coloca o produtor na dependência absoluta do maquinista ou proprietário da usina de beneficiamento, e sendo este último ao mesmo tempo o comprador único e obrigatório, nada lhe impede de praticar, em proveito próprio, toda sorte de métodos coativos contra o produtor. [...] Com os fatores delineados, destaca-se mais ainda a necessidade peremptória de vasta expansão do programa de crédito agrícola popular e acessível a todos, com o fim de neutralizar as influências privadas, que oprimem a produção. Se o crédito possuísse a elasticidade necessária para oferecer assistência oportuna e eficiente ao produtor, não seria este, vítima perene dos capitais particulares, que, sem preocupação alguma, a não ser de lucros fabulosos, obtidos à custa dos esforços alheios, devastam a economia do pequeno e desprotegido lavrador<sup>504</sup>.

Reivindicações referentes ao persistente problema do financiamento agrícola seriam também a principal pauta da União dos Lavradores de Algodão<sup>505</sup>, cuja tardia criação e

---

<sup>504</sup> WENTZCOVITCH, Estanislau. Surto algodoeiro em São Paulo. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 63, 1941, p. 87. O autor cita também participações das cinco maiores empresas de 34,3%, 38% e 37,2% nas exportações totais de algodão do estado em 1938, 1939 e 1940.

<sup>505</sup> DE FARIAS, Francisco Pereira. *Propriedade fundiária e hegemonia política no Brasil*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. Anais. São Paulo, 2011, p. 8, 10.

aparente dificuldade em motivar mudanças alinhadas a suas demandas<sup>506</sup> voltam a evidenciar a fraqueza, e conseqüente reduzido poder de articulação, da categoria nesse período. Criada em 1939 após o II Congresso Algodoeiro de São Paulo<sup>507</sup>, a entidade surge apenas após o sucesso do cultivo como principal produto agrícola do país, com 21% do valor da produção agrícola nacional (superando a cafeicultura que, em trajetória decrescente, equivaleria a 67% da cotonicultura cinco anos depois), e vê por anos a continuidade da má distribuição dos créditos entre agricultores e intermediários (maquinistas e comerciantes), sendo o próprio volume do financiamento persistentemente insuficiente<sup>508</sup>.

A ampla e desarticulada classe de pequenos e médios agricultores com disposição e condições econômicas mínimas para realizar o cultivo é, enfim, um dos elementos a compor o

---

<sup>506</sup> Exemplo emblemático aparece em matéria elogiosa à atuação da União dos Lavradores de Algodão (U. L. A.): “a 7 de março de 1944 a U. L. A. dirigia-se ao ministro Souza Costa, telegraficamente, reclamando melhor financiamento. No dia 10 desse mesmo mês, recebia a resposta do ministro, convidando-a para uma reunião dos lavradores, que se realizou em 18 desse mesmo mês, no Palácio Campos Elíseos. Em 2 de abril veio o decreto conservando as bases anteriores. Não se conformando com essa medida, os lavradores de algodão reuniram-se, novamente na sede da U. L. A. em sessão plena, com os diretores e conselheiros da entidade, e, dia 12 de abril, era reclamado o financiamento de Cr\$ 90,00 por arroba. [...] Enfim, em 7 de outubro de 1944, o decreto n. 9.938 concedia ao algodão o financiamento de Cr\$ 90,00 brutos [...] não na base pleiteada de Cr\$ 90,00 livres e sim sujeitos a despesas de juros, seguros e armazenagens [...]. Estabeleceu-se que esses algodões deviam ser produzidos por lavradores que provassem ter semeado, com cereais, área equivalente no mínimo a 20% da respectiva área algodoeira plantada no referido ano. [...] Infelizmente, veio a ser esse o cavalo de batalha que, durante dois meses, serviu de pretexto a que o Banco do Brasil não fizesse nenhum contrato sem que ficasse absolutamente provado o plantio de cereais na proporção determinada. [...] Ter-se-ia a impossibilidade de se realizar financiamento no Banco, visto como a prova do plantio só podia ser estabelecida por meio de vistorias, medições de campo, etc., etc., o que demandaria um tempo e despesa que o caso não poderia comportar, principalmente em se tratando de pequenos agricultores, como são em 90% os produtores de algodão“. Campanhas da União levariam, enfim, a antecipações especulativas assentadas na “crença de que as bases do financiamento seriam elevadas”, resultando em, “fatalmente, grandes prejuízos ao comércio e, o que seria pior, fortes desilusões aos meios produtores do interior”. GUIMARÃES, Alberto Prado. O financiamento o algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 124, 1946, p. 39-43.

<sup>507</sup> A “organização de uma entidade de classe” seria a última das pautas específicas citadas pela programação do evento, que consistia em dois almoços nos dias 26 e 27 de novembro de 1938, após “estudo do novo contracto a ser assignado com o governo”, “problema de financiamento”, “eleição de uma comissão composta de um membro de cada zona [...]” e “propostas ao governo no sentido de que o serviço científico do algodão seja transformado em directoria”, reservado o segundo almoço para “entrega de prêmios”. SEGUNDO Congresso Algodoeiro do estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 25.369, 1938, p. 17. Cabe destacar que a cifra salientada por DE FARIAS, Op. Cit., de 70.000 lavradores associados, reforça a ideia de uma categoria fraca econômica e politicamente, tendo englobado a maioria dos produtores de algodão (DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., cita em torno de 110.000 cotonicultores no estado no início da década de 1940 em São Paulo) e, ainda assim, não tendo sido capaz de influenciar de maneira significativa o poder público em linha com seus objetivos.

<sup>508</sup> Apesar de pequeno aumento da destinação do crédito agropecuário para o algodão entre 1940 e 1944, de 6,5% para 9,5% conforme BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 244, a questão do financiamento da fibra continua sendo citada durante todo o período, recebendo destaque entre problemas e soluções para a agricultura de pequenas e médias propriedades em geral: “Devemos considerar outros fatores, como, por exemplo, que a pequena propriedade, no Brasil, não tem crédito de espécie algum; quem dá o custeio para a lavoura é o comerciante da cidade, que acaba se tornando comanditário”; “O Sr. Garibaldi Dantas — Em São Paulo, como poderemos salvar essas pequenas propriedades: pelo crédito, pelo reajustamento ou pela arremetimento em cooperativas? O Sr. Orlando Prado — A questão de crédito resume-se no seguinte: na reorganização do nosso sistema bancário, pois, com o atual, nada é possível se fazer”. COM o atual sistema de crédito nada é possível fazer! Op. Cit., p. 38, 42. Discutido em diversos momentos da mesa redonda dedicada a problemas em geral da agricultura, seria o problema do crédito, enfim, que daria nome à reportagem de 26 páginas.

cenário no qual se dá tão veloz expansão da cotonicultura em São Paulo, decorrente de variada gama de fatores, entre os quais se destacam: a disponibilidade imediata de capitais para financiamento da lavoura e do maquinário necessário ao processamento e enfiamento do algodão, reorientados à atividade algodoeira através de comerciantes e beneficiadores motivados por novas oportunidades oferecidas pelo mercado doméstico e internacional; infraestrutura de transporte, bem estabelecida em função da anterior expansão da cafeicultura e da diversificação dos investimentos oriundos dessa atividade; mão de obra com acesso (e produção direcionada) ao mercado, associado a décadas de emprego do regime de colonato, às políticas imigratórias e à formação de considerável mercado urbano; mercado de terras razoavelmente flexível, determinado pela própria expansão da malha ferroviária, pelo reemprego especulativo de capitais cafeeiros em terras e pela subdivisão de propriedades agrícolas decorrente, entre outras razões, da exaustão do solo resultante de prolongado cultivo do café; e investimentos públicos em avanços técnico-científicos do algodão, mobilizados especialmente por interesses de industriais e comerciantes, que tornaram o produto competitivo no cenário nacional e internacional.

Nessas circunstâncias residiu diferença fundamental entre o cultivo de algodão em São Paulo e no Nordeste: o sempiterno núcleo canavieiro, de enrijecida estrutura latifundiária, sob falso regime de assalariamento e de limitada diversificação de capitais<sup>509</sup>, não oferecia dinamismo ao cultivo de fibras de elevada qualidade do interior nordestino, desarticulado e dominado pela economia de subsistência, sem flexibilidade para dispor seus recursos de modo a ampliar a produção, aprimorar o beneficiamento e modernizar a comercialização de modo a tornar o produto mais competitivo. São Paulo, frente a movimentos de preços que, ainda que

---

<sup>509</sup> Tratando de um período posterior, BRISOLLA, Op. Cit., p. 69, 101, discute o financiamento da cotonicultura no Ceará descrevendo dinâmicas de certo modo comparáveis às práticas paulistas, que reproduziam, entretanto, relações de exploração mais profundas, com etapas adicionais de acumulação no processo de transação do capital financeiro à atividade algodoeira, favorecidas pela predominância do regime de parceria na produção de algodão no estado, correspondente a 96% dos contratos (frente apenas 4% de contratos de arrendamento), equivalentes a 87% da área de cultivo da fibra em 1972: “O proprietário rural normalmente procura obter crédito do usineiro, a fim de complementar o que consegue diretamente no Banco. Geralmente, seu financiamento é feito 60% pelo BB e 40% pela usina. Esta, ao repassar o crédito bancário ao proprietário, em alguns casos ainda aufero lucro financeiro, cobrando juros mais elevados. Mas seu interesse é, sobretudo, o de garantir o fornecimento da matéria-prima, e uma parte a custos mais baixos. O proprietário, no entanto, via de regra aufero lucros extraordinários no repasse do financiamento obtido aos seus parceiros, cobrando juros que chegam a 5% ao mês. O crédito formal condiciona, dessa forma, os mecanismos de crédito informal, através dos quais o proprietário consegue espoliar o produtor direto. Existe, portanto, toda uma cadeia de interdependência entre a estrutura fundiária e de poder econômico, por um lado, condicionando o acesso ao crédito, e o financiamento, por seu turno, configurando todo o processo de comercialização”. As grandes distâncias e as impeditivas dificuldades em obter crédito oficial colocavam pequenos proprietários no Ceará em condições equivalentes às dos produtores sob regime de parceria, tendo de obter financiamento de intermediários (entre os beneficiadores e eles próprios) que obtinham, “tal como grande proprietário, um lucro financeiro por esse repasse a juros elevados”, e que adquiriam, “também como o primeiro, [...] a produção ‘na folha’, para revendê-la a partir da época da colheita, com um lucro comercial considerável”. *Ibidem*, p. 110.

não motivassem uma substituição da cafeicultura pela cotonicultura, restabeleceram rentabilidades relativas, voltaria capitais energicamente à atividade algodoeira realizada por lavradores com poucos recursos, especialmente lucrativa para os grandes beneficiadores e comerciantes em função de amplos investimentos públicos em avanços técnico-científicos do cultivo desde meados da década anterior.

### **3.3 – Implicações interestaduais do surto algodoeiro**

Sob relativa estabilidade de preços e lucros, a atividade algodoeira “pulverizada” no cultivo realizado por dezenas de milhares de pequenos e médios agricultores, porém “concentrada” na concepção, no financiamento, no beneficiamento e na comercialização, passava a integrar de maneira significativa o complexo econômico de São Paulo, correspondendo a 47% do produto agrícola do estado entre 1943 e 1944<sup>510</sup>, rendendo lucros a atividades diversas de transporte, beneficiamento, financiamento e comercialização e impulsionando exportações em um período de crise do setor externo, tendo a fibra correspondido a 19% das exportações do país entre 1936 e 1939 (e a 19% entre 1940 e 1945 em conjunto com exportações de tecidos de algodão). Quanto ao abastecimento das indústrias têxteis, que ainda compunham 28% da atividade industrial paulista ao final da década de 1930<sup>511</sup>, a oferta de algodão no estado mais do que superaria a continuada expansão do setor, tomando parte do mercado antes abastecido por fibras de outras regiões:

---

<sup>510</sup> BRASIL, Op. Cit., 1947, p. 92, 97.

<sup>511</sup> VILLELA, SUZIGAN, Op. Cit., p. 366.

**Tabela 12** – Toneladas de algodão produzido e comercializado em São Paulo de 1931 a 1945

Ano	Produção	Exportação	Saída cabotagem	Remanescente	Entrada cabotagem	Importado de outros estados
1931	8.350	64	714	7.572	18.771	71%
1932	21.272	-	2.012	19.260	12.302	39%
1933	36.317	627	3.807	31.883	13.317	29%
1934	102.296	62.671	2.063	37.562	13.886	27%
1935	98.207	56.911	1.755	39.541	11.050	22%
1936	178.500	132.425	2.912	43.163	9.885	19%
1937	202.600	152.324	1.407	48.869	11.996	20%
1938	248.300	199.914	283	48.103	10.993	19%
1939	273.264	258.536	-	14.728	13.805	48%
1940	307.377	185.525	106	121.746	12.918	10%
1941	381.000	254.012	880	126.108	17.464	12%
1942	282.665	147.511	3.216	131.938	9.777	7%
1943	375.098	76.308	2.604	296.186	6.730	2%
1944	463.308	106.536	10.583	346.189	14.407	4%
1945	248.509	163.289	8.363	76.857	10.588	12%

Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1936, p. 109 (produção 1931); BRASIL, Op. Cit., 1937, p. 214 (produção 1932 a 1936, exportação e cabotagem 1936); KAGEYAMA, Op. Cit., p. 43 (produção 1937 e 1938); BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 64 (produção 1939 a 1944 e cabotagem 1940 a 1943); BRASIL, Op. Cit., 1947 p. 97 (produção 1945, exportação 1941 a 1945 e cabotagem 1944 e 1945); SÃO PAULO. Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros: importação e exportação, movimento marítimo, 1931/1932. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1933, p. 115 (exportação 1931); SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros*: importação e exportação, movimento marítimo, 1932/1933. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1934a, p. 124 (exportação 1932 e 1933); SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros*: importação e exportação, movimento marítimo, 1933/1934. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1935a, p. 136 (exportação 1934); SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros*: importação e exportação, movimento marítimo, 1934/1935. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1936, p. 186 (exportação 1935); BRASIL, Op. Cit., 1941a (exportação e cabotagem 1937 a 1939); SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros*: Boletim Mensal N° 1. São Paulo: Departamento Estadual de Estatística. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1942, p. 36 (exportação 1940); SÃO PAULO. *Comercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1930 a 1931*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio, 1931, p. 11, 65 (cabotagem 1930 e 1931); SÃO PAULO. *Comercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1931 a 1932*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1932, p. 10, 53 (cabotagem 1932); SÃO PAULO. *Comercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1933*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1934b, p. 5 (cabotagem 1933); SÃO PAULO. *Comercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1934 a 1935*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1935b, p. 5 (cabotagem 1934 e 1935).

Nota: A estatística de algodão disponível no estado e de algodão importado de outros estados, nas duas últimas colunas, estão subestimadas dada a não inclusão de algodão adquirido por vias terrestres, com dados disponíveis apenas para o ano de 1939 indicando a aquisição de 5.974 toneladas adicionais. Esse produto, cabe salientar, foi provavelmente importado de Minas Gerais e do Paraná, que venderam por vias internas 2.749 e 3.794 toneladas respectivamente nesse ano, conforme BRASIL, Op. Cit., 1941a.

A partir dos dados da Secretaria da Agricultura de São Paulo e do IBGE<sup>512</sup> temos que, ainda antes do surto algodoeiro, a retomada paulista em 1933 dos níveis de produção de algodão de 1924 e 1925<sup>513</sup> reduziu a parcela da fibra importada de outras regiões da média de 70% a menos de 30% da disponível no estado, tendência de queda que perduraria até a safra recorde de 463 mil toneladas em 1944, quando a lavoura paulista de algodão correspondeu a quase 80% da cotonicultura nacional, tendo o algodão de outros estados correspondido a menos de 4% do disponível entre 1942 e 1944 em São Paulo. A expressiva redução da oferta relativa de algodões de outras regiões não seria reflexo, entretanto, de uma queda significativa dos volumes adquiridos desses insumos no estado, sendo a média de 14.238 toneladas importadas entre 1930 e 1934 pouco diferente da média da década anterior, de 13.306 toneladas por ano, e apenas 21% superior à média do período entre 1935 e 1945, de 11.783 toneladas. No decênio entre 1936 e 1945, cabe salientar, o Rio de Janeiro importava montantes significativos de algodão para abastecer suas fiações e tecelagens e, adquirindo de outros estados o dobro dos volumes importados por São Paulo, muito além da expansão das vendas paulistas de algodão para o resto do Brasil, representava importante ponto de sustentação da cotonicultura nordestina: 24.324 toneladas importadas ano a ano, em média, com compras equivalentes a mais de dois terços das vendas nordestinas de algodão a outros estados durante a guerra<sup>514</sup>.

---

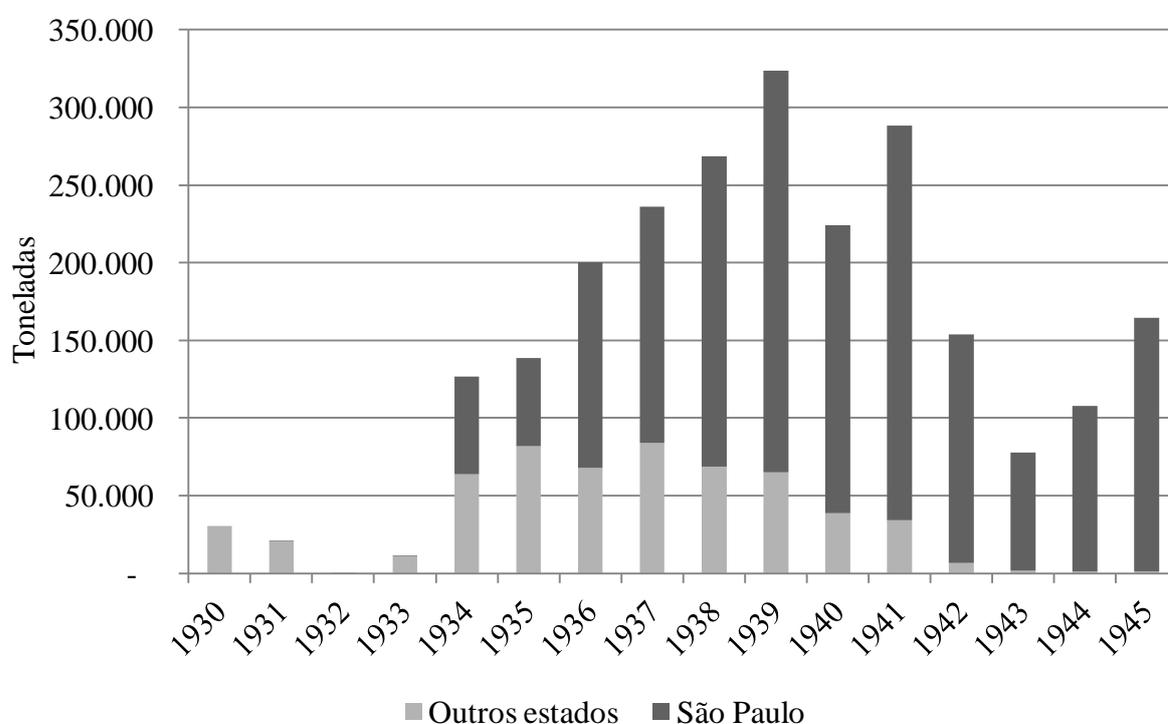
<sup>512</sup> “Levantamentos feitos pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo”, apresentados por INDÚSTRIA do Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 81, 1942, p. 83, oferecem dados de “consumo de algodão em pluma pelas fiações de São Paulo” entre 1937 e 1941 que podem, à primeira vista, ser interpretados como discrepantes das estatísticas apresentadas referentes ao algodão disponível no estado. Diferenças entre o consumo e a oferta de algodão em um mesmo ano podem representar formação ou redução de estoques de algodão, tendo a indústria que consumir fibras da safra anterior de todo modo antes da colheita do próprio ano. Dados de algodão disponível não devem, dessa forma, ser diretamente associados ao consumo anual de algodão.

<sup>513</sup> A produção paulista de algodão teria superado a marca de 38 mil toneladas nessas duas safras, regredindo à décima parte desse pico em 1930, ou superado as 25 mil toneladas nesses mesmos anos, conforme dados confrontados por DE ALBUQUERQUE, *Op Cit.*, p. 132.

<sup>514</sup> Entre 1939 e 1945 o Rio de Janeiro importaria por comércio de cabotagem 169.734 toneladas de algodão, tendo as vendas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco para outros estados somado 252.526 toneladas nesse período. É importante destacar que esses quatro estados responderiam por 82% da produção nordestina de algodão durante a guerra, não havendo registros nos anuários estatísticos de vendas por comércio de cabotagem de algodões de Alagoas, Bahia, Piauí e Sergipe em nenhum ano, nem de algodões maranhenses entre 1940 e 1945. Supondo exportações maranhenses entre 1939 e 1945 equivalentes à média de 1937 a 1939, 1.898 toneladas, o Rio de Janeiro ainda compraria de outros estados montantes equivalentes a 64% das vendas nordestinas, que corresponderam a 91% das vendas por comércio de cabotagem no país (excluindo as do próprio Rio de Janeiro).

O fato de que a expansão do cultivo em São Paulo não alterou fundamentalmente a dinâmica de comércio inter-regional de algodão no país<sup>515</sup> não é suficiente para afirmar, no entanto, que a cotonicultura nordestina não sofreria reveses comerciais associados a um aumento de tal magnitude da competição. Ademais, com vendas de algodão que correspondiam a boa parte da receita de exportação dos principais estados produtores da fibra no Nordeste, tem-se que as economias estaduais seriam seriamente prejudicadas caso houvesse restrições a esse comércio em função da inserção de fibras paulistas nos mercados internacionais. Os dados apontam, entretanto, em outra direção:

**Gráfico 22** – Exportações de algodão por estado de origem (1930-1945)



Fontes: SÃO PAULO, Op. Cit., 1933; SÃO PAULO, Op. Cit., 1934a; SÃO PAULO, Op. Cit., 1935a; SÃO PAULO, Op. Cit., 1936; SÃO PAULO, Op. Cit., 1942; BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1947.

Com efeito, a posição do algodão nordestino no mercado exterior não parece ter sido prejudicada pelo surto cotonicultor paulista ao menos até a década de 1940, quando os volumes totais exportados por outras regiões do país, entre as quais o Nordeste

<sup>515</sup> Pode-se argumentar que as diferenças de comprimento de fibras desempenharam aqui papel determinante, não havendo em São Paulo produção de variantes de fibras longas, necessárias para produzir tecidos finos ou linhas de costura, e tendo os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, os dois maiores produtores de fibras de 32mm ou maiores, fornecido 83% das fibras importadas por São Paulo em 1935, primeiro ano de queda das importações a novo patamar. SÃO PAULO, Op. Cit., 1935b, Loc. Cit.

predominava<sup>516</sup>, passam a sofrer retrações significativas, chegando a 1944 a montantes equivalentes a menos de 2% das exportações de 1937. Durante boa parte da década, ao contrário, o que se observa é um expressivo crescimento das exportações de algodão provenientes da região, ultrapassando significativamente os montantes exportados na década anterior: entre 1920 e 1929, o Brasil exportaria anualmente 23.216 toneladas de algodão em rama<sup>517</sup>, em torno de um terço das exportações provenientes apenas do Nordeste entre 1936 e 1938<sup>518</sup>. Tendo em vista a origem do algodão exportado nos primeiros anos do surto algodoeiro no país, enfim, a dinâmica inicial da expansão do cultivo não parece revelar que a cultura em São Paulo cresce em detrimento da tradicional lavoura nordestina.

Não baseada na conquista de mercados antes atendidos pela cotonicultura nordestina, a expansão das exportações paulistas tem no caso do Japão, mais uma vez, um exemplo pertinente, tendo as compras nipônicas representado 30% das exportações de algodão provenientes de São Paulo entre 1936 e 1941, com volumes equivalentes a 22% da produção do estado<sup>519</sup>. Ocorre que a conquista do mercado japonês por São Paulo se dá sob fortes vínculos com a imigração no estado, tendo fibras nordestinas não alcançado o Japão antes “pela quantidade da produção relativamente pequena, e pela deficiência do meio de comunicação”, como relatado por Kozo Itige: “nomeado secretário da embaixada no Rio de Janeiro [em 1926], desejando fazer um estudo especial do algodão”, “pensei ser possível a realização de algum negócio, tendo estudado [o algodão nordestino] sob diversos aspectos para estabelecer a possibilidade da sua exportação e tendo enviado, também, algumas amostras desse producto ao Japão”, diferente “do algodão herbáceo do sul, que era inferior,

---

<sup>516</sup> Entre 1936 e 1938, as exportações cearenses, potiguares, paraibanas e pernambucanas corresponderam a 87% das exportações de algodão excluindo São Paulo. Tomando o ano de 1939 como base, para o qual há dados de exportação também do Maranhão, Piauí e Alagoas, as vendas nordestinas ao exterior corresponderam a 98% do total excluindo São Paulo, sendo razoável supor uma proporção ainda mais próxima da totalidade dada a ausência de dados referentes a exportações baianas e sergipanas. BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1941a.

<sup>517</sup> STEIN, Op. Cit., p. 198. A maior exportação ocorreria no ano de 1929, 47.728 toneladas, e a menor em 1924, 6.464 toneladas. Não há dados disponíveis para o ano de 1927.

<sup>518</sup> Contando apenas exportações do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, únicas com dados disponíveis para os três anos, a média de 23.216 toneladas equivaleria a 36% das 63.834 toneladas exportadas, em média, pelos quatro principais estados exportadores da região entre 1936 e 1938. Tomando a totalidade das exportações excluindo São Paulo como exportações nordestinas, a média nacional da década anterior equivaleria a 32% das exportações do Nordeste de 1936 a 1938.

<sup>519</sup> BRASIL, Op. Cit., 1937, p. 382; BRASIL, Op. Cit., 1941a, p. 418; BRASIL, Op. Cit., 1946, p. 268; SÃO PAULO. Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros: Boletim Mensal Nº 1. São Paulo: Departamento Estadual de Estatística. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1942, p. 36; BRASIL, Op. Cit., 1947.

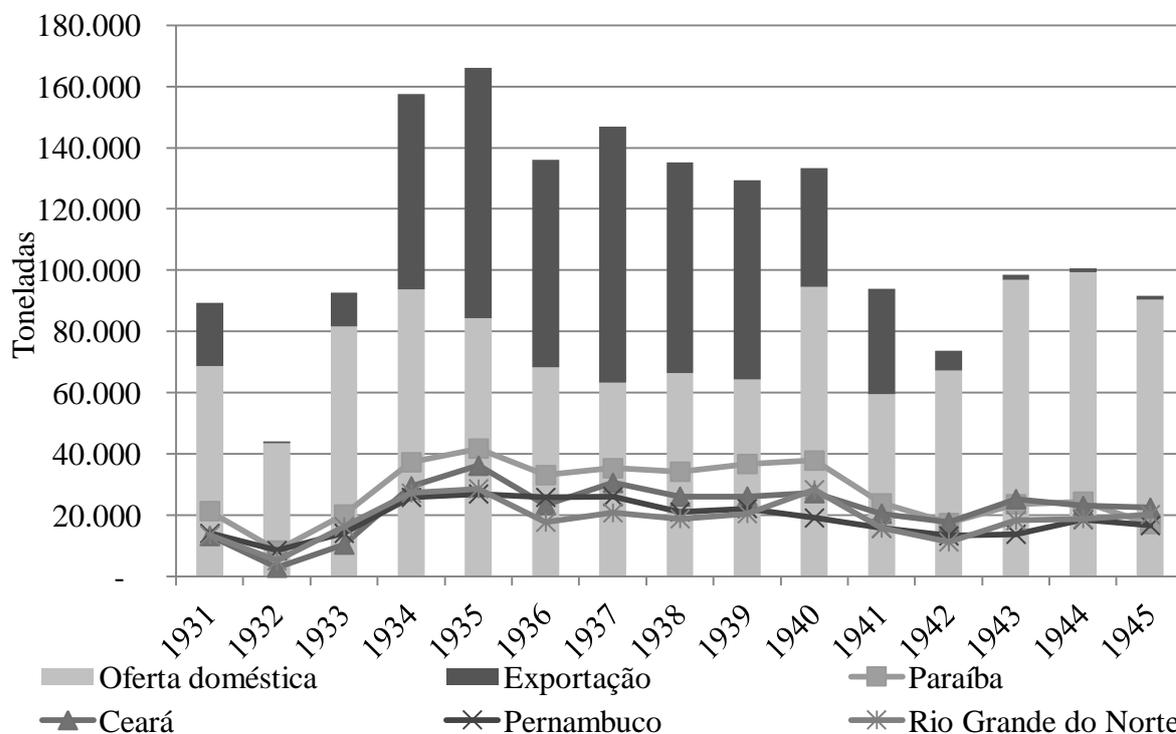
não despertava interesse” na década de 1920<sup>520</sup>. Seria a associação entre amplo número de cotonicultores japoneses em São Paulo e empresas japonesas, incentivadas pelo governo do Japão, responsáveis por financiamento de safra, beneficiamento das fibras e transporte dos fardos, que estimularia relações comerciais até então inexistentes entre os países. A partir da limitada exportação de algodão antes da expansão da cotonicultura paulista, e tendo em vista as características distintivas da cotonicultura no Nordeste, parece razoável admitir que esse tipo de problema de comunicação e de estabilidade da oferta era enfrentado pelos demais potenciais compradores de fibras nordestinas e, assim como no caso do Japão, o aumento da participação de São Paulo no comércio internacional de algodão não prejudica de nenhum modo a inserção de fibras nordestinas em mercados estrangeiros, aos quais elas já tradicionalmente não teriam acesso.

No período seguinte, a partir do início da Segunda Guerra, o recuo das exportações nordestinas coincide com importante retração das vendas externas de algodão paulista, tendo o tipo de fibra exportado pelo Nordeste potencialmente determinado a assimetria observada entre as quedas, como discutido adiante. O surto cotonicultor em São Paulo, enfim, sustentada a expansão da produção e das exportações década de 1930 adentro, não parece ter determinado a relativa estagnação da produção nordestina de algodão durante a Era Vargas, mantidos fluxo inter-regionais da fibra e ampliados mercados de exportação durante boa parte do período.

---

<sup>520</sup> CONGRESSO Algodoeiro da colônia japonesa, Op. Cit. Cabe salientar que NOGUEIRA, Op. Cit., p. 14-15, destacaria que, na década de 1930, havia uma preferência no Japão pelas fibras médias padronizadas paulistas relativamente às fibras longas despadronizadas nordestinas, o que não significaria, entretanto, uma tomada de mercados antes abastecidos pelo Nordeste por parte da cotonicultura paulista em expansão.

**Gráfico 23** – Produção de algodão no Nordeste distribuída por destinação e principais estados de origem (1931-1945)



Fontes: SÃO PAULO, Op. Cit., 1990 (produções estaduais); SÃO PAULO, Op. Cit., 1933; SÃO PAULO, Op. Cit., 1934a; SÃO PAULO, Op. Cit., 1935a; SÃO PAULO, Op. Cit., 1936; SÃO PAULO, Op. Cit., 1942; BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1947.

Nota: Dados relativos à produção de algodão em rama, comparáveis às estatísticas de exportação, obtidos por meio do coeficiente médio de beneficiamento de algodão em caroço de 28%, dados de exportação se referem ao total das exportações brasileiras excluindo São Paulo, conforme discutido acima, e oferta doméstica obtida através da diferença entre produção e exportação nordestinas.

Tomando a média de 96 mil toneladas produzidas anualmente durante década de 1920 como base de comparação<sup>521</sup> e ignorando a vertiginosa expansão do cultivo em São Paulo, pode-se considerar a década de 1930 como um período de relativa prosperidade para a cotonicultura nordestina, produzidas 122 mil toneladas anuais, em média, na região. Apesar de significativa parcela desse montante ser vendida ao exterior durante o período, o recuo das exportações a partir da Segunda Guerra não determinou uma quebra da produção no Nordeste, apoiada também sobre bases mais sólidas da demanda interna em expansão, conforme discutido. Os níveis obtidos nos anos finais da guerra, equivalentes a 60% dos picos de 1934 e 1935, ainda representavam um avanço comparado a boa parte do período de 1920 a 1929, tendo a cotonicultura nordestina dessa década produzido montantes superiores à média de

<sup>521</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., Loc. Cit. Considerando a totalidade da produção exceto São Paulo como produção de estados do Nordeste.

1943 a 1945 apenas no biênio de 1925 e 1926 (ainda assim, apenas 27% ou 30% acima, a depender dos dados). A sustentação da produção durante o ano de 1945 em si (e a retomada do crescimento a partir de 1946 e até 1950) seria outro fator a indicar essa resistência da cotonicultura nordestina, tendo o cultivo em São Paulo regredido 36% no ano (sem retomar os níveis de 1943 e 1944 durante toda a década de 1950). O sucesso das exportações até 1939, concomitante ao sucesso das exportações paulistas, parece de fato indicar que o expressivo recuo das exportações durante a guerra não foi determinado pela competição com São Paulo.

Uma hipótese para esse movimento, tendo em vista a relativa manutenção das exportações paulistas durante a Guerra, seria a retração da demanda europeia por fibras longas, utilizadas essencialmente na manufatura de artigos de alta-costura e camisaria fina, e por fibras despadronizadas, menos adequadas às produções em grande escala, tendo roupas industrializadas não apenas se generalizado durante o conflito como alterado preferências de consumo de maneira duradoura<sup>522</sup>. A retração de mercados de bens de consumo por racionamentos de toda sorte, incluindo a austeridade imposta na França pelo domínio alemão e a instituição de vouchers para aquisição de roupas na Inglaterra, progressivamente escasseados no decorrer do conflito, significaria que confecções de tecidos finos presumivelmente deixavam de demandar algodões especiais para a produção de artigos de luxo. Paralelamente, a substituição de consumo privado por consumo do governo, de uniformes e roupas civis padronizadas ofertadas conforme critérios de eficiência, restringiria demandas por algodões fora dos principais padrões industriais.

Consequências das novas circunstâncias de esforço de guerra e de jugo autoritário na Europa não passariam despercebidas entre produtores dessas variedades de fibras, tornando, portanto, estatísticas de produção e de exportação de outras lavouras particularmente reveladoras das condições de inserção de algodões nordestinos no mercado internacional durante a Segunda Guerra: seria, enfim, competindo com o Egito, maior produtor de variedades de fibras longas, que algodões produzidos na Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e, em segundo plano, Pernambuco e Maranhão, perderiam mercados estrangeiros ao ponto da quase extinção das exportações nordestinas do produto. O cultivo de algodão nesse país, ainda que não tenha acompanhado rigorosamente os movimentos observados no Nordeste, de fato atravessou forte recuo entre 1939 e 1944, quando as exportações decrescem 69%, tendo a

---

<sup>522</sup> Inovações técnicas associadas às limitações impostas pelos racionamentos têxteis, além de maior familiaridade com roupas mais simples ou produzidas em massa pelas alternativas disponíveis durante a guerra, tornaram consumidores mais receptivos a roupas padronizadas, aproximando a moda e suas dinâmicas de obsolescência, sazonalidade e copiagem das confecções têxteis industriais. DO PRADO, Op. Cit., p. 172-174.

produção retrocedido 61% entre 1940 e 1943. Apesar de atribuir esse movimento a restrições impostas pelo governo egípcio à área de cultivo de algodão no país, objetivando abrir espaço para o cultivo de gêneros alimentícios<sup>523</sup>, Brandis revela que restrições dessa natureza existiam no Egito desde o início da década, com resultados bastante inferiores aos observados a partir da Segunda Guerra. Indeterminado, enfim, o impacto relativo de restrições impostas pelo governo do Egito<sup>524</sup> e de restrições oriundas da contração do mercado internacional, a efetiva mudança de hábitos de consumo de tecidos na Europa durante a guerra, de modo a reduzir a produção e o uso de tecidos de algodão de alto padrão ou artesanais, teria de afetar produtores dessas fibras em alguma medida.

A retração das exportações nordestinas de algodão significaria uma perda expressiva de rendimentos em moeda estrangeira para a região, com 30% das receitas de exportação da região em 1937 (51% desconsiderando o estado da Bahia) associadas à comercialização do algodão<sup>525</sup>. Com relação ao mercado interno, enquanto 9% do algodão ofertado em São Paulo no decênio de 1936 a 1945 tinha origem no Nordeste (ou 6% a contar de 1940), as compras paulistas e fluminenses correspondiam a 32% da produção da região no mesmo período (ou 37% a contar de 1940), revelando a importância das demandas inter-regionais para a cotonicultura no Nordeste. As tecelagens nordestinas, que ainda absorviam parcela majoritária da produção, enfrentavam, entretanto, prolongado período de desgaste associado à competição no país, apesar de barreiras de transportes e tributárias cercarem seus mercados:

Além de mais produtivas, as indústrias têxteis de São Paulo concentravam grande parte dos estabelecimentos, capital, operários e produção doméstica [...]. O subsetor têxtil foi um dos que ficou impossibilitado de aumentar sua capacidade produtiva em razão da suposta “superprodução” nele existente. Congelaram-se, com isso, posições relativas entre as unidades têxteis domésticas, favorecendo aquelas que possuíam

---

<sup>523</sup> A concentração de terras agricultáveis em torno do Rio Nilo impossibilita a expansão da área de cultivo de qualquer produto no curto prazo sem a redução do cultivo de outro, sendo a solução de médio e longo prazo a expansão de zonas irrigadas de cultivo. A flexibilidade e aparente ilimitada dotação desse fator de produção no estado de São Paulo (que não encontra contraponto no Nordeste devido à rigidez de capitais e mão de obra, associados ao complexo econômico latifundiário açucareiro) destoava da agricultura egípcia: enquanto o plantio do algodão parece restrito no Egito, durante as décadas de 1930 e 1940, a pouco mais de 850 mil hectares, a cotonicultura paulista cresce mais do que isso apenas no quadriênio de 1935 a 1939, atingido a marca de 1.794 mil hectares em 1944. A cotonicultura Egípcia, entretanto, obtinha rendimentos por unidade de terra superiores ao triplo dos rendimentos médios brasileiros. BRANDIS, Op. Cit., p.71; BRANDIS, Op. Cit., 1953.

<sup>524</sup> Restrições dessas naturezas seriam também citadas em jornais brasileiros ao discutir mercados internacionais do algodão ao final da Segunda Guerra: “Na Índia o governo impôs a substituição ou restrição das áreas de cultura em favor dos produtos alimentares; e de outro lado fez-se a plantação de espécies ou variedades de fibras longas, destinadas a atender o consumo interno das fábricas do país, em substituição da cultura das fibras curtas que se destinavam à exportação. O mesmo aconteceu no Egito onde se deu uma redução de 43% sobre a área do último ano de cultura. Também se reduziram as plantações em favor da produção dos gêneros alimentícios e assim de 1.735.200 fardos de algodão, em 1941-42, a produção egípcia passou em 1942-43 para 861.000 fardos”. DE SOUZA, Op. Cit., p. 66.

<sup>525</sup> BRASIL, Op. Cit., 1940, p. 120.

melhor e maior aparelhamento técnico. Recorda-se, porém, que tal legislação permitia a substituição dos bens de capital obsoletos por outros tecnologicamente superiores, desde que a capacidade de produção da fábrica não fosse alterada. Assim, empresas pequenas, que não podiam desobstruir seu maquinário à espera de novos em razão do reduzido tamanho, viam-se impossibilitadas de se modernizarem. [...] Além disso, a substituição de maquinismos antigos por novos só poderia acontecer com autorização do Ministério do Trabalho. Não há dúvida, portanto, de que as empresas localizadas próximas ao centro de poder político - notadamente as do Centro-Sul - e representadas por associações patronais muito influentes nas esferas governamentais (FITA e SPITESP, por exemplo) eram favorecidas<sup>526</sup>.

O congelamento das posições relativas das indústrias têxteis distribuídas pelo país em virtude do decreto que proibiu a importação de maquinário a partir de 1931, cabe destacar, seria evidência de outra face da assimetria regional em aprofundamento também no setor industrial: a influência política regionalmente desigual a compelir o decreto. Ocorria que o acúmulo de estoques de tecidos preocupava autoridades interessadas na sobrevivência das indústrias têxteis e motivava empresários a buscar alternativas para a manutenção de seus lucros, de modo que “tão estreita se tornara a colaboração entre empresários e governo na busca da solução para os problemas industriais que, em novembro de 1933, quatro meses antes de expirar a restrição à importação de maquinaria, o governo prorrogou-a até 31 de março de 1937”. Em sacrifício da competição e à custa de aumentar ainda mais a produção apesar dos estoques, tendo em vista que a resposta de muitas indústrias era acelerar as atividades de modo a ofertar mais produtos e aumentar sua massa de lucros, esse movimento levaria a “uma situação paradoxal na década de trinta: uma indústria que, supostamente, estava em estado de superprodução quando muitas fábricas funcionavam em ritmo febril e estendiam a jornada normal de trabalho”<sup>527</sup>.

De fato, a busca por maior lucratividade por parte de indústrias bem estabelecidas motivaria, sob a bandeira da superprodução no setor, a imposição de limites prejudiciais a indústrias menores, que “não puderam tirar proveito das promoções realizadas pelos negociantes europeus de máquinas que, na ânsia de exportá-las, ofereciam-nas a crédito, a baixas taxas de juros, sob a forma de prestações que se estendiam por longos anos”. Além disso, “como não podiam importar máquinas novas de fiar, capazes de produzir fios com maior número de ‘counts’, viam-se impossibilitadas de fabricar tecidos que proporcionassem maior lucratividade”<sup>528</sup>. A retração das exportações de algodão do Nordeste e o avanço da oferta do produto no mercado interno, mantida boa parte da produção nordestina da fibra,

---

<sup>526</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006, p. 128-129.

<sup>527</sup> STEIN, Op. Cit., p. 144-148.

<sup>528</sup> *Ibidem*, Loc. Cit.

enfim, não simbolizava avanço equivalente das tecelagens da região, que enfrentavam dificuldades para fazer frente à competição posta por São Paulo e pelo Rio de Janeiro (inclusive na esfera política), cuja eficiência relativa conferia melhores condições de sustentação e de expansão da produção após impulso oferecido pelo setor externo:

A produção física brasileira [de tecidos de algodão] aumentou 55% entre o biênio 1938/39 e o biênio de máxima produção durante a guerra, 1943/44. A produção física paulista teve uma boa participação nesse crescimento, aumentando 68% no mesmo quinquênio. E resistiu muito bem à queda de 1943/44 a 1947/48, que foi de 22% para a produção brasileira, e de apenas 2,5% para a indústria algodoeira paulista<sup>529</sup>.

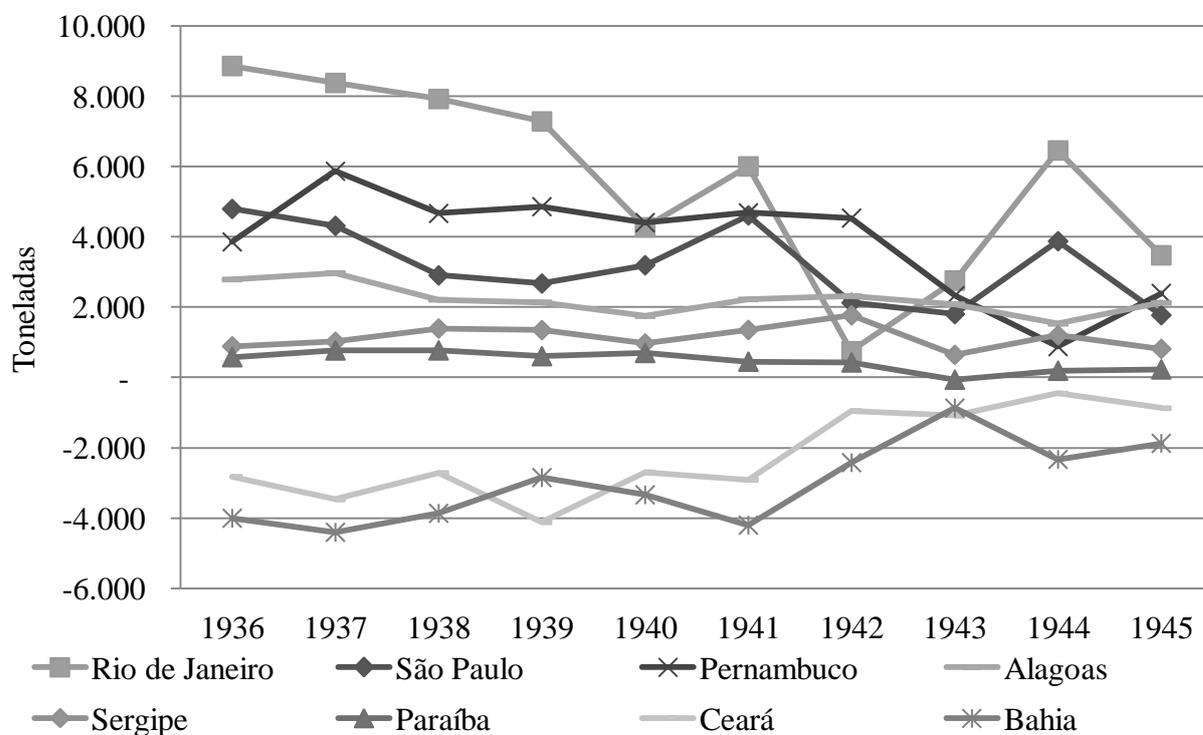
Contraditoriamente, esse progressivo aprofundamento de diferenças regionais não encontraria respaldo em estatísticas do comércio inter-regional de tecidos no período, havendo relativa melhora no desempenho de estados nordestinos no comércio de cabotagem no período<sup>530</sup>:

---

<sup>529</sup> DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 173

<sup>530</sup> Cabe salientar que anuários estatísticos indicam uma participação constante do estado de São Paulo na produção têxtil do país: os 206 milhões, 273 milhões e 382 milhões de metros de tecidos de algodão produzidos em 1925, 1935 e 1945 no estado corresponderam a 38%, 36% e 35% da produção nacional em volume, conforme dados de BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1947; LOUREIRO, Op. Cit., p. 50, 123. Essas estatísticas destoam do relato de DE ALBUQUERQUE, Op. Cit., Loc. Cit., segundo o qual a participação paulista deveria aumentar em função do crescimento mais do que proporcional no período, e dos valores apresentados em ibidem, p. 148, nos quais o estado de São Paulo teria passado de 36,6% do valor produzido da indústria têxtil em geral em 1920 para 60,6% em 1940. A resposta para essa diferença, como explicado adiante, está nas variáveis em questão, volume de tecidos de algodão, que não cresce relativamente a outros estados, e valor da produção têxtil em geral, que cresce significativamente.

**Gráfico 24** – Saldo do comércio de cabotagem de tecidos de algodão (vendas subtraídas de compras) dos principais estados comercializadores do Sudeste e do Nordeste (1936-1945)



Fontes: BRASIL, Op. Cit., 1937; BRASIL, Op. Cit., 1941a; BRASIL, Op. Cit., 1946; BRASIL, Op. Cit., 1947.  
 Nota: Sem dados referentes à importação de cabotagem a partir de 1940, saldos de Alagoas e Sergipe foram calculados a partir da média das importações de 1936 a 1939. O mesmo ocorre com o Ceará que, ao contrário, não dispunha de dados referentes à exportação de cabotagem a partir de 1940. O estado do Rio Grande do Sul foi incorporado ao gráfico, apesar da completa ausência de dados referentes à exportação de cabotagem, devido à expressividade de suas importações, associada ao fato de que sua reduzida produção de tecidos de algodão, em torno de 400 toneladas, tornaria pouco significativa mesmo uma inverossímil exportação total de seus produtos.

Ocorria que o argumento relativo à superprodução que motivava autoridades governamentais a legislar conforme intenções dos grandes centros industriais não se sustentava na prática, sendo a solução encontrada por indústrias menores para obter maior rentabilidade (aumentar a produção por meio da introdução de múltiplos e prolongados turnos de trabalho) o atestado da farsa: “os preços dos tecidos de algodão em São Paulo estavam caindo, afirmava a associação paulista, porque os fabricantes de outros estados vinham ‘despejar’ a sua produção neste mercado”<sup>531</sup>. Com grandes industriais afirmando que se tratava de um “sintoma de que a superprodução começava a se alastrar por toda a nação”, o fenômeno evidenciava circunstâncias distintas: tecelagens maiores e mais produtivas no Rio de Janeiro e em São Paulo obtinham elevada rentabilidade sobre o capital empregado, também pela exclusividade de seu maquinário modernizado, e mantinham grandes estoques

<sup>531</sup> STEIN, Op. Cit., p. 153.

sem recorrer a reduções de preço, restringindo a lucratividade da competição por vias de influência política e atuando monopolisticamente sobre faixas de mercado asseguradas pela diferenciação tecnológica<sup>532</sup>, porém abrindo margens para a entrada de produtos de outras regiões em parcelas inferiores de seus mercados<sup>533</sup>.

Seria sob essas circunstâncias que Pernambuco, produzindo 12,6% dos tecidos de algodão do país em 1945, apresentou significativo saldo positivo no comércio inter-regional do produto durante o decênio, retraídas suas vendas a partir de 1943 em um movimento oposto do Rio de Janeiro, cujas vendas se recuperam após a queda de 1942, e ao da Bahia, cujas compras diminuem significativamente. Esta e o Ceará, ao contrário do que se poderia imaginar a partir do fato de que indústrias nordestinas já apresentavam significativa defasagem em relação às concorrentes do Centro-Sul, seriam os únicos estados do Nordeste a apresentar saldos negativos relevantes nesse comércio<sup>534</sup>, mais do que compensados pelas vendas de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba de tecidos: o saldo de 76,7 mil toneladas obtido por esses estados no conjunto do decênio superou significativamente o déficit total baiano e cearense, da ordem de 52,2 mil toneladas. A Bahia e o Ceará, ademais, reduziram seus déficits no decorrer do decênio, passando da média anual conjunta de 7 mil toneladas no triênio de 1936 a 1938 para 2,5 mil toneladas no triênio de 1943 a 1945.

Liderando exportações por comércio de cabotagem durante todo o período, a redução do saldo do Rio de Janeiro a partir de 1940 se dá, fundamentalmente, em função da expansão de suas vendas ao exterior, tendo sido o principal estado beneficiado pelo movimento no país, conforme discutido. No ano de 1942, por exemplo, a queda de 4 mil toneladas em suas vendas por comércio de cabotagem seria acompanhada por um aumento das exportações de tecidos da ordem de 10,5 mil toneladas<sup>535</sup>. Quanto a São, Paulo, apesar do destaque como importante

---

<sup>532</sup> Ibidem, p. 155-156. O autor apresenta nas páginas seguintes o amplo debate que se forma em torno do fim do decreto em 1937 e das intenções sobre novas imposições em 1938, de grandes indústrias fluminenses e paulistas, articuladas através das principais associações da categoria em nome da tese da superprodução para demandar restrições às jornadas de trabalho, contra indústrias de outras regiões, além de pequenas indústrias desses mesmos estados, em busca da liberdade para operar com turnos estendidos e importar maquinário, manifestando suas insatisfações e críticas às restrições à competição “através de inúmeras cartas e telegramas”, tentando evidenciar também que as associações dominadas por industriais privilegiados por seis anos de restrições não expressavam vontades gerais da categoria.

<sup>533</sup> “Como não podiam importar máquinas novas de fiar, capazes de produzir fios com maior número de ‘counts’, viam-se impossibilitadas de fabricar tecidos que proporcionassem maior lucratividade. Optaram, então, por aumentar a produção e reduzir ligeiramente os preços, encontrando, de imediato, ‘um vasto e pouco exigente mercado que mostrou ser mais estável quando os preços eram razoáveis e não exorbitantes’”. Ibidem, p. 148.

<sup>534</sup> Não considerados no Gráfico 23, Piauí e Rio Grande no Norte exibiriam déficits inferiores a mil toneladas nos anos entre 1936 e 1939, únicos para os quais foram encontrados dados. Maranhão, também não incluído pelos valores pouco significativos e dados incompletos, exibiria déficits em torno de 200 toneladas em 1936 e 1938 e superávits em torno de 100 toneladas em 1937 e 1939.

<sup>535</sup> BRASIL, Op. Cit., 1947, p. 304.

comprador e vendedor de tecidos de algodão de (e para) outras regiões<sup>536</sup>, o estado se destaca pela reduzida importância desse comércio no conjunto de sua produção: enquanto vendas fluminenses, paraibanas, pernambucanas e alagoanas representavam em torno de 50% das respectivas produções estaduais em 1945, as vendas por navegação de cabotagem de tecidos de algodão paulistas equivaliam a 12% da produção estadual<sup>537</sup>.

Outra hipótese para o continuado sucesso do comércio de cabotagem nordestino de tecidos de algodão durante o período, oriundos de indústrias relativamente improdutivas e sujeitas a crescentes dificuldades para competir, seria a ideia de que os impostos interestaduais, proibidos desde 1931, porém ainda amplamente praticados, resguardavam mercados regionais em benefício das tecelagens nordestinas. Entretanto, o fato de que “tais tributos começaram a diminuir gradativamente, até serem totalmente extintos em 1943”<sup>538</sup>, associado ao fato de que Pernambuco, Alagoas e Sergipe mantêm importantes saldos nesse comércio durante todo o período, incluindo anos de 1944 e 1945, e ao fato de que Bahia e Ceará têm, ao contrário, déficits decrescentes, atesta contra essa hipótese, podendo ainda haver significativas diferenças de produtividade a atuar em favor de tecelagens paulistas e fluminenses em períodos seguintes.

O fato de que essas indústrias destinavam boa parte de seus produtos a mercados dominados pelas principais tecelagens do país, além de abastecer boa parte de suas próprias demandas, seria, enfim, reflexo não de um setor que lutava para sobreviver frente a condições de superprodução, como alegado à época por grandes industriais em busca de cumplicidade do poder público, mas de um setor lucrativo e em expansão precisamente por práticas monopolísticas de competidores mais produtivos. Enquanto o aumento da renda oriundo dos processos de urbanização e de industrialização determinava a expansão concomitante de diferentes estratos do mercado de tecidos, tecelagens paulistas e fluminenses espelhavam na esfera política características da crescente desigualdade regional no país.

---

<sup>536</sup> No conjunto do período de 1936 a 1945, o estado de São Paulo é superado em volume exportado domesticamente (67 mil toneladas) apenas pelo Rio de Janeiro (118 mil toneladas) e por Pernambuco (73 mil toneladas). Quanto às entradas por comércio de cabotagem, São Paulo (35 mil toneladas) apresenta volume inferior apenas ao Rio Grande do Sul (67 mil toneladas), Rio de Janeiro (62 mil toneladas) e Bahia (44 mil toneladas).

<sup>537</sup> BRASIL, Op. Cit., 1947. Cabe destacar que, somando volumes de exportação e de comércio de cabotagem, o estado do Rio de Janeiro teria vendido montantes superiores aos totais produzidos pelo estado em 1945 (17.801 toneladas exportadas e 11.424 vendidas a outros estados em contraste com 23.847 produzidas), o que sinalizaria exportações fluminenses de tecidos de outros estados (da ordem de 5.378 toneladas, equivalentes a 68% das 7.946 toneladas importadas). O reduzido volume disponível no estado após esses movimentos leva a crer em algum erro de registro, porém os dados referentes à exportação e comércio de cabotagem do país se repetem no relatório seguinte, em BRASIL, Op. Cit., 1948, p. 295, 318.

<sup>538</sup> LOUREIRO, Op. Cit., Loc. Cit.

## CONCLUSÃO

Durante as décadas de 1930 e 1940, a economia brasileira vê ascender a elevados níveis a produção de algodão no país, levada adiante especialmente pela multiplicação do cultivo em São Paulo a partir de 1934. Desempenhando papel proeminente tanto no setor externo quanto no mercado doméstico como insumo industrial, o surto algodoeiro constituiu um caso emblemático de aparente ambiguidade num período de crise do modelo agroexportador e transição ao desenvolvimento sustentado pelo processo de industrialização. Como fenômeno não dicotômico, ainda que dual, de um cultivo que serve a paradigmas aparentemente inconciliáveis, hipóteses diversas guiaram a investigação da expansão, que revelou múltiplas razões para o fenômeno observado, resultado de interações complexas entre políticas públicas, crise do café, interesses estrangeiros, desenvolvimento industrial e urbano, estrutura fundiária, disponibilidade de capitais e de mão de obra e comércio inter-regional.

Em primeiro lugar, a hipótese de um desenvolvimento da cotonicultura resultante de ações do governo federal motivadas pela ampliação de receitas de exportação (de modo a enfrentar a escassez de divisas, que restringia as importações, a arrecadação e o financiamento externo em um país periférico e de economia ainda pouco diversificada, dependente de impostos de importação e de capitais estrangeiros) revelou-se não apenas insuficiente para explicar o fenômeno observado, mas inadequada na medida em que a distribuição dos recursos direcionados à experimentação e à difusão do cultivo divergiu da dinâmica regional da expansão. Nomeadamente, enquanto ações do governo federal buscavam desenvolver a cotonicultura na tradicional região de plantio da fibra, o Nordeste, (tendo a localização dos novos postos de experimentação, a destinação das sementes e os comentários elogiosos do Ministério da Agricultura às iniciativas paulistas evidenciado essas intenções) a região não apenas perdeu rapidamente a liderança para o estado de São Paulo como, aliás, pouco ampliou sua produção, superando níveis de produção anteriores, porém não substancialmente.

O fato de que tomavam impulso no período teses em defesa da diversificação e do fortalecimento econômico do país e o fato de que o novo governo dependia do apoio político das diversas regiões ao regime, ademais, colocaram em questão a própria ideia de que os incentivos do governo federal à cotonicultura nordestina, que de fato se observam, decorreram de preocupações relativas a problemas imediatos do setor externo. Sendo o algodão um produto de destacada importância econômica em muitos estados nordestinos, mobilizando interesses políticos significativos, a crise cambial seria apenas uma das possíveis motivações do emprego de políticas benéficas ao algodão na região. Similarmente, a expansão do crédito

agrícola observada durante o Estado Novo parece mais coerente à luz de interesses políticos e regionais diversos, associados a intuições de diversificação econômica, do que sob a perspectiva de objetivos incontestavelmente agroexportadores, tendo não apenas o financiamento à cotonicultura sido insuficiente e mal direcionado, como também os créditos ao setor primário sido em geral mal distribuídos entre os setores.

Tendo em vista que essas políticas públicas não atuaram sobre uma economia estanque, mas sobre dinâmicas diversas em movimento, capazes de amplificar, atenuar ou reverter seus efeitos, é fundamental observar que, com fluxos inter-regionais de algodão relativamente estáveis no período (com saldos crescentemente positivos para estados do Nordeste nesse comércio) e com avanços paulistas no setor externo que não competiam com tradicionais destinos de algodões nordestinos (expandidas, ao contrário, exportações da região ao exterior), a relativa estagnação da economia do algodão no Nordeste não resultou da expansão da cotonicultura em São Paulo. Sem competição que neutralizasse efeitos positivos de políticas públicas capazes, em teoria, de beneficiar o cultivo na região, intenções de expandir o cultivo em nome das contas externas do país, se existiram, foram ineficazes por si só, com políticas que não enfrentaram estruturas que imobilizavam a tradicional cotonicultura nordestina.

Enquanto a rigidez da economia açucareira e a dispersão e fleuma da pecuária no Nordeste impunham seus traços distintivos sobre o complexo econômico da região (inclusive sobre o algodão, inócuos novos estímulos de demandas nacionais e estrangeiras), a expansão algodoeira dos anos 1920 em São Paulo motivou as primeiras buscas por melhorias técnicas do cultivo, do beneficiamento e da comercialização da fibra no estado, que, encontrando a partir de 1934 condições propícias de mercado exterior e de mercado doméstico, além de disponibilidade de capitais, terras e mão de obra, gestou desenvolvimento inédito da cultura. Correspondendo a expansão do plantio em São Paulo (da ordem de 1.100%) a 95% do crescimento observado no país entre 1933 e 1944, importantes rearranjos foram necessários na agricultura paulista de modo a viabilizar a ascensão do novo principal produto agrícola brasileiro, com novas terras de cultivo desempenhando papel decisivo (cafezais, em muitos casos, seguiam ativos e lucrativos). As relações de produção articuladas em torno do cultivo, entretanto, reproduziam formas preexistentes de exploração do trabalho agrícola, de pequenos lavradores subordinados ao capital que financiava, beneficiava e comercializava o produto.

A concentração geográfica da expansão e a ausência de resultados relevantes das ações do governo federal diretamente associadas ao cultivo do algodão não significaram, no entanto,

que apenas eventos locais teriam efeitos decisivos sobre o surto algodoeiro durante a década de 1930. Ocorre que a hipótese investigada de um crescimento determinado pelo interesse e pela ação estrangeira sobre o produto constituiu elemento de relevo no leque de condicionantes do desenvolvimento observado, não apenas em dimensão, mas também no sentido do surto algodoeiro no contexto da Era Vargas, notadamente vinculado à ação do Estado.

Em resposta ao surto, e não em antecipação a ele (de maneira alguma o havendo determinado), Alemanha e Japão foram destino de quase metade do algodão exportado pelo Brasil e quase um quarto do algodão produzido no país entre 1934 e 1941, anos de expressivo aumento do cultivo. Enquanto o comércio nipo-brasileiro de algodão ofereceu importante fonte de divisas estrangeiras, constituindo intercâmbio marcadamente superavitário para o Brasil em meio à grave crise cambial, o comércio teuto-brasileiro barateou maquinário industrial e equipamento militar que se tornavam pressupostos cada vez mais explícitos da busca por autonomia no Brasil. Ocorria que, em um mundo dominado por rivalidades interimperialistas e práticas neocolonialistas, o comércio se tornava componente inescusável de qualquer projeto de país que buscasse a garantia da soberania nacional, ainda que planejado de maneira difusa e incompleta, concebido conforme o devir dos eventos.

Nesse sentido, o comércio de algodão, que significou para o Japão maior independência em relação às exportações estadunidenses e para a Alemanha a possibilidade de manter abastecidas tecelagens pressionadas por demandas civis e militares sem o dispêndio de escasseadas divisas estrangeiras, foi para o Brasil uma manifestação do esforço de repensar aspirações nacionais e alternativas de inserção internacional. Assim, mesmo em sua face agroexportadora, enviados montantes significativos do produto ao exterior, o algodão compõe o quadro de busca por novas formas de desenvolvimento ao protagonizar renegociações comerciais e ao retomar significativo espaço perdido pelo café no setor externo em um período de racionalização das importações. Na conflituosa conjuntura externa que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, de relações internacionais marcadas pela tomada de lados no cenário geopolítico e pensadas, no caso brasileiro, segundo propósitos mais amplos de superação do atraso econômico e da fragilidade política e militar do país, enfim, aproximações diplomáticas centradas no algodão não constituíram um comércio inocente de mercadorias inofensivas, mas integraram propósitos mais amplos de desenvolvimento que, pautados pela primeira vez pelo Estado como objetivos nacionais, colocavam em movimento processos profundos de transformação econômica do país.

As exportações de algodão que mobilizaram essas questões se referiram, entretanto, à parcela minoritária da fibra produzida no Brasil, com uma participação do algodão no setor externo que não superou a do café apesar de sua posição de liderança na agricultura brasileira a partir de 1939. Dinâmicas associadas ao mercado externo, ainda que contendo indicações da superação do modelo agroexportador, não encerrariam os estímulos a determinar o surto e, especialmente, a sustentação da expansão algodoeira. Verifica-se que, embora dinâmicas iniciais da expansão tenham em boa medida resultado de aumentos súbitos das exportações de algodão, que corresponderam a 74% do crescimento entre 1932 e 1938, volumes dedicados ao mercado interno não apenas cresceram muito além de máximos anteriores (2,7 vezes a produção recorde de 1925 já em 1938), como passaram a neutralizar significativas retrações do comércio exterior de algodão a partir de 1940 e, mais do que isso, estimular novas expansões até 1944. Junto a mudanças no cenário externo que, em virtude de importantes avanços técnicos do cultivo no Brasil, levam montantes recordes de algodão brasileiro ao exterior durante o surto, são fundamentais transformações da demanda interna que reforçam a expansão do cultivo tanto em períodos de avanço, quanto em períodos de retração das exportações, não obstante a consolidação do processo substitutivo de importações no setor têxtil anos antes.

Significativamente ampliada a confecção de artefatos de algodão no período e quase triplicada a produção de tecidos entre 1930 e 1943, superado o pico de 1927 já no primeiro ano de recuperação, o aumento da renda per capita e o crescimento populacional, de respectivamente 30% e 32% entre 1931 e 1944, seriam responsáveis por parcela majoritária do movimento da demanda interna a partir do novo máximo de 1931. Insuficientes ainda para explicar o aumento total, da ordem de 90%, da oferta doméstica de fibras de algodão nesse período, as transformações em curso na economia brasileira, impulsionadas, mais uma vez, pela intencionalidade industrializante do Estado e por renovadas preocupações acerca da autonomia nacional (que redefinem decisões comerciais, reorientam investimentos públicos e repriorizam gastos em divisas estrangeiras), desempenham papel fundamental nessa dinâmica, com efeitos sobre a demanda total por tecidos de algodão que superaram os estímulos dos mercados de exportação do produto.

O processo de urbanização que toma impulso com a industrialização parece ter sido importante fenômeno promotor da demanda doméstica por tecidos, não apenas ampliando a parcela da população cujo vestuário dependia exclusivamente da aquisição de tecidos e peças de algodão no mercado, antes obtidas também através de produções artesanais no meio rural,

mas impondo mudanças no perfil da demanda em si, com novas situações de trabalho e sociabilidade exigindo padrões de consumo superiores aos do campo. Com uma crescente população urbana, aumentos populacionais e da renda produziram respostas mais do que proporcionais em expansão da demanda interna por tecidos de algodão, beneficiando tecelagens para além do aumento das vendas associado às exportações, ampliadas pela ruptura de tradicionais fluxos comerciais em decorrência da Guerra.

O processo de industrialização por substituição de importações (acompanhado pelo setor têxtil que, já detendo parcela preponderante da oferta doméstica desde a Primeira Guerra Mundial, se desprendia das demais indústrias tradicionais pelo ritmo da continuidade de sua expansão) seria, então, motor de fundamentais transformações a determinar também o desenvolvimento continuado da economia do algodão no Brasil durante a Era Vargas. Motivado inicialmente pelo interesse estrangeiro em um produto que se tornara competitivo no mercado internacional em função de importantes investimentos estaduais em seu cultivo e comercialização, o surto se sustentou e fortaleceu por significativa diversificação econômica que, sob multiplicadores catalisadores da reprodução do capital, se concentrava na região de maior dinamismo econômico, favorecida de volta, aliás, pela própria expansão por ela engendrada. Toda a trajetória da cotonicultura nesse período, das origens do surto à distribuição dos benefícios, passando pelos processos responsáveis por sua continuidade, seria, portanto, distintivamente marcada pela crescente desigualdade regional do país.

Tendo em vista que a exportação de algodão não constituiu iteração típica do modelo agroexportador em crise (mobilizando questões nacionais de relevo no período) nem representou forma de subordinação a nações estrangeiras (levando adiante, ao contrário, interesses econômicos e geopolíticos brasileiros), e tendo em vista que a indústria que o produto abastecia foi beneficiada pela diversificação em curso, integrando o complexo econômico em transformação acelerada pelo processo de industrialização em novos setores produtivos, tem-se que o desenvolvimento da economia do algodão no Brasil entre 1930 e 1945 resultou de dinâmicas complexas nacionais e internacionais, constituindo fenômeno simbólico das transformações políticas, econômicas e sociais próprias de seu tempo.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatorio*. Rio de Janeiro, 1920.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório: 1930 - 1933*. Rio de Janeiro, 1933.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1936*. Rio de Janeiro, 1936.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1937*. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatorio das actividades do Ministerio da Agricultura durante o período de Julho de 1934 a Dezembro de 1935*. Rio de Janeiro, 1938.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Trabalhos realizados em 1938*. Rio de Janeiro, 1939a.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1938*. Rio de Janeiro, 1939b.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *As actividades agrícolas do Brasil em 1939*. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1939/1940*. Rio de Janeiro, 1941a.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *As actividades do Ministério da Agricultura em 1940*. Volume II. Rio de Janeiro, 1941b.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas: 1930 - 1944*. Rio de Janeiro, 1945.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1941/45*. Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1946*. Rio de Janeiro, 1947.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1947*. Rio de Janeiro, 1948.
- BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1948*. Rio de Janeiro, 1949.
- BRASIL. IBGE. *Recenseamento geral do Brasil 1940: Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*. Rio de Janeiro, 1950.
- BRASIL. IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1970.
- BRASIL. IBGE. *Território brasileiro e povoamento: Alemães*. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/alemaes.html>>. Acesso em 17 de set. de 2020.

BUENO, Antônio Henrique Bittencourt Cunha. *Contribuição dos imigrantes japoneses no Brasil*. Brasília, Câmara dos Deputados, 18 de Jun. de 2002. Pronunciamento de discurso. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=134.4.5.1.O&nuQuarto=32&nuOrador=2&nuInsercao=25&dtHorarioQuarto=15:02&sgFaseSessao=PE&Data=18/06/2002>>. Acesso em 25 de set. de 2020.

COM o atual sistema de crédito nada é possível fazer! *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 115, 1945.

CONGRESSO Algodoeiro da colonia japoneza. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 24.698, 1936.

FOREIGN trade in German economy. *Editorial Research Reports*, Washington, 1939.

PATCH, B. W. Cotton exports and crop reduction. *Editorial Research Reports*, 1934.

DANTAS, José Garibaldi. Mercados de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 33, 1938.

DANTAS, José Garibaldi. Mercados de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 48, 1940.

DANTAS, José Garibaldi. Mercados de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 49, 1940.

DANTAS, José Garibaldi. A crise do café e a expansão algodoeira paulista. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, São Paulo, v. 24, n. 132, 1938.

ESTADOS UNIDOS. United States Department of Agriculture. *Agricultural Statistics 1936*. Washington, 1936.

FRED. *U.S./U.K. Foreign Exchange Rate in the United Kingdom*. Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/series/USUKFXUKA>>, acesso em: 14 de set. de 2020

GUIMARÃES, Alberto Prado. O financiamento o algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 124, 1946.

INDÚSTRIA do Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 81, 1942.

PRADO, Orlando de Almeida. *Homenageando os pioneiros da cultura e commercio do algodão*: discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso Nacional Algodoeiro. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 24.262, 1935.

SÃO PAULO. *Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil) 1918*: estatística economica e financeira, volume 2. São Paulo: Repartição de Estatística e do Archivo do Estado, 1920a.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1919 a 1920*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1920b.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, bienio 1921 a 1922*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1922.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, bienio 1923 a 1924*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1925.

SÃO PAULO. *Boletim da Directoria de Industria e Commercio*. Serie 17, n. 7. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1926.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1925 a 1926*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1927.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1927 a 1928*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1929

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1930 a 1931*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, 1931.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1931 a 1932*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1932.

SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros: importação e exportação, movimento marítimo, 1931/1932*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1933.

SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros: importação e exportação, movimento marítimo, 1932/1933*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1934a.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1933*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1934b.

SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros: importação e exportação, movimento marítimo, 1933/1934*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1935a.

SÃO PAULO. *Commercio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1934 a 1935*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1935b.

SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros: importação e exportação, movimento marítimo, 1934/1935*. São Paulo: Secretaria de Agricultura. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1936.

SÃO PAULO. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os Países Estrangeiros*: Boletim Mensal Nº 1. São Paulo: Departamento Estadual de Estatística. Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1942.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Estatísticas da Agricultura Brasileira*. São Paulo, 1990.

SEGUNDO Congresso Algodoeiro do estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 25.369, 1938.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da indústria em São Paulo. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 141, 1947.

DE SOUZA, William Coelho. Presente algodoeiro. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 114.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Jewish emigration from Germany, 1933-1940*. Holocaust Encyclopedia, Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/map/jewish-emigration-from-germany-1933-1940>>. Acesso em 17 de set. de 2020.

VARGAS, Getúlio. *Diário*: Volume I, 1930-1936. PEIXOTO, C. V. A.; SOARES, L. (org.). 1 ed. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a.

VARGAS, Getúlio. *Diário*: Volume II, 1937-1942. 1 ed. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b.

WENTZCOVITCH, Estanislau. Surto algodoeiro em São Paulo. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, v. 63, 1941.

## **Bibliografia**

ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ABREU, Marcelo de Paiva. *Os funding loans brasileiros: 1898-1931*. Pesquisa e planejamento econômico, v. 32, n. 3, 2002.

ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014.

DE ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite. *Capital comercial, indústria têxtil e relações de produção na cotonicultura paulista (1920 – 1950)*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Campinas, 1981.

DE ALMEIDA, Rômulo Barreto. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de desenvolvimento econômico*, n. 19, 2009.

DE ANDRADE, Manuel Correia. *Estado, Capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 34.

ARAÚJO, Mário Olinto de Campos. *Evolução administrativa da pesquisa agropecuária no âmbito do Ministério da Agricultura no período de 1938/1978: Um estudo de caso*. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1979.

AYER, Harry W.; SCHUH, G. Edward. *Taxas de retorno social e outros aspectos da pesquisa agrícola: o caso da pesquisa do algodão em São Paulo, Brasil*. Governo do estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura, Instituto de Economia Agrícola. Agricultura em São Paulo, Ano XXI, Tomo I, 1974.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Raízes do desenvolvimento associado: comentários sobre os sonhos prussianos e cooperação panamericana no Estado Novo (1937-1945). *Revista de Economia*, Brasília, v. 5, n. 3, 2004.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BESKOW, Paulo Roberto. *O crédito rural público numa economia em transformação: Estudo Histórico e Avaliação Econômica das Atividades de Financiamento Agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Campinas, 1994.

BIDWELL, Percy Wells. Latin America, Germany and the Hull Program. *Foreign Affairs*, v. 17, n. 2, 1939.

BRANDIS, Royall. Cotton competition, U.S. and India: 1929-1948. *Southern Economic Journal*, v. 17, 1951.

BRANDIS, Royall. Cotton competition, U.S. and Brazil: 1929-1948. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 34, 1952.

BRANDIS, Royall. Cotton Competition, U. S. and Egypt, 1929-1948. *Southern Economic Journal*, v. 19, n. 3, 1953.

BRISOLLA, Sandra de Negraes. *Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1977.

CAMARGO, Aspásia. *A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. A revolução de 1930. Seminário Internacional.* Brasília: Editora UNB, 1983.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas.* São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875).* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Associação Nacional de História, 2011.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 5 ed. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2007.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *Economia*, Brasília, v. 13, n. 3b, 2012a.

CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.* São Paulo: Editora Unesp, 2012b.

DE CASTRO, Antonio Barros. *7 ensaios sobre a economia brasileira: volume I.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

DE CASTRO, Antonio Barros. *7 ensaios sobre a economia brasileira: volume II.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

COOPER, Maurice Royce. *Some Effects of the World War on Cotton.* United States Department of Agriculture, Bureau of Agricultural Economics, Washington, 1937.

CORSI, Francisco Luiz. Política externa e desenvolvimento no Estado Novo. *Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.* São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CRUMP, Norman. The Economics of the Third Reich. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 102, n. 2, 1939.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945).* Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; DE LIMA, Danilo Barolo Martins; PEREIRA, Vinícius Bivar Marra. German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s. *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 37, n. 3, 2019.

DAVIS, Jonathan, M. *The Ministry of Economic Warfare: Anglo-American relations from 1939-1941*. Liberty University, Lynchburg, 2013.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.

DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans-Erich; WETTE, Wolfram. *Germany and the Second World War: The Build-up of German Aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DELANGHE, Henri. Japanese imports of Brazilian raw cotton in the second half of the 1930s: the beginning of significant Japanese-Brazilian trade and investment relations. *História econômica & história de empresas*, v. 2, n. 2, 1999.

DELFIN NETTO, Antônio. O problema do café no Brasil. In: PELÁEZ, Carlos Manuel (org.). *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

DE FARIAS, Francisco Pereira. *Propriedade fundiária e hegemonia política no Brasil*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. Anais. São Paulo, 2011

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. *Economia*, Brasília, v. 13, n. 3b, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [1959].

GALBRAITH, John Kenneth. Germany was badly run. *Fortune*, v. 32, n. 6, 1945.

GERTZ, René Ernaini. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina*, v. 7, n. 1, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOWELL, L. D.; BURGESS JR., John S. *Farm prices of cotton related to its grade and staple length in the United States, seasons 1928-29 to 1932-33*. Technical Bulletin No. 493, United States Department of Agriculture, Washington D. C., 1936, p. 10, 19.

KAGEYAMA, Angela Antonia. *Crise e estrutura agrária: a agricultura paulista na década de 1930*. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 1979.

KALDOR, Nicholas. The German War Economy. *Review of Economic Studies*, v. 13, n. 1, 1945.

DE LIMA, Danilo Barolo Martins. *O debate sobre o tratado de comércio Brasil-Estados Unidos (1935): Classes, Estado e Projetos para o Brasil*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 25, 1941.

MÜLLER, Rolf-Dieter. *Hitler's Wehrmacht, 1935-1945*. Lexington: University Press of Kentucky, 2016.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. *Jornal do Imigrante*, v. 8, n. 89, 1985.

OFFNER, Arnold A. Appeasement Revisited: The United States, Great Britain, and Germany, 1933-1940. *The Journal of American History*, v. 64, n. 2, 1977.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987

PELÁEZ, Carlos Manoel. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 1, 1968.

PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café, 1906-1945: teoria, política e medição. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, 1971.

DO PRADO, Luís André. *Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960: da cópia e adaptação à autonomização subordinada*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

REDIVO, André da Silva. *A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do Estado desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2018

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 21, n. 1, 2014.

SILBER, Simão Davi. *Política econômica: Defesa do nível de renda e industrialização no período 1929/1939*. Rio de Janeiro, 1973.

DA SILVA, Iliane Jesuína. *Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2010.

SILVA, Mauro Santos. *Financiamento público do investimento privado: regulação bancária, funding, operacionalização e desempenho da CREA-IB*. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2007, Aracajú.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SINGLETON, John. *The cotton industry and the British war effort: 1914-1918*. *Economic History Review*, 1994.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.

STRAUSS, Frederick. The food problem in the German war economy. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 55, n. 3, 1941.

SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1971.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FALEIROS, Rogério Naques. *O Café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na primeira metade do século XX*. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. A Industrialização Brasileira Antes de 1930: Uma Contribuição. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 5, n. 1, 1975.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas, série monográfica n. 10, Rio de Janeiro, 1973.

## APÊNDICE

As tabelas contidas neste apêndice apresentam os dados utilizados na elaboração dos gráficos que compõem esta dissertação, sendo as respectivas fontes documentais e bibliográficas idênticas às dos gráficos aos quais se referem. Além de facilitar a consulta dos dados, algumas tabelas incluem informações adicionais, excluídas dos gráficos por razões de legibilidade.

**Tabela 1 - Detalhamento Gráfico 1: Exportações totais de algodão em mil toneladas (1855-1879)**

Ano	Vol.								
1855	15,1	1860	9,0	1865	42,6	1870	44,9	1875	27,8
1856	16,0	1861	12,8	1866	39,5	1871	78,5	1876	30,6
1857	14,9	1862	15,9	1867	41,7	1872	46,0	1877	17,8
1858	16,8	1863	19,8	1868	39,3	1873	56,2	1878	25,5
1859	11,4	1864	25,4	1869	43,0	1874	43,6	1879	11,4

**Tabela 2 - Detalhamento Gráfico 2: Exportações e importações totais, exportações de café e comércio com os EUA em libras (1925-1934)**

Ano	Importação Total	Exportação Total	Importações dos EUA	Exportações aos EUA	Exportações de café
1925	84,4	102,9	20,8	46,7	74
1926	79,9	94,3	23,3	45,1	69,6
1927	79,6	88,7	22,8	41	62,7
1928	90,7	97,4	24,1	44,3	69,7
1929	86,7	94,8	26,1	40	67,3
1930	53,6	65,7	13	26,5	41,2
1931	28,8	49,5	7,1	21,6	34,1
1932	21,7	36,6	6,6	16,8	26,2
1933	28,1	35,8	6	16,7	26,2
1934	25,5	35,2	6	13,8	21,5

**Tabela 3 - Detalhamento Gráfico 3: Representatividade dos principais produtos no valor total da produção agrícola (média 1927/1931-1946)**

Ano	Café	Algodão	Milho	Arroz	Mandioca	Demais
27/31	45%	5%	15%	5%	3%	27%
1932	34%	6%	18%	6%	4%	33%
1933	34%	9%	16%	6%	4%	32%
1934	28%	15%	15%	6%	0%	35%
1935	23%	18%	16%	7%	4%	32%
1936	28%	18%	14%	8%	3%	28%
1937	24%	21%	16%	9%	6%	24%
1938	23%	21%	15%	10%	6%	24%
1939	20%	22%	15%	10%	7%	27%
1940	18%	23%	15%	9%	7%	29%
1941	16%	20%	16%	11%	11%	26%
1942	15%	20%	16%	13%	8%	29%
1943	14%	23%	17%	12%	7%	26%
1944	14%	21%	13%	12%	8%	33%
1945	19%	12%	18%	13%	9%	30%
1946	23%	12%	17%	13%	8%	27%

**Tabela 4 - Detalhamento Gráfico 3: Valor total da produção agrícola por produto em contos de réis (média 1927/1931-1938) e cruzeiros (1939-1946)**

Ano	Café	Algodão	Milho	Arroz	Mandioca	Demais
27/31	3.185.005	352.316	1.048.028	342.077	221.535	1.918.813
1932	1.837.823	301.708	951.148	314.020	243.219	1.777.596
1933	2.073.058	564.552	974.695	351.797	235.840	1.937.002
1934	1.929.318	1.048.164	1.033.888	428.768	27.215	2.370.933
1935	1.588.835	1.216.152	1.112.418	451.303	243.031	2.217.144
1936	2.253.819	1.456.346	1.163.098	648.082	277.329	2.253.823
1937	1.979.850	1.698.243	1.345.120	726.797	507.526	1.929.115
1938	2.026.891	1.849.750	1.323.599	831.763	515.413	2.089.255
1939	1.667.247	1.763.188	1.231.595	786.370	549.710	2.194.728
1940	1.377.833	1.757.150	1.186.933	684.699	514.168	2.282.777
1941	1.358.999	1.772.468	1.349.543	957.064	954.527	2.289.813
1942	1.334.285	1.790.665	1.477.594	1.155.799	707.237	2.690.172
1943	1.737.608	2.909.521	2.152.865	1.502.861	896.145	3.287.705
1944	2.392.644	3.586.589	2.151.960	2.122.043	1.309.884	5.579.620
1945	3.717.173	2.315.910	3.380.417	2.441.353	1.688.982	5.728.475
1946	5.350.059	2.907.209	4.015.052	3.117.016	1.815.203	6.417.397

**Tabela 5 - Detalhamento Gráfico 4: Área de cultivo dos principais gêneros agrícolas em hectares (1932-1946)**

Ano	Café	Algodão	Milho	Arroz	Mandioca
1932	3.971.200	633.700	3.722.000	855.830	272.800
1933	3.960.000	888.820	4.351.640	865.030	361.820
1934	3.458.080	1.588.726	3.987.978	806.675	376.570
1935	3.559.600	1.764.600	4.076.170	949.230	321.770
1936	3.462.070	1.967.690	3.845.470	870.680	319.650
1937	3.459.728	2.235.872	3.876.895	887.521	387.797
1938	3.492.364	2.350.159	4.253.878	978.772	473.104
1939	3.041.905	2.272.552	4.379.481	1.075.729	533.300
1940	2.519.111	2.412.484	3.903.940	871.717	584.094
1941	2.378.311	2.492.594	4.112.426	1.000.632	586.027
1942	2.173.577	1.931.399	4.059.316	1.058.707	608.276
1943	2.340.799	2.423.716	4.289.974	1.170.013	665.649
1944	2.326.141	2.807.758	4.101.315	1.427.515	807.009
1945	2.381.561	2.721.584	4.092.054	1.498.117	897.988
1946	2.396.116	2.506.647	4.323.334	1.681.159	931.205

**Tabela 6 - Detalhamento Gráfico 5: Destinação da pluma de algodão em toneladas (1925-1945)**

Ano	Produção (a)	Exportação (b)	Mercado interno (a-b)
1925	142.250	30.635	111.615
1926	117.902	16.687	101.215
1927	107.642	11.917	95.725
1928	102.814	10.010	92.804
1929	124.842	48.728	76.114
1930	95.486	30.416	65.070
1931	112.789	20.779	92.010
1932	76.416	515	75.901
1933	151.253	11.693	139.560
1934	284.604	126.548	158.056
1935	297.306	138.630	158.676
1936	351.543	200.313	151.230
1937	405.024	236.181	168.843
1938	436.628	268.719	167.909
1939	428.523	323.539	104.984
1940	468.695	224.265	244.430
1941	503.003	288.274	214.729
1942	376.954	153.954	223.000
1943	496.247	77.962	418.285
1944	589.701	107.640	482.061
1945	378.495	164.456	214.039

**Tabela 7 - Detalhamento Gráfico 6: Área de cultivo do algodão em São Paulo e no Nordeste em mil hectares (1931-1945)**

Ano	SP	PB	CE	PE	RN	AL	MA	BA	SE	PI	Nordeste
1931	42	123	56	116	81	50	131	24	31	13	625
1932	104	85	50	120	55	53	33	25	15	15	451
1933	177	150	73	67	100	67	54	30	50	17	608
1934	393	222	279	183	140	106	73	46	35	33	1.117
1935	404	245	241	165	162	62	29	54	30	30	1.018
1936	981	194	151	157	100	78	40	53	34	28	835
1937	983	217	210	183	124	75	46	53	40	30	978
1938	1.182	211	175	155	112	91	42	65	34	22	907
1939	1.314	226	173	164	124	62	28	40	29	15	861
1940	1.414	237	186	141	171	48	30	31	26	15	885
1941	1.732	152	146	116	96	42	27	22	24	12	637
1942	1.346	111	126	94	69	33	22	9	23	9	496
1943	1.667	150	180	98	113	45	31	14	26	7	664
1944	1.794	202	147	211	180	50	50	19	16	8	883
1945	1.658	179	217	154	242	51	53	20	12	13	941

**Tabela 8 - Detalhamento Gráficos 7 e 8: Participação dos principais produtos agropecuários na pauta de exportação brasileira (1928-1945)**

Ano	Café	Algodão	Cacau	Erva mate	Fumo	Borracha	Couros e peles	Açúcar
1928	71,5%	0,9%	3,8%	2,9%	1,8%	1,5%	6,9%	0,5%
1929	71,0%	4,0%	2,7%	2,7%	1,7%	1,6%	4,4%	0,2%
1930	62,6%	2,9%	3,1%	3,3%	2,5%	1,2%	4,9%	0,9%
1931	68,9%	1,7%	2,8%	2,7%	1,9%	0,8%	4,7%	0,1%
1932	71,6%	0,1%	4,5%	3,5%	1,6%	0,4%	3,8%	0,8%
1933	73,1%	1,0%	3,7%	2,3%	1,1%	0,7%	3,9%	0,5%
1934	61,1%	13,2%	3,8%	2,1%	1,5%	1,0%	3,9%	0,4%
1935	52,6%	15,8%	3,9%	1,6%	1,6%	0,9%	3,8%	1,1%
1936	45,5%	19,1%	5,3%	1,3%	1,4%	1,4%	4,2%	0,9%
1937	42,4%	18,5%	4,5%	1,3%	1,7%	1,5%	6,0%	0,0%
1938	45,0%	18,2%	4,2%	1,2%	1,7%	0,9%	4,1%	0,1%
1939	39,9%	20,5%	4,0%	1,1%	1,7%	1,0%	4,4%	0,4%
1940	32,0%	16,9%	3,9%	1,2%	0,8%	1,6%	4,4%	0,8%
1941	30,0%	15,0%	4,7%	0,9%	0,6%	1,4%	4,0%	0,1%
1942	26,2%	8,6%	2,9%	1,0%	0,7%	2,0%	4,3%	0,6%
1943	32,1%	4,7%	3,9%	0,8%	0,8%	2,2%	2,1%	0,2%
1944	36,2%	6,2%	2,9%	0,8%	1,4%	3,4%	1,6%	1,1%
1945	34,9%	8,6%	1,9%	0,9%	2,1%	2,8%	1,1%	0,4%

**Tabela 9 - Detalhamento Gráfico 9: Exportações brasileiras por país em mil libras (1928-1945)**

Ano	Estados Unidos	Alemanha	Grã-Bretanha	França	Japão	Demais	Total
1928	44.279	10.909	3.354	8.932	30	29.922	97.426
1929	40.034	8.305	6.177	10.549	40	29.727	94.831
1930	26.523	5.992	5.457	6.048	35	21.691	65.746
1931	21.613	4.573	3.561	4.589	45	15.163	49.544
1932	16.789	3.257	2.572	3.268	54	10.690	36.630
1933	16.716	2.905	2.677	3.266	60	10.165	35.790
1934	13.801	4.626	4.263	2.485	105	9.960	35.240
1935	13.018	5.154	3.055	2.673	158	8.953	33.012
1936	15.180	5.167	4.662	2.880	1.683	9.497	39.069
1937	15.393	7.252	3.857	2.703	2.122	11.204	42.530
1938	12.336	6.852	3.151	2.298	1.651	9.658	35.945
1939	13.521	4.479	3.587	2.342	2.030	11.339	37.298
1940	2.096	112	860	210	285	1.397	4.961
1941	3.832	81	821	-	272	1.720	6.726
1942	3.422	-	1.233	-	-	2.845	7.500
1943	4.420	-	1.231	-	-	3.078	8.729
1944	5.693	-	1.356	-	-	3.677	10.727
1945	6.020	-	1.484	46	-	4.648	12.198

**Tabela 10 - Detalhamento Gráfico 9: Importações brasileiras por país em mil libras (1928-1945)**

Ano	Estados Unidos	Alemanha	Grã-Bretanha	França	Japão	Demais	Total
1928	24.090	11.304	19.519	5.756	200	29.800	90.669
1929	26.114	10.994	16.639	4.602	187	28.117	86.653
1930	12.956	6.102	10.405	2.691	116	21.347	53.619
1931	7.190	3.014	5.018	1.345	70	12.118	28.756
1932	6.566	1.960	4.175	1.104	82	7.858	21.744
1933	5.958	3.362	5.469	1.435	154	11.753	28.132
1934	6.027	3.569	4.365	924	169	10.412	25.467
1935	6.406	5.608	3.409	935	247	10.825	27.431
1936	6.651	7.065	3.385	883	350	11.731	30.066
1937	9.337	9.697	4.909	960	647	15.057	40.608
1938	8.695	8.976	3.728	1.155	473	12.891	35.916
1939	10.613	6.160	2.951	880	480	10.716	31.801
1940	2.575	92	469	83	121	1.625	4.964
1941	3.325	101	313	1	106	1.667	5.514
1942	2.540	9	270	-	-	1.874	4.693
1943	3.310	-	437	-	-	2.414	6.162
1944	4.895	-	234	-	-	2.868	7.997
1945	4.749	-	341	1	-	3.527	8.617

**Tabela 11 - Detalhamento Gráfico 10: Importações totais e principais importações alemãs de matérias primas em milhões de Reichsmarks (1933-1936)**

Ano	1933	1934	1935	1936
Importação total	4.204	4.451	4.159	4.218
Algodão	307	260	330	258
Lã	266	323	248	229
Combustíveis e lubrificantes	128	124	145	169
Minério de ferro	59	88	123	168
Borracha não vulcanizada	25	42	46	66

**Tabela 12 - Detalhamento Gráficos 11 e 13: Produção de tecidos em mil metros e de artefatos de algodão em mil unidades (1920-1944)**

Ano	Tecidos	Cobertores	Camisas, pijamas, calças e cuecas	Meias	Lenços
1920	587.182	3.411	8.803	19.054	2.780
1921	552.446	2.946	8.234	21.192	5.139
1922	626.760	4.724	8.726	27.667	8.430
1923	939.794	4.989	8.278	25.255	8.188
1924	579.779	4.211	7.858	31.849	8.376
1925	535.909	3.267	8.537	32.419	7.576
1926	539.025	4.685	9.179	31.065	6.803
1927	594.313	4.320	10.792	36.129	6.351
1928	581.951	5.148	11.385	35.385	7.395
1929	477.995	5.177	10.128	31.578	7.930
1930	476.088	2.903	8.492	28.854	5.523
1931	633.893	3.452	10.843	31.078	6.447
1932	630.738	5.094	10.688	29.755	7.785
1933	638.803	4.466	9.828	24.813	10.874
1934	715.814	5.466	8.964	29.743	11.557
1935	752.891	7.142	14.080	36.235	13.633
1936	914.529	8.166	14.819	52.598	22.962
1937	963.766	14.874	15.774	63.002	22.564
1938	845.984	14.806	15.935	56.059	21.200
1939	894.000	-	-	-	-
1940	840.000	-	-	-	-
1941	989.569	15.441	11.674	49.592	13.096
1942	1.068.612	14.900	14.030	50.068	11.742
1943	1.414.336	18.157	16.324	62.055	15.881
1944	1.382.700	20.018	17.604	65.043	-

**Tabela 13 - Detalhamento Gráfico 12: Importação e exportação de tecidos de algodão por destino em toneladas (1937-1945)**

Ano	Argentina	União Sul-Africana	Outros	Exportação	Importação
1937	-	-	700	700	2.000
1938	-	-	200	200	1.600
1939	-	-	2.200	2.200	1.400
1940	3.270	39	650	3.959	1.464
1941	5.544	786	2.908	9.238	759
1942	13.133	3.663	8.743	25.539	144
1943	5.319	10.629	10.486	26.434	689
1944	9.718	2.202	8.150	20.070	202
1945	6.637	3.341	14.268	24.246	159

**Tabela 14 - Detalhamento Gráfico 14: Destinação dos tecidos de algodão em toneladas (1930-1945)**

Ano	Produção (a)	Exportação (b)	Mercado interno (a-b)
1930	54.566	-	54.566
1931	72.652	-	72.652
1932	72.290	-	72.290
1933	73.215	-	73.215
1934	82.041	-	82.041
1935	86.291	-	86.291
1936	104.816	-	104.816
1937	110.459	700	109.759
1938	96.960	200	96.760
1939	102.463	2.200	100.263
1940	96.274	3.959	92.315
1941	113.428	9.238	104.190
1942	122.476	25.539	96.937
1943	162.100	26.434	135.666
1944	158.474	20.070	138.404
1945	124.403	24.246	100.157

**Tabela 15 - Detalhamento Gráfico 15: Renda nacional real bruta em milhões de cruzeiros, produção de tecidos subtraída das exportações em toneladas e variações anuais (1931-1944)**

Ano	Renda nacional real bruta	Variação Anual	Mercado interno de tecidos	Variação Anual
1931	32,2	-	72.652	-
1932	33,6	104%	72.290	100%
1933	36,4	108%	73.215	101%
1934	39,2	108%	82.041	112%
1935	38,1	97%	86.291	105%
1936	42,3	111%	104.816	121%
1937	43,5	103%	109.759	105%
1938	44,1	101%	96.760	88%
1939	45,6	103%	100.263	104%
1940	46,8	103%	92.315	92%
1941	51,9	111%	104.190	113%
1942	49,3	95%	96.937	93%
1943	53,2	108%	135.666	140%
1944	55	103%	138.404	102%

**Tabela 16 - Detalhamento Gráfico 16: Produção paulista e importação e exportação de algodão por comércio de cabotagem em toneladas (1916-1925)**

Ano	Produção	Exportação	Importação
1916	7.347		10.601
1917	11.122	4	14.246
1918	13.913	14	10.223
1919	49.617	6.003	1.781
1920	20.647	11.261	1.168
1921	25.904	4.736	4.978
1922	13.118	8.543	16.612
1923	13.599	4.949	17.736
1924	25.371	550	11.568
1925	26.896	9.470	7.663

**Tabela 17 - Detalhamento Gráfico 17: Comércio de cabotagem pelo porto de Santos em contos de réis (1916-1928)**

Ano	Importação			Exportação		
	Algodão	Tecidos	Total	Algodão	Tecidos	Total
1916	19.481	4.179	99.871	95	16.162	59.582
1917	35.614	6.191	127.060	35	17.661	69.989
1918	38.747	8.837	175.202	1.957	23.685	84.596
1919	5.342	5.606	145.720	2.739	14.947	81.624
1920	10.181	13.534	144.675	8.823	34.897	113.421
1921	15.863	9.544	176.479	724	15.287	69.920
1922	50.245	16.983	251.324	460	32.756	112.154
1923	101.105	27.631	339.080	3.176	54.074	185.807
1924	69.481	33.630	421.208	7.711	61.236	224.900
1925	39.077	26.678	431.865	3.147	54.230	200.556
1926	32.830	22.307	353.182	889	40.488	189.715
1927	88.961	33.569	464.628	1.288	48.937	279.041
1928	63.360	58.032	601.273	1.131	73.904	347.515

**Tabela 18 - Detalhamento Gráfico 18: Rendimento da cotonicultura por estado em kg/hectare e área de cultivo de algodão nos estados do Nordeste em mil hectares (1931-1945)**

Ano		31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	
Rendimento médio	SP	655	661	683	867	866	606	687	700	693	723	733	700	750	737	445	
	PB	620	350	480	600	610	610	580	580	580	570	560	557	560	431	341	
	CE	833	200	500	375	535	547	517	533	540	520	500	503	500	558	368	
	PE	431	250	746	500	583	583	507	487	483	480	483	497	500	314	380	
	RN	590	330	580	690	630	630	600	600	600	590	590	580	577	571	373	299
	AL	440	390	510	500	570	570	500	490	490	503	507	513	470	340	313	
	MA	350	770	650	350	640	660	580	600	590	593	613	640	640	367	319	
	BA	367	467	556	400	530	482	450	447	440	443	447	400	530	523	576	
	SE	440	390	410	600	550	550	490	490	490	477	490	500	516	537	492	
	PI	500	340	430	550	550	550	470	440	450	447	453	460	460	358	339	
Área de cultivo	PB	123	85	150	222	245	194	217	211	226	237	152	111	150	202	179	
	CE	56	50	73	279	241	151	210	175	173	186	146	126	180	147	217	
	PE	116	120	67	183	165	157	183	155	164	141	116	94	98	211	154	
	RN	81	55	100	140	162	100	124	112	124	171	96	69	113	180	242	
	AL	50	53	67	106	62	78	75	91	62	48	42	33	45	50	51	
	MA	131	33	54	73	29	40	46	42	28	30	27	22	31	50	53	
	BA	24	25	30	46	54	53	53	65	40	31	22	9	14	19	20	
	SE	31	15	50	35	30	34	40	34	29	26	24	23	26	16	12	
	PI	13	15	17	33	30	28	30	22	15	15	12	9	7	8	13	

**Tabela 19 - Detalhamento Gráfico 19: Preços domésticos e externos de café e algodão e índices de evolução (média 1925/1928-1939)**

Ano	Café (moeda doméstica)		Café (moeda estrangeira)		Algodão (moeda doméstica)		Algodão (moeda estrangeira)	
	Mil réis por saca	Índice	Libra ouro por saca	Índice	Mil réis por tonelada	Índice	Libra ouro por tonelada	Índice
1925/1928	190,21	1	4,925	1	3.423,18	1	88,43	1
1929	191,87	1,009	4,710	0,956	3.158,66	0,923	77,60	0,878
1930	119,54	0,628	2,690	0,546	2.781,50	0,813	63,10	0,714
1931	131,48	0,691	1,910	0,388	2.607,87	0,762	39,80	0,450
1932	152,82	0,803	2,200	0,447	3.431,07	1,002	48,80	0,552
1933	132,79	0,698	1,690	0,343	2.803,56	0,819	31,60	0,357
1934	149,47	0,786	1,520	0,309	3.604,94	1,053	36,80	0,416
1935	140,69	0,740	1,130	0,229	4.674,26	1,365	37,60	0,425
1936	157,03	0,826	1,250	0,254	4.644,14	1,357	37,20	0,421
1937	178,13	0,936	1,480	0,301	3.998,47	1,168	33,90	0,383
1938	134,17	0,705	0,950	0,193	3.460,33	1,011	24,40	0,276
1939	135,42	0,712	0,900	0,183	3.583,56	1,047	23,60	0,267

**Tabela 20 - Detalhamento Gráfico 20: Áreas de cultivo dos principais gêneros agrícolas de São Paulo em mil hectares (1931-1945)**

Ano	Café	Algodão	Milho	Arroz	Feijão	Cana	Laranja	Mandioca	Banana	Batata
1931	2.088	42	876	314	174	20	24	19	17	10
1932	2.252	104	1.133	446	355	34	36	19	26	24
1933	2.305	177	1.172	415	265	47	41	25	25	22
1934	1.807	393	843	337	241	74	42	16	16	12
1935	1.989	404	1.016	444	300	52	38	29	29	20
1936	1.916	981	902	348	318	52	36	18	26	13
1937	1.916	983	929	337	308	115	34	41	40	29
1938	1.900	1.182	1.078	390	374	118	40	51	40	37
1939	1.484	1.314	1.050	396	374	70	40	25	40	32
1940	1.228	1.414	481	163	278	80	42	45	31	13
1941	1.114	1.732	570	259	250	82	41	36	30	15
1942	1.137	1.346	524	266	192	88	41	41	27	14
1943	982	1.667	704	331	249	100	23	83	27	45
1944	1.293	1.794	716	371	235	107	23	40	23	18
1945	1.303	1.658	799	486	264	94	22	32	22	45

**Tabela 21 - Detalhamento Gráfico 21: Áreas de cultivo de café, algodão e demais culturas por região no estado de São Paulo nas safras de 1930/1931 e 1937/1938 em hectares**

Zona	Safrá 1930/1931				Safrá 1937/1938			
	Café	Algodão	Outras culturas	Total	Café	Algodão	Outras culturas	Total
Nova	971.076	12.923	576.157	1.560.156	849.521	517.303	804.629	2.171.453
Central	974.313	13.588	550.922	1.538.823	710.950	341.046	631.258	1.683.254
Capital	66.267	1.074	170.681	238.022	48.272	14.566	247.820	310.658
Sul	26.809	14.045	193.720	234.574	16.156	84.129	267.274	367.559
Velha	49.496	-	114.183	163.679	21.209	3.565	165.031	189.805

**Tabela 22 - Detalhamento Gráfico 22: Exportações de algodão ao exterior por estado de origem em mil toneladas (1930-1945)**

Ano	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
São Paulo	-	-	-	1	63	57	132	152	200	259	186	254	148	76	107	163
Demais	30	21	1	11	64	82	68	84	69	65	39	34	6	2	1	1
Brasil	30	21	1	12	127	139	200	236	269	324	224	288	154	78	108	164

**Tabela 23 - Detalhamento Gráfico 23: Produção de algodão no Nordeste por estado e destinação do cultivo em toneladas (1931-1945)**

Ano	Paraíba	Ceará	Pernambuco	Rio Grande do Norte	Outros	Total região (a)	Exportações exceto SP (b)	Oferta doméstica (a-b)
1931	21.280	13.160	14.000	13.440	27.440	89.320	20.715	68.605
1932	8.400	2.800	8.400	5.040	19.320	43.960	515	43.445
1933	20.160	10.360	14.000	16.240	31.920	92.680	11.066	81.614
1934	37.240	29.400	25.760	27.160	38.080	157.640	63.877	93.763
1935	41.720	36.120	26.880	28.560	32.760	166.040	81.719	84.321
1936	33.040	23.240	25.760	17.640	36.400	136.080	67.888	68.192
1937	35.280	30.520	26.040	20.720	34.440	147.000	83.857	63.143
1938	34.160	26.040	21.000	18.760	35.280	135.240	68.805	66.435
1939	36.680	26.040	22.120	20.440	24.080	129.360	65.003	64.357
1940	37.800	27.160	19.040	28.280	21.000	133.280	38.740	94.540
1941	23.800	20.440	15.680	15.680	18.200	93.800	34.262	59.538
1942	17.360	17.640	13.160	11.200	14.280	73.640	6.443	67.197
1943	23.520	25.200	13.720	18.200	17.920	98.560	1.654	96.906
1944	24.360	22.960	18.480	18.760	15.960	100.520	1.104	99.416
1945	17.080	22.400	16.520	20.160	15.400	91.560	1.167	90.393

**Tabela 24 - Detalhamento Gráfico 24: comércio de cabotagem de tecidos de algodão dos principais estados comercializadores em toneladas (1936-1945)**

UF	Tipo	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
RJ	Saída	14.083	14.032	12.976	12.282	9.281	12.598	8.641	9.280	13.497	11.424
	Entrada	5.221	5.653	5.052	4.998	5.008	6.592	7.893	6.522	7.038	7.946
SP	Saída	7.887	7.668	6.531	6.624	6.977	8.771	5.904	4.718	7.044	5.326
	Entrada	3.092	3.353	3.625	3.950	3.783	4.159	3.777	2.913	3.167	3.552
PE	Saída	7.486	8.729	7.687	8.265	7.439	8.966	7.865	4.786	5.391	6.639
	Entrada	3.628	2.862	3.020	3.406	3.031	4.279	3.329	2.459	4.512	4.245
AL	Saída	3.387	3.587	2.762	2.701	2.326	2.803	2.900	2.665	2.109	2.705
	Entrada	597	612	549	561	580	580	580	580	580	580
SE	Saída	1.285	1.438	1.784	1.717	1.362	1.747	2.162	1.038	1.595	1.208
	Entrada	396	420	389	367	393	393	393	393	393	393
BA	Saída	1.693	1.706	1.276	1.671	1.002	1.685	1.206	1.126	1.095	1.237
	Entrada	5.694	6.105	5.137	4.517	4.339	5.883	3.627	1.995	3.422	3.109
MA	Saída	1.014	958	778	1.018	1.053	1.154	1.314	1.422	1.260	1.482
	Entrada	1.188	782	999	989	990	990	990	990	990	990
PB	Saída	1.326	1.312	1.433	1.249	1.265	1.409	899	636	570	508
	Entrada	746	540	660	639	564	956	469	695	376	275
CE	Saída	743	689	552	532	629	629	629	629	629	629
	Entrada	3.566	4.155	3.266	4.649	3.323	3.538	1.577	1.717	1.083	1.501
SC	Saída	538	569	781	759	774	815	749	688	796	770
	Entrada	1.804	1.753	1.387	1.123	1.031	1.354	1.001	1.037	1.802	1.468
RS	Saída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entrada	7.652	8.765	7.732	6.936	5.320	6.178	5.172	5.148	7.347	6.323
PA	Saída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entrada	1.775	1.796	1.582	1.695	1.235	2.134	2.060	2.391	2.382	1.382
AM	Saída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entrada	1.204	1.013	821	760	788	1.133	1.216	1.193	1.055	810